

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**TVR**

**N.º 82, DE 2021**

**(Do Poder Executivo)**

**MSC 201/2021**

**OF 344/2021**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.149, de 01 de dezembro de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaiara CE (AAMCA) para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Abaiara, Estado do Ceará.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM Nº 201

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências Portarias que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 2.947, de 30 de julho de 2015 - Associação Comunitária Cultural e Radiodifusão de Carvalho Brito, no município de Sabará - MG;
- 2 - Portaria nº 2.980, de 30 de julho de 2015 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nova Esperança, no município de Cipó - BA;
- 3 - Portaria nº 2.988, de 30 de julho de 2015 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nossa Senhora da Conceição de Euclides da Cunha, no município de Euclides da Cunha - BA;
- 4 - Portaria nº 3.610, de 19 de agosto de 2015 - Associação e Movimento Comunitário Vale do Tibagi, no município de Telêmaco Borba - PR;
- 5 - Portaria nº 6.149, de 1º de dezembro de 2015 - Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaiara CE (AAMCA), no município de Abaiara - CE;
- 6 - Portaria nº 67, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária Cultural e Comunicação Social de Orobó, no município de Orobó - PE;
- 7 - Portaria nº 77, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária de Igarapava, no município de Igarapava - SP;
- 8 - Portaria nº 87, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Novabarrense de Comunicação e Rádio Difusão, no município de São José da Barra - MG;
- 9 - Portaria nº 105, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária de Apoio a Mariluz - ACAM, no município de Mariluz - PR;
- 10 - Portaria nº 153, de 1º de fevereiro de 2016 - Fundação Obra Assistencial para Integração Social da Comunidade, no município de São Vicente - RN;
- 11 - Portaria nº 158, de 1º de fevereiro de 2016 - Fundação Rosa Leal, no município de Bocaina - PI;
- 12 - Portaria nº 161, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária de Comunicação de Barro Duro, no município de Barro Duro - PI;
- 13 - Portaria nº 234, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária Abadiânia, no município de Abadiânia - GO;
- 14 - Portaria nº 409, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Dom Zigmund Felinski para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico, no município de Guarani das Missões - RS;
- 15 - Portaria nº 776, de 9 de maio de 2016 - Associação Cultural, Artística e Produção de Radiodifusão do Bairro Cidade Nova, no município de Belo Horizonte - MG;
- 16 - Portaria nº 782, de 9 de maio de 2016 - Associação de Rádio Comunitária Dimensão - ARCOD, no município de Uberlândia - MG;

- 17 - Portaria nº 783, de 9 de maio de 2016 - Associação Karababá de Cultura, no município de Carauari - AM;
- 18 - Portaria nº 901, de 9 de maio de 2016 - Associação Movimento Comunitário Rádio Regional Navegantes FM, no município de Aripuanã - MT;
- 19 - Portaria nº 902, de 9 de maio de 2016 - Associação de Rádio Comunitária - ARC, no município de Itapetim - PE;
- 20 - Portaria nº 1.010, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária para Cidadania e Desenvolvimento Social de Monte Azul Paulista, no município de Monte Azul Paulista - SP;
- 21 - Portaria nº 1.037, de 10 de maio de 2016 - Associação Comunitária Popular de Jaguaruana, no município de Jaguaruana - CE;
- 22 - Portaria nº 1.039, de 9 de maio de 2016 - Rádio Comunitária Ondas de Paz FM, no município de Ibituva - PR;
- 23 - Portaria nº 1.136, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Caxambuense de Radiodifusão, no município de Caxambu - MG;
- 24 - Portaria nº 1.359, de 9 de maio de 2016 - Associação Beneficente Mão Amiga, no município de Itá - RJ;
- 25 - Portaria nº 1.839, de 9 de maio de 2016 - Fundação Cultural e Educativa Carlos Roberto da Silva Piment, no município de Urutaí - GO;
- 26 - Portaria nº 569, de 7 de junho de 2017 - Associação da Rádio Comunitária de Cotriguaçu, no município de Cotriguaçu - MT;
- 27 - Portaria nº 582, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária Cultural Rio das Pedras, no município de Quirinópolis - GO;
- 28 - Portaria nº 1.088, de 7 de junho de 2017 - Associação de Comunicação Comunitária Ágape de Ourinhos, no município de Ourinhos - SP;
- 29 - Portaria nº 1.109, de 7 de junho de 2017 - Associação de Desenvolvimento Comunitário de Anapurus, no município de Anapurus - MA; e
- 30 - Portaria nº 1.459, de 7 de junho de 2017 - Associação da Rádio Comunitária FM Rio Neves, no município de São Raimundo das Mangabeiras - MA.

Brasília, 12 de maio de 2021.

Brasília, 30 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.031927/2012-08, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaiara CE (AAMCA), inscrita no CNPJ nº 02.002.580/0001-81, explore pelo prazo de dez anos a partir de 03 de maio de 2012, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Abaiara, estado do Ceará, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 19458/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 6149, de 01 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 09 de dezembro de 2015.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes*

## PORTARIA Nº 6149/2015/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.031927/2012-08 e nº 53650.002145/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 03 de maio de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA CE (A A M C A), para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Abaiara/ CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANDRÉ FIGUEIREDO**

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 01/12/2015, às 09:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0815033** e o código CRC **8DC56F20**.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 344/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 13 de maio de 2021.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Luciano Bivar  
Primeiro-Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

**Assunto: Radiodifusão.**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que renovam as autorizações outorgadas para executar, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, constantes das Portarias nºs 2.947, 2.980, 2.988, 3.610 e 6.149, de 2015, 67, 77, 87, 105, 153, 158, 161, 234, 409, 776, 782, 783, 901, 902, 1.010, 1.037, 1.039, 1.136, 1.359 e 1.839, de 2016, 569, 582, 1.088, 1.109 e 1.459, de 2017.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI  
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral  
da Presidência da República

---

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53000.053176/2013-53

SEI nº 2562838

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 36234/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.031927/2012-08.**

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 01/10/2019, às 18:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4688077** e o código CRC **BD94B86E**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

DESPACHO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF

53000 031927/2012-08

SEAPA/SCE

04/07/2012-09:28

Assunto: **Renovação**

Protocolo de Outorga nº 53650.002145/98)

1. Frente à publicação da Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011 que aprovou a Norma nº 1/2011, item 20, e visto que o ato de outorga da **ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA - CE - AAMCA**, na localidade de **ABAIARA / CE**, tem validade até 03/05/2012, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo referente à Renovação de Outorga.

Brasília, 04 de julho de 2012.

  
**BRUNA PACHECO GONÇALVES DE MEDEIROS**  
Agente Administrativo

P-304 14/02/12  
D-67 03/05/12



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Nota Técnica nº 2527/2012/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Renovação de Outorga**

Referência: Processo nº 53000.031927/12

---

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. A presente Nota Técnica visa tratar da não renovação da outorga concedida à **ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA – CE - AAMCA** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **ABAIARA/CE**, em virtude do não cumprimento do disposto no subitem 20.2 da Norma nº 01/2011.

---

**ANÁLISE**

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à **ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA – CE - AAMCA** para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou em 03/05/2012.

3. Ocorre que até a presente data não constatamos em nosso banco de dados requerimento dessa entidade no sentido de renovar sua outorga, a qual que deveria ter sido requerida no período compreendido entre **03/02/2012** e **03/05/2012**, ou seja, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento da autorização, conforme subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, restando comprovada a sua falta de interesse em permanecer executando o serviço.

---

**CONCLUSÃO**

4. Em face do exposto e, considerando a previsão contida no parágrafo único do artigo 6º, da lei 9.612/98, de 19 de fevereiro de 1998, no artigo 36 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto 2.615, de 03 de junho de 1998 e no item 20 da Norma 1/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, opinamos pela não renovação da outorga concedida à **ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA – CE - AAMCA** e pelo encaminhamento de ofício comunicando à entidade da decisão.

À consideração superior.

Brasília, 30 de outubro de 2012.



---

**VALKIRIA FERREIRA MACHADO**  
Chefe de Divisão

De acordo. Expeça-se ofício à entidade.

Brasília, 31 de outubro de 2012.



---

**SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA**  
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília – DF

Ofício nº 3940 /2012/CGRC/SCE-MC

Brasília, 31 de outubro de 2012.

Ao Senhor

**Representante Legal**

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE  
ABAIARA – CE – AAMCA

Rua José Leite Martins, 596 – Centro

63240-000 Abaiara/CE

**ASSUNTO:** Renovação de Outorga

**REFERÊNCIA:** Processo nº. 53000.031927/12

Senhor Representante Legal,

1. Tendo em vista que a **ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA – CE - AAMCA**, entidade autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **ABAIARA/CE**, não manifestou, até a presente data, interesse em renovar sua outorga, e considerando que a autorização se expirou em **03/05/2012**, informamos que essa coordenação opinou pela não renovação da outorga para um novo período, nos termos da Nota Técnica nº 2527/2012/CGRC/SCE-MC, que segue anexa a este ofício.

2. Assim, fica V.Sa. notificada da abertura do processo em referência, oportunidade em que fica conferido o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento deste Ofício, expedido com AR-Postal, para que esta entidade, se for do seu interesse, apresente manifestação.

**OBSERVAÇÃO:** No expediente de resposta deverão ser mencionados o número do processo e o Número deste Ofício de Exigência.

Atenciosamente,

  
**SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA**  
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

**AR**

NOME OU RAZÃO SOCIAL		<b>Or. 3940 /2012/CGRC/SCE-MC</b>	
ENDEREÇO / ADR		<b>53000.031927/12</b>	
CEP / CODE POSTAL		<b>REPRESENTANTE LEGAL</b>	
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		<b>ASS. DE ASSIST. AO MENOR CARENTE DE ABAIARA - CE - AAMCA</b>	
		<b>RUA JOSE LEITE MARTINS, 596 - CENTRO</b>	
		<b>63240-000 ABAIARA/CE</b>	
NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI		<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE	
		<input type="checkbox"/> EMS	
		<input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION	CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION
<i>[Assinatura]</i>		<b>13/11/12</b>	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR			
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E NAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT		
<b>2591763-SSP.A.</b>	<i>[Assinatura]</i> <b>8178411-8</b>		
<b>ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS</b>			

75240203-0

FC0463 / 16

	<b>AVISO DE RECEBIMENTO</b>	<b>AR</b>
	<b>AVIS CN07</b>	
DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT		
<b>07 NOV 2012</b>		
UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT		
<b>AGÊNCIA TÉCNICA</b>		

RQ 20743760 - BR

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON		
1	2	3
h	h	h

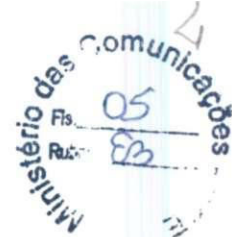
PREENCHER COM LETRA DE FORMA

<b>ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / RETOUR</b>	NOME O		
	ENDEREÇO	<b>MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES</b>	
		<b>Secretária de Serviços de Comunicações Eletrônica</b>	
		<b>Departamento de Outorga de Serviços</b>	
		<b>Esplanada dos Ministérios, Bloco R,</b>	
	CIDADE	<b>Ed. Anexo Ala Oeste sala 300</b>	
		<b>70044-900</b>	<b>Brasília-DF</b>
	UF		
	<b>BRASIL</b>		

31927/12 - REN

2145/98 LDE

LDE



**AAMCA**

**ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA-CE**

**CNPJ 02.002.580-0001-81**

**RUA JOSÉ LEITE MARTINS, 596-Centro- CEP 63.240-000**

**ABAIARA-CE. TELEFONE (88) 35581287 Email: [abaiara\\_fm@hotmail.com](mailto:abaiara_fm@hotmail.com)**

**AO. SR. SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA**

**Coordenador – Geral de Radiodifusão Comunitária**

**Brasília DF.**

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF

53000 056649/2012-93

SEAPA/SCE

27/11/2012-07:38

**ABAIARA – CEARÁ, 21 DE NOVEMBRO DE 2012**

Em resposta ao ofício nº 3940/2012, onde fomos notificados para apresentarmos manifestação a respeito da autorização da ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA – CE, AAMCA, entidade autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária desta cidade, onde fomos comunicados que a citada autorização se expirou em 03/05/2012, dizer o seguinte:

**I** – Inicialmente queremos esclarecer que as renovações anteriores da citada Radio, foram feitas sem nenhum pedido, portanto entendemos que não haveria necessidade, não seria obrigação solicitar.

**II** – Entendemos outrossim, que a referida licença definitiva dispensava qualquer outra solicitação neste sentido, conforme faz constar do documento acostado, a mencionada radio já se encontrava com a licença definitiva.

**III** – Convém ressaltar ainda que, Radiodifusão Comunitária – Abaiara FM, é um instrumento de grande valia para o município de Abaiara – CE, a perda da concessão é um

prejuízo imenso para população carente, no que diz\ respeito a perca das informações. A população tem evoluído em conhecimentos, graças os trabalhos da citada rádio. É objeto de identificação de nossa gente.

Diante de todos os valores da Radiodifusão Comunitária – Abaíara FM, junto a todos nós da população, solicitamos a renovação da autorização para funcionamento deste veículo de comunicação tão importante para nosso povo carente, agindo assim Vossa Senhoria esta fazendo somente Justiça.

Na oportunidade informamos ainda, que a documentação da citada emissora encontra-se devidamente regularizada.

Atenciosamente

*Maria Cicera Nunes dos Santos*

MARIA CICERA NUNES DOS SANTOS  
Presidente da ASSOCIAÇÃO.



# Ministério das Comunicações

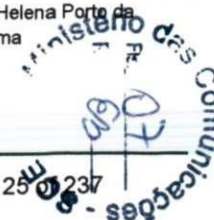
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação de Radiodifusão Comunitária - CORAC

Rádio Comunitária - RADCOM

## Relação de Rádios Comunitárias com Licença Definitiva - Brasil

UF	Município	Processo Nº	Aviso	Status	Entidade	Endereço	bairro	cep	Data licença	Nome Representante
BA	Wanderley	53640.000496/99	10	LDE	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EM DEFESA DO DESENVOLVIMENTO DE WANDERLEY - ADWAN	Rua Teodoro, s/nº	Centro	47940000	23/6/2005	Silvânia Lourdes da Silva
BA	Xique-Xique	53640.000949/98	1	LDE	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE XIQUE-XIQUE - ADCX	Rua Expedicionário Pompeu Ribeiro dos Santos, 198	Centro	47400000	21/5/2003	Carlos de Souza Santos
CE	Abaiara	53650.002145/98	4	LDE	ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA -CE - AAMCA	Rua Jose Leite Martins, 596	Centro	63240000	3/5/2002	César Salomão Mendes de Lucena
CE	Acarape	53650.001206/99	20	LDE	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VALE DO ACARAPE	Rua Alfredo de Souza, s/n	Distrito de São Benedito	62785000	8/11/2010	ROSEMARY PAULINO DE FREITAS
CE	Acarau	53650.002404/98	4	LDE	SACIEDADE DE AMPARO A CULTURA VALE DO ACARAU	R. DEP. AMADEU GOMES, S/N		62580000	22/5/2009	Otacílio Evandro Rocha
CE	Acopiara	53650.001485/99	5	LDE	SOCIEDADE BENEFICENTE FRANCISCA ALVES DE ALMEIDA	Praça São Francisco, 10	Centro	63560000	18/8/2004	Maria Deiva Alves de Almeida
CE	Alcantaras	53650.000804/01	12	LDE	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO FRANCISCO	Rua Francisco Xavier, s/nº	Bela Vista	62120000	1/8/2005	Maria Menezes Sombra
CE	Altaneira	53650.000923/00	10	LDD	ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE DE ALTANEIRA	Travessa Romão Pereira, s/nº	Centro	63195000	19/8/2004	Raimundo Nogueira Soares
CE	Alto Santo	53100.000795/04	19	LDD	ACAS - Associação Comunitária de Alto Santo	Rua Joaquim de Paula Nogueira, nº 398	Centro		3/3/2008	Maria das Graças Ferreira Lima
CE	Alto Santo - Vila Castanhao	53100.000922/04	19	LDE	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS IRRIGANTES E PESCADORES DO CASTANHÃO - ACIPESCAS	Rua Raul Gomes de Holanda, s/nº	Zona Centro	62975000	3/7/2007	Nodge Nogueira Diogenes
CE	Amontada	53650.000227/02	15	LDE	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AMIGOS DE AMONTADA- CEARÁ - ASCOAMA	Rua João Jacinto de Oliveira, 819	Campo	62540000	14/8/2006	Valdir Herbster Filho
CE	Antonina do Norte	53650.000750/99	4	LDE	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTO ANTÔNIO	Rua Santo Antônio, nº 63	Centro	63570000	31/5/2005	ANTONIO ALBERTO DE SOUSA
CE	Apuiaries	53650.002113/98	4	LDE	ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE DO VALE DO CURU - ABVC	Rua 25 de Janeiro, s/nº	Centro	62630000	1/7/2002	Francisca Bernardo Campelo
CE	Apuiaries - Vila Soares	53090.005321/08	26	LDE	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE VILA SOARES - ASCOVIS	Estrada da Ribeira, s/n	Vila Soares	62630000	31/8/2010	Antonio Célio de Castro Alves
CE	Aquiraz	53650.000439/00	12	LDD	ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE DOS MORADORES DE PAU-POMBO	Estrada Municipal, s/nº	Altos - Distrito de Pau Pombo	61700000	9/11/2004	Elizonias Alves de Souza
CE	Aquiraz	53650.002928/98	4	LDE	CONSELHO COMUNITARIO DO CEARÁ - CONSECC	Rua Jader do Carvalho, s/nº	Centro	61700000	20/12/2002	José Edson Furtado
CE	Aracati	53650.000801/99	4	LDD	Associação ACCA - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL ARACATIENSE	Praça Adolfo Caminha, 262 - Centro	Centro	62800000	24/10/2003	Heloisa Helena Porto da Costa Lima





para sr.

Samir Amândo Granja Nobre Maia

- Coordenador - Geral da Radiodifusão Comunitária

Ministério das Comunicações -

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar - 70044-900 -

Brasília - DF



Remetente: Ass. de Assist. ao Menor Parente de Abaiana - CE - AAMC  
Endereço: Rua José Martins, 596 - CENTRO -  
Cep - 63.240-000 - Abaiana - CE



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária



Nota Técnica nº 2127/2013/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga**

Referência: Processo de renovação nº 53000.031927/2012  
Processo de Outorga nº 53650.002145/1998

---

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se da renovação da outorga concedida à **Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaiara - CE** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Abaiara / CE**.

---

**ANÁLISE**

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, solicitamos os documentos explicitados abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011:

I. Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

II. Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel;

III. Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, válido e atual;

IV. Cópia atualizada do Estatuto Social consolidado, constando todas as modificações que, por ventura, tenha sofrido durante o período de vigência da outorga;

V. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

VI. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea “e”, da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no

Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

VII. Declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço, de acordo com ao subitem 8.1, alínea “g”, da Norma nº 01/2011;

VIII. Declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação, de acordo com ao subitem 8.1, alínea “f.1”, da Norma nº 01/2011;

IX. Declaração, assinada pelo representante legal, de que: a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados; de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea “f.2”, da Norma nº 01/2011;

X. Comprovante de residência de todos os dirigentes associativos, de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea “k” da Norma nº 01/2011;

XI. Comprovação de idoneidade da entidade interessada, bem como de seus dirigentes, em atenção ao disposto no art. 34, alínea “a” do Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117/1962) e nos subitens 10.8 e 20.5 da Norma nº 01/2011, mediante apresentação dos seguintes documentos:

a. Certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que cada dirigente tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral;

b. Certidão que comprove a regularidade fiscal da entidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal do local onde está sediada.

c. Certidão de regularidade da entidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

XII. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora;

## CONCLUSÃO

3. Em face do exposto, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada acima, no original ou em cópia autenticada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que acompanha o ofício de encaminhamento.

4. Informamos, ainda, que o referido prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, apenas na ocorrência de caso fortuito, força maior, emergência ou calamidade pública, regularmente comprovados, desde que se apresente uma solicitação formal neste sentido, subscrita por quem de direito, dentro do prazo inicialmente acordado para cumprimento das exigências. Qualquer documentação encaminhada após o transcurso desse prazo será considerada intempestiva. Ressalte-se que não serão conhecidos pedidos de prorrogações via fax, e-mail ou telefone.

À consideração superior.

Brasília, 12 de agosto de 2013.

  
**ELIANE MARIA ALVES RODRIGUES**  
Administradora



De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 2127/2013/CGRC/SCE-MC.

Brasília, 12 de agosto de 2013.

  
**SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA**  
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

  
**Vilma de Fátima Alvarenga Faria**  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Coordenadora-Geral de Serviço Radiodifusão Comunitária  
Substituta  
Matrícula: 1366009



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília – DF  
(61) 3311-6177



Ofício nº 4368 /2013/CGRC/SCE-MC

Brasília, 12 de agosto de 2013.

Ao (À) Senhor(a)

**REPRESENTANTE LEGAL**

Representante Legal da Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaiara - CE  
Rua José Leite Martins, nº 596, Centro.  
63.240-000 Abaiara / CE

Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000.031927/2012.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.031927/2012**, que trata da renovação da outorga concedida a esta entidade para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Abaiara / CE**, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **2127/2013**, que solicita apresentação de documentos necessários à instrução processual.
2. Comunicamos o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.
3. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

Atenciosamente,

  
**SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA**  
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

  
**Fátima Alvaranga Fanis**  
Coordenadora-Geral de Serviço Radiodifusão Comunitária  
Substituta  
Matrícula: 1366009

EXIREN 02



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PR-012.000

53000.031927/2012-08

SE-00000000

2013-02-19-08:56



**AAMCA**

**ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA**

**CNPJ- 02.002.580/0001-81**

**RUA JOSÉ LEITE MARTINS, S/N-CENTRO**

**ABAIARA-CEARÁ**

**abaiara\_fm@hotmail.com**

*Im tempo,*

OFICIO Nº 001/2013

Abaiara-CE, aos 18 de setembro de 2013.

**PROCESSO Nº 5300.031927/2012**

Senhor Coordenador,

Em atendimento ao Ofício nº 4368/2013 DE 12/08/2013/CGRC/SCE-MC, recebido por nós dia 21/08/2013, vimos mui respeitosamente, requerer a V. Sa. A prorrogação do prazo que termina no dia 21/09/2013, prazo este estipulado pelo M.C. A solicitação a este Ministério deve-se as seguinte dificuldades:

1 - A Associação Esta com uma pendência junto a Receita Federal em conjunto com a Procuradoria, a referida pendência já foi solucionada com os órgão supracitados, só que as certidões que devo enviar ao Ministério só serem emitidas após dez (10) dias, com esse prazo não será possível enviar as certidões até o prazo final estipulado pelo Ministério.

2 - A certidão Negativa de Débito da Anatel, não estamos conseguindo tirar, já fizemos vários cadastros de usuários vinculados, mas quando vamos fazer o procedimento o sistema não salva os usuários vinculados. Vale ressaltar que não estamos com débitos, temos os comprovantes de pagamentos das contribuições.

3 - As certidões negativas de distribuição dos foros criminais dos lugares em que cada dirigente tenha residido nos últimos cinco anos, não recebemos todas ainda, a nossa cidade e muito pequena e esta vinculada judicialmente a cidade de Milagres-CE, a funcionária que trabalha em nossa cidade está de férias e não deixou substituto, temos que nos dirigir a cidade de Milagres-CE, para solicitação de tais certidões, onde não nos deram prazo de entrega dessas certidões e até a presente não foram entregues todas certidões.

Sem mais a tratar no momento, solicitamos a prorrogação do prazo, visto que se trata de uma ocorrência fortuita, não dependendo de nossos esforços, todo o restante da documentação está pronta aguardando somente a liberação das certidões acima descritas.

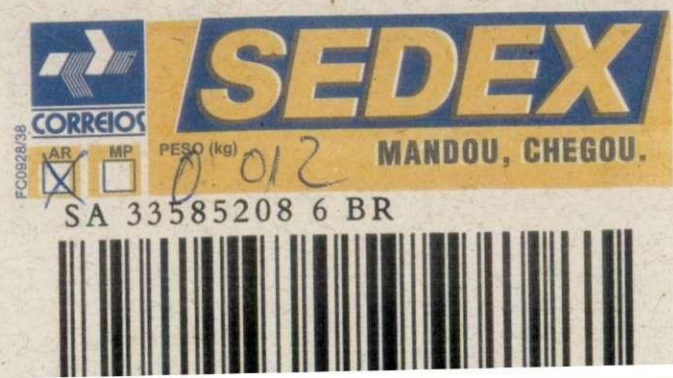
*Maria Cicera Nunes dos Santos*  
**MARIA CICERA NUNES DO SANTOS**  
**CPF Nº017.828.453-05**  
**PRESIDENTE**

*Senhor  
130*

Ministério das Comunicações  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Faturação de Serviço  
Esplanada dos Ministérios - Bloco R  
Ed. Anexo Alta Feste sala 300.

Cep - 70044 - 900 Brasília - DF



(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

AAMCA - Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaíara  
Rua José Leite Martins, 596 - Centro

Cep- 63240-000 Abaíara - Ceará

LDE 4º



**AAMCA**

**ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA**

**CNPJ- 02.002.580/0001-81**

**RUA JOSÉ LEITE MARTINS, S/N-CENTRO**

**ABAIARA-CEARÁ – CEP: 63240-000**

**abaiara\_fm@hotmail.com**

*Pod Intemp.  
Aguard. norm*

Ofício nº 002/2013

Abaiara - Ce, aos 10 de outubro de 2013.

Referencia: Processo de renovação nº: 53000.031927/2012

Processo de outorga nº: 53650.002145/1998.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRÁSILIA - DF

**53000 060268/2013-90**

**SEAPA/SCE**

**16/10/2013-09:03**

Senhor Coordenador,

Venho através do presente encaminhar, toda a documentação exigida Pela Norma nº 01/2011 dos subitens 8.1 e 20.3, para renovação da outorga da Associação de **Assistência ao Menor Carente de Abaiara-CE**, para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Nesta oportunidade apresento, protestos de elevada estima e alta consideração.

*Maria Cícera Nunes dos Santos*

**Maria Cícera Nunes dos Santos – PRESIDENTE**

**CPF/MF nº 017.828.453-05**

*Seaco  
12/1*



subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011:

I. Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;



## **AAMCA**

**ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA**

**CNPJ- 02.002.580/0001-81**

**RUA JOSÉ LEITE MARTINS, S/N-CENTRO**

**ABAIARA-CEARÁ – CEP: 63240-000**

**[abaiara\\_fm@hotmail.com](mailto:abaiara_fm@hotmail.com)**

### **DECLARAÇÃO**

Declaro, para os devidos fins que se fizerem necessários, que a emissora: Rádio Abaiara FM, encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previsto na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação. Para clareza, firmo o presente.

Abaiara-CE, aos 13 de setembro de 2013.

*Maria Cícera Nunes dos Santos*  
**MARIA CICERA NUNES DOS SANTOS**  
**CPF Nº 017.828.453-05**  
**PRESIDENTE**

12

II. Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel.

Agência Nacional  
de TelecomunicaçõesBOM DIA  
MARIA HELENA MORAIS DE LUCENASistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

BOLETO » Nada Consta | menu ajuda



Agência Nacional de Telecomunicações

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS  
ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA - AAMCA  
**CNPJ:** 02.002.580/0001-81

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:46:44 do dia 09/10/2013 (hora e data de Brasília).

Válida até 08/11/2013.

Certidão expedida gratuitamente.

III. Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ, válido e atual;

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.002.580/0001-81 MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA 21/07/1997
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA CE			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) A A M C A			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R JOSE LEITE MARTINS		NÚMERO S/N	COMPLEMENTO
CEP 63.240-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ABAIARA	UF CE
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/07/1998	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **17/09/2013** às **10:56:59** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)

IV. Cópia atualizada do Estatuto Social consolidado, constando todas as modificações que, por ventura, tenha sofrido durante o período de vigência da outorga;

22  
Rubrica



**ESTADO DO CEARÁ**  
**COMARCA E CIDADE DE ABAIARA**  
**CARTÓRIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL**  
**MARIA HELENA MORAIS DE LUCENA OFICIAL TABELIÃ**  
**CICERO JANILSON PEREIRA DE SOUSA – ESCRIVENTE SUBSTITUTO**

CNPJ Nº 12.465.829/0001-49  
RUA JOSÉ LEITE MARTINS Nº 596-1 - ABAIARA - CE FONE: (0XX) 88-3558-1520  
[cartoriolucena@hotmail.com](mailto:cartoriolucena@hotmail.com)

**CERTIDÃO**

CERTIFICO a requerimento verbal da parte interessada, que revendo em o cartório a meu cargo, situado na rua José Leite Martins, 596, nesta cidade de Abaiara-Ce, verifiquei constar registrada no livro nº A do Registro de Pessoas Jurídicas, sob nº 19 folhas: 69 registrado em 18 (dezoito) de julho de 1997, O REGISTRO DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA-CE – AAMCA. CONTENDO A SEGUINTE AVERBAÇÃO: AV-1-19. Ata de Assembléia Geral Extraordinária para alteração do Estatuto da Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaiara-AAMCA, feita em 08 de dezembro de 1999, tudo conforme cópias em anexo, que confere com os originais, existentes neste cartório. O referido é verdade e dou fé. Abaiara-Ce, aos nove (09) dias do mês de outubro de dois mil e treze (2013).

CICERO JANILSON PEREIRA DE SOUSA  
ESCRIVENTE SUBSTITUTO

12465829/0001-49  
CARTÓRIO DE NOTAS E REGISTRO  
CIVIL DE ABAIARA  
MARIA HELENA MORAIS DE LUCENA

COMARCA DE ABAIARA - CE



VALIDO SOMENTE COM O SELO  
DE AUTENTICIDADE

# ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA - CEARÁ -AAMCA-

## CAPÍTULO I

### Da Denominação, Sede e Finalidades

Art. 1º- A Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaiara - AAMCA, Fundada em 17 de julho de 1997 é uma Entidade Civil, com personalidade jurídica de direito privado, que terá duração por tempo indeterminado, sede social na Rua José Leite Martins S/Nº, Centro, Abaiara, Estado do Ceará, fôro jurídico em Abaiara - Ceará.

Art. 2º- A entidade tem por finalidades:

I- Assistir ao menor carente de Abaiara, com visitas a defesa de seus interesses através de programas e projetos com entidades públicas, Federais, Estaduais, Municipais e internacionais, no sentido de atender suas necessidades fundamentais de modo a garantir melhores condições de vida no meio social e comunitário.

II- Promover atividades que visem divulgar informações úteis sobre saúde, educação, habitação, segurança pública, lazer e todos os outros aspectos da vida da população carente, através de cursos profissionalizantes, palestras, atividades agrícolas, atividades artísticas, culturais, esportivas e recreativas, com o fim de preparar os menores carentes para alcançar os seus objetivos comuns;

III- Promover a pesquisa dos reais problemas da comunidade e elaborar planos para criação de atividades que melhor convenham para o bem-estar do menor.

Art. 3º- No desenvolvimento de suas atividades a entidade não fará qualquer discriminação de cor, sexo, nacionalidade, credo político ou religioso.

Parágrafo Único- A Entidade é sem fins lucrativos e "não distribui resultados, dividendo, bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto".

Art. 4º- A fim de cumprir suas finalidades, a instituição se organizará em tantas unidades de prestação de serviços, quantas se fizerem necessárias.

Cicero JAMILSON Pereira de Sousa  
Escrevente Substituto

## CAPÍTULO II

### Dos Sócios

Art. 5º- A sociedade é constituída por um número ilimitado de sócios, distribuídos nas seguintes categorias:

I- FUNDADORES- São sócios fundadores, todos aqueles que comprovadamente participarem do ato da constituição da entidade, e assinarem a Ata de Fundação.

II- CONTRIBUINTES- São sócios contribuintes, todos aqueles, inclusive os fundadores, que contribuirão mensalmente com determinada importância fixada pela Diretoria e aprovada pela Assembleia Geral.

III- BENEMÉRITOS- São sócios beneméritos, as pessoas ou entidades, que prestarem relevantes serviços à entidade.

Parágrafo Único- São considerados sócios, todos os maiores de 16 (dezesesseis) anos que residem no bairro, devidamente inscritos na entidade. A admissão do sócio dar-se-á mediante cumprimento das exigências deste Estatuto.

Art. 6º- São direitos dos sócios quítes com suas obrigações sociais:

- I- Votar e ser votado para os cargos eletivos;
- II- Tomar parte nas Assembleias Gerais;
- III- Participar das Assembleias dos quadros de sócios, com direito a voz e voto;
- IV- Opinar sobre os trabalhos desenvolvidos pela Entidade;
- V- Usufruir dos benefícios e serviços assistenciais prestados pela entidade;
- VI- Apenas os maiores de 18 (dezoito) anos é assegurado o direito de ser votado, para cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Parágrafo Único- A Entidade não se responsabilizará por quaisquer compromissos que os sócios venham a assumir.

Art. 7º- São deveres dos sócios:

- I- Cumprir as disposições estatutárias, e demais resoluções aprovadas pela Assembleia Geral e pela Diretoria;
- II- Acatar as determinações da Diretoria;
- III- Zelar pelo nome, patrimônio moral, financeiro, e material da Entidade;
- IV- Contribuir Financeiramente para a Entidade, conforme determinações da assembleia Geral;
- V- Comparecer às Assembleias Gerais e acatar suas decisões.

Art. 8º- Os sócios não respondem, nem mesmo subsidiariamente por encargos da instituição.

  
Cicero JANILSON Pereira de Sousa  
Escrevente Substituto

Art. 9º- Serão afastados do quadro social da entidade os que por má conduta ou falta cometida contra o patrimônio material ou moral da entidade, se constituírem nocivos à Entidade, ou se os que por livre e espontânea vontade desejarem se ausentar ou se desligar da entidade.

### CAPÍTULO III

#### Da Administração

Art. 10- A entidade será administrada por

- I - Assembléia Geral;
- II - Diretoria;
- II - Conselho Fiscal.

Art. 11- A Assembleia Geral, órgão soberano da instituição, constitui-se-á dos sócios em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 12 - Compete a Assembléia Geral:

- I - Eleger os membros da Diretoria e Conselho Fiscal;
- II - Decidir sobre reformas do estatuto;
- III - Decidir sobre a extinção da entidade;
- VI - Decidir no caso de dissolução da entidade o destino dos bens remanescentes;
- V - Cassar o mandato de qualquer membro da Diretoria ou Conselho Fiscal.
- VI - Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou ou permutar bens patrimônias;
- VII - Aprovar Regimento Interno;
- VIII - Deliberar sobre qualquer assunto de interesse da entidade.

Art. 13 - Espécies de Assembléias:

- I - Assembléia Geral Ordinária, e
- II - Assembléia Geral Extraordinária.

PARÁGRAFO ÚNICO - A Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária poderão ser, cumulativamente, convocada e realizada no mesmo local, data e hora, instrumentada em ata única.

Art. 14- A Assembléia Geral realizar-se-á ordinariamente uma vez por ano para:

- I- Apreciar o relatório anual da Diretoria;
- II- Discutir e homologar as contas e o balanço aprovados pelo Conselho Fiscal.

Cícero JAMILSON Pereira de Sousa  
Escrivente Substituto

Art. 15- A Assembléia Geral realizar-se-á extraordinariamente, quando convocada:

- I- Pela Diretoria;
- II- Pelo Conselho Fiscal, e
- III- Por requerimento de 1/3 (um terço) dos sócios quites com as obrigações sociais.

Art. 16- A convocação da Assembléia Geral, será feita por meio de edital afixado na sede da instituição, por circulares ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de 08 (oito) dias.

Parágrafo Único- Qualquer Assembléia instalar-se-á em primeira convocação com a maioria dos sócios, e em segunda convocação com qualquer número.

Art. 17- A Diretoria será constituída por um Presidente, um Vice-presidente, um Primeiro Secretário, um Segundo Secretário, um Primeiro Tesoureiro e um Segundo Tesoureiro.

Parágrafo Único- Não poderá haver parentes entre os membros da Diretoria e o Conselho Fiscal, até o terceiro grau, e o cônjuge.

Art. 18- O mandato da Diretoria será de (4) anos, sendo vedada mais de uma reeleição consecutivas, devendo a eleição e posse acontecer no dia do término do mandato da Diretoria anterior.

Art. 19- Os membros da Diretoria não são responsáveis pelas obrigações que contrariem em nome da Entidade e em virtude de ato regular de gesto, responde, porém, civilmente, pelos prejuízos que causar quando proceder:

- I- Dentro de suas atribuições ou poderes, com culpa ou dolo;
- II- Violação da Lei do Estatuto;

§ 1º- A Diretoria não é responsável por atos ilícitos de outra Diretoria, salvo se eles for conveniente, se negligenciar em descobri-los ou se, deles tendo conhecimento deixar de agir para impedir a sua prática. Exime-se de responsabilidade se der ciência em Ata em Assembléia Geral.

§ 2º- Os membros da Diretoria são solidários responsáveis pelos prejuízos causados em virtude do não cumprimento dos deveres impostos por lei para assegurar o funcionamento normal da Entidade, ainda que pelo Estatuto, tais deveres não caibam a todos eles.

§ 3º- Responderá solidariamente com a Diretoria quem, com o fim de obter vantagens para si ou para outrem, concorrer para a prática de ato com violação da Lei ou do Estatuto.

§ 4º- Cabe a Diretoria aplicar integralmente as rendas, recursos e eventuais resultados operacionais na manutenção e desenvolvimentos institucionais no Território Nacional.

Art. 20- Compete à Diretoria:

- I- Executar os programas aprovados pela Assembléia Geral;
- II- Elaborar e apresentar à Assembléia Geral, o relatório anual;

Cícero JANILSON Pereira de Sousa  
Escrevente Substituto

III- Entrosar-se com instituições Públicas ou Privadas para a mútua colaboração em atividades de interesse comum;

IV- Reunir-se extraordinariamente por convocação do Presidente, da maioria simples dos seus membros e dos membros do Conselho Fiscal.

Art. 21- A Diretoria reunir-se-á no mínimo uma vez por mês para prestar informações, avaliar e suplementar suas atividades.

Art. 22- Compete ao Presidente:

I- Representar a Entidade ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;

II- Cumprir e fazer cumprir este Estatuto;

III- Presidir à Assembléia Geral;

IV- Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

V- Assinar juntamente com o tesoureiro, cheques, notas fiscais, recibos, ordem de pagamentos, contratos de operação de crédito, e, outros títulos de créditos;

VI- Assinar com o secretário as atas das Assembléias Gerais e correspondências.

Art. 23- Compete ao Vice-presidente:

I- Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;

II- Assumir o mandato em caso de vacância, até o término; e

III- Prestar de modo geral, a sua colaboração ao Presidente.

Art. 24- Compete ao Primeiro Secretário:

I- Responder pela administração da secretaria;

II- Secretariar as reuniões da Diretoria e Assembléias Gerais e redigir as Atas, e outros documentos;

III- Dar publicidade às notícias das atividades da entidade;

IV- Cuidar dos arquivos da entidade e manter em dia as correspondências;

V- Assinar com o Presidente as Atas das reuniões das Assembléias Gerais e correspondências.

Art. 25- Compete ao Segundo Secretário:

I- Substituir o Primeiro Secretário em suas faltas ou impedimentos;

II- Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término; e

III- Prestar de modo geral, a sua colaboração ao Primeiro Secretário.

Art. 26- Compete ao Primeiro Tesoureiro:

I- Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, utensílios, donativos, mantendo em dia a escrituração;

II- Pagar as contas autorizadas pelo Presidente;

III- Apresentar relatórios de receita e despesa sempre em que forem solicitadas;

Cícero JANILSON Pereira de Sousa  
Escrevente Substituto

- IV- Assinar cheques e demais documentos de despesa juntamente com o presidente;
- V- Apresentar o relatório financeiro para ser submetido à Assembléia Geral;
- VI- Apresentar semestralmente o balancete ao Conselho Fiscal;
- VII- Manter todo o numerário em estabelecimento de crédito;
- VIII- Conservar sob sua guarda e responsabilidade os documentos relativos à Tesouraria.

Art. 27- Compete ao Segundo Tesoureiro:

- I- Substituir o Primeiro Tesoureiro em suas faltas ou impedimentos;
- II- Assumir o mandato, em caso de vacância até o seu término; e
- III- Prestar de modo geral, a sua colaboração ao Primeiro Tesoureiro.

Art. 28- O Conselho Fiscal, será constituído por 03 (três) membros, e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembléia Geral.

§ 1º- O Mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria.

§ 2º- Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo seu respectivo suplente, até o seu término.

§ 3º- A responsabilidade dos membros do Conselho Fiscal por omissão no cumprimento de seus deveres é solidária mas dela se exime o membro desistente que fizer consignar sua divergência em Ata perante a Assembléia Geral.

§ 4º- O membro do Conselho Fiscal não é responsável pelos atos ilícitos de outros membros, salvo se com eles for convivente, ou se concorrer para a prática do ato.

Art. 29- Compete ao Conselho Fiscal:

- I- Fiscalizar as despesas realizadas pela Diretoria;
- II- Examinar os livros de escrituração da entidade;
- III- Examinar o balancete semestral apresentado pelo Tesoureiro opinando a respeito;
- IV- Apreciar os balanços e inventários que acompanham o relatório anual da Diretoria;
- V- Opinar sobre a aquisição e alienação de bens; e
- VI- Convocar a Assembléia Geral, sempre que houver dúvida das despesas apresentadas pela Diretoria ou que a Diretoria se obsteneha em prestar os esclarecimentos necessários.

Parágrafo Único- O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada 03 (três) meses, e, extraordinariamente, sempre que for necessário.

Art. 30- As atividades dos Diretores e conselheiros, bem como as dos sócios serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vetado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagens a dirigentes e associados.

Art. 31- Os membros da entidade estarão sujeitos às seguintes penalidades:

Cicero JANILSON Pereira de Sousa  
Escrevente Substituto

I- ADVERTÊNCIA- Quando, com palavras ou atitudes, desrespeitarem seus companheiros;

II- SUSPENSÃO- Quando reincidirem nas faltas acima citadas, ou cometerem outras que comprometerem o bom funcionamento da Entidade;

III- EXCLUSÃO- Em caso de reincidência nas faltas anteriormente citadas, em caso de agressões corporais ou quando fizerem do cargo que ocupam, para o seu próprio benefício.

Art. 32- Todo e qualquer membro da Diretoria Executiva e do conselho Fiscal que faltar a um número de 05 (cinco) reuniões consecutivas e sem justificativas, será substituído assumindo o suplente respectivo.

Parágrafo Único- A entidade "não remunera" nem concede vantagens ou benefícios por qualquer forma ou título, a seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores, benfeitores ou equivalentes.

## CAPÍTULO IV

### Do Processo Eleitoral

Art. 33- Concorreram as eleições para renovação da Diretoria e Conselho Fiscal da entidade, os membros associados que estejam em pleno gozo de seus direitos estatutários, que se inscrevam em chapas e cujo os nomes constam na lista de votação.

Art. 34- A eleição será pelo voto secreto ou por aclamação dos sócios registrados e devidamente em dia com suas obrigações sociais, 30 (trinta) dias antes do pleito eleitoral.

Art. 35- A Mesa Eleitoral é constituída por: 01 (hum) Presidente e 01 (hum) Primeiro e 01 (hum) Mesário, 02 (dois) Secretários e 01 (hum) Suplente, escolhido em Assembléia Geral, pelo menos com 05 (cinco) dias de antecedência da eleição.

Parágrafo Único- Não podem ser nomeados Presidente e Mesário:

I- Os candidatos e seus parentes até o segundo grau, o cônjuge e ainda por afinidade.

II- Os membros da Diretoria em exercício.

Art. 36- Em caso de empate entre mais de um candidato, considera-se-á eleito o que contar com mais tempo como membro da entidade. Persistindo o empate será eleito o de maior idade e por último será feito um sorteio.

Cícero JANUSON Pereira de Sousa  
Escrevente Substituto

Art. 37- Os membros eleitos tomarão posse de imediato para suas funções e atribuições.

Art. 38- Não coincidindo o número de votantes com o de sobrecartas nas urnas, será anulada a eleição.



## CAPÍTULO V

### Do Patrimônio e Rendas

Art. 39- O patrimônio da entidade será constituído de:

- I- Doações, legados, contribuições e auxílios de pessoas físicas e jurídicas, de direito privado ou público, nacionais ou estrangeiros;
- II- Bens móveis e imóveis, adquiridos e ou recebidos em doações

Art. 40- Constituem receitas da entidade:

- I- Contribuições provenientes de Convênios, Acordos, Projetos, Contratos com entidades nacionais e internacionais;
- II- Contribuição dos sócios.

Parágrafo Único- As rendas, recursos e eventual resultado operacional, serão aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no Território Nacional

Art. 41- No caso de dissolução da instituição, os bens remanecentes serão destinados a outra instituição congênere do município, com personalidade jurídica ou para uma instituição pública, devidamente registrada no CNAS.

## CAPÍTULO VI

### Das Disposições Gerais

Art. 42- A Entidade será dissolvida por decisão da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, em primeira convocação com 2/3 (dois terços) e em segunda com qualquer número de associados, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades, de acordo com o artigo 21 do Código Civil Brasileiro.

Art. 43- O presente Estatuto, poderá ser reformulado em qualquer tempo, por decisão da maioria absoluta dos associados, em Assembléia

  
Cicero JANILSON Pereira de Sousa  
Escritor Substituto

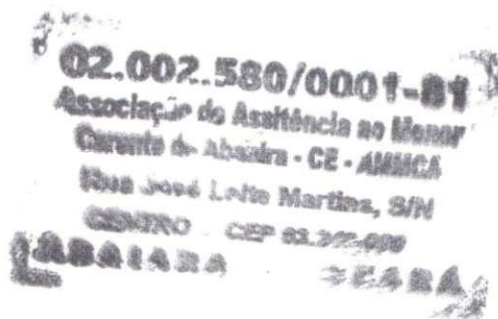
Geral especialmente convocada para esse fim, e em segunda convocação qualquer número.

Art. 44- Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembléia Geral.

Art. 45- O presente Estatuto, entrará em vigor na data do seu registro em Cartório.

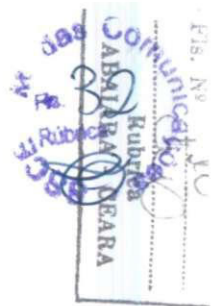
APROVADO EM ASSEMBLÉIA GERAL EM 14 DE 04 DE 1994

ABAIARA - CEARÁ, 14 DE 04 DE 1994



  
Cicero JANILSON Pereira de Sousa  
Escrevente Substituto

## DIRETORIA EXECUTIVA



PRESIDENTE

NOME - CESAR SALOMÃO MENDES DE LUCENA

NACIONALIDADE - BRASILEIRA

PROFISSÃO - MOTORISTA

ESTADO CIVIL - CASADO

ENDEREÇO - RUA JOAQUIM LEITE DA CUNHA S/N, ABAIARA, CEARÁ

C. IDENTIDADE 804.307 SPSP-PE

CPF - 090.273.864-04

VICE-PRESIDENTE

NOME - MARIA FRANCINEIDE ALCANTARA FILGUEIRA DE MEDEIROS

NACIONALIDADE - BRASILEIRA

PROFISSÃO - DO LAR

ESTADO CIVIL - CASADA

ENDEREÇO - AV. PE. IBIAPINA S/N, ABAIARA, CEARÁ

C. IDENTIDADE - 1.529.256 SSP-PE

CPF - 252.727.644-04

1º SECRETÁRIO

NOME - CECÍLIA OLIVEIRA DO NASCIMENTO

NACIONALIDADE - BRASILEIRA

PROFISSÃO - ESTUDANTE

ESTADO CIVIL - SOLTEIRA

ENDEREÇO - AV. PE. IBIAPINA S/N, ABAIARA, CEARÁ

C. IDENTIDADE - 970291139-49 SSP-CE

CPF

2º SECRETÁRIO

NOME - ELIZABETE GONÇALVES MAGALHÃES

NACIONALIDADE - BRASILEIRA

PROFISSÃO - PROFESSORA

ESTADO CIVIL - CASADA

ENDEREÇO - AV. PE. IBIAPINA S/N, ABAIARA, CEARÁ

C. IDENTIDADE - 550.483 SSP-CE

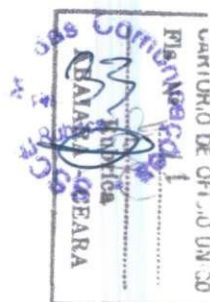
CPF - 307.332.353-87

1º TESOUREIRO

NOME - PEDRO GICÉLIO SAMPAIO

Cícero JANILSON Pereira de Sousa  
Escrevente Substituto

NACIONALIDADE - BRASILEIRA  
PROFISSÃO - COMERCIANTE  
ESTADO CIVIL - SOLTEIRO  
ENDEREÇO - AV. CEL. HUMBERTO BEZERRA S/N, ABAIARA, CEARÁ  
C. IDENTIDADE 1673440-90 SSP-CE  
CPF - 422.616.863-15



2º TEOUREIRO Luis Leite Sampaio  
NOME - LUIS LEITE SAMPAIO  
NACIONALIDADE - BRASILEIRA  
PROFISSÃO - ESTUDANTE  
ESTADO CIVIL - CASADO  
ENDEREÇO - RUA JOSIAS LEITE TEIXEIRA S/N, ABAIARA, CEARÁ.  
C. IDENTIDADE - 300.851 SSP-CE  
CPF - 056.260.723-49

### CONSELHO FISCAL

1º MEMBRO EFETIVO Mª Eunice Bezerra Moreira  
NOME - MARIA IVONETE BEZERRA MOREIRA  
NACIONALIDADE - BRASILEIRA  
PROFISSÃO - PROFESSORA  
ESTADO CIVIL - CASADA  
ENDEREÇO - AV. PE. IBIAPINA S/N, ABAIARA, CEARÁ  
C. IDENTIDADE - 305.016 SSP-CE  
CPF - 307.331.893-34

2º MEMBRO EFETIVO Adriana Tavares Teles  
NOME - ADRIANA TAVARES TELES  
NACIONALIDADE - BRASILEIRA  
PROFISSÃO - PROFESSORA  
ESTADO CIVIL - CASADA  
ENDEREÇO - JOSIAS LEITE TEIXEIRA, S/N, ABAIARA, CEARÁ  
C. IDENTIDADE - 232.238-81 SSP-CE  
CPF - 543.153.793-87

3º MEMBRO EFETIVO Maria de Fátima Dantas Moreira  
NOME - MARIA DE FÁTIMA DANTAS MOREIRA  
NACIONALIDADE - BRASILEIRA  
PROFISSÃO - PROFESSORA  
ESTADO CIVIL - CASADA

Cicero JANILSON Pereira de Sousa  
Escrivente Substituto

**CARTÓRIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL**

*Maria Helena Morais de Lucena*

G. P. P. 032.706.178-01

Federação, Oficial do Reg. de Imóveis, Títulos e Trans-

ações, Protestos e Oficial do Registro Civil

ABAIARA-COMARCA DE MILAGRES (CE)

Apostado hoje no Protocolo sob n.º 446

fls. 69v Registrado sob n.º R-19

fls. 69v do Livro n.º A de Registro

de Pessoa Jurídica

Abaiara, 18 de 07 de 1997

*Lucena*

OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS

**12465829/0001-49**

CARTÓRIO DE NOTAS E REGISTRO  
CIVIL DE ABAIARA

MARIA HELENA MORAIS DE LUCENA

RLA PADRE JOSÉ LUIZ SAMPAIO, S/N

CENTRO - G. P. P. 08.246

ABAIARA - COMARCA DE MILAGRES - CE

VALIDO SOMENTE COM  
DE AUTENTICIDADE



ENDEREÇO - RUA MISAEL ALVES DE MEDEIROS S/N, ABAIARA, CEARÁ  
C. IDENTIDADE - 624.283 SSP-CE  
CPF - 068.976.083-68



## SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL

1º SUPLENTE Francisca Moraes de Souza

NOME - FRANCISCA MORAIS DE SOUSA  
NACIONALIDADE - BRASILEIRA  
PROFISSÃO - PROFESSORA  
ESTADO CIVIL - CASADA  
ENDEREÇO - LICÍNIO LEITE SAMPAIO  
C. IDENTIDADE - 629.783 SSP-CE  
CPF 056.260.993-87

02.002.580/0001-81  
Associação de Assistência ao Menor  
Carente de Abaiara - CE - AMICA  
Rua José Leite Martins, S/N  
CENTRO - CEP 61.200-000  
ABAIARA - CEARÁ

2º SUPLENTE José Joaquim de Souza

NOME - JOSÉ JOAQUIM DE SOUZA  
NACIONALIDADE - BRASILEIRA  
PROFISSÃO - FOTÓGRAFO  
ESTADO CIVIL - CASADO  
ENDEREÇO - RUA JOSIAS LEITE TEIXEIRA  
C. IDENTIDADE - 1368882 SSP-CE  
CPF - 054.355.103-25

3º SUPLENTE Maria das Dores Félix Dantas

NOME - MARIA DAS DORES FÉLIX DANTAS  
NACIONALIDADE - BRASILEIRA  
PROFISSÃO - ESTUDANTE  
ESTADO CIVIL - CASADA  
ENDEREÇO - LICÍNIO LEITE SAMPAIO  
C. IDENTIDADE - 2306926-92 SSP-CE  
CPF - 625.224.423-68

12465829/0001-49  
CARTÓRIO DE NOTAS E REGISTRO  
CIVIL DE ABAIARA  
MARIA HELENA MORAIS DE LUCENA  
RUA PADRE JOSÉ LEITE SAMPAIO, S/N  
CENTRO - B. R. P. 61.248

C E R T I D ã O

ABAIARA - COMARCA DE MILAGRES - CE

CERTIFICO que foi apontado hoje no proc. sob  
Nº 446 fls. 69 Registrado sob Nº R-19, Livro "A" de Registro /  
de PESSOA JURÍDICA. O REFERIDO É VERDADE. DOU FÉ.  
Abaiara, 18 de Julho de 1997



MARIA HELENA MORAIS DE LUCENA

OFICIAL DO REGISTRO

Cícero JANILSON Pereira de Sousa  
Escrevente Substituto

CARTÓRIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL  
Maria Helena Moraes de Lucena  
Procuradora Oficial - P.º 662.730.172-01  
ABAIARA - COMARCA DE MILAGRES - CE

35  
Rubrica

## Ata da Assembléia Geral Extraordinária para alteração do Estatuto da Associação de Assistência ao Menor carente de Abaiara – Ce. – AAMCA.

Aos oito (08) dias do mês de Dezembro de mil novecentos e noventa e nove (1999) às 9:00 h (nove horas) na sede da referida Associação na rua José Leite Martins Nº 596-2, nesta cidade de Abaiara, deu-se início a ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA para a resolução da alteração Estatutária com a participação da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal. Depois da leitura do Estatuto o Presidente Sr. César Salomão Mendes de Lucena/ falou da necessidade de acrescentar o inciso IV ao Art. 2º do Estatuto da Associação, constando dentre os demais objetivos a execução de SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO conforme o artigo 15 parágrafo primeiro, alínea “a” do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto Nº 52.795/63 com redação dada pelo Decreto 2.108/96- Decretos estes lido em voz alta para conhecimentos dos membros/ que compõem a Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaiara = AAMCA. Não havendo mais nada a tratar o presidente encerrou a reunião Eu, Cecilia Oliveira do Nascimento, a escrevi e subscrevi. (aa) César Salomão Mendes de Lucena. Maria Francineide Alcantara Filgueira de Medeiros. Cecilia Oliveira do Nascimento. Elizabete Gonçalves Magalhães. Pedro Gicélio Sampaio. Luis Leite Sampaio. Maria Ivonete Bezerra Moreira. Adriana Tavares Teles. Maria de Fátima Dantas Moreira. Francisca Moraes de Sousa. José im de Sousa e Maria das Dores Felix Dantas.



C E R T I D ã O

CERTIFICO a requerimento verbal da parte inter

ressada de a presente Ata foi protocolada sob Nº 590 fls. 80 Livro 7 e Registrada sob Nº 547 livro B-03 fl. 001 e B-38 li vro 7 títulos e Documentos e Pessoa Jurídica respectivamente

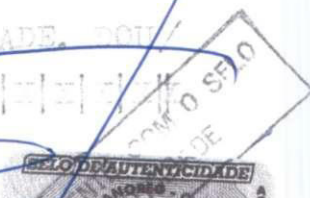
12455829/0001-49  
REGISTRO  
DE MILAGRES

08 de Dezembro de 1999, O REQUERIDO É VERDADE. DOU/

08 de Dezembro de 1999 [X] [X] [X] [X] [X] [X] [X] [X] [X] [X]

Ubirajara Felix de Sousa

Cicero JANILSON Pereira de Sousa  
Escrevente Substituto



V. Ata de Eleição da diretoria em exercício,  
devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;



**ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA**  
CNPJ- 02.002.580/0001-81  
RUA JOSÉ LEITE MARTINS, 596-B-CENTRO  
ABAIARA-CEARÁ  
abaiara\_fm@hotmail.com

LIVRO Nº 001  
FOLHAS- 15  
CÓPIA AUTÊNTICA

17/07/2013

Ata de eleição de posse da diretoria da **AAMCA**-Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaiara-CE aos (17) dezessete dias do mês de julho de dois mil e treze (2013) às 10:00 horas na sede da entidade, situada à Rua José Leite Martins, 596-B Centro. Deu-se início aos trabalhos de eleição e posse da nova diretoria da entidade com a publicação do edital fixado em lugares públicos deste município em data de 28 de junho de 2013. Iniciaram-se os trabalhos com a leitura discussão do estatuto, em seguida houve a apresentação dos membros para nova diretoria que irá administrar por mais quatro anos. Período este que terá início hoje 17 de julho de 2013 com término em 17 de julho de 2017. Foi decidido que a escolha dos candidatos seria por voto secreto, considerando eleito ao cargo de Presidente, aquele que obtivesse a maioria dos votos dos associados. Os indicados ao cargo de presidente tudo como manda o artigo 34 do Estatuto da referida entidade foram: Concorrendo a reeleição Maria Cícera Nunes dos Santos, brasileira, solteira, agricultora inscrita no CIC/MF sob o Nº 017.828.453-05 portadora da Cédula de Identidade Nº 2001029022370 SSP/CE residente e domiciliada Rua José Dantas de Moraes, e Maria Auxiliadora Ludugero dos Santos, brasileira, solteira, agricultora, inscrita no CIC/MF sob Nº 908.170.953-49, portadora da Cédula de Identidade Nº 96029532021 SSP/CE residente e domiciliada na Rua José Leite Martins S/N nesta cidade. De acordo com o artigo do Estatuto supracitado foi reeleita a Presidente da Associação Maria Cícera Nunes dos Santos que por mais quatro anos irá presidir os trabalhos **AAMCA**-Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaiara-CE e ao Cargo de Vice Presidente Ana Paula de Moraes Pereira, brasileira, casada, Radialista, portadora da Cédula de identidade Nº 3215449-97 SSP/CE inscrita no CIC/MF sob o Nº 004.226.103-13 residente e domiciliada na Rua José Leite Martins S/N. E demais cargos de: 1º Secretário, João Veríssimo Moraes Neto, Brasileiro, Solteiro, Acadêmico de Direito, portador do RG Nº 7871314-SDS/PE, Inscrito no CIC/MF sob Nº 076.840.014-77, residente e domiciliado na Rua José Leite Martins, S/N nesta cidade. 2º Secretário: Genildo Teixeira da Andrade, brasileiro, casado, promotor de vendas, portador do RG Nº 2896462-94 SSP/CE, Inscrito no CIC/MF sob Nº 800.721.783-53, residente e domiciliado na Vila São José neste município. 1ª Tesoureira: Maria Regilânia Alves dos Santos Andrade, brasileira, casada, radialista, portadora do RG Nº





ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA

CNPJ- 02.002.580/0001-81

RUA JOSÉ LEITE MARTINS, 596-B-CENTRO

ABAIARA-CEARÁ

abaiara\_fm@hotmail.com

2007608882-5 SSP/CE e Inscrita no CIC/MF sob Nº 978.908.123-53, residente na Vila São José neste município. 2º Tesoureiro: Maria de Fátima Moura, brasileira, divorciada, agricultora, portadora do RG Nº 1.367.196-SSP/CE e Inscrita no CIC/MF sob Nº 443.431.083-68 residente e domiciliada a Rua José Dantas de Moraes S/N. Eleitos como Conselho Fiscal, 1º membro: Maria Gisele da Conceição Lima, brasileira, solteira, Assistente Social, portadora do RG Nº 2004099064301 SSP/CE e Inscrita no CIC/MF sob Nº 044.427.743-90, residente na Rua Joaquim Leite da Cunha S/N nesta cidade. 2º membro: Cibele da Conceição Lima, brasileira, solteira, estudante de Psicologia, portadora do RG Nº 2007394054-7 SSP/CE e Inscrita no CIC/MF sob Nº 049.866.073-75; 3º membro: Maria Dionelma Nascimento Monteiro, brasileira, solteira, empresária, portadora do RG Nº 30-583-921-4 SSP/SP e Inscrita no CIC/MF sob Nº 851.957.403-30 residente e domiciliada na Rua Padre Ibiapina Nº 38 nesta cidade. 1º Suplente Fabiano Bento de Lima, brasileiro, casado, Promotor de Vendas portadora do RG Nº 2004099064182 SSP/CE e Inscrito no CIC/MF sob Nº 039.691.293-11, residente e domiciliado na Rua Padre Ibiapina S/N. 2º suplente: Cícera Caetano do Nascimento, portadora do RG Nº 99099089822 SSP/CE e Inscrita no CIC/MF sob Nº 891.533.243-15, residente e domiciliada na Rua José Leite Martins S/N nesta cidade. 3º suplente: Maria Auxiliadora Ludugério dos Santos, brasileira, solteira, agricultora portadora do RG Nº 96029532021 SSP/CE SSP/CE e Inscrita no CIC/MF sob Nº 908.170.953-49, residente e domiciliada na Rua José Leite Martins S/N nesta cidade. Depois de composta a diretoria os membros eleitos foram empossados prometendo cumprir com seus deveres de acordo com o Estatuto da AAMCA. Todos os eleitos foram parabenizados pelos demais presentes que manifestaram satisfação em poder participar e ajudar as pessoas carentes da comunidade, especialmente os menores. Não havendo mais nada a tratar deu-se por encerrada a Sessão. Abaiara, CE 17 de julho de 2013. Eu, (a) João Veríssimo Moraes Neto, primeiro secretário, a escrevi e subscrevi. (A.A) Cícera Nunes dos Santos, Ana Paula de Moraes Pereira, Genildo Teixeira da Andrade, Maria Regilânia Alves dos Santos Andrade, Maria de Fátima Moura, Gisele da Conceição Lima, Cibele da Conceição Lima, Maria Dionelma Nascimento Monteiro, Fabiano Bento de Lima, Cícera Caetano do Nascimento, Auxiliadora Ludugério dos Santos. Está conforme o original.

Apontado hoje no Protocolo sob n.º 2790

fls. 075 Registro 89

fls. 059 de registro de PESSOAS JURÍDICAS

Abaiara, 03 de SETEMBRO de 2013

OFICIAL DO REGISTRO

Cícero JANILSON Pereira de Sousa  
Escrevente Substituto



CARTÓRIO MORAIS DE LUCENA  
CNPJ 12.465.829/0001-49

A presente cópia confere com a Original.  
Dou fé Abaiara, 17 SET 2013

- ( ) Maria Helena Moraes de Lucena
- ( ) João Veríssimo de Moraes Neto
- ( ) Luis César Moraes de Lucena



Cícero JANILSON Pereira de Sousa  
Escrevente Substituto



VI. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea "e", da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

B. Santo-CE



*Maria Cicera Nunes dos Santos*

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2001029022370

DATA DE EXPEDIÇÃO 25/4/2001

NOME MARIA CICERA NUNES DOS SANTOS

FILIAÇÃO JOSE JOSIAS NUNES DOS SANTOS

MARIA DO SOCORRO DE SOUSA

NATURALIDADE BREJO SANTO-CE

DOC ORIGEM CERT. NASC. 1681 L A-3 F

73-V DST. SAO FELIPE B. SANTO-CE

CPF

DATA DE NASCIMENTO 16/5/1978

ASSINATURA DO DIRETOR

7116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição 017.828.453-05

Nome MARIA CICERA NUNES DOS SANTOS

Nascimento 16/05/1978

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL

GNPJ 12.465.829/0001-49

A presente cópia confere com a Original

Dou de Ato de 24 OUT 2013

- Maria Helena Moraes de Lucena
- João Venâncio de Moraes
- Luiz César Moraes de Lucena

Selo de Autenticidade

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

HIUC 03

AUTENTICAÇÃO

Nº FP 984.413

Cícero JANILSON Pereira de Sousa

Escrevente Substituto

Cartão de uso pessoal e intransferível

Deve ser apresentado junto com um documento de identidade

Emissão 16/05/2004

CORREIOS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR MARIA CICERA NUNES DOS SANTOS

DATA DE NASCIMENTO 16/05/1978

Nº INSCRIÇÃO 438542207/28

ZONA 026

SEÇÃO 0079

MUNICÍPIO / UF PARA / CE

DATA DE EMISSÃO 30/05/94

1212 ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

*Maria Cicera Nunes dos Santos*

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

JUSTIÇA ELEITORAL 1º TURNO

COMPROVANTE DE VOTAÇÃO 03/10/2004

MARIA CICERA NUNES DOS SANTOS

Inscrição: 0438 5422 0728

DT.NASC: 26/05/1978 ZONA: 026 SECAO: 0079

das Comunicações  
40  
Rubrica

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3215449- 97 DATA DE EXPEDIÇÃO 18.08.97

NOME ANA PAULA DE MORAIS AZEVEDO

FILIAÇÃO Edmilson Pereira de Azevedo  
Lieje Selvane Batista de Moraes

Milagres- CE 10.11.1975

NATURALIDADE

Cert. Nas. Nº086, Lv. A/33, Fls. 244v

DOC. de Milagres- CE

CPF

FORTALEZA-CE

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

CARTÓRIO MORAIS DE LUCENA  
CNPJ 12.465.829/0001-49

A presente cópia confere com a Original  
Dou fé Aquirara, 09 OUT 2013

- ( ) Maria Helena Moraes de Lucena
- ( ) João Veríssimo de Moraes Neto
- ( ) Luis César Moraes de Lucena



Cleto JANILSON Pereira de Sousa  
Escrevente Substituto

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ B. Santo-Co.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



Ana Paula de Azevedo

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

7.871.314

24/08/2005

JOÃO VERISSIMO DE MORAIS NETO

CE

CESAR SALOMÃO MENDES DE LUCENA

MARIA HELENA MORAIS DE LUCENA

BARBALHA - CE

02/03/1988

CN 820141-69-AF-284V-CAR-4ºZONA RECIFE-PE

27.04.1988

LEI Nº 7.116 DE 29/08/80

F-16 50.399

Ass. das Comunicações

Rubrica

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE PERAMBICO

AC-02

JOÃO NETO

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

JOÃO VERISSIMO DE MORAIS NETO

02/03/1988

0654 9821 0760

026

0091

14/09/2005

Selo de Autenticidade

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

DUSH 03

AUTENTICAÇÃO

Nº FP 984.415

CARTÓRIO MORAIS DE LUCENA

CNPJ 12.465.829/0001-49

A presente cópia confere com a Original

Do fe. Abate, 09/OUT 2013

- ( ) Maria Helena Moraes de Lucena
- ( ) João Venissimo de Moraes Neto
- ( ) Luis César Moraes de Lucena

Cícero JANILSON Pereira de Sousa

Escrevente Substituto

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal

CPF

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Número de Inscrição

076.840.014-77

Nome

JOÃO VERISSIMO DE MORAES NETO

Nascimento

02/03/1988

das Comunicações  
42  
Rubrica

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2007608882 - 5 DATA DE EXPEDIÇÃO 20/07/2010

NOME MARIA REGILÂNIA ALVES DOS SANTOS ANDRADE

FILIAÇÃO VALDENAR ROBERTO DOS SANTOS REGINA ALVES DOS SANTOS

NATURALIDADE JUAZEIRO DO NORTE - CE DATA DE NASCIMENTO 13/01/1983

DOC. ORIGEM CERT. CASAMENTO - CARTÓRIO:SEDE TERMO:803 FOLHA:107 LIVRO:B 04 ABAIARA - CE

CPF 978.908.123-53 RG: ANT: 35103842000 P.: 5

1 VIA

ASSINATURA DO DETENTOR

LEI Nº 7.114 DE 29/08/83

CARTÓRIO MORAIS DE LUCENA  
CNPJ 12.465.829/0001-49

A presente cópia confere com a Original  
Doufe Abaiara 09 OUT 2013



Maria Helena Morais de Lucena  
Veríssimo de Morais Neto  
César Morais de Lucena  
Cicero JANILSON Pereira de Sousa  
Escrevente Substituto

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ

COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO NUMÁRIA E PERÍCIAS BIONÊTICAS

Polegar Direito

Maria Regilânia Alves dos Santos Andrade

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2008397129 - 1 DATA DE EXPEDIÇÃO 04/12/2012

NOME MARIA DE FÁTIMA DE MOURA SILVA

FILIAÇÃO JOÃO FRANCISCO DE MOURA LUZIA RAIMUNDA DA SILVA

NATURALIDADE ABAIARA - CE DATA DE NASCIMENTO 06/02/1952

DOC. ORIGEM CERT. CASAMENTO - CARTÓRIO: SEDE TERMO: 88 FOLHA: 10 LIVRO: B/01 ABAIARA - CE

RG: ANT: 1367196 P.: 55

1 VIA

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

PEREIRA FORCENSO DO ESTADO DO CEARÁ

IDENTIFICAÇÃO DE RESIDÊNCIA E DEFESA SOCIAL

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Polgar Direito

Maria de Fátima de Moura Silva

CARTÓRIO MORAIS DE LUCENA  
CNPJ 12.465.829/0001-49

A presente cópia confere com a Original

Dante Abela - 09 OUT 2013

- ( ) Maria Helena Morais de Lucena
- ( ) João Veríssimo de Morais Neto
- ( ) Luis César Morais de Lucena



Cícero JANILSON Pereira de Sousa  
Escrivente Substituto

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal

Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número 443.431.083-68

Nome MARIA DE FÁTIMA DE MOURA

Nascimento 06/02/1952

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
E DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

*Maria Gisele Conceição Lima*  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2004099064301 DATA DE EXPEDIÇÃO 13/8/2004

NOME MARIA GISELE CONCEIÇÃO LIMA

FILIAÇÃO IRIVALDO DE ARAUJO LIMA E VERA LUCIA DA CONCEIÇÃO LIMA

NATURALIDADE SÃO MIGUEL-SP DATA DE NASCIMENTO 18/5/1990

DOC. ORIGEM CERT. NASC. 167032 L A 272 F 159 SÃO PAULO-SP

CPF

PORTALEZA-CE

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Selo de Autenticidade  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ  
X69G 03  
AUTENTICAÇÃO  
Nº FP 984.418

*Maria Gisele Conceição Lima*  
ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR MARIA GISELE CONCEIÇÃO LIMA

DATA DE NASCIMENTO 18/05/1990 Nº INSCRIÇÃO 0790.7285 0/24 ZONA 026 SEÇÃO 0005

MUNICÍPIO / UF ABAIARA/CE DATA DE EMISSÃO 09/10/2007

JUIZ ELEITORAL

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

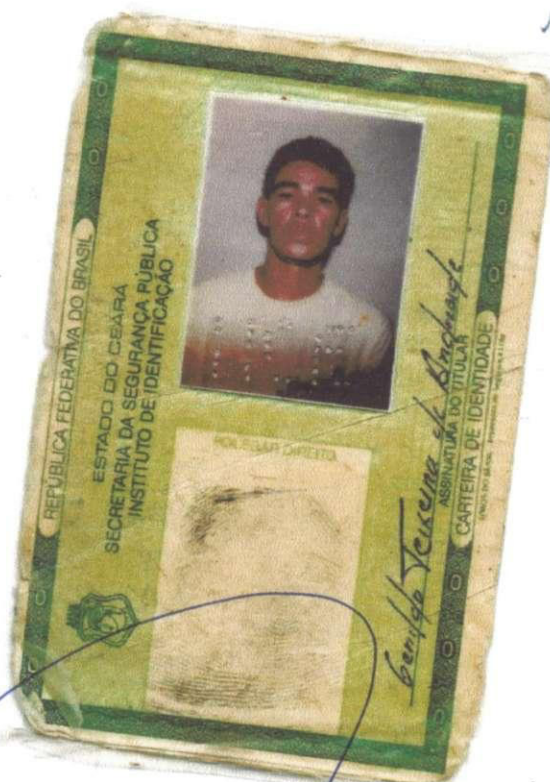
MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas  
Número de Inscrição  
044.427.743-90

Nome  
MARIA GISELE CONCEIÇÃO LIMA

Nascimento  
18/05/1990



CARTÓRIO MORAIS DE LUCENA  
CNPJ 12.465.829/0001-49

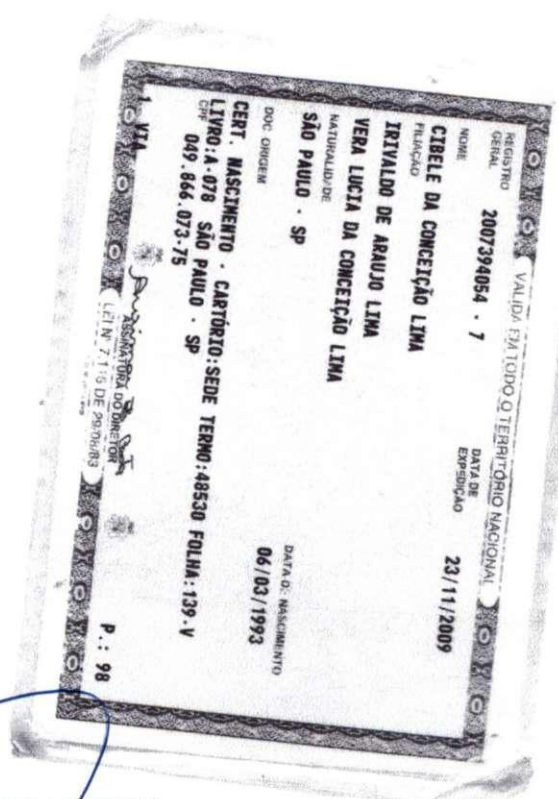
A presente cópia confere com a Original  
Dou fé Abaiara 19 OUT, 2013

- ( ) Manoela Helena Moraes de Lucena
- ( ) João Veríssimo de Moraes Neto
- ( ) Luis Cesar Moraes de Lucena

Cícero JANILSON Pereira de Sousa  
Escrevente Substituto



das Comarca  
46  
Rúbrica



CARTÓRIO MORAIS DE LUCENA  
PJ 12.465.829/0001-49

Presente cópia confere com a Original.  
Cicero Abreu, 04 OUT 2013

- ( ) Maria Helena Moraes de Lucena
- ( ) João Verissimo de Moraes Neto
- ( ) Luis César Moraes de Lucena

Cicero JANILSON Pereira de Sousa  
Escrevente Substituto



Ass. das Comun. 47

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

249-3

*Maria Dionelma Nascimento Monteiro*

CARTEIRA DE IDENTIDADE

CARTÓRIO MORAIS DE LUCENA  
CNPJ 12.465.829/0001-49

A presente cópia confere com a Original  
Dou fé Abaitara 09 OUT 2013

- ( ) Maria Helena Moraes de Lucena
- ( ) João Veríssimo de Moraes Neto
- ( ) Luis César Moraes de Lucena

Selo de Autenticidade

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

MEIT 03

AUTENTICAÇÃO

Nº FP 984.420

Escritório JANILSON Pereira de Sousa

Escrevente Substituto

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 30.583.921-4

DATA DE EXPEDIÇÃO 13/OUT/93

NOME MARIA DIONELMA DO NASCIMENTO

FILIAÇÃO DIODECÍLIO JOSE MONTEIRO

E MARIA DO CARMO DO NASCIMENTO

NATURALIDADE ABAITARA -CE

DATA DE NASCIMENTO 20/JUL/1970

DOE ORIGEM ABAITARA CE

CNPJ CN:LV-A12 /FLS.65 /N.004353

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2004099064182 13/8/2004

FABIANO BENTO DE LIMA

FRANCISCO BENTO SOBRINHO E MARIA  
A. GANZAGA DE LIMA

11/9/1997

17106 L A 15 F

1001000 BREJO SANTO-CE

CARTÃO DE IDENTIDADE

LEI Nº 7.116 DE 29/05/93

*Fabiano Bento de Lima*



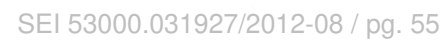
CARTÓRIO MORAIS DE LUCENA  
CNPJ 12.465.829/0001-49

Presente cópia confere com a Original

Dou fe Abaixo em 09/08/2013

- ( ) Maria Helena Moraes de Lucena
- ( ) João Veríssimo de Moraes Neto
- ( ) Luis Cesar Moraes de Lucena

Cícero JANILSON Pereira de Sousa  
Escrevente Substituto



das Com  
90  
Rubrica

96029532021 20/12/1996  
MARIA AUXILIADORA LUDUGERIO DOS SANTOS  
MANOEL JOAQUIM DOS SANTOS E MAR LUDUGERIO DOS SANTOS  
MILAGRES-CE 31/7/1976  
CERT. CASAM. 359 L B02 F  
263 ABAIARA-CE

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Receita Federal  
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número 908.170.953-49

Nome MARIA AUXILIADORA LUDUGERIO DOS SANTOS

Nascimento 31/07/1976

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE  
54B2.C546.5239.47DB

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na internet, no endereço  
[www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)

Comprovante emitido pela  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
às 08:12:59 do dia 23/04/2013 (hora e data de Brasília)  
dígito verificador: 00

CARTÓRIO MORAIS DE LUCENA  
CNPJ 12.465.829/0001-49  
A presente cópia confere com a Original  
Dou fe Abaiera, 10 OUT/ 2013

- ( ) Maria Helena Morais de Lucena
- ( ) João Venissimo de Morais Neto
- ( ) Luis Cesar Morais de Lucena

Cicero JANILSON Pereira de SOUSA  
Escrevente Substituto



ABAIARA

ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

908.170.953-49



VII. Declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço, de acordo com ao subitem 8.1, alínea "g", da Norma nº 01/2011;



## AAMCA

ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA

CNPJ- 02.002.580/0001-81

RUA JOSÉ LEITE MARTINS, S/N-CENTRO

ABAIARA-CEARÁ – CEP: 63240-000

abaiara\_fm@hotmail.com

### DECLARAÇÃO DE FIEL CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Nós, na qualidade de dirigentes da –AAMCA- ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA, declaramos, para os devidos fins, que nos comprometemos ao fiel cumprimento da Norma nº 01/2011 subitem 8.1 alínea “g” do Regulamento e das Normas estabelecidas para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Abaiara-CE, 13 de setembro de 2013.

Maria Cícera Nunes dos Santos

Maria Cícera Nunes dos Santos – PRESIDENTE

CPF/MF sob o Nº 017.828.453-05

Ana Paula de Moraes Pereira

Ana Paula de Moraes Pereira- VICE –PRESIDENTE

CPF Nº 004.226.103-13

João Veríssimo de Moraes Neto

João Veríssimo Moraes Neto – 1º SECRETÁRIO

CPF/MF sob Nº 076.840.014-77

Genildo Teixeira da Andrade

Genildo Teixeira da Andrade – 2º SECRETÁRIO

CPF/MF sob Nº 800.721.783-53

Maria Regilânia Alves dos Santos Andrade

Maria Regilânia Alves dos Santos Andrade – 1ª TESOUREIRA

CPF Nº 978.908.123-53

Maria de Fátima Moura

Maria de Fátima Moura – 2ª TESOUREIRA

CPF/MF sob Nº 443.431.083-68

Maria Gisele Conceição Lima  
Maria Gisele da Conceição Lima, - Conselho Fiscal, 1º membro  
CPF/MF sob Nº 044.427.743-90

Cibele da Conceição Lima  
Cibele da Conceição Lima – Conselho Fiscal - 2º membro  
CPF/MF sob Nº 049.866.073-75

Maria Dionelma Nascimento Monteiro  
Maria Dionelma Nascimento Monteiro – Conselho Fiscal 3º membro  
CPF Nº 851.957.403-30

Fabiano Bento de Lima  
Fabiano Bento de Lima - 1º Suplente  
CPF Nº sob Nº 039.691.293-11

Cícera Caetano do Nascimento  
Cícera Caetano do Nascimento - 2º suplente  
CPF/MF sob Nº 891.533.243-15

Maria Auxiliadora Ludugério dos Santos  
Maria Auxiliadora Ludugério dos Santos - 3º suplente:  
CPF/MF sob Nº 908.170.953-49



VIII. Declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação, de acordo com ao subitem 8.1, alínea "f.l", da Norma nº 01/2011;



## **AAMCA**

**ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA**

**CNPJ- 02.002.580/0001-81**

**RUA JOSÉ LEITE MARTINS, S/N-CENTRO**

**ABAIARA-CEARÁ**

**abaiara\_fm@hotmail.com**

### **DECLARAÇÃO**

Declaro, para os devidos fins que se fizerem necessários, que todos os dirigentes da AAMCA- ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA residem na área da comunidade a ser atendida pela estação, de acordo com o subitem 8.1. alínea "f.1", da norma nº 01/2011. Para clareza, firmo o presente.

Abaiara-CE, aos 13 de setembro de 2013.

*Maria Cicera Nunes dos Santos*

**MARIA CICERA NUNES DOS SANTOS**

**CPF Nº 017.828.453-05**

**PRESIDENTE**



IX. Declaração, assinada pelo representante legal, de que: a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados; de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea "f.2", da Norma nº 01/2011;



## **AAMCA**

**ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA**

**CNPJ- 02.002.580/0001-81**

**RUA JOSÉ LEITE MARTINS, S/N-CENTRO**

**ABAIARA-CEARÁ – CEP: 63240-000**

**abaiara\_fm@hotmail.com**

### **D E C L A R A Ç ã O**

Declaro, para os devidos fins que se fizerem necessários, que a AAMCA- ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA, não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados. Para clareza, firmo o presente.

Abaiara-CE, aos 13 de setembro de 2013.

*Maria Cícera Nunes dos Santos*

**MARIA CICERA NUNES DOS SANTOS**

**CPF Nº 017.828.453-05**

**PRESIDENTE**



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE FORTALEZA  
FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

NÚMERO DA CERTIDÃO 5357093226

AÇÕES CRIMINAIS, EXECUÇÕES PENAS E AUDITORIA MILITAR

Natureza: Criminal

Certifico que, revendo os registros de Distribuição, até a presente data, **contra:**

<b>NOME COMPLETO</b>	CICERA CAETANO DO NASCIMENTO
<b>CPF</b>	89153324315

**NADA CONSTA**  
na Justiça Estadual de 1ª Instância da Comarca de Fortaleza

**Observação:**

1. Esta certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através da internet, de acordo com a Portaria nº 617, de 09 de outubro de 2008, da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua;
2. O nome e o CPF constantes nesta Certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário;
3. Esta Certidão tem validade de 30 (trinta) dias, a partir da data da emissão, podendo sua autenticidade ser validada na página do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, <http://www.tjce.jus.br>
4. Esta Certidão foi emitida gratuitamente;
5. Esta Certidão é válida apenas para maiores de 18 anos.

Certidão emitida em Wednesday, October 09, 2013 às 4:34:59 PM



## JUSTIÇA ELEITORAL

### TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

#### Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **CICERA CAETANO DO NASCIMENTO**

Inscrição: **052163210701** Zona: 26 Seção: 7

Município: 13013 - ABAIARA UF: CE

Data de Nascimento: 14/02/1980 Domiciliada desde: 06/05/1998

Filiação: MARIA CAETANO DA SILVA  
JOSE FERREIRA DO NASCIMENTO

Certidão emitida às 10:38 de 13/09/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

**I11B.IKV2.ZLQA.LI8M**

ESTADO DO CEARÁ - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMARCA VINCULADA DE ABAIARA  
FÓRUM LUIZ DE BORBA MARAMHÃO  
Rua João Felinto de Sousa, S/N.º, FONE: 558-1313



**CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**

CERTIFICO em virtude da faculdade que me é conferida por lei que, revendo os arquivos desta Secretaria de Vara Única, bem como no setor de cadastramento de feitos, deles verifiquei **NÃO CONSTAR** o nome de MARIA AUXILIADORA LUDUGERIO DOS SANTOS, brasileira, RG. n. 96029532021 SSP/CE., nascida aos 31/07/1976, filha de Manoel Joaquim dos Santos e Maria Ludugeiro dos Santos, residente na rua Jose Leite Martins, s/n, Abaiara-CE., **INEXISTINDO** contra a mesma qualquer procedimento de natureza Criminal nesta Comarca de Abaiara.

O referido é verdade. Dou fé.

Abaiara-CE, 17 de setembro de 2013.





Poder Judiciário

**JUSTIÇA FEDERAL**

**Nº 201300545825**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

**AÇÕES E EXECUÇÕES**

Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

**MARIA AUXILIADORA LUDUGERIO DOS SANTOS**

**CPF: 908.170.953-49**

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Ceará.

Observações:

**1 - Esta certidão NÃO abrange processos de competência de Juizados Especiais Cíveis**

**2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;**

**3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);**

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfce.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

Fortaleza, 09/10/2013 16:36:19

Endereço: Praça Murilo Borges, s/n Centro - Fortaleza - CE CEP 60035-210

Fone: (85) 85 3521.2743



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE FORTALEZA  
FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

NÚMERO DA CERTIDÃO 4131839956

AÇÕES CRIMINAIS, EXECUÇÕES PENAS E AUDITORIA MILITAR

Natureza: Criminal

Certifico que, revendo os registros de Distribuição, até a presente data, **contra:**

<b>NOME COMPLETO</b>	MARIA AUXILIADORA LUDUGÉRIO DOS SANTOS
<b>CPF</b>	90817095349

**NADA CONSTA**  
na Justiça Estadual de 1ª Instância da Comarca de Fortaleza

**Observação:**

1. Esta certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através da internet, de acordo com a Portaria nº 617, de 09 de outubro de 2008, da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua;
2. O nome e o CPF constantes nesta Certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário;
3. Esta Certidão tem validade de 30 (trinta) dias, a partir da data da emissão, podendo sua autenticidade ser validada na página do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, <http://www.tjce.jus.br>
4. Esta Certidão foi emitida gratuitamente;
5. Esta Certidão é válida apenas para maiores de 18 anos.

Certidão emitida em Wednesday, October 09, 2013 às 4:37:13 PM

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **MARIA AUXILIADORA LUDUGERIO DOS SANTOS**  
Inscrição: **043851920744**      Zona: 26      Seção: 4  
Município: 13013 - ABAIARA      UF: CE  
Data de Nascimento: 31/07/1976      Domiciliada desde: 29/05/1994  
Filiação: MARIA LUDUGERIO SANTOS  
                 MANOEL JOAQUIM DOS SANTOS

Certidão emitida às 08:43 de 08/10/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **JI6N.REØF.NVOC.VQTF**

\* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**



**CERTIDÃO CONJUNTA POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA**  
**DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA CE**  
**CNPJ: 02.002.580/0001-81**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. não constam pendências relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB); e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União com exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos por penhora em processos de execução fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços < <http://www.receita.fazenda.gov.br> > ou < <http://www.pgfn.fazenda.gov.br> >.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 09:12:52 do dia 09/10/2013 <hora e data de Brasília>.

Válida até 07/04/2014.

Código de controle da certidão: **DDB4.CF76.4C47.020C**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Procuradoria Geral do Estado**

**Certidão Negativa de Débitos Estaduais  
Nº 201305430802**

**Emitida para os efeitos da Instrução Normativa Nº 13 de 02/03/2001**

<b>IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE</b>
<b>Inscrição Estadual:</b> *****
<b>CNPJ / CPF:</b> 02.002.580/0001-81
<b>RAZÃO SOCIAL:</b> *****

Ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.

**EMITIDA VIA INTERNET EM 09/10/13 ÀS 10:58:25  
VÁLIDA ATÉ 08/12/2013**

**A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no  
endereço [www.sefaz.ce.gov.br](http://www.sefaz.ce.gov.br)**



ESTADO DO CEARÁ  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAIARA**

RUA ESPEDITO OLIVEIRA DAS NEVES, Nº 70 – CENTRO – ABAIARA-CE.

CGC: 07.411.531/0001-16

CGF: 06.920.222-2

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS**  
Nº 065/2013

**REQUERENTE: ASSOCIAÇÃO DE ASSISTENCIA AO MENOR CARENTE  
DE ABAIARA-CEARÁ**

**CNPJ: 02.002.580/0001-81**

**ENDEREÇO: RUA JOSE LEITE SAMPAIO, S/N-ABAIARA-CEARÁ**

RESSALVADO O DIREITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE INSCREVER E COBRAR AS DÍVIDAS QUE VENHAM A SER APURADAS, CERTIFICO, PARA FINS DE DIREITO, QUE REVENDO OS REGISTROS DO CADASTRO DE INADIPLENTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, VERIFICOU-SE NADA EXISTIR EM NOME DO (A) REQUERENTE ACIMA. IDENTIFICADO (A) ATÉ A PRESENTE DATA E HORÁRIO, E, CONSTAR, FOI EMETIDA ESTA CERTIDÃO.

**DATA DE EMISSÃO 13 DE SETEMBRO DE 2013.**

**DATA DE VENCIMENTO 31 DE DEZEMBRO DE 2013.**

  
REGILÂNIO TAVARES MARTINS  
(SECRETÁRIO DE FINANÇAS)



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**

66  
Fis  
C/S  
98030

**CERTIDÃO NEGATIVA**  
**DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES**  
**PREVIDENCIÁRIAS E ÀS DE TERCEIROS**

Nº 000352013-05021580

Nome: ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA AO MENOR CARENTE DE  
ABAIARA C

CNPJ: 02.002.580/0001-81

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art.931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço< <http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 17/09/2013.

Válida até 16/03/2014.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 02002580/0001-81  
**Razão Social:** ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA C  
**Nome Fantasia:** A A M C A  
**Endereço:** RUA JOSE LEITE MARTINS SN / CENTRO / ABAIARA / CE / 63240-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 20/09/2013 a 19/10/2013

**Certificação Número:** 2013092010302088011991

Informação obtida em 20/09/2013, às 10:30:20.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO



## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA CE  
(MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 02.002.580/0001-81

Certidão n°: 36085405/2013

Expedição: 20/09/2013, às 10:31:18

Validade: 18/03/2014 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA CE (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° 02.002.580/0001-81, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

XII - Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora;



**ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA**  
CNPJ- 02.002.580/0001-81  
RUA JOSÉ LEITE MARTINS, 596-B-CENTRO  
ABAIARA-CEARÁ  
abaiara\_fm@hotmail.com

### Relatório de Avaliação do Conselho Comunitário

A rádio comunitária Abaiara FM é amplamente reconhecida pelo trabalho que desenvolve, transmitindo em sua programação diária programas de interesse social vinculada à realidade local que visa contribuir com ampliação da cidadania, democratizando a informação, melhorando o nível cultural dos ouvintes sobre temas relacionados às suas vidas. A emissora permite ainda a participação ativa e autônoma das pessoas residentes na localidade e de representantes de movimentos sociais. Entende-se também que é de grande valia a contribuição da emissora na parte de evangelização da cidade e das comunidades vizinhas contribuindo assim para o engrandecimento do Reino de Deus.

Carlos Jean Cavalcante Sobrinho

Carlos Jean Cavalcante Sobrinho  
CPF: 047.027.523-59  
RG: 2004099062740 SSP-CE

Ângelo Furtado Sampaio

Ângelo Furtado Sampaio  
CPF: 307.370.603-87  
RG: 694187-83 SSP-CE

Elias Ribeiro Neto

Elias Ribeiro Neto  
CPF: 702.423.643-49  
RG: 1466587-88 SSP-CE

João Lourenço Pereira Sobrinho

João Lourenço Pereira Sobrinho  
CPF: 443.430.513-15  
RG: 2169402-91 SSP-CE

Francisco Oliveira de Sousa

Francisco Oliveira de Sousa  
RG - 2008367706-7 SSP-CE  
CPF - 038.544.563-60



Poder Judiciário

**JUSTIÇA FEDERAL**

**Nº 201300499377**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

**AÇÕES E EXECUÇÕES**

Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

**CIBELE DA CONCEICAO LIMA**

**CPF: 049.866.073-75**

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Ceará.

Observações:

**1 - Esta certidão NÃO abrange processos de competência de Juizados Especiais Cíveis**

**2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;**

**3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);**

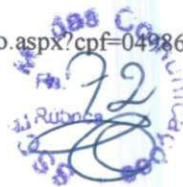
**Atenção:**

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfce.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total **conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.**

Fortaleza, 17/09/2013 10:25:45

Endereço: Praça Murilo Borges, s/n Centro - Fortaleza - CE CEP 60035-210

Fone: (85) 85 3521.2743



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE FORTALEZA  
FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

NÚMERO DA CERTIDÃO 1339236916

AÇÕES CRIMINAIS, EXECUÇÕES PENAIS E AUDITORIA MILITAR

Natureza: Criminal

Certifico que, revendo os registros de Distribuição, até a presente data, **contra:**

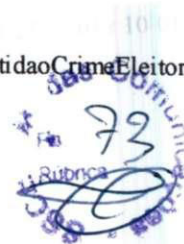
<b>NOME COMPLETO</b>	CIBELE CONCEIÇÃO LIMA
<b>CPF</b>	04986607375

**NADA CONSTA**  
na Justiça Estadual de 1ª Instância da Comarca de Fortaleza

**Observação:**

1. Esta certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através da internet, de acordo com a Portaria nº 617, de 09 de outubro de 2008, da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua;
2. O nome e o CPF constantes nesta Certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário;
3. Esta Certidão tem validade de 30 (trinta) dias, a partir da data da emissão, podendo sua autenticidade ser validada na página do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, <http://www.tjce.jus.br>
4. Esta Certidão foi emitida gratuitamente;
5. Esta Certidão é válida apenas para maiores de 18 anos.

Certidão emitida em Tuesday, September 17, 2013 às 10:33:47 AM



## JUSTIÇA ELEITORAL

### TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

#### Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **CIBELE DA CONCEICAO LIMA**  
Inscrição: **076919860728** Zona: 26 Seção: 3  
Município: 13013 - ABAIARA UF: CE  
Data de Nascimento: 06/03/1993 Domiciliada desde: 17/03/2010  
Filiação: VERA LUCIA DA CONCEICAO LIMA  
IRIVALDO DE ARAUJO LIMA

Certidão emitida às 10:06 de 17/09/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

**MXK5.QLLD.KA2W.RRXE**

**CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**

CERTIFICO em virtude da faculdade que me é conferida por lei que, revendo os arquivos desta Secretaria de Vara Única, bem como no setor de cadastramento de feitos, deles verifiquei **NÃO CONSTAR** o nome de MARIA DIONELMA DO NASCIMENTO MONTEIRO, brasileira, RG. n. 30.583.921-4 SSP/SP., nascida aos 20/07/1970, filha de Dioclecio José Monteiro e Maria do Carmo do Nascimento Monteiro, residente na rua Pe. Ibiapina, n.38 s/n, Abaiara-CE., **INEXISTINDO** contra a mesma qualquer procedimento de natureza Criminal nesta Comarca de Abaiara.

O referido é verdade. Dou fé.

Abaiara-CE, 17 de setembro de 2013.

  
Lucivanda da Franca Fares  
Analista Judiciária  
Mat - 6365 / TJ-CE





Poder Judiciário

**JUSTIÇA FEDERAL**

**Nº 201300545803**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

**AÇÕES E EXECUÇÕES**

Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

**MARIA DIONELMA DO NASCIMENTO MONTEIRO**

**CPF: 851.957.403-30**

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Ceará.

Observações:

**1 - Esta certidão NÃO abrange processos de competência de Juizados Especiais Cíveis**

**2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;**

**3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);**

**Atenção:**

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfce.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total **conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.**

Fortaleza, 09/10/2013 16:28:44

Endereço: Praça Murilo Borges, s/n Centro - Fortaleza - CE CEP 60035-210

Fone: (85) 85 3521.2743



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE FORTALEZA  
FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

NÚMERO DA CERTIDÃO 2503928857

AÇÕES CRIMINAIS, EXECUÇÕES PENAS E AUDITORIA MILITAR

Natureza: Criminal

Certifico que, revendo os registros de Distribuição, até a presente data, **contra:**

<b>NOME COMPLETO</b>	MARIA DIONELMA DO NASCIMENTO MONTEIRO
<b>CPF</b>	85195740330

**NADA CONSTA**  
na Justiça Estadual de 1ª Instância da Comarca de Fortaleza

**Observação:**

1. Esta certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através da internet, de acordo com a Portaria nº 617, de 09 de outubro de 2008, da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua;
2. O nome e o CPF constantes nesta Certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário;
3. Esta Certidão tem validade de 30 (trinta) dias, a partir da data da emissão, podendo sua autenticidade ser validada na página do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, <http://www.tjce.jus.br>
4. Esta Certidão foi emitida gratuitamente;
5. Esta Certidão é válida apenas para maiores de 18 anos.

Certidão emitida em Wednesday, October 09, 2013 às 4:25:39 PM





**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

**Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **MARIA DIONELMA DO NASCIMENTO MONTEIRO**  
Inscrição: **031608620701** Zona: 26 Seção: 72  
Município: 13013 - ABAIARA UF: CE  
Data de Nascimento: 20/07/1970 Domiciliada desde: 13/09/1988  
Filiação: MARIA DO CARMO DO NASCIMENTO MONTEIRO  
DIOCLECIO JOSE MONTEIRO

Certidão emitida às 10:42 de 13/09/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **INLC.DGKO.VGHO.LLDV**



ESTADO DO CEARÁ - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMARCA VINCULADA DE ABAIARA  
FÓRUM LUIZ DE BORBA MARAMHÃO  
Rua João Felinto de Sousa, S/N.º, FONE: 558-1313

### CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

CERTIFICO em virtude da faculdade que me é conferida por lei que, revendo os arquivos desta Secretaria de Vara Única, bem como no setor de cadastramento de feitos, deles verifiquei **NÃO CONSTAR** o nome de FABIANO BENTO DE LIMA, brasileiro, casado, nascido aos 11.09.1987, natural de Brejo Santo-CE., Filho de Francisco Bento Sobrinho e Maria Ganzaga de Lima, RG n. 2004099064182- SSP/CE, residente na rua Padre Ibiapina, S/N, Abaiara/CE.; **INEXISTINDO** contra o mesmo qualquer procedimento de natureza Criminal nesta Comarca de Abaiara-CE.

O referido é verdade. Dou fé.  
Abaiara-CE, 03 de outubro de 2013

  
Lucivanda da Franca Tavares  
Analista Judiciária  
Mat - 6365 / TJC





Poder Judiciário

**JUSTIÇA FEDERAL**

**Nº 201300545815**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

**AÇÕES E EXECUÇÕES**

Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

**FABIANO BENTO DE LIMA**

**CPF: 039.691.293-11**

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Ceará.

Observações:

**1 - Esta certidão NÃO abrange processos de competência de Juizados Especiais Cíveis**

**2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;**

**3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);**

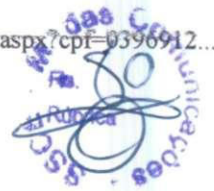
Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfce.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total **conferência do nome, CPE/CNPJ e o número desta Certidão.**

Fortaleza, 09/10/2013 16:30:24

Endereço: Praça Murilo Borges, s/n Centro - Fortaleza - CE CEP 60035-210

Fone: (85) 85 3521.2743



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE FORTALEZA  
FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

NÚMERO DA CERTIDÃO 7074708978

AÇÕES CRIMINAIS, EXECUÇÕES PENAS E AUDITORIA MILITAR

Natureza: Criminal

Certifico que, revendo os registros de Distribuição, até a presente data, **contra:**

<b>NOME COMPLETO</b>	FABIANO BENTO DE LIMA
<b>CPF</b>	03969129311

**NADA CONSTA**  
na Justiça Estadual de 1ª Instância da Comarca de Fortaleza

**Observação:**

1. Esta certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através da internet, de acordo com a Portaria nº 617, de 09 de outubro de 2008, da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua;
2. O nome e o CPF constantes nesta Certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário;
3. Esta Certidão tem validade de 30 (trinta) dias, a partir da data da emissão, podendo sua autenticidade ser validada na página do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, <http://www.tjce.jus.br>
4. Esta Certidão foi emitida gratuitamente;
5. Esta Certidão é válida apenas para maiores de 18 anos.

Certidão emitida em Wednesday, October 09, 2013 às 4:31:56 PM

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **FABIANO BENTO DE LIMA**  
Inscrição: **065497620779** Zona: 26 Seção: 14  
Município: 13013 - ABAIARA UF: CE  
Data de Nascimento: 11/09/1987 Domiciliado desde: 12/03/2004  
Filiação: MARIA GONZAGA DE LIMA  
FRANCISCO BENTO SOBRINHO

Certidão emitida às 14:56 de 20/09/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **QF5I.AV2O.KM1Y.UUIØ**

\* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).

ESTADO DO CEARÁ - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMARCA VINCULADA DE ABAIARA  
FÓRUM LUIZ DE BORBA MARAMHÃO  
Rua João Felinto de Sousa, S/N.º, FONE: 558-1313



**CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**

CERTIFICO em virtude da faculdade que me é conferida por lei que, revendo os arquivos desta Secretaria de Vara Única, bem como no setor de cadastramento de feitos, deles verifiquei **NÃO CONSTAR** o nome de CICERA CAETANO DO NASCIMENTO, brasileira, RG. n. 99099089822 SSP/CE., nascida aos 14/07/1980, filha de José Ferreira do Nascimento e Maria Caetano da Silva, residente na rua José Leite Martins s/n, Abaiara-CE., **INEXISTINDO** contra a mesma qualquer procedimento de natureza Criminal nesta Comarca de Abaiara.

O referido é verdade. Dou fé.

Abaiara-CE, 17 de setembro de 2013.

  
Lucivanda da Franca Tavares  
Analista Judiciária  
Mat - 6395 / TJ-CE





Poder Judiciário

**JUSTIÇA FEDERAL**

**Nº 201300545819**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

**AÇÕES E EXECUÇÕES**

Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

**CICERA CAETANO DO NASCIMENTO**

**CPF: 891.533.243-15**

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Ceará.

Observações:

- 1 - Esta certidão **NÃO** abrange processos de competência de Juizados Especiais Cíveis
- 2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, **através da Internet**, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;
- 3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

**Atenção:**

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfce.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total **conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.**

Fortaleza, 09/10/2013 16:34:02

Endereço: Praça Murilo Borges, s/n Centro - Fortaleza - CE CEP 60035-210

Fone: (85) 85 3521.2743



X. Comprovante de residência de todos os dirigentes associativos, de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea "k" da Norma nº 01 /2011;

das Com...  
85  
11 Rúbria  
880

Nº DO CLIENTE  
**5047011-6**

**coelce**

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA - GRUPO B I SÉRIE B-4 I N° **314317475**

Rota **04 15010 01 088100 - 3** Data de Emissão **05/09/2013**

Nome **MARIA CICERA NUNES DOS SANTOS**

End. Postal **RU JOSE DANTAS DE MORAIS 00639**

**SUL - ABAIARA - 63240000**

Módulo **1731448**

Classe **01-RESIDENCIAL MONOFASICO BAIXA RENDA** Potência **0,00**

RG / CPF / CNPJ **017828453-05**

Nome do Responsável

DATAS

Mês de Referência **Set/2013** Data da Apresentação **05/09/2013** Previsão Próx. Leitura **04/10/2013**

INDICADORES DE CONTINUIDADE

Conjunto **MILAGRES** Mês **Jul/2013** EUSD **5,34**

DICRI = 0,00 P

ICMS

Base de Cálculo (R\$) Aliquota Valor do Imposto

**ISENTO**

ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

**B47F,6A4B,FE4F,F66D,AA4D,BB04,2B4D,40B4**

Padrão Individual			Apuração Individual		
Mensal	Trim.	Anual	Mensal	Trim.	Anual
DIC 5,55	11,10	22,21	0,00	0,00	0,00
FIC 3,48	6,97	13,95	0,00	0,00	0,00
DNIC 3,20			0,00		

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

Let. Atual	Let. Anterior	Com. 1	Consumo (kWh)	Com. Incl.	Com. Excl.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
1258	1184	1,00	74	0,00	28	6,18732	3,21
					44	0,16298	8,18

05/09/13	05/08/13	31 DIAS	74	11,31
VALOR CONSUMO DO MES				11,31
MULTA MORATORIA REF 08/2013				0,22
CORRECAO MONETARIA DO MES				0,17
JUROS DO MES				0,53
PIS-COFINS COMPLEMENTAR-TARIFA BAIXA RENDA				0,13

**TÓRIO MORAIS DE LUCENA**  
CNPJ 12.465.829/0001-49

A presente cópia confere com a Original  
Data de Abatimento / 09 OUT 2013

- ( ) Maria Helena Moraes de Lucena
- ( ) João Verissimo de Moraes Neto
- ( ) Luis César Moraes de Lucena



**JANILSON Pereira de Sousa**  
Presidente Substituto

Consta desta fatura R\$ 0,25 referente a PIS e COFINS.  
(Art. 9º Lei. 100/2005 - ANEEL e Lei n. 10.637/02 e 10.933/03)

A partir de 2014 vigorará o sistema de Bandeiras Tarifárias. A bandeira verde não implica cobrança adicional. As bandeiras Amarela e Vermelha, quando acionadas, implicarão tarifas de maior valor, devido ao maior custo de geração. No mês de Set/2013 vigorará a bandeira VERMELHA, a qual implicará R\$ 0,030/kWh de acréscimo ao valor da tarifa, líquido de impostos. Mais informações em [www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br)

Nº do Cliente: **5047011-6** Referência: **Set/2013**  
Data de Emissão: **05/09/2013** Total a Pagar (R\$): **12,36**  
Código de Controle: **0005047011 00014 39142 49**

VENCIMENTO **13/09/2013** TOTAL A PAGAR (R\$) **12,36**

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO

Energia	6,93
Transmissão	0,38
Distribuição	3,15
Encargos Setoriais	0,73
Tributos (PIS e COFINS)	0,25
TOTAL	11,44

HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)

04	05	06	07	08	09	10	11	12	01	02	03
74	71	69	80	81	80	85	92	97	96	95	95

importante CONTAS EM ATRASO

REAVISO DE VENCIMENTO:  
Informamos existir débito vencido sem acréscimos legais até esta data, no valor de R\$ 12,39. Conforme art. 172 da Res. Anel 414/10, poderá ser suspenso o fornecimento de energia elétrica após decorridos 15 dias do envio desta comunicação. Caso o débito tenha sido pago, favor desconsiderar este aviso. Após 2 ciclos completos de faturamento, sem fornecimento, será encerrada a relação contratual.

DEBITOS ANTERIORES

Mes/Ano	Valor R\$
08/2013	12,39

## DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

EU, **ANA PAULA DE MORAIS AZEVÊDO**, brasileira, casada, Radialista, portadora da Cédula de identidade Nº 3215449-97 SSP/CE inscrita no CIC/MF sob o Nº 004.226.103-13. DECLARO, sob as penas previstas no art. 299 do Código Penal para fins de fazer prova junto a quem de direito interessar, que mantenho residência e domicílio na cidade de ABAIARA-CE, com endereço na Rua José Leite Martins S/N, CEP 63240-000. Para clareza firmo a presente declaração.

ABAIARA-CE, 18 DE SETEMBRO DE 2013.

Ana Paula de Moraes Azevêdo  
**ANA PAULA DE MORAIS AZEVÊDO**



CARTÓRIO MORAIS DE LUCENA  
CNPJ: 12.465.829/0001-49  
RECONHEÇO SEMELHANÇA VERDADEIRA(S) FIRMADA(S) DE:  
Ana Paula de Moraes Azevêdo  
DOU FÉ. ABAIARA, 08 OUT 2013

1. MARIA HELENA MORAIS DE LUCENA  
1. JOÃO VERÍSSIMO DE MORAIS NETO  
1. LUIS CÉSAR MORAIS DE LUCENA

Cícero JANILSON Pereira de Sousa  
Escrevente Substituto

Nº DO CLIENTE

4862197-8

coelce

energia elétrica

Rua Padre Valdeir, 130 - CEP 60135-040 - Fortaleza CE

CNPJ 07.047.351/0001-79 - CEC 06.105.846-3

A Tarifa Social de Energia Elétrica é concedida pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA I GRUPO B I SÉRIE B-4 I N°

116731261

Rota 18 15010 02 209600 - 5 Data de Emissão 23/09/2013

Nome JOAO VERISSIMO DE MORAIS NETO

End. Postal RU JOSE LEITE MARTINS 00590  
NORTE - ABAIARA--

Medidor 426019

Poste 0000 0000

Classe 01-RESIDENCIAL MONOFASICO

Fator de Potência 0,00

RG / CPF / CNPJ 076840014-77

CGF

Nome do Responsável

## DATAS

Mês de Referência: 23/09/2013  
Data da Apresentação: 23/09/2013  
Previsão Pós-Leitura: 23/10/2013

## INDICADORES DE CONTINUIDADE

Conjunto: NUL-RES  
Mês: JUL 2013

## ICMS

Base de Cálculo (R\$) 22,30  
Alíquota 27,00%  
Valor do Imposto 6,02

	Padrão Individual			Apuração Individual		
	Mensal	Trim.	Anual	Mensal	Trim.	Anual
DIC	5,55	11,10	22,21	0,00	0,00	0,00
FIC	3,48	6,97	13,95	0,00	0,00	0,00
DMIC	3,20			0,00		

## ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

F484.BE81.4A5D.9F5C.7402.060C.1570.5A64

## INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

Leit. Atual	Leit. Anterior	Const.	Consumo (kWh)	Cons. Ind.	Cons. Fat.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
2193	2141	1,00	52	0,00	52	0,43	22,36
23-09-13	23-08-13		31,16		52		22,30

VALOR CONSUMO DO MES 22,30

VENCIMENTO

01/10/2013

TOTAL A PAGAR (R\$)

22,30

## COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO

Energia	18,88
Transmissão	1,10
Distribuição	0,22
Encargos Setaoriais	0,00
Tr. butos (TOM FISC. OUBIN)	0,00
TOTAL	22,30

## HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)

45	52	16	55	32	36	50	11	40	49	80
----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----

## importante

A partir de 2014, visando o sistema de Bandeira Tarifária, a Bandeira Vermelha implicará cobrança adicional. As bandeiras Amarela e Verde, quando adotadas, implicarão tarifas de menor valor. Devido ao novo sistema de cobrança, a partir de Set 2013, visaremos a Bandeira VERMELHA. A qual implicará R\$ 0,00 (zero reais) de valor de tarifa, líquido de impostos. Mais informações em nosso site.

A COELCE AGRADECE E PARABENIZA PELA PONTUALIDADE NO PAGO DO CONSUMO.

Consta desta fatura R\$ 0,25 referente a taxa de conexão.

CARTÓRIO MORAIS DE LUCENA  
CNPJ 12.465.829/0001-49A presente cópia confere com a Original.  
Dou fé Abaiara, 9 OUT 2013Marta Helena Moraes de Lucena  
João Veríssimo de Moraes Neto  
Luís César Moraes de LucenaCícero JANILSON Pereira de Sousa  
Escrevente Substituto

## DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

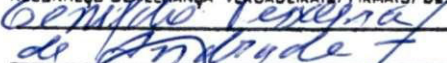
EU, **GENILDO TEIXEIRA DE ANDRADE**, brasileiro, casado, promotor de vendas, portador do RG N° 2896462-94 SSP/CE, Inscrito no CIC/MF sob N° 800.721.783-53. DECLARO, sob as penas previstas no art. 299 do Código Penal para fins de fazer prova junto a quem de direito interessar, que mantenho residência e domicilio na cidade de ABAIARA-CE, com endereço na VILA SÃO JOSÉ, CEP 63240-000. Para clareza firmo a presente declaração.

ABAIARA-CE, 18 DE SETEMBRO DE 2013.

  
**GENILDO TEIXEIRA DE ANDRADE**

CARTÓRIO MORAIS DE LUCENA  
CNPJ: 12.465.829/0001-49

RECONHECIMENTO SEMELHANÇA VERDADEIRA(S) FIRMA(S) DE:

  
**Genildo Teixeira de Andrade**

DOU FÉ. ABAIARA, 18 DE SET/2013

( ) MARIA HELENA MORAIS DE LUCENA  
( ) JOÃO VERÍSSIMO DE MORAIS NETO  
( ) LUÍS CESAR MORAIS DE LUCENA

Cícero JANILSON Pereira de Sousa  
Escrevente Substituto



( ) Maria Helena Morais de Lucena  
( ) João Veríssimo de Morais Neto  
( ) Luís César Morais de Lucena

Cícero JANILSON  
Escrevente



Nº DO CLIENTE  
865495-6

coelce

**COUNTA DE ENERGIA ELETRICA | GRUPO B | SERIE T-4 | N°** 269572318  
Data 19 15010 02 250000 - 7 Data de Emissão 26/07/2012  
Nome MARIA REGILANIA ALVES DOS SANTOS  
End. Postal VL SAO JOSE 00999  
NORTE - ABAIARA - 62580000  
Medidor 7409363  
Classe RESIDENCIAL MONOFASICO BAIXA RENDA 0000 A18N  
R.G., CPF, CNPJ 978908123-53 Cód. de Funcion. 0,00

DATAS			INDICADORES DE CONTINUIDADE	
Mês de Referência	Data de Apresentação	Previsão Próx. Leitura	Conjunta	MILAGRES
Jul/2012	26/07/2012	27/08/2012	Maio 2012	79,65

[illegible]

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO									
Leit. Atual	Leit. Anterior	Consumo	Consumo (kWh)	Consumo Ind.	Consum. Par.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)
9351	9670	1.00	81	0.00	0	0.1692	13.50	13.50	13.50
26.07.12	27.06.12		29 Dias		81	0.1754			14.07

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
VR. CONSUMO DO MES PRECO NORMAL	29,37
DESCONTO TARIFA SOCIAL-BAIXA RENDA	-14,47
MULTA MORATORIA REF 06/2012	0,36
JUROS DO MES	0,01
PIS-COFINS COMPLEMENTAR-TARIFA BAIXA RENDA	0,47

VENCIMENTO	03/08/2012	TOTAL A PAGAR (R\$)	15,74
------------	------------	---------------------	-------

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO		HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)	
.....	8,30	81	
.....	4,00	81	
.....	4,00	96	
.....	0,00	96	
.....	0,00	88	
.....	0,00	89	
.....	0,00	90	
.....	0,00	94	
.....	0,00	84	
.....	0,00	76	
.....	0,00	73	
.....	0,00	63	
.....	0,00	88	

importante

7- APEL RESOLUÇÃO AS TARIFAS EM COELNE, ALTERANDO O REAJUSTE  
MEIO PARA -6,76% ANTES ERA -7,61%, COM APLICACAO A PARTIR DE  
09-07-2012. RESOLUÇÃO HOMOLOGATORIA NUM. 1301, DE 26-06-2012.



Nº DO CLIENTE  
**1345161-8**

**coelce**

energia elétrica

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA - GRUPO B - SÉRIE B-41 Nº **314317519**

Rota: **04 15010 01 125600 - 5** Data de Emissão: **05/09/2013**

Nome: **MARIA DE FATIMA DE MOURA**

End. Postal: **RU JOSE DANTAS DE MORAIS 00773**  
**SUL - ABAIARA - 632.40.0**

Medidor: **6756284**

Posto: **0000 A01N**

Classe: **01-RESIDENCIAL MONOFASICO BAIXA RENDA** Tarifa de Potência: **0,00**

RG, CPF e CNPJ: **443431083-68**

Nome do Responsável:

**DATAS**

Mês de Referência: **Set/2013** Data da Apresentação: **05/09/2013** Próxima Leitura: **04/10/2013**

**INDICADORES DE CONTINUIDADE**

Conjuntos: **MILAGRES** EUSD: **1,65**  
Mês: **Jul/2013**  
**DICRI = 0,00 P**

**ICMS**

Base de Cálculo (R\$): **ISENTO** Aliquota: **0,00** Valor do Imposto: **0,00**

**Pagamento Individual**

	Atual	Três	Anual	Atual	Três	Anual
DIC	5,55	11,10	22,21	0,58	0,58	0,58
DIC	3,48	6,97	13,95	1,00	1,00	1,00
DICRI	3,20			0,58		

**ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL**

**9J07.F6F9.A7A9.AB34.0527.BA49.87A1.4779**

**INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO**

Leit. Atual	Leit. Anterior	Consumo (kWh)	Consumo Incl.	Consumo Excl.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
9088	9078	10	0,00	34	0,10752	3,21
05/09/13	05/08/13	31 DIAS	30			3,21

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
VR. CONSUMO DO MÊS PREÇO NORMAL	9,19
DESCONTO TARIFA SOCIAL-BAIXA RENDA	-5,98
MULTA MORATORIA REF 08/2013	0,07
PIS-COFINS COMPLEMENTAR-TARIFA BAIXA RENDA	0,06
SEGURO SUPER 3 + 1	3,07

**CARTÓRIO MORAIS DE LUCENA**  
**CNPJ 12.465.829/0001-49**

A presente cópia confere com o Original.

Dou fé Abaixo

**04 OUT 2013**

( ) Maria Helena MORAIS de Lucena  
( ) João Venceslau de MORAIS Neto  
( ) Luis César MORAIS de Lucena

**VENCIMENTO**

**13/09/2013**

TOTAL A PAGAR (R\$)

**COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO**

Energia	1,96
Transmissão	0,11
Distribuição	0,90
Encargos Setoriais	0,21
Tributos (ICMS PIS/COFINS)...	0,09
TOTAL	3,27

**HISTÓRICO DE CONSUMO (kWh)**

Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ag	Sep
33	10	8	10	5	9	20	15	19	84	99	107	16

**importante CONTAS EM ATRASO**

**REAVISO DE VENCIMENTO:**  
Informamos existir débito vencido sem acréscimos legais até esta data, no valor de R\$ 6,57. Conforme art. 172 da Res. Anel 414/10, poderá ser suspenso o fornecimento de energia elétrica após decorridos 15 dias do envio deste comunicado. Caso o débito tenha sido pago, favor desconsiderar este aviso. Após 2 ciclos completos de faturamento, sem fornecimento, será encerrada a relação contratual.

**DEBITOS ANTERIORES**  
Mes/Ano: **08/2013** Valor R\$: **6,57**

FATURADO TAXA MINIMA.

Consta desta fatura R\$ 0,09 referente a PIS e COFINS.  
(Lei n.º 9.250/2005 - ANEEL e Lei n.º 10.637/05 e 10.833/03)

A partir de

**641**  
**Cicero JANILSON Pereira de Sousa**  
**Escritor de Suporte**



## DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

EU, **MARIA GISELE CONCEIÇÃO LIMA**, brasileira, solteira, Assistente Social, portadora do RG Nº 2004099064301 SSP/CE e Inscrita no CIC/MF sob Nº 044.427.743-90. DECLARO, sob as penas previstas no art. 299 do Código Penal para fins de fazer prova junto a quem de direito interessar, que mantenho residência e domicílio na cidade de ABAIARA-CE, com endereço na Rua Joaquim Leite da Cunha S/N, CEP 63240-000. Para clareza firmo a presente declaração.

ABAIARA-CE, 18 DE SETEMBRO DE 2013.

Maria Gisele Conceição Lima.  
**MARIA GISELE CONCEIÇÃO LIMA**

CARTÓRIO MORAIS DE LUCENA  
CNPJ: 12.465.829/0001-49  
RECONHEÇO SEMELHANÇA VERDADEIRAS FIRMAS DE:  
Maria Gisele Conceição Lima  
ABAIARA - 18 SET/2013

**Selo de Autenticidade**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO  
ESTADO DO CEARÁ  
RWEQ 02  
RECONHECIMENTO  
DE FIRMA  
Nº BM 765.042

MARIA HELENA MORAIS DE LUCENA  
JOÃO VERÍSSIMO DE MORAIS NETO  
LUÍS CÉSAR MORAIS DE LUCENA  
Cicero JANILSON Pereira de Sousa  
Escrevente Substituto

## DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

EU, **CIBELE DA CONCEIÇÃO LIMA**, brasileira, solteira, estudante de Psicologia, portadora do RG N° 2007394054-7 SSP/CE e Inscrita no CIC/MF sob N° 049.866.073-75. DECLARO, sob as penas previstas no art. 299 do Código Penal para fins de fazer prova junto a quem de direito interessar, que mantenho residência e domicílio na cidade de ABAIARA-CE, com endereço na Rua Joaquim Leite da Cunha S/N, CEP 63240-000. Para clareza firmo a presente declaração.

ABAIARA-CE, 18 DE SETEMBRO DE 2013.

Cibele da Conceição Lima  
**CIBELE DA CONCEIÇÃO LIMA**



## DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

EU, **MARIA DIONELMA DO NASCIMENTO MONTEIRO**, brasileira, solteira, empresária, portadora do RG N° 30-583-921-4 SSP/SP e Inscrita no CIC/MF sob N° 851.957.403-30. DECLARO, sob as penas previstas no art. 299 do Código Penal para fins de fazer prova junto a quem de direito interessar, que mantenho residência e domicílio na cidade de ABAIARA-CE, com endereço na Rua Padre Ibiapina N° 38 - Centro, CEP 63240-000. Para clareza firmo a presente declaração.

ABAIARA-CE, 18 DE SETEMBRO DE 2013.

*Maria Dionelma Nascimento Monteiro*  
**MARIA DIONELMA DO NASCIMENTO MONTEIRO**



Cícero JANILSON Pereira de Sousa  
Escrivente Substituto

## DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

EU, **FABIANO BENTO DE LIMA**, brasileiro, casado, agricultor, portadora da cédula de identidade nº 2004099064182-SSP-CE e CPF sob nº 039.691.293-11. DECLARO, sob as penas previstas no art. 299 do Código Penal para fins de fazer prova junto a quem de direito interessar, que mantenho residência e domicílio na cidade de ABAIARA-CE, com endereço na rua Padre Ibiapina s/nº, Centro, CEP 63240-000. Para clareza firmo a presente declaração.

ABAIARA-CE, 20 DE SETEMBRO DE 2013.

*Fabiano Bento de Lima*  
**FABIANO BENTO DE LIMA**

CARTÉRIO MORAIS DE LUCENA  
CNPJ: 12.465.829/0001-49  
RECONHECIMENTO SEMELHANÇA VERDADEIRAS(S) FIRMAS(S) DE:  
*Fabiano Bento de Lima*  
DOU FE, ABAIARA, 08 OUT 2013

MARIA HELENA MORAIS DE LUCENA  
JOÃO VERÍSSIMO DE MORAIS  
Cícero JANILSON Pereira de Sousa  
Escrevente Substituto





Requerimento (volume 3) (0088879) SEI 53000.031927/2012-08 / pg. 102

SEI 53000.031927/2012-08 / pg. 103

XI - Comprovação de idoneidade da entidade interessada, bem como de seus dirigentes, em atenção ao disposto no art. 34, alínea "a" do Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117/1962) e nos subitens 10.8 e 20.5 da Norma nº 01/2011, mediante apresentação dos seguintes documentos:

a. Certidão dos setores de distribuição dos foros criminais nos lugares em que cada dirigente tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral;

b. Certidão que comprove a regularidade fiscal da entidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal do local onde está sediada.

c. Certidão de regularidade da entidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

ESTADO DO CEARÁ - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMARCA VINCULADA DE ABAIARA  
FÓRUM LUIZ DE BORBA MARAMHÃO  
Rua João Felinto de Sousa, S/N.º, FONE: 558-1313



**CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**

CERTIFICO em virtude da faculdade que me é conferida por lei que, revendo os arquivos desta Secretaria de Vara Única, bem como no setor de cadastramento de feitos, deles verifiquei **NÃO CONSTAR** o nome de MARIA CICERA NUNES DOS SANTOS, brasileira, RG. n. 2001029022370 SSP/CE., nascida aos 16/05/1978, filha de José Josias Nunes dos Santos e Maria do Socorro de Sousa, residente na rua José Dantas de Moraes, s/n, Abaiara-CE., **INEXISTINDO** contra a mesma qualquer procedimento de natureza Criminal nesta Comarca de Abaiara.

O referido é verdade. Dou fé.

Abaiara-CE, 17 de setembro de 2013.

  
Lucivania da Franca Tavares  
Analista Judiciária  
Mat - 6395 / TJ-CE





Poder Judiciário

**JUSTIÇA FEDERAL**

**Nº 201300545567**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

**AÇÕES E EXECUÇÕES**

Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

**MARIA CICERA NUNES DOS SANTOS**

**CPF: 017.828.453-05**

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Ceará.

Observações:

**1 - Esta certidão NÃO abrange processos de competência de Juizados Especiais Cíveis**

**2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;**

**3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);**

**Atenção:**

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfce.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total **conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.**

Fortaleza, 09/10/2013 15:15:31

Endereço: Praça Murilo Borges, s/n Centro - Fortaleza - CE CEP 60035-210

Fone: (85) 85 3521.2743



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE FORTALEZA  
FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

NÚMERO DA CERTIDÃO 1245789194

AÇÕES CRIMINAIS, EXECUÇÕES PENAIS E AUDITORIA MILITAR

Natureza: Criminal

Certifico que, revendo os registros de Distribuição, até a presente data, **contra:**

<b>NOME COMPLETO</b>	MARIA CICERA NUNES DOS SANTOS
<b>CPF</b>	01782845305

**NADA CONSTA**  
na Justiça Estadual de 1ª Instância da Comarca de Fortaleza

**Observação:**

1. Esta certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através da internet, de acordo com a Portaria nº 617, de 09 de outubro de 2008, da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua;
2. O nome e o CPF constantes nesta Certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário;
3. Esta Certidão tem validade de 30 (trinta) dias, a partir da data da emissão, podendo sua autenticidade ser validada na página do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, <http://www.tjce.jus.br>
4. Esta Certidão foi emitida gratuitamente;
5. Esta Certidão é válida apenas para maiores de 18 anos.

Certidão emitida em Wednesday, October 09, 2013 às 3:16:22 PM



## JUSTIÇA ELEITORAL

### TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

#### Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **MARIA CICERA NUNES DOS SANTOS**  
Inscrição: **043854220728** Zona: 26 Seção: 79  
Município: 13013 - ABAIARA UF: CE  
Data de Nascimento: 26/05/1978 Domiciliada desde: 30/05/1994  
Filiação: MARIA DO SOCORRO DE SOUSA  
JOSE JOSIAS NUNES DOS SANTOS

Certidão emitida às 09:41 de 13/09/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **S5SN.CWW1.UFAY.TFRG**

ESTADO DO CEARÁ - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMARCA VINCULADA DE ABAIARA  
FÓRUM LUIZ DE BORBA MARAMHÃO  
Rua João Felinto de Sousa, S/N.º, FONE: 558-1313

### CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

CERTIFICO em virtude da faculdade que me é conferida por lei que, revendo os arquivos desta Secretaria de Vara Única, bem como no setor de cadastramento de feitos, deles verifiquei **NÃO CONSTAR** o nome de ANA PAULA DE MORAIS AZEVÊDO, brasileira, RG. n.3215449-97 SSP/CE., nascida aos 10.11.1975, filha de Edmilson Pereira de Azevêdo e Lieje Selvane Batista de Moraes, residente na rua José Leite Martins, s/n, Abaiara-CE., **INEXISTINDO** contra a mesma qualquer procedimento de natureza Criminal nesta Comarca de Abaiara.

O referido é verdade. Dou fé.  
Abaiara-CE, 17 de setembro de 2013

  
Lucivanda da Franca Tavares  
Analista Judiciária  
Post - 095 / TJ-CE



103  
Rubrica



Poder Judiciário

**JUSTIÇA FEDERAL**

**Nº 201300545573**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

**AÇÕES E EXECUÇÕES**

Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

**ANA PAULA DE MORAIS AZEVEDO**

**CPF: 004.226.103-13**

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Ceará.

Observações:

**1 - Esta certidão NÃO abrange processos de competência de Juizados Especiais Cíveis**

**2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;**

**3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);**

**Atenção:**

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfce.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total **conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.**

Fortaleza, 09/10/2013 15:18:59

Endereço: Praça Murilo Borges, s/n Centro - Fortaleza - CE CEP 60035-210

Fone: (85) 85 3521.2743



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE FORTALEZA  
FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

NÚMERO DA CERTIDÃO 7877858254

AÇÕES CRIMINAIS, EXECUÇÕES PENAS E AUDITORIA MILITAR

Natureza: Criminal

Certifico que, revendo os registros de Distribuição, até a presente data, **contra:**

<b>NOME COMPLETO</b>	ANA PAULA DE MORAIS AZEVÊDO
<b>CPF</b>	00422610313

**NADA CONSTA**  
na Justiça Estadual de 1ª Instância da Comarca de Fortaleza

**Observação:**

1. Esta certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através da internet, de acordo com a Portaria nº 617, de 09 de outubro de 2008, da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua;
2. O nome e o CPF constantes nesta Certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário;
3. Esta Certidão tem validade de 30 (trinta) dias, a partir da data da emissão, podendo sua autenticidade ser validada na página do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, <http://www.tjce.jus.br>
4. Esta Certidão foi emitida gratuitamente;
5. Esta Certidão é válida apenas para maiores de 18 anos.

Certidão emitida em Wednesday, October 09, 2013 às 3:19:40 PM

104  
Rúbrica



## JUSTIÇA ELEITORAL

### TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

#### Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **ANA PAULA DE MORAIS AZEVEDO**

Inscrição: **039273490701** Zona: 26 Seção: 76

Município: 14672 - MILAGRES UF: CE

Data de Nascimento: 10/11/1975 Domiciliada desde: 20/04/1992

Filiação: LIEJE SELVANE BATISTA DE MORAIS  
EDMILSON PEREIRA DE AZEVEDO

Certidão emitida às 09:59 de 16/09/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **V1JN.JL/F.YTC+.JRS4**

**CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**

CERTIFICO em virtude da faculdade que me é conferida por lei que, revendo os arquivos desta Secretaria de Vara Única, bem como no setor de cadastramento de feitos, deles verifiquei **NÃO CONSTAR** o nome de JOÃO VERÍSSIMO DE MORAIS NETO, brasileiro, RG. n. 7871314/SDD- PE, nascido aos 02.03.1988, filho de Cesar Salomão Mendes de Lucena e Maria Helena Moraes de Lucena, residente na rua José Leite Martins, n 582, Abaiara-CE., **INEXISTINDO** contra a mesma qualquer procedimento de natureza Criminal nesta Comarca de Abaiara.

O referido é verdade. Dou fé.

Abaiara-CE, 17 de setembro de 2013.

  
Lucivanda da Franca Tavares  
Analista Judiciária  
Mat - 6365 / TJ-CE





Poder Judiciário

**JUSTIÇA FEDERAL**

**Nº 201300545663**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

**AÇÕES E EXECUÇÕES**

Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

**JOAO VERISSIMO DE MORAIS NETO**

**CPF: 076.840.014-77**

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Ceará.

Observações:

**1 - Esta certidão NÃO abrange processos de competência de Juizados Especiais Cíveis**

**2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;**

**3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);**

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfce.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPE/CNPJ e o número desta Certidão.

Fortaleza, 09/10/2013 15:48:27

Endereço: Praça Murilo Borges, s/n Centro - Fortaleza - CE CEP 60035-210

Fone: (85) 85 3521.2743

108  
Rúbrica



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE FORTALEZA  
FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

NÚMERO DA CERTIDÃO 437937456

AÇÕES CRIMINAIS, EXECUÇÕES PENAIS E AUDITORIA MILITAR

Natureza: Criminal

Certifico que, revendo os registros de Distribuição, até a presente data, **contra:**

<b>NOME COMPLETO</b>	JOÃO VERISSIMO DE MORAIS NETO
<b>CPF</b>	07684001477

**NADA CONSTA**  
na Justiça Estadual de 1ª Instância da Comarca de Fortaleza

**Observação:**

1. Esta certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através da internet, de acordo com a Portaria nº 617, de 09 de outubro de 2008, da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua;
2. O nome e o CPF constantes nesta Certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário;
3. Esta Certidão tem validade de 30 (trinta) dias, a partir da data da emissão, podendo sua autenticidade ser validada na página do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, <http://www.tjce.jus.br>
4. Esta Certidão foi emitida gratuitamente;
5. Esta Certidão é válida apenas para maiores de 18 anos.

Certidão emitida em Wednesday, October 09, 2013 às 3:50:43 PM

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **JOAO VERISSIMO DE MORAIS NETO**

Inscrição: **065498210760** Zona: 26 Seção: 91

Município: 13013 - ABAIARA UF: CE

Data de Nascimento: 02/03/1988 Domiciliado desde: 22/03/2004

Filiação: MARIA HELENA MORAIS DE LUCENA  
CESAR SALOMAO MENDES DE LUCENA

Certidão emitida às 10:00 de 17/09/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

**VKSL.ØLX6.FHE9.GTTP**

\* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMARCA VINCULADA DE ABAIARA

Rua: João Felinto de Sousa, s/n, centro, CEP: 63240-000, fone/fax 88 3558-1313, e-mail: abaiara@tjce.jus.br



### Certidão de Antecedentes Criminais

Certifico em virtude da faculdade que me é conferida por lei que, consultando o Sistema Processual- SPROC, desta Comarca, deles verifiquei **NÃO CONSTAR** o nome **Genildo Teixeira de Andrade**, brasileiro, casado, promotor de vendas, nascido aos 24/11/1976, filho de Geraldo Teixeira de Andrade e Eunice Teixeira de Andrade, RG n. 2896462-94 SSP/CE; residente na Vila São José Abaiara/CE; **INEXISTINDO** contra o mesmo qualquer procedimento de natureza Criminal nesta Comarca de Abaiara/CE.

O referido é verdade. Dou Fé.  
Abaiara-CE, 09 de outubro de 2.013.

Rosineide Lucena Dantas  
Funcionária requisitada  
Mat. P702140





Poder Judiciário

**JUSTIÇA FEDERAL**

**Nº 201300545749**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

**AÇÕES E EXECUÇÕES**

Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

**GENILDO TEIXEIRA DE ANDRADE**

**CPF: 800.721.783-53**

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Ceará.

Observações:

**1 - Esta certidão NÃO abrange processos de competência de Juizados Especiais Cíveis**

**2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;**

**3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);**

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfce.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total **conferência do nome, CPE/CNPJ e o número desta Certidão.**

Fortaleza, 09/10/2013 16:10:32

Endereço: Praça Murilo Borges, s/n Centro - Fortaleza - CE CEP 60035-210

Fone: (85) 85 3521.2743



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE FORTALEZA  
FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

NÚMERO DA CERTIDÃO 6854333529

AÇÕES CRIMINAIS, EXECUÇÕES PENAS E AUDITORIA MILITAR

Natureza: Criminal

Certifico que, revendo os registros de Distribuição, até a presente data, **contra:**

<b>NOME COMPLETO</b>	GENILDO TEIXEIRA DE ANDRADE
<b>CPF</b>	80072178353

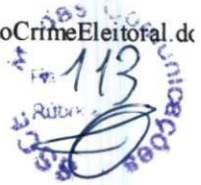
**NADA CONSTA**  
na Justiça Estadual de 1ª Instância da Comarca de Fortaleza

**Observação:**

1. Esta certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através da internet, de acordo com a Portaria nº 617, de 09 de outubro de 2008, da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua;
2. O nome e o CPF constantes nesta Certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário;
3. Esta Certidão tem validade de 30 (trinta) dias, a partir da data da emissão, podendo sua autenticidade ser validada na página do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, <http://www.tjce.jus.br>
4. Esta Certidão foi emitida gratuitamente;
5. Esta Certidão é válida apenas para maiores de 18 anos.

Certidão emitida em Wednesday, October 09, 2013 às 4:08:58 PM

112  
11/10/2013

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **GENILDO TEIXEIRA DE ANDRADE**

Inscrição: **040764120752** Zona: 26 Seção: 9

Município: 13013 - ABAIARA UF: CE

Data de Nascimento: 24/11/1976 Domiciliado desde: 28/05/1994

Filiação: MARIA EUNICE TEIXEIRA DE ANDRADE  
GERALDO TEIXEIRA DE ANDRADE

Certidão emitida às 09:56 de 16/09/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **KCAQ.TVZS.YMUT.O3CB**

ESTADO DO CEARÁ - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMARCA VINCULADA DE ABAIARA  
FÓRUM LUIZ DE BORBA MARAMHÃO  
Rua João Felinto de Sousa, S/N.º, FONE: 558-1313

### CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

CERTIFICO em virtude da faculdade que me é conferida por lei que, revendo os arquivos desta Secretaria de Vara Única, bem como no setor de cadastramento de feitos, deles verifiquei **NÃO CONSTAR** o nome de MARIA REGILANIA ALVES DOS SANTOS ANDRADE, brasileira, RG. n.2007608882-5 SSP/CE., nascida aos 13/01/1983, filha de Valdemar Roberto dos Santos e Regina Alves dos Santos, residente no Distrito São José, s/n, Abaiara-CE., **INEXISTINDO** contra a mesma qualquer procedimento de natureza Criminal nesta Comarca de Abaiara.

O referido é verdade. Dou fé.

Abaiara-CE, 17 de setembro de 2013.

Lucivanda da Franca Favares  
Analista Judiciária  
Mat - 6385 / TJ-CE





Poder Judiciário

JUSTIÇA FEDERAL

Nº 201300545771

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

AÇÕES E EXECUÇÕES

Natureza: Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

**MARIA REGILANIA ALVES DOS SANTOS**

**CPF: 978.908.123-53**

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Ceará.

Observações:

**1 - Esta certidão NÃO abrange processos de competência de Juizados Especiais Cíveis**

**2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;**

**3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);**

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfce.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPE/CNPJ e o número desta Certidão.

Fortaleza, 09/10/2013 16:18:18

Endereço: Praça Murilo Borges, s/n Centro - Fortaleza - CE CEP 60035-210

Fone: (85) 85 3521.2743



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE FORTALEZA  
FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

NÚMERO DA CERTIDÃO 655054528

AÇÕES CRIMINAIS, EXECUÇÕES PENAS E AUDITORIA MILITAR

Natureza: Criminal

Certifico que, revendo os registros de Distribuição, até a presente data, **contra:**

<b>NOME COMPLETO</b>	MARIA REGILÂNIA ALVES DOS SANTOS ANDRADE
<b>CPF</b>	97890812353

**NADA CONSTA**  
na Justiça Estadual de 1ª Instância da Comarca de Fortaleza

**Observação:**

1. Esta certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através da internet, de acordo com a Portaria nº 617, de 09 de outubro de 2008, da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua;
2. O nome e o CPF constantes nesta Certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário;
3. Esta Certidão tem validade de 30 (trinta) dias, a partir da data da emissão, podendo sua autenticidade ser validada na página do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, <http://www.tjce.jus.br>
4. Esta Certidão foi emitida gratuitamente;
5. Esta Certidão é válida apenas para maiores de 18 anos.

Certidão emitida em Wednesday, October 09, 2013 às 4:16:10 PM

116  
Rubrica

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **MARIA REGILANIA ALVES DOS SANTOS**  
Inscrição: **054590110760** Zona: 26 Seção: 12  
Município: 13013 - ABAIARA UF: CE  
Data de Nascimento: 13/01/1983 Domiciliada desde: 14/04/2000  
Filiação: REGINA ALVES DOS SANTOS  
VALDEMAR ROBERTO DOS SANTOS

Certidão emitida às 10:05 de 16/09/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **W1HF.CDXØ.02Z+.RSK/**

\* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).

ESTADO DO CEARÁ - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMARCA VINCULADA DE ABAIARA  
FÓRUM LUIZ DE BORBA MARAMHÃO  
Rua João Felinto de Sousa, S/N.º, FONE: 558-1313

### CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

CERTIFICO em virtude da faculdade que me é conferida por lei que, revendo os arquivos desta Secretaria de Vara Única, bem como no setor de cadastramento de feitos, deles verifiquei **NÃO CONSTAR** o nome de MARIA DE FÁTIMA DE MOURA, brasileira, RG. n.2008397129-1 SSP/CE., nascida aos 06.02.1952, filha de João Francisco de Moura e Luzia Raimunda da Silva, residente na rua João Felinto,s/n, Abaiara-CE., **INEXISTINDO** contra a mesma qualquer procedimento de natureza Criminal nesta Comarca de Abaiara.

O referido é verdade. Dou fé.

Abaiara-CE, 17 de setembro de 2013

  
Lucivanda da Franca Tavares  
Analista Judiciária  
Mat - 6395 / TJ-CE



119  
11/10/2013 16:59



Poder Judiciário

**JUSTIÇA FEDERAL**

**Nº 201300545780**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

**AÇÕES E EXECUÇÕES**

Natureza: Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

**MARIA DE FATIMA DE MOURA**

**CPF: 443.431.083-68**

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Ceará.

Observações:

**1 - Esta certidão NÃO abrange processos de competência de Juizados Especiais Cíveis**

**2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;**

**3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);**

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfce.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total **conferência do nome, CPE/CNPJ e o número desta Certidão.**

Fortaleza, 09/10/2013 16:19:59

Endereço: Praça Murilo Borges, s/n Centro - Fortaleza - CE CEP 60035-210

Fone: (85) 85 3521.2743



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE FORTALEZA  
FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

NÚMERO DA CERTIDÃO 6997600714

AÇÕES CRIMINAIS, EXECUÇÕES PENAIS E AUDITORIA MILITAR

Natureza: Criminal

Certifico que, revendo os registros de Distribuição, até a presente data, **contra:**

<b>NOME COMPLETO</b>	MARIA DE FÁTIMA DE MOURA SILVA
<b>CPF</b>	44343108368

**NADA CONSTA**  
na Justiça Estadual de 1ª Instância da Comarca de Fortaleza

**Observação:**

1. Esta certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através da internet, de acordo com a Portaria nº 617, de 09 de outubro de 2008, da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua;
2. O nome e o CPF constantes nesta Certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário;
3. Esta Certidão tem validade de 30 (trinta) dias, a partir da data da emissão, podendo sua autenticidade ser validada na página do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, <http://www.tjce.jus.br>
4. Esta Certidão foi emitida gratuitamente;
5. Esta Certidão é válida apenas para maiores de 18 anos.

Certidão emitida em Wednesday, October 09, 2013 às 4:21:02 PM

120  
Rubrica  
S.S.



## JUSTIÇA ELEITORAL

### TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

#### Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **MARIA DE FATIMA DE MOURA**

Inscrição: **009894640701** Zona: 26 Seção: 15

Município: 13013 - ABAIARA UF: CE

Data de Nascimento: 06/02/1952 Domiciliada desde: 18/09/1986

Filiação: LUZIA RAIMUNDA DA SILVA  
JOAO FRANCISCO DE MOURA

Certidão emitida às 10:09 de 16/09/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

**6ORF.26XS.RMZN.+Z6E**



**ESTADO DO CEARÁ - PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**COMARCA VINCULADA DE ABAIARA**  
**FÓRUM LUIZ DE BORBA MARANHÃO**  
*Rua João Felinto de Sousa, S/N.º, FONE: 3558-1313*

**Certidão de Antecedentes Criminais**  
**Validade 30 (trinta) dias**

Certifico em virtude da faculdade que me é conferida por lei que, revendo o setor de cadastramento de feitos, o SPROC, deles verifiquei **NÃO CONSTAR** o nome **Maria Gisele Conceição Lima**, brasileira, solteira, estudante, nascida aos 18/05/1990, natural de São Miguel – SP, filha de Irivaldo de Araujo Lima e Vera Lucia da Conceição Lima, RG n. 2004099064301 SSP/CE; residente na Rua Joaguim Leite de Cunha, Abaiara/CE; **INEXISTINDO contra a mesma qualquer procedimento de natureza Criminal nesta Comarca de Abaiara/CE.**

O referido é verdade. Dou Fé.  
Abaiara-CE, 18 de Setembro de 2013

  
Flávia Evangelista Sampaio Belém  
Funcionária Requisitada  
Mat. p702141





Poder Judiciário

**JUSTIÇA FEDERAL**

**Nº 201300499414**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

**AÇÕES E EXECUÇÕES**

Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

**MARIA GISELE CONCEICAO LIMA**

**CPF: 044.427.743-90**

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Ceará.

Observações:

**1 - Esta certidão NÃO abrange processos de competência de Juizados Especiais Cíveis**

**2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;**

**3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);**

**Atenção:**

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfce.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total **conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.**

Fortaleza, 17/09/2013 10:31:57

Endereço: Praça Murilo Borges, s/n Centro - Fortaleza - CE CEP 60035-210

Fone: (85) 85 3521.2743

124  
Rubrica



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE FORTALEZA  
FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

NÚMERO DA CERTIDÃO 3866166662

AÇÕES CRIMINAIS, EXECUÇÕES PENAS E AUDITORIA MILITAR

Natureza: Criminal

Certifico que, revendo os registros de Distribuição, até a presente data, **contra:**

<b>NOME COMPLETO</b>	MARIA GISELE CONCEIÇÃO LIMA
<b>CPF</b>	04442774390

**NADA CONSTA**  
na Justiça Estadual de 1ª Instância da Comarca de Fortaleza

**Observação:**

1. Esta certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através da internet, de acordo com a Portaria nº 617, de 09 de outubro de 2008, da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua;
2. O nome e o CPF constantes nesta Certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário;
3. Esta Certidão tem validade de 30 (trinta) dias, a partir da data da emissão, podendo sua autenticidade ser validada na página do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, <http://www.tjce.jus.br>
4. Esta Certidão foi emitida gratuitamente;
5. Esta Certidão é válida apenas para maiores de 18 anos.

Certidão emitida em Tuesday, September 17, 2013 às 10:12:00 AM

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **MARIA GISELE CONCEIÇÃO LIMA**

Inscrição: **073077850728** Zona: 26 Seção: 5

Município: 13013 - ABAIARA UF: CE

Data de Nascimento: 18/05/1990 Domiciliada desde: 09/10/2007

Filiação: VERA LUCIA DA CONCEIÇÃO LIMA  
IRIVALDO DE ARAUJO LIMA

Certidão emitida às 10:13 de 17/09/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **KJAJ.S6G5.08AW.9YØL**

\* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



ESTADO DO CEARÁ - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMARCA VINCULADA DE ABAIARA  
FÓRUM LUIZ DE BORBA MARANHÃO  
Rua João Felinto de Sousa, S/N.º, FONE: 3558-1313

**Certidão de Antecedentes Criminais**  
Validade 30 (trinta) dias

Certifico em virtude da faculdade que me é conferida por lei que, revendo o setor de cadastramento de feitos, o SPROC, deles verifiquei **NÃO CONSTAR** o nome **Cibele da Conceição Lima**, brasileira, solteira, estudante, nascida aos 06/03/1993, natural de São Paulo – SP, filha de Irivaldo de Araujo Lima e Vera Lucia da Conceição Lima, RG n. 2007394054-7 SSP/CE; residente na Rua Joaquim Leite de Cunha, Abaiara/CE; **INEXISTINDO** contra a mesma qualquer procedimento de natureza Criminal nesta Comarca de Abaiara/CE.

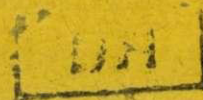
O referido é verdade. Dou Fé.  
Abaiara-CE, 18 de Setembro de 2013

Flávia Evangelista Sampaio Belém  
Funcionária Requisitada  
Mat.p702141





SA 88366475 3 BR



## INATÁRIO (Addressee)

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES  
ELETRÔNICADEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS  
ESPLANADAS DOS MINISTÉRIOS  
BLOCO R

ED. ANEXO ALA OESTE, SALA 300

70044-900 - BRASILIA - DF

TELEFONE (Phone number)

UF (State) / PAÍS (Country)

EMITENTE (Sender)

TELEFONE (Phone number):

DEVOLUÇÃO (Return) (CN15)

- ☐ Mudou-se (Moved)  
☐ Recusado (Refused)  
☐ Desconhecido (Unknown)  
☐ Não procurado (Unclaimed)  
☐ Endereço insuficiente (Insufficient address)  
☐ Não existe o número indicado (Non existing number)

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª: \_\_/\_\_/\_\_ às \_\_h. | 2ª: \_\_/\_\_/\_\_

Assinatura do responsável

ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE  
DE ABAIARA-CE

RUA JOSÉ LEITE MARTINS, S/N - CENTRO

2240-000 - ABAIARA - CEARÁ

Requerimento (volume 3) (0088879)

SEI 53000.031927/2012-03

**Ministério das Comunicações**  
Secretaria de Serviço de Radiodifusão  
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão  
**ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM**



**Identificação do Processo**

Número: 53000.031927/2012 Localidade / UF: ABAIARA/CE  
Entidade: ASSOCIACAO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA CE  
Aviso: 0 Publicação: 01/01/2000 Prazo: 0 Canal: 0

**Processo**

1. A Entidade é uma:	Associação
----------------------	------------

**2. Conclusão Geral (Parecer Legal)**

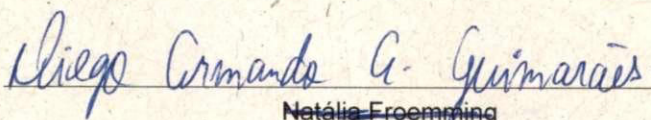
**Pendências:**

- Certidão Negativa ANATEL (20.3, 'b');
- Cópia legível do RG e CPF da diretoria (art. 9º, §2º, III e IV da Lei nº. 9.612 e subitem 8.1, 'e' da Norma 1/2011);
- Alteração Estatutária;
- Último relatório do Conselho Comunitário (20.3, 'h'), conforme subitem 21.4.

**Mapa RadCom:**

- Declaração de que a emissora apresenta os mesmos parâmetros técnicos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações (20.3, 'a'): FL. 15;
- CNPJ válido e atual (20.3, 'c'): FL. 20;
- Estatuto atualizado ou cópia das alterações (20.3, 'd'): FL. 23 à 34.
- Ata de eleição da Diretoria em exercício, devidamente registrada (20.3, 'e'): FL. 35;

É o relatório.

  
Natalia Froemming



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília - DF  
(61) 3311-6281

Ofício nº 908 /2014/CGRC/SCE-MC

Brasília, 7 de fevereiro de 2014.

À Senhora

**MARIA CÍCERA NUNES DOS SANTOS**

Representante Legal da **Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaiara - AAMCA**  
Rua José Leite Martins, 596 - Centro  
63.240-000 Abaiara / CE

Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa a análise do Processo nº 53000.031927/2012.**

Senhora Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº 53000.031927/2012, na localidade de **Abaiara / CE**, no qual essa Entidade requer renovação outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº 559/2014 que indica pendências passíveis de saneamento pela entidade.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente todos esclarecimentos e documentação solicitada sob pena de extinção da outorga.
3. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.
4. Aproveitamos para informar que esta Secretaria poderá, a seu critério, enviar comunicados oficiais via SMS e documentos digitalizados via internet às entidades interessadas, desde que complementem seu cadastro com telefone celular e mantenham atualizado o endereço eletrônico do respectivo representante legal. Ressaltê-se que o fornecimento de tais dados implica anuência dessa entidade em receber as referidas comunicações oficiais e deve ser feito por meio de ofício, com assinatura do seu representante legal. Os conteúdos encaminhados por esses meios referem-se tão somente à entidade destinatária e não serão considerados para fins legais como contagem de prazo e ciência de interessado.

Atenciosamente,

  
**SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA**  
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária



Nota Técnica nº 559/2014/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga**

Referência: Processo de renovação nº 53000.031927/2012.  
Processo de Outorga nº 53650.002145/1998.

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de requerimento de renovação da outorga concedida à **Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaiara** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Abaiara / CE**.

**ANÁLISE**

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, solicitamos os documentos explicitados abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011:

I. Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel;

II. Cópia legível do RG e CPF da Sra. Ana Paula de Moraes Azevedo (Vice-Presidente) e do Sr. Genildo Teixeira da Andrade (2º Secretário), conforme art. 9º, §2º, III e IV da Lei nº. 9.612 e subitem 8.1, “e” da Norma 1/2011;

III. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 “*O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária*” da Norma nº 01/2011.

3. Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constatou-se a necessidade de adequação da atual redação, tendo como base a Norma nº 1/2011, conforme transcrição a seguir:

8.2. *O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:*

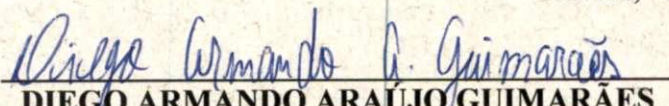
g) *indicar, entre seus objetivos sociais, a finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme a legislação vigente.*

4. Em face do exposto, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada acima, no original ou em cópia autenticada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que acompanha o ofício de encaminhamento. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o processo será encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com vistas à extinção da Autorização outorgada à requerente.

5. Informamos, ainda, que o referido prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, apenas na ocorrência de caso fortuito, força maior, emergência ou calamidade pública, regularmente comprovados, desde que se apresente uma solicitação formal neste sentido, subscrita por quem de direito, dentro do prazo inicialmente acordado para cumprimento das exigências. Qualquer documentação encaminhada após o transcurso desse prazo será considerada intempestiva. Ressalte-se que não serão conhecidos pedidos de prorrogações via fax, e-mail ou telefone.

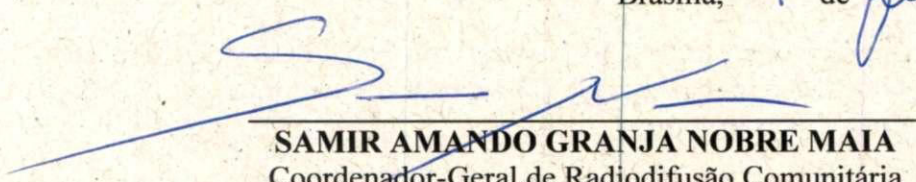
À consideração superior.

Brasília, 05 de fevereiro de 2014.

  
**DIEGO ARMANDO ARAÚJO GUIMARÃES**  
Técnico de Nível Superior

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 559/2014/CGRC/DEOC/SCE-MC.

Brasília, 7 de fevereiro de 2014.

  
**SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA**  
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

EXIGENCIA DE RENOVACAO HOIARA - CE 15



**AAMCA**

**ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA**

**CNPJ- 02.002.580/0001-81**

**RUA JOSÉ LEITE MARTINS, S/N-CENTRO**

**ABAIARA-CEARÁ**

**abaiara\_fm@hotmail.com**

Ofício nº.: 001 /2014

Abaiara-CE, 31 de Março de 2014.

REFERENCIAS:

PROCESSO DE RENOVACÃO: 53000.031927/2012

PROCESSO DE OUTORGA: 53650.002145/1998.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF

53000 014739/2014-79

SEAPA/SCE

04/04/2014-08:43

Senhor Coordenador,

Em resposta ao vosso ofício Nº 908/2014 e nota técnica nº 559/2014/CGR/SCE-MC, e atendendo as exigências nela contida, segue em anexo documentos exigidos

Nesta oportunidade apresentamos a Vossa Excelência, protestos de elevada estima e alta consideração.

Cordiais Saudações,

*Maria Cicera Nunes dos Santos*  
Maria Cicera Nunes dos Santos  
Presidente da Associação

Sr. Coordenador

**SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA**

**COORDENADOR GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

**BRASIL-DF**

**DOCUMENTO ANEXADO  
NESTA DATA**

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

*searc  
131*



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária



Nota Técnica nº 559/2014/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga**

Referência: Processo de renovação nº 53000.031927/2012.

Processo de Outorga nº 53650.002145/1998.

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de requerimento de renovação da outorga concedida à **Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaiara** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Abaiara / CE.

**ANÁLISE**

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, solicitamos os documentos explicitados abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011:

I. **Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel;**

II. **Cópia legível do RG e CPF da Sra. Ana Paula de Moraes Azevedo (Vice-Presidente) e do Sr. Genildo Teixeira da Andrade (2º Secretário), conforme art. 9º, §2º, III e IV da Lei nº. 9.612 e subitem 8.1, "e" da Norma 1/2011;**

III. **Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 "O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária" da Norma nº 01/2011.**

3. Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constatou-se a necessidade de adequação da atual redação, tendo como base a Norma nº 1/2011, conforme transcrição a seguir:

8.2. **O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:**

g) **indicar, entre seus objetivos sociais, a finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme a legislação vigente.**

daag/CGRC



Agência Nacional  
de Telecomunicações



Menu Principal ▾



BOLETO » **Nada Consta** | menu ajuda



## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA -  
AAMCA  
**CNPJ:** 02.002.580/0001-81

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:06:09 do dia 12/03/2014 (hora e data de Brasília).

Válida até 11/04/2014.

Certidão expedida gratuitamente.



CARTÓRIO MORAIS DE LUCENA  
CNPJ 12.465.829/0001-49

A presente cópia confere com a Original.

Doi fé Abelara 21 MAR 2014

( ) Maria Helena Moraes de Lucena

( ) João Venissimo de Moraes Neto

( ) Luis Cesar Moraes de Lucena

Cicero JANILSON Pereira de Sousa

Escrevente Substituto

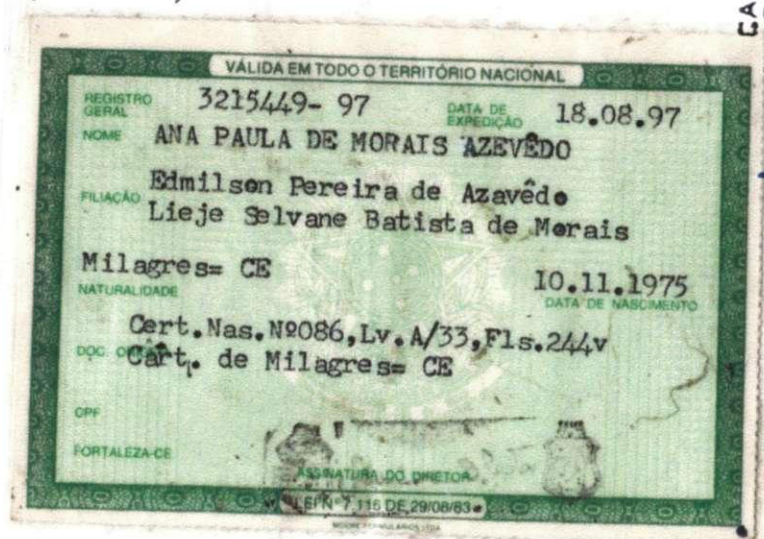
CÓDIGO DE CONTROLE  
BFCE.42AB.3117.B189

A autenticidade deste comprovante deverá  
ser confirmada na Internet, no endereço

[www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)

Comprovante emitido pela  
Secretaria da Receita Federal do Brasil

às 08:49:05 do dia 12/03/2014 (hora e data de Brasília)  
dígito verificador: 00



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Receita Federal  
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número  
004.226.103-13

Nome  
ANA PAULA DE MORAIS AZEVEDO

Nascimento  
10/11/1975

VÁLIDO SOMENTE COM O COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CARTÓRIO MORAIS DE LUCENA  
CNPJ 12.465.829/0001-49

A presente cópia confere com a Original.

Doi fé Abelara 21 MAR 2014

( ) Maria Helena Moraes de Lucena

( ) João Venissimo de Moraes Neto

( ) Luis Cesar Moraes de Lucena

Cicero JANILSON Pereira de Sousa

Escrevente Substituto



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL	DATA DE EXPEDIÇÃO
2008709007-9	08/01/2014

NOME  
GENILDO TEIXEIRA DE ANDRADE

FILIAÇÃO  
GERALDO TEIXEIRA DE ANDRADE

MARIA EUNICE TEIXEIRA DE ANDRADE

MISSÃO VELHA - CE

DOC. ORIGEM  
CERT. CASAMENTO · CARTÓRIO: SEDE TERMO: 803 FOLHA: 107 LIVRO: B 04

AVALIARA - CE  
CPF 800.721.783-53

RG: ANT: 2896462-94

P.: 5

1 VIA

*Baima & Bonatto*  
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/63

DATA DE REGISTRO  
28/11/1996

CEP 00000-00



- ( ) Maria Helena Moraes de Lucena  
( ) João Veríssimo de Moraes Neto  
( ) Luis César Moraes de Lucena

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal**

**CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS**

Nome  
**GENILDO TEIXEIRA DE ANDRADE**

Nº de Inscrição  
**800721783-53**

Data do Nascimento  
**24/11/76**



- ( ) Maria Helena Moraes de Lucena  
( ) João Veríssimo de Moraes Neto  
( ) Luis César Moraes de Lucena



ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA

CNPJ- 02.002.580/0001-81

RUA JOSÉ LEITE MARTINS, 596-B-CENTRO

ABAIARA-CEARÁ

abaiara\_fm@hotmail.com

## RELATÓRIO DA GRADE PROGRAMAÇÃO E AVALIAÇÃO FEITA PELO CONSELHO COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA

### INTRODUÇÃO

O presente relatório tem a finalidade de apresentar um resumo da programação da rádio comunitária da Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaiara-Ce, tudo conforme programação abaixo descrita:

### SEGUNDA A SEXTA - FEIRA

HORÁRIO	PROGRAMA	DESCRIÇÃO
06:00 AS 08:00	NA PANCADA DO FORRÓ	LEVA AO AR O FORRÓ AUTÊNTICO E A UTILIDADE PÚBLICA
08:00 AS 10:00	BOM DIA CIDADE	HORÓSCOPO, DICAS PARA DONA DE CASA, ENTRETENIMENTO E SERVIÇO DE UTILIDADE PÚBLICA
10:00 AS 11:00	EXPERIÊNCIA COM DEUS COM O PADRE REGINALDO MANZOTTI	TRANSMITIDO PELA RÁDIO EVANGELIZAR
11:00 AS 12:00	A VOZ DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ABAIARA	PROGRAMA QUE LEVA AO AR TODAS AS INFORMAÇÕES DO HOMEM DO CAMPO
12:00 AS 13:00	JORNAL NOTÍCIAS EM FOCO	PROGRAMA QUE LEVA AO AR AS NOTÍCIAS NACIONAIS, REGIONAIS E LOCAIS
13:00 AS 14:00	PROGRAMA DA IGREJA UNIVERSAL	PROGRAMAÇÃO INDEPENDENTE DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS
14:00 AS 16:00	RÁDIO MANIA	PROGRAMA DE ENTRETENIMENTO QUE PRESTA SERVIÇO DE UTILIDADE PÚBLICA E O TERÇO DA DIVINA MISERICÓRDIA
16:00 AS 18:00	CONEXÃO FORRÓ	LEVA AO AR O FORRÓ AUTÊNTICO E A UTILIDADE PÚBLICA
18:00 AS 19:00	FÉ E ESPERANÇA	PROGRAMAÇÃO INDEPENDENTE DA RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA
19:00 AS 20:00	HORA DO BRASIL	CADEIA DE RÁDIOS



**ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA**

**CNPJ- 02.002.580/0001-81**

**RUA JOSÉ LEITE MARTINS, 596-B-CENTRO**

**ABAIARA-CEARÁ**

**abaiara\_fm@hotmail.com**

## **SÁBADO**

<b>HORÁRIO</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
<b>06:00 AS 08:00</b>	<b>MOMENTO SERNANEJO</b>	<b>LEVA AO O SERNAEJO DE RAIZ</b>
<b>08:00 AS 11:00</b>	<b>AGITO JOVEM</b>	<b>PROGRAMA DE ENTRETENIMENTO, COM MÚSICAS, TAMBÉM ABORDA ASSUNTOS RELACIONADOS A JUVENTUDE</b>
<b>11:00 AS 12:00</b>	<b>O MELHOR DA CANTORIA</b>	<b>PROGRAMA IDEPENDENTE QUE TRAZ OS VIOLEIROS E SUAS CANÇÕES AO VIVO</b>
<b>12:00 AS 14:00</b>	<b>O ENTREVISTADO</b>	<b>UM CONVIDADO ESPECIAL QUE PRESTA ESCLARECIMENTO EM DIVERSAS ÁREAS COM PARTICIPAÇÃO ATIVA DOS OUVINTES.</b>
<b>14:00 AS 16:00</b>	<b>MOMENTO SAÚDE</b>	<b>UM CONVIDADO DA ÁREA DE SAÚDE TIRA DUVIDAS DOS OUVINTES</b>
<b>16:00 AS 18:00</b>	<b>A VOZ DA PROFECIA</b>	<b>PROGRAMA INDEPENDENTE DA ASSEMBLÉIA DO REINO DE DEUS</b>
<b>18:00 AS 19:00</b>	<b>ESPECIAL ABAIARA FM</b>	<b>1 HORA DE MÚSICA SEM INTERVALO DE UM ARTISTA ESCOLHIDO PELOS OUVINTES</b>



**ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA**

**CNPJ- 02.002.580/0001-81**

**RUA JOSÉ LEITE MARTINS, 596-B-CENTRO**

**ABAIARA-CEARÁ**

**abaiara\_fm@hotmail.com**

**DOMINGO**

HORÁRIO	PROGRAMA	DESCRIÇÃO
06:00 AS 08:00	MOMENTO SERNANEJO	LEVA AO O SERNAEJO DE RAIZ
08:00 AS 09:00	O MELHOR DA CANTORIA	PROGRAMA IDEPENDENTE QUE TRAZ OS VIOLEIROS E SUAS CANÇÕES AO VIVO
09:00 AS 11:00	SANTA MISSA	TRANSMISSÃO AO VIVO DA SANTA MISSA
11:00 AS 12:00	CONVERSANDO COM JESUS	PROGRAMA INDEPENDENTE DA IGREJA ADVENTISTAS DO SÉTIMO DIA
12:00 AS 14:00	FORRÓ DA TERCEIRA IDADE	TRANSMISSÃO AO VIVO DO FORRÓ DA TERCEIRA IDADE PROMOVIDO PELA AAMCA
14:00 AS 17:00	NAS QUEBRADAS DO SERTÃO	LEVA AO AR A MÚSICA RAIZ, NOTÍCIAS PARA O HOMEM DO CAMPO E ENTREVISTAS.
17:00 AS 19:00	SAUDADE NÃO TEM IDADE	LEVA AO AR O MELHOR DA JOVEM GUARDA

**A EMISSORA TAMBÉM DIVULGA SPOT DO PROGRAMA RÁDIO TUBE DO PROGRAMA PETROBRAS DESENVOLVIMENTO E CIDADANIA DO GOVERNO FEDERAL, CAMPANHAS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE.**



**ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA**

**CNPJ- 02.002.580/0001-81**

**RUA JOSÉ LEITE MARTINS, 596-B-CENTRO**

**ABAIARA-CEARÁ**

**abaiara\_fm@hotmail.com**

### **AVALIAÇÃO**

A rádio comunitária Abaiara FM é amplamente reconhecida pelo trabalho que desenvolve, transmitindo em sua programação diária programas de interesse social vinculada à realidade local que visa contribuir com ampliação da cidadania, democratizando a informação, melhorando o nível cultural dos ouvintes sobre temas relacionados às suas vidas; bem como no que diz respeito a saúde e educação, a emissora faz a veiculação de todos os programas e spots vindos dos Ministérios da Saúde e Educação do Governo Federal. A emissora permite ainda a participação ativa e autônoma das pessoas residentes na localidade e de representantes de movimentos sociais. Entende-se também que é de grande valia a contribuição da emissora na parte de evangelização da cidade e das comunidades vizinhas contribuindo assim para o engrandecimento do Reino de Deus.

**ABAIARA-CE, AOS 11 DE MARÇO DE 2014.**

#### **MEMBROS DO CONSELHO COMUNITÁRIO:**

*Carlos Jean Cavalcante Sobrinho*

Carlos Jean Cavalcante Sobrinho

CPF. 047.027.523-59

RG Nº 2004099062740 SSP-CE

*Ângelo Furtado Sampaio*

Ângelo Furtado Sampaio

CPF: 307.370.603-87 RG:

694187-83 SSP-CE

*Padre Elias Ribeiro Neto*

Padre Elias Ribeiro Neto

CPF: 702.423.643-49

RG: 1466587-88 SSP-CE

*João Lourenço Pereira Sobrinho*

João Lourenço Pereira Sobrinho

CPF: 443.430.513-15

RG: 2169402-91 SSP-CE

*Francisco Oliveira de Sousa*

Francisco Oliveira de Sousa

CPF Nº 038.544.563-60

RG Nº 2008367706-7-SSP-CE



**ESTADO DO CEARÁ  
CIDADE DE ABAIARA  
CARTÓRIO MORAIS DE LUCENA – OFÍCIO ÚNICO**

**MARIA HELENA MORAIS DE LUCENA OFICIAL TABELIÃ  
CICERO JANILSON PEREIRA DE SOUSA – ESCRIVENTE SUBSTITUTO**

**CNPJ Nº12.465.829/0001-49**

**RUA JOSÉ LEITE MARTINS Nº 596 - ABAIARA - CE FONE: (0XX) 88-3558-1520**

**cartoriolucena@hotmail.com**

**CERTIDÃO**

CERTIFICO a requerimento verbal da parte interessada, que revendo em o cartório a meu cargo, situado na rua José Leite Martins, 596, nesta cidade de Abaiara-Ce, verifiquei constar registrada no livro: **A** do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, sob nº: 19 folhas: 25v/27v registrado em 18 (dezoito) de julho de 1997, O REGISTRO DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA-CE – AAMCA. CONTENDO A SEGUINTE CONTEUDO:

**CAPÍTULO I - Da Denominação, Sede e Finalidades:** Art. 1º- A Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaiara - AAMCA, Fundada em 17 de julho de 1997 é uma Entidade Civil, com personalidade jurídica de direito privado, que terá duração por tempo indeterminado, sede social na Rua José Leite Martins S/Nº, Centro, Abaiara, Estado do Ceará, foro jurídico em Abaiara - Ceará.

Art. 2º- A entidade tem por finalidades:

I - Assistir ao menor carente de Abaiara, com visitas a defesa de seus interesses através de programas e projetos com entidades públicas, Federais, Estaduais, Municipais e internacionais, no sentido de atender suas necessidades fundamentais de modo a garantir melhores condições de vida no meio social e comunitário.

II - Promover atividades que visem divulgar informações úteis sobre saúde, educação, habitação, segurança pública, lazer e todos os outros aspectos da vida da população carente, através de cursos profissionalizantes, palestras, atividades agrícolas, atividades artísticas, culturais, esportivas e recreativas, com o fim de preparar os menores carentes para alcançar os seus objetivos comuns;

III - Promover a pesquisa dos reais problemas da comunidade e elaborar planos para criação de atividades que melhor convenham para o bem-estar do menor.

IV - Tem por objetivo **EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, bem como beneficiar a comunidade com vistas a:

a) Dar oportunidade a difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;

b) oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;

c) prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;

d) contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;

e) permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

  
Cicero JANILSON Pereira de Sousa  
Escrivente Substituto

Art. 3º- No desenvolvimento de suas atividades a entidade não fará qualquer discriminação de cor, sexo, nacionalidade, credo político ou religioso.

Parágrafo Único- A Entidade é sem fins lucrativos e "não distribui resultados, dividendo, bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto",

Art. 4º- A fim de cumprir suas finalidades, a instituição se organizará em tantas unidades de prestação de serviços, quantas se fizerem necessárias.

## CAPÍTULO II

### Dos Sócios

Art. 5º- A sociedade é constituída por um número ilimitado de sócios, distribuídos nas seguintes categorias:

I- FUNDADORES- São sócios fundadores, todos aqueles que comprovadamente participarem do ato da constituição da entidade, e assinarem a Ata de Fundação.

II- CONTRIBUINTES- São sócios contribuintes, todos aqueles, inclusive os fundadores, que contribuirão mensalmente com determinada importância fixada pela Diretoria e aprovada pela Assembléia Geral.

BENEMÉRITOS- São sócios beneméritos, as pessoas ou entidades, que prestarem relevantes serviços à entidade.

Parágrafo Único- São considerados sócios, todos os maiores de 16 (dezesesseis) anos que residem no bairro, devidamente inscritos na entidade. A admissão do sócio dar-se-á mediante cumprimento das exigências deste Estatuto.

Art. 6º- São direitos dos sócios quites com suas obrigações sociais:

I- Votar e ser votado para os cargos eletivos;

II- Tomar parte nas Assembléias Gerais;

III- Participar das Assembléias dos quadros de sócios, com direito a voz e voto;

Opinar sobre os trabalhos desenvolvidos pela Entidade;

Usufruir dos benefícios e serviços assistenciais prestados pela entidade;

Apenas os maiores de 18 (dezoito) anos é assegurado o direito de ser votado, para cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Parágrafo Único- A Entidade não se responsabilizará por quaisquer compromissos que os sócios venham a assumir.

Art. 7º- São deveres dos sócios:

I- Cumprir as disposições estatutárias, e demais resoluções aprovadas pela Assembléia Geral e pela Diretoria;

II- Acatar as determinações da Diretoria;

III- Zelar pelo nome, patrimônio moral, financeiro, e material da Entidade;

IV- Contribuir Financeiramente para a Entidade, conforme determinações da assembléia Geral;

V - Comparecer às Assembléias Gerais e acatar suas decisões.

Art. 8º- Os sócios não respondem, nem mesmo subsidiariamente por encargos da instituição.

Art. 9º- Serão afastados do quadro social da entidade os que por má conduta ou falta cometida contra o patrimônio material ou moral da entidade, se constituírem nocivos à Entidade, ou se os que por livre e espontânea vontade desejarem se ausentar ou se desligar da entidade.

## CAPÍTULO III - Da Administração

Art. 10- A entidade será administrada por - Assembléia Geral;

I- Diretoria;

II - Conselho Fiscal.

Art. 11- A Assembléia Geral, órgão soberano da instituição, constituir-se-á dos sócios em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Cícero JANILSON Pereira de Sousa  
Escrevente Substituto



Art. 12 - Compete a Assembléia Geral:

- I - Eleger os membros da Diretoria e Conselho Fiscal;
- II - Decidir sobre reformas do estatuto;
- III - Decidir sobre a extinção da entidade;
- VI - Decidir no caso de dissolução da entidade o destino dos bens remanescentes,
- V Cassar o mandato de qualquer membro da Diretoria ou Conselho Fiscal.
- VI- Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- VII - Aprovar Regimento interno;
- VIII - Deliberar sobre qualquer assunto de interesse da entidade.

Art. 13 - Espécies de Assembléias:

- I- Assembléia Geral Ordinária, e
- II- Assembléia Geral Extraordinária.

PARÁGRAFO ÚNICO - A Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária poderão ser, cumulativamente, convocada e realizada no mesmo local, data e hora, instrumentada em ata única

Art. 14- A Assembléia Geral realizar-se-á ordinariamente uma vez por ano para.

- I -Apreciar o relatório anual da Diretoria;
- II -Discutir e homologar as contas e o balanço aprovados pelo Conselho Fiscal.

Art. 15- A Assembléia Geral realizar-se-á extraordinariamente, quando convocada:

- I -Pela Diretoria;
- II - Pelo Conselho Fiscal, e
- III- Por requerimento de 1/3 (um terço) dos sócios quites com as obrigações sociais.

Art. 16- A convocação da Assembléia Geral, será feita por meio de edital afixado na sede da instituição, por circulares ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de 08 (oito) dias.

Parágrafo Único- Qualquer Assembléia instalar-se-á em primeira convocação com a maioria dos sócios, e em segunda convocação com qualquer número.

Art. 17- A Diretoria será constituída por um Presidente, um Vice-presidente, um Primeiro Secretário, um Segundo Secretário, um Primeiro Tesoureiro e um Segundo Tesoureiro.

Parágrafo Único- Não poderá haver parentes entre os membros da Diretoria e o Conselho Fiscal, até o terceiro grau, e o cônjuge.

Art. 18- O mandato da Diretoria será de 4 (quatro) anos, sendo vedada mais de uma reeleição consecutivas, devendo a eleição e posse acontecer no dia do término do mandato da Diretoria anterior.

Art. 19- Os membros da Diretoria não são responsáveis pelas obrigações que contrariem em nome da Entidade e em virtude de ato regular de gesto, responde, porém, civilmente, pelos prejuízos que causar quando proceder:

- I- Dentro de suas atribuições ou poderes, com culpa ou dolo;
- II- Violação da Lei do Estatuto;

§ 1º- A Diretoria não é responsável por atos ilícitos de outra Diretoria, salvo se eles for conveniente, se negligenciar em descobri-los ou se, deles tendo conhecimento deixar de agir para impedir a sua prática. Exime-se de responsabilidade se der ciência em Ata em Assembléia Geral.

§ 2º- Os membros da Diretoria são solidários responsáveis pelos prejuízos causados em virtude de não cumprimento das obrigações.

140  
Fls.  
Rubrica

todos eles.

§ 3º- Responderá solidariamente com a Diretoria quem, com o fim de obter vantagens para si ou para outrem, concorrer para a prática de ato com violação da Lei ou do Estatuto.

§ 4º- Cabe a Diretoria aplicar integralmente as rendas, recursos e eventuais resultados operacionais na manutenção e desenvolvimentos institucionais no Território Nacional.

Art. 20- Compete à Diretoria:

- I- Executar os programas aprovados pela Assembléia Geral;
- II- Elaborar e apresentar à Assembléia Geral, o relatório anual;
- III- Entrosar-se com instituições Públicas ou Privadas para a mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- IV- Reunir-se extraordinariamente por convocação do Presidente, da maioria simples dos seus membros e dos membros do Conselho Fiscal.

Art. 21- A Diretoria reunir-se-á no mínimo uma vez por mês para prestar informações, avaliar e suplementar suas atividades.

Art. 22- Compete ao Presidente:

- I - Representar a Entidade ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- II-Cumprir e fazer cumprir este Estatuto;
- III-Presidir à Assembléia Geral;
- IV-Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- V-Assinar juntamente com o tesoureiro, cheques, notas fiscais, recibos, ordem de pagamentos, contratos de operação de crédito, e, outros títulos de créditos;
- VI-Assinar com o secretário as atas das Assembléias Gerais e correspondências.

Art. 23- Compete ao Vice-presidente:

- I - Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- II-Assumir o mandato em caso de vacância, até o término;
- III-Prestar de modo geral, a sua colaboração ao Presidente.

Art. 24- Compete ao Primeiro Secretário:

- I- Responder pela administração da secretaria;
- II-Secretariar as reuniões da Diretoria e Assembléias Gerais e redigir as Atas, e outros documentos;
- III-Dar publicidade às notícias das atividades da entidade;
- IV-Cuidar dos arquivos da entidade e manter em dia as correspondências;
- V-Assinar com o Presidente as Atas das reuniões das Assembléias Gerais e correspondências.

Art. 25- Compete ao Segundo Secretário:

- I - Substituir o Primeiro Secretário em suas faltas ou impedimentos;
- II- Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término; e
- III- Prestar de modo geral, a sua colaboração ao Primeiro Secretário.

Art. 26- Compete ao Primeiro Tesoureiro:

- I-Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, utensílios, donativos, mantendo em dia a escrituração;
- II- Pagar as contas autorizadas pelo Presidente;
- III-Apresentar relatórios de receita e despesa sempre em que forem solicitadas;
- IV-Assinar cheques e demais documentos de despesa juntamente com o presidente;
- V - Apresentar o relatório financeiro para ser submetido à Assembléia Geral;
- VI-Apresentar semestralmente o balancete ao Conselho Fiscal;
- VII- Manter todo o numerário em estabelecimento de crédito;
- VIII-Conservar sob sua guarda e responsabilidade os documentos relativos à Tesouraria.

Art. 27- Compete ao Segundo Tesoureiro:

Cícero JANILSON Pereira de Sousa  
Escrevente Substituto

I - Substituir o Primeiro Tesoureiro em suas faltas ou impedimentos;  
II - Assumir o mandato, em caso de vacância até o seu término; e  
III - Prestar de modo geral, a sua colaboração ao Primeiro Tesoureiro.  
Art. 28- O Conselho Fiscal, será constituído por 03 (três) membros, e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembléia Geral.

§ 1º- O Mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria.

§ 2º- Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo seu respectivo suplente, até o seu término.

§ 3º- A responsabilidade dos membros do Conselho Fiscal por omissão no cumprimento de seus deveres é solidária mas dela se exime o membro desistente que fizer consignar sua divergência em Ata perante a Assembléia Geral.

§ 4º- O membro do Conselho Fiscal não é responsável pelos atos ilícitos de outros membros, salvo se com eles for conivente, ou se concorrer para a prática do ato.

Art. 29- Compete ao Conselho Fiscal:

I- Fiscalizar as despesas realizadas pela Diretoria; II- Examinar os livros de escrituração da entidade;

III- Examinar o balancete semestral apresentado pelo Tesoureiro opinando a respeito;

Apreciar os balanços e inventários que acompanham o relatório anual da Diretoria;

Opinar sobre a aquisição e alienação de bens; e

Convocar a Assembléia Geral, sempre que houver dúvida das despesas apresentadas pela Diretoria ou que a Diretoria se obsteneha em prestar os esclarecimentos necessários.

Parágrafo Único- O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada 03 (três) meses, e, extraordinariamente, sempre que for necessário.

Art. 30- As atividades dos Diretores e conselheiros, bem como as dos sócios serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vetado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagens a dirigentes e associados.

Art. 31- Os membros da entidade estarão sujeitos às seguintes

I-ADVERTÊNCIA- Quando, com palavras ou atitudes, desrespeitarem seus companheiros;

II-SUSPENSÃO- Quando reincidirem nas faltas acima citadas, ou cometerem outras que comprometerem o bom funcionamento da Entidade;

III- EXCLUSÃO- Em caso de reincidência nas faltas anteriormente citadas, em caso de agressões corporais ou quando fizerem do cargo que ocupam, para o seu próprio benefício.

Art. 32- Todo e qualquer membro da Diretoria Executiva e do conselho Fiscal que faltar a um número de 05 (cinco) reuniões consecutivas e sem justificativas, será substituído assumindo o suplente respectivo.

Parágrafo Único- A entidade "não remunera" nem concede vantagens ou benefícios por qualquer forma ou título, a seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores, benfeitores ou equivalentes.

## CAPÍTULO IV

### Do Processo Eleitoral

Art. 33- Concorreram as eleições para renovação da Diretoria e Conselho Fiscal da entidade, os membros associados que estejam em pleno gozo de seus direitos estatutários, que se inscrevam em chapas e cujo os nomes constam na lista de votação.

Art. 34- A eleição será pelo voto secreto ou por aclamação dos sócios registrados e devidamente em dia com suas obrigações sociais, 30 (trinta) dias antes do pleito eleitoral.

Art. 35- A Mesa Eleitoral é constituída por: 01 (hum) presidente e 01 (hum) Primeiro e 01 (hum) Mesário, 02 (dois) Secretários e 01 (hum) Suplente, escolhido em Assembléia Geral, pelo menos com 05 (cinco) dias de antecedência da eleição.

Parágrafo Único- Não podem ser nomeados Presidente e Mesário:

I- Os candidatos e seus parentes até o segundo grau, o cônjuge e ainda por afinidade.

Cícero JANILSON Pereira de Sousa  
Escriturante

II - Os membros da Diretoria em exercício.

Art. 36- Em caso de empate entre mais de um candidato, considerará-se a efeito o que contar com mais tempo como membro da entidade. Persistindo o empate será eleito o de maior idade e por último será feito um sorteio.

Art. 37- Os membros eleitos tomarão posse de imediato para suas funções e atribuições

Art. 38- Não coincidindo o número de votantes com o de sobrecartas nas urnas, será anulada a eleição.

## CAPÍTULO V

### Do Patrimônio e Rendas

Art. 39- O patrimônio da entidade será constituído de:

I- Doações, legados, contribuições e auxílios de pessoas físicas e jurídicas, de direito privado ou público, nacionais ou estrangeiros;

II - Bens móveis e imóveis, adquiridos e ou recebidos em doações.

Art. 40- Constituem receitas da entidade:

I- Contribuições provenientes de Convênios, Acordos, Projetos, Contratos com entidades nacionais e internacionais;

II- Contribuição dos sócios.

Parágrafo Único- As rendas, recursos e eventual resultado operacional, serão aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no Território Nacional

Art. 41- No caso de dissolução da instituição, os bens remanescentes serão destinados a outra instituição congênere do município, com personalidade jurídica ou para uma instituição pública, devidamente registrada no CNAS.

## CAPÍTULO VI

### Das Disposições Gerais

Art. 42- A Entidade será dissolvida por decisão da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, em primeira convocação com 2/3 (dois terços) e em segunda com qualquer número de associados, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades, de acordo com o artigo 21 do Código Civil Brasileiro.

Art. 43- O presente Estatuto, poderá ser reformulado em qualquer tempo, por decisão da maioria absoluta dos associados, em Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, e em segunda convocação em qualquer número.

Art. 44 – Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembléia Geral.

Art. 45. O presente Estatuto, entrará em vigor na data do seu registro em Cartório. Aprovado em assembléia Geral, em 17 de julho de 1997. AVERBAÇÕES: AV-1-19. Ata de Assembléia Geral Extraordinária para alteração do Estatuto da Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaiara- AAMCA, feita em 08 de dezembro de 1999. AV-2-19. Ata da Assembléia Geral Extraordinária para deliberação da proposta de reforma do Estatuto da ASSOCIAÇÃO AO MENOR CARENTE DE ABAIARA-CE, Aos vinte e cinco (25) dias do mês de março de dois mil e quatorze (2014), averbada em 31 de março de 2014. Averbações essas já inclusas na redação do estatuto acima descrito, fazendo parte integrante deste do Estatuto Social. O referido é verdade e dou fé. Abaiara-Ce, aos trinta e um (31) dias do mês de Março do ano de dois mil e quatorze (2014).

Maria Helena Moraes de Lucena  
Oficiala do Registro de Pessoas Jurídicas

+ Cícero JANILSON Pereira de Sousa +  
Escrivente Substituto



SECRETARIA DE SERVIÇOS COMUNITÁRIOS ELETRÔNICA  
DEPARTAMENTO DE OUTORGA E SERVIÇOS  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS BLOCO R  
ED. ANEXO ALA OESTE SALA 300

CEP: 70044-900 - BRASILIA-DF

Ministério das  
Comunicações



ASSOCIAÇÃO DE ASSISTENCIA AO MENOR CARENTE DE  
ABAIARA – AAMCA

RUA JOSÉ LEITE MARTINS, Nº 596 – CENTRO

CEP: 63240-000 - ABAIARA-CE



## TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Florianópolis, 15 de agosto de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Pereira magalhaes, Agente Administrativo**, em 15/08/2014, às 17:08, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0088928** e o código CRC **45E2A06C**.



## JUSTIÇA ELEITORAL

### CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **JOÃO VERISSIMO DE MORAIS NETO (Título Eleitoral: 065498210760 )** é **SECRETÁRIO (exercício 01/10/2007 a Indeterminado)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **PR - 22 PARTIDO DA REPÚBLICA**  
Órgão Partidário: **Comissão Provisória**  
Abrangência: **MUNICIPAL - ABAIARA/CE**  
Vigência: **Início: 01/10/2007 Final: Indeterminada**  
Código: **RLAX.X7J/.LAZ9.WHZP.**  
Certidão emitida às: **27/10/2014 11:27:25**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:  
<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



## JUSTIÇA ELEITORAL

### CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **GENILDO TEIXEIRA DE ANDRADE (Título Eleitoral: 040764120752 )** é **VICE-PRESIDENTE (exercício 10/11/2013 a 10/11/2017)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **PT - 13 PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Órgão Partidário: **Diretório**  
Abrangência: **MUNICIPAL - ABAIARA/CE**  
Vigência: **Início: 10/11/2013 Final: 10/11/2017**  
Código: **#ACI.GFP\$.ZDP2.DNHD.**  
Certidão emitida às: **27/10/2014 11:28:17**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:  
<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



Tribunal Regional Eleitoral do Ceará  
Secretaria de Tecnologia da Informação  
Resultados Eleitorais - Eleições Municipais 2012 - 1º Turno - 07/10/2012  
Dados gerados em 02/09/2013 sujeitos a alterações

**SUPLENTES PARA VEREADOR**

Município	Número	Nome do Candidato	Nome para Urna	Votos Nominais	Situação	% Válidos	Partido	Partido/Coligação
ABAIARA	45555	GILVAN ALVES GRANGEIRO	GILVAN	302	Suplente	5,82	PSDB	PSDB / PRB / PMDB
ABAIARA	45612	DONIZETE EVANGELISTA DANTAS	DONIZETE	253	Suplente	4,87	PSDB	PSDB / PRB / PMDB
ABAIARA	45112	MARTA MARIA LEITE DE LUCENA	MARTA	2	Suplente	0,04	PSDB	PSDB / PRB / PMDB
ABAIARA	45000	RITA NUNES MARTINS	RITA	0	Suplente	0,00	PSDB	PSDB / PRB / PMDB
ABAIARA	45613	MARIA LEITE TAVARES	MARIZETE	0	Suplente	0,00	PSDB	PSDB / PRB / PMDB
ABAIARA	65123	JOÃO MENEZES DOS SANTOS	JOÃO MENEZES	142	Suplente	2,74	PC do B	PT / PR / PC do B
ABAIARA	13111	INES MOREIRA DE SOUSA	INÊS	75	Suplente	1,44	PT	PT / PR / PC do B
ABAIARA	22123	MANOEL PEREIRA	MANOEL PEREIRA	72	Suplente	1,39	PR	PT / PR / PC do B
ABAIARA	13456	GERALDO DANTAS NETO	GERALDO DANTAS	49	Suplente	0,94	PT	PT / PR / PC do B
ABAIARA	22222	JOÃO VERISSIMO DE MORAIS NETO	JOÃO NETO	32	Suplente	0,62	PR	PT / PR / PC do B
ABAIARA	22999	CICERA ROBERTA ALVES DE SOUSA	ROBERTA	1	Suplente	0,02	PR	PT / PR / PC do B
ABAIARA	22221	PALLOMA KELLY OLIVEIRA LAURINDO	PALLOMA KELLY	0	Suplente	0,00	PR	PT / PR / PC do B
ACARAPE	65678	CARLOS CESAR MONTEIRO DE OLIVEIRA	CARLINHOS MONTEIRO	265	Suplente	3,07	PC do B	PC do B
ACARAPE	65222	FRANCISCO LUCENA DE SOUSA	SENA	126	Suplente	1,46	PC do B	PC do B
ACARAPE	65333	ALEXANDRE DE CASTRO FALCÃO	ALEXANDRE FALCÃO	117	Suplente	1,36	PC do B	PC do B
ACARAPE	65555	LUCAS SILVA MOURÃO	LUCAS MOURÃO	48	Suplente	0,56	PC do B	PC do B
ACARAPE	65234	CICERA ADRIANA FREITAS SANTOS	CICERA	38	Suplente	0,44	PC do B	PC do B
ACARAPE	65999	SERGIO RICARDO DO CARMO	SERGIO	35	Suplente	0,41	PC do B	PC do B
ACARAPE	65000	FRANCISCO JÚNIOR MARTINS SALES	SALES JUNIOR	29	Suplente	0,34	PC do B	PC do B
ACARAPE	65666	MARIA TELMA DA SILVA	TELMA	0	Suplente	0,00	PC do B	PC do B
ACARAPE	65444	MARIA JOSE CASTELO DE ARAUJO	MIRIAN	0	Suplente	0,00	PC do B	PC do B
ACARAPE	12666	JOSE VALMIR DIAS DA SILVA	VALMIR TIBAUE	373	Suplente	4,32	PDT	PDT

**NOTA TÉCNICA Nº 15579/2014/SEI-MC**

Processo de Renovação nº: **53000.031927/2012-08**

Processo de Outorga nº:

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação de Assistência Ao Menor Carente de Abaiara Ce (a A M C A)**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **ABAIARA / CE**.

**ANÁLISE**

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, e considerando os documentos já encaminhados por esta entidade, solicitamos o atendimento das exigências elencadas abaixo, na forma dos subitens 8.1, 8.2, 8.3 e 20.3 da Norma nº 1/2011:

I. Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel atualizada;

II. Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se a necessidade de sua adequação ao disposto nos subitens 8.2, alíneas "g" e "k" e 8.3, alíneas "b", "d", "g" e "h" da Norma nº 01/2011, a saber:

a) indicar, no art. 2.º, IV, que a execução do serviço de radiodifusão comunitária será **conforme a legislação vigente** (subitem 8.2, "g");

b) indicar a constituição de um Conselho Comunitário nos termos da Lei n.º 9.612/1998 (subitem 8.2, "k");

c) assegurar, expressamente, o **ingresso gratuito**, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço (subitem 8.3, "b");

d) assegurar, expressamente, o **ingresso gratuito**, como associadas, de **pessoas jurídicas sem fins lucrativos**, sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes (subitem 8.3, "d");

e) determinar que não haverá a distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados (subitem 8.3, "g");

f) garantir, no item III do art. 15, que, por requerimento de no mínimo 1/5 (um quinto) - **e não 1/3 (um terço)** - dos associados seja promovida assembleia geral,

em atendimento ao art. 60 da Lei n.º 10.406/2002, que institui o Código Civil (subitem 8.3, "h").

III. As alterações estatutárias promovidas devem ser devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Registro de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação.

IV. Ata de constituição do atual Conselho Comunitário, no qual constem as entidades representadas por cada um dos membros do Conselho.

3. Além das pendências na documentação encaminhada, verificou-se também que:

I. o endereço correto da entidade não está claro, visto que o CNPJ e o estatuto social não indicam a numeração (Rua José Leite Martins **s/n.º**), entretanto o relatório do Conselho Comunitário indica o n.º 596-B (Rua José Leite Martins **n.º 596-B**) e o documento que requer a renovação da outorga, indica o número 596 (Rua José Leite Martins **n.º 596**), que por sinal é o mesmo endereço do Cartório Moraes de Lucena, de acordo com a certidão de registro do estatuto social apresentada pela entidade, motivo pelo qual a requerente deverá se manifestar e esclarecer o endereço correto da sede da associação em tela.

II. existem indícios de que a entidade mantém vínculos que a subordinam ou a sujeitam à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outra entidade, mediante compromissos ou relações político-partidárias, em potencial infringência ao disposto no art. 11 da Lei 9612/1998, vez que, em pesquisa à rede mundial de computadores e ao banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral e do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará verificou-se que:

a) o atual 1.º Secretário da entidade, **João Veríssimo de Moraes Neto**, além ser membro da Comissão Provisória do Partido da República - PR, exercício de 01/10/2007 a prazo indeterminado, no qual exerce o cargo de Secretário - conforme certidão extraída do sítio do TSE - é também suplente do cargo de vereador nas Eleições Municipais de 2012, sob a legenda do PR - conforme informação extraída do sítio do TRE-CE;

b) o atual 2.º Secretário da entidade, **Genildo Teixeira de Andrade**, é membro do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores - PT, exercício de 10/11/2013 a 10/11/2017, no qual exerce o cargo de Vice-Presidente - conforme certidão extraída do sítio do TSE.

Assim, como os fatos elencados no item 3,"II", podem representar infração à Lei, em obediência aos princípios Constitucionais da ampla defesa e do contraditório, é necessário que a entidade se manifeste no prazo referido no Ofício que acompanha esta Nota Técnica, apresentando as razões que entender pertinentes e/ou realize nova assembleia para eleição de novos dirigentes que não tenham vínculos políticos-partidários, religiosos, familiares ou comerciais, e que, se pela eleição optarem, encaminhem a Ata de Eleição devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas e cópia legível autenticada do RG e do CPF dos novos membros, em atendimento ao subitem 8.1,

"c", "e" e "j" da Norma n.º 01/2011, respectivamente.

## CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada e/ou **esclarecer** as pendências constatadas, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm**, **Delegado Substituto**, em 04/11/2014, às 13:42, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0217423** e o código CRC **052370FF**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
DELEGACIA REGIONAL DE SANTA CATARINA**

Praça XV de Novembro, 242, 1º andar, salas 107 a 110.  
CEP 88.010-970 Florianópolis - SC  
Tel.: (48) 3229-4373 / 3225-4730 - Fax: (48) 3225-6724  
e-mail: argelia.schramm@comunicacoes.gov.br

Ofício nº 17802/2014/SEI-MC

**Florianópolis, 03 de novembro de 2014**

À Senhora  
MARIA CÍCERA NUNES DOS SANTOS  
Representante Legal da Associação de Assistência Ao Menor Carente de Abaiara Ce  
(a A M C A)  
Rua José Leite Martins n.º 596, Centro  
63.240-000 / Abaiara - CE

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.031927/2012-08.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da Nota Técnica nº **SEI-MC 15579/2014/SEI-MC**, desta Delegacia, que trata de pendências encontradas nos autos.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

3. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

4. Aproveitamos para informar que esta Delegacia poderá, a seu critério, enviar comunicados oficiais via SMS e documentos digitalizados via internet às entidades interessadas, desde que complementem seu cadastro com telefone celular e mantenham atualizado o endereço eletrônico do respectivo representante legal. Ressalte-se que o fornecimento de tais dados implica anuência dessa entidade em receber as referidas comunicações oficiais e deve ser feito por meio de ofício, com assinatura do seu representante legal. Os conteúdos encaminhados por esses meios referem-se tão somente à entidade destinatária e não serão considerados para fins legais como contagem de prazo e ciência de interessado.

Atenciosamente,

ARGÉLIA DINIZ SCHRAMM  
Delegada Regional  
Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm**,  
**Delegado Substituto**, em 03/11/2014, às 17:27, conforme art. 3º, III, "b",  
das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador  
**0218382** e o código CRC **BD870447**.

---

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**DELEGACIA REGIONAL DE SANTA CATARINA**  
Praça XV de Novembro, 242, 1º andar, salas 107 a 110.  
CEP 88.010-970 Florianópolis - SC  
Tel.: (48) 3229-4373 / 3225-4730 - Fax: (48) 3225-6724  
e-mail: argelia.schramm@comunicacoes.gov.br

Memo. nº 1694/2014/SEI-MC

Florianópolis, 04 de novembro de 2014.

À Coordenadora-Geral de Acompanhamento de Outorga - CGAO

**Assunto: Solicitação de abertura de processo de apuração de infração - Ref. Processo n.º 53000.031927/2012-08.**

1. Foram encontrados indícios de que a Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaiara - CE - AAMCA, entidade que requer renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em Abaiara/CE, estaria infringindo o art. 11 da Lei n.º 9.612/1998, ao manter vínculo político-partidário, conforme exposto abaixo:

a) o atual 1.º Secretário da entidade, **João Veríssimo Moraes Neto**, além de ser membro da Comissão Provisória do Partido da República - PR, exercício de 01/10/2007 a prazo indeterminado, no qual exerce o cargo de Secretário - conforme certidão extraída do sítio do TSE, é também suplente do cargo de Vereador nas Eleições Municipais de 2012, sob a legenda do PR - conforme informação extraída do sítio do TRE-CE;

b) o atual 2.º Secretário da entidade, **Genildo Teixeira de Andrade**, é membro do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores - PT, exercício de 10/11/2013 a 10/11/2017, no qual exerce o cargo de Vice-Presidente, conforme certidão extraída do sítio do TSE.

2. Cumpre informar que as certidões extraídas do sítio do TSE bem como a relação de suplentes de vereador obtida no sítio do TRE-CE foram digitalizadas e cadastradas no processo em epígrafe via SEI (documento n.º 0208261) e que a Ata de Eleição da atual diretoria em exercício se encontra no Volume 2 do processo em tela.

3. Diante do exposto, solicita-se abertura de processo de apuração de infração.

Atenciosamente,

ARGÉLIA DINIZ SCHRAMM  
Delegada Regional  
Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm**, **Delegado Substituto**, em 04/11/2014, às 13:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0218441** e o código CRC **2E4E2142**.

---

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

**AR**

**DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE**

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SRA. MARIA CÍCERA NUNES DOS SANTOS

ENDEREÇO / ADRESSE

RUA José Leite Martins 596 CENTRO

CEP / CODE POSTAL

63.240.000

CIDADE / LOCALITÉ

ABAIARA

UF

PAÍS / PAYS

CE BRASIL

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

Ofício 17802/2014-SEI-MG

53000031927/2012-08

NATUREZA DO ENVIÓ / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

*João Lourenço Pereira Sobrinho*

DATA DE RECEBIMENTO

DATE DE LIVRATION

14/11/14

CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

JOÃO Lourenço PEREIRA Sobrinho

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

216940291 SSP-MG

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /  
SIGNATURE DE L'AGENT

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240/103-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



AVISO DE  
RECEBIMENTO

AR

AVIS CNUF

JH 75293123 5 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

12/11/14 11:34 h	13/11/14 11:40 h	14/11/14 12:11 h
---------------------	---------------------	---------------------

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Delegacia Regional em Santa Catarina - DARC-04

Praça XV de Novembro, 242 - 1º andar

CIDADE / LOCALITÉ

88010-970 - FLORESTA - SC

UF

BRASIL

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR





**AAMCA**

**ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA**  
**CNPJ- 02.002.580/0001-81 - RUA JOSÉ LEITE MARTINS, S/N-CENTRO**  
**Cep - 63 240 - 000 - ABAIARA-CEARÁ-BRASIL**

Ofício 002 / 2014  
de 2014.

Abaiara Ceará, 08 de Dezembro

Ao Ministério das Comunicações  
Delegacia Regional de Santa Catarina – SC  
Att. Sra. Dra. ARGÉLIA DINIZ SCHRAMM,  
M. Digna Delegada Regional substituta



**ASSUNTO: Encaminhamento de resposta a nota técnica da análise do processo de nº 53000.031927/2012-08, referente ao pedido de renovação da Outorga Concessão da Rádio Abaiara FM.**

**Prezada senhora:**

Cumprimentando-a cordialmente e em resposta ao ofício de nº **17802/2014/SEI-MC**, datado de 03 de novembro de 2014, endereçado a nossa associação, temos o seguinte a reportar.

**1-** Estamos encaminhando a Vossa Excelência, documentos solicitados relativos a pendências apontadas na Nota Técnica nº **15579/2014/SEI-MC** supracitada, visando à obtenção da renovação de Outorga Concessão da nossa Rádio Comunitária Abaiara FM. Assim sendo, estamos encaminhando os seguintes documentos solicitados:

**a-** Certidão Negativa atualizadas das receitas administradas pela ANATEL.

**b-** Mudança solicitada no Estatuto Social da Entidade em suprimimento ao disposto no subitem 8.2, alíneas "g" e "k" e 8.3, alíneas "b", "d", "g" e "h" da norma nº 01/2011.

**c-** Segue na sua íntegra em anexo, também, toda reformulação do Conselho Comunitário em obediência a Lei nº 9.612/1998, no seu ( subitem 8.3 "b" ).

**d-** Na ata atualizada, ( cópia em anexo ), estamos assegurando o **ingresso gratuito** de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço em consonância com o (subitem 8.3, "b") e também de **pessoas jurídicas sem fins lucrativos**, sediadas na mesma área. Tudo que foi citado na

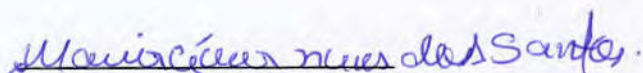
referida Norma Técnica em todos os seus itens e subitens, estamos remetendo a Vossa Excelência., de acordo com a documentação em anexo.

**e-** Quanto aos fatos elencados na Norma, onde trata de possíveis indícios de inconstitucionalidades de membros da diretoria da entidade, optamos por substituir os nomes ali apontados, quais sejam, do 1º Secretário da entidade, Sr. **João Veríssimo de Moraes Neto** e do 2º Secretário, Sr. **Genildo Teixeira de Andrade**, aos quais poderiam ser imputados atos que infringissem princípios legais e Constitucionais; tudo já contido na ata atual em anexo.

**f** – Por oportuno, embora não nos tenha sido solicitado, estamos encaminhando também a este Ministério, Projeto Técnico elaborado e assinado por Profissional Habilitado, uma vez que foi feita a mudança física do nosso Studio e Transmissores para novo endereço na mesma área.

Isso posto, esperamos ter atendido na íntegra, todas as exigências legais que nos foram solicitadas por Vossa Excelência, no sentido e na esperança de termos o deferimento ao nosso pleito ao que agradecemos penhoradamente. Sem outro assunto para o momento, despedimo-nos reiterando os nossos mais elevados protestos de estima consideração e apreço.

Respeitosamente,

  
Maria Cícera Nunes dos Santos.  
Representante Legal



CARTÓRIO MORAIS DE LUCENA  
CNPJ 12.465.829/0001-49  
A presente cópia confere com a Original.  
Dou fe Abaiara, 09 DEZ 2014

( ) Maria Helena Morais de Lucena  
( ) João Veríssimo de Morais Neto  
Cícero JANILSON Pereira  
Escrevente Substituto



## AAMCA

**ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA**  
**CNPJ- 02.002.580/0001-81 - RUA JOSÉ LEITE MARTINS Nº 668 - CENTRO**  
**Cep - 63 240 - 000 - FONE: 88-3558-1287 - ABAIARA-CEARÁ-BRASIL**

LIVRO Nº 001

FOLHAS: 016

Ata da Assembléia Geral Extraordinária para deliberação sobre a substituição e eleição de membros da diretoria da ASSOCIAÇÃO AO MENOR CARENTE DE ABAIARA-CE, Ao primeiro (1º) dia do mês de dezembro de dois mil e quatorze (2014), localizada na rua José Leite Martins, nº 668, Centro, na cidade de Abaiara - CE, com a presença dos associados, convocados de acordo com o Edital de Convocação, realizou-se a Assembléia Geral Extraordinária, para deliberação: SUBSTITUIÇÃO E ELEIÇÃO DE MEMBROS DA DIRETORIA. Para presidir e secretariar os trabalhos foi indicado por aclamação a Presidenta MARIA CICERA NUNES DOS SANTOS. Com a palavra a senhora Presidente, comunicou a vacância de dois Diretores: 1º Secretário, 2º Secretário. Atendendo aos pedidos de saída dos Diretores: 1º Secretário: JOÃO VERISSIMO DE MORAIS NETO, 2º Secretário: GENILDO TEIXEIRA DE ANDRADE, em virtude dos membros participarem de Diretórios políticos e atendendo o artigo 11 da Lei nº 9.612/1998, ressaltando o brilhante trabalho dos mesmos, foi apresentado à Assembléia os candidatos, aos cargos ora vagos: 1º SECRETÁRIO: CICERO HELIO DE SOUSA, brasileiro, casado, agricultor, portador da cédula de identidade nº 2004029050352-SSP-CE e inscrito no CPF sob nº 024.672.763-25, residente e domiciliado no Sítio Areias, neste município de Abaiara-CE e 2º SECRETÁRIO: KELVIA ANDRADE DE SOUSA, brasileira, solteira, agricultora, portadora a cédula de identidade nº 2004099063364-SSP-CE e inscrita no CPF sob nº 606.235.573-80, residente no Sítio Gangorra, neste município de Abaiara-CE, dando início do pleito eletivo, e após a contagem dos votos presenciado por todos, foi apresentado pela senhora Presidente o resultado, ficando assim composta a Diretoria Executiva da entidade: **DIRETORIA EXECUTIVA** - PRESIDENTE: MARIA CICERA NUNES DOS SANTOS, brasileira, solteira, agricultora, portadora da cédula de identidade nº 2001029022370 SSP/CE e inscrita no CPF sob nº 017.828.453-05 residente e domiciliada Rua José Dantas de Morais s/nº, nesta cidade de Abaiara-CE. VICE-PRESIDENTE: ANA PAULA DE MORAIS AZEVEDO, brasileira, casada, radialista, portadora da cédula de identidade nº 3215449-97-SSP-CE e inscrita no CPF sob nº 004.226.103-13, residente e domiciliada na rua José Leite Martins s/n, nesta cidade de Abaiara-CE. 1º SECRETÁRIO: CICERO HELIO DE SOUSA, brasileiro, casado, agricultor, portador da cédula de identidade nº 2004029050352-SSP-CE e inscrito no CPF sob nº 024.672.763-25, residente e domiciliado no Sítio Areias, neste município de Abaiara-CE. 2º SECRETÁRIO: KELVIA ANDRADE DE SOUSA, brasileira, solteira, agricultora, portadora a cédula de identidade nº 2004099063364-SSP-CE e inscrita no CPF sob nº 606.235.573-80, residente no Sítio Gangorra, neste município de Abaiara-CE. 1º TESOUREIRO(A): MARIA REGILÂNIA ALVES DOS SANTOS, brasileira, casada,

Cícero JANILSON Pereira de Sousa  
Escrevente Substituto

Apontado hoje no Protocolo sob n.º 3627  
Ns. 174 Registrado sob n.º 099  
fls. 091 do Livro n.º A-1 de Registro  
de PESSOAS JURÍDICAS —  
Abaiara, 09 de DEZEMBRO de 2014

(MARIA CIGARA NUNES

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

SELO DE AUTENTICIDADE

TRIBUNAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

REGISTRAR

Registro de Títulos, Documentos  
Cartório de Pessoas Jurídicas

Nº AF 943-024

12465829/0001-49

CARTÓRIO DE NOTAS E REGISTRO  
CIVIL DE ASAÍARA  
MARIA HELENA MORAIS DE LUCENA



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
**Receita Federal**  
Cadastro de Pessoas Físicas  
**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO**

Número  
**606.235.573-80**  
Nome  
**KELVIA ANDRADE DE SOUSA**  
Nascimento  
**10/06/1988**  
VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE  
**5B6E.6576.AE54.5CCD**  
A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na Internet, no endereço:  
**www.receita.fazenda.gov.br**  
Comprovante emitido pela  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
às 10:08:45 do dia 14/09/2012 (hora e data de Brasília)  
dígito verificador: 00



CARTÓRIO MORAIS DE LUCENA  
CNPJ 12.465.829/0001-49  
A presente cópia confere com a Original.  
Doc. fe. Abulara, 09 DEZ 2014

( ) Maria Helena Morais de Lucena  
( ) João Veríssimo de Morais Neto  
( ) João César Morais de Lucena  
Cícero JANILSON Pereira de Sousa  
Escrevente Substituto



CARTÓRIO MORAIS DE LUCENA  
CNPJ 12.465.829/0001-49  
A presente cópia confere com a Original.  
Doc. fe. Abulara, 09 DEZ 2014

( ) Maria Helena Morais de Lucena  
( ) João Veríssimo de Morais Neto  
Cícero JANILSON Pereira de Sousa  
Escrevente Substituto

CARTÓRIO MORAIS DE LUCENA  
CNPJ 12.465.829/0001-49

A presente cópia confere com a Original.  
Doc. fe. Abulara, 09 DEZ 2014

( ) Maria Helena Morais de Lucena  
( ) João Veríssimo de Morais Neto  
( ) João César Morais de Lucena  
Cícero JANILSON Pereira de Sousa  
Escrevente Substituto



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

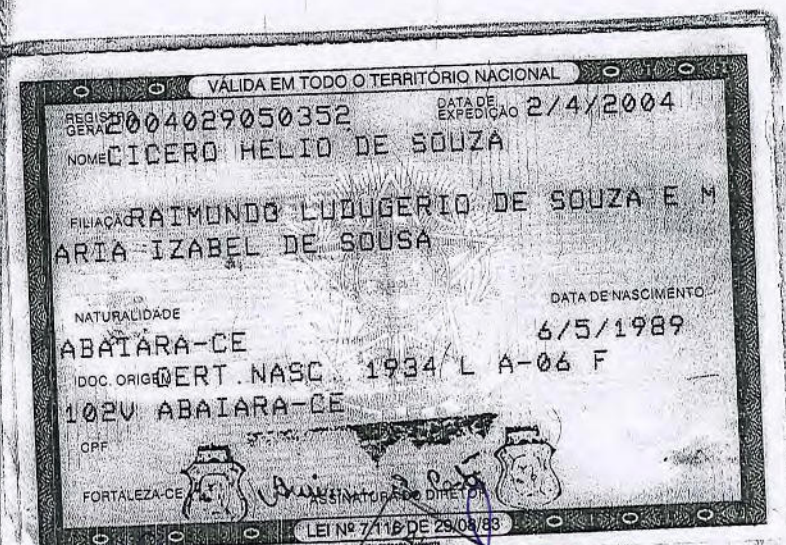
REGISTRO GERAL Nº 0004099063364 DATA DE EXPEDIÇÃO 12/8/2004  
NOME **KELVIA ANDRADE DE SOUSA**

FILIAÇÃO **JOSE DE SOUSA E MARIA DE LOURDES DE ANDRADE**

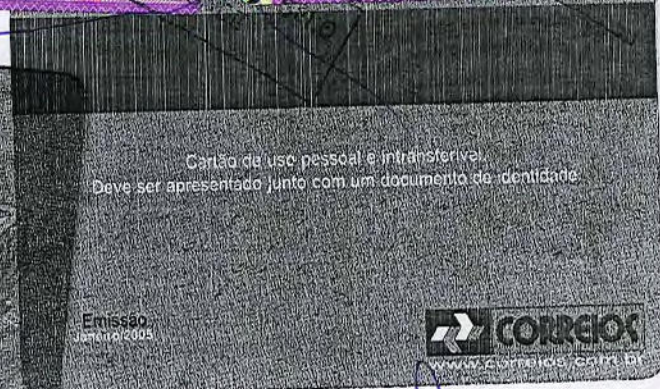
NATURALIDADE **ARAIARA-CE** DATA DE NASCIMENTO **10/6/1988**  
DOC. ORIGIN. CERT. NASC. 67 L A ESPEC. F  
**17V ARAIARA/CE**

CPF **606.235.573-80**

PORTALEZA-CE ASSINATURA DO DIRETOR **Ass. J. P. T.**  
(LEI Nº 7.116 DE 29/08/83)



COM O SELO DE AUTENTICIDADE



COM O SELO DE AUTENTICIDADE

CARTÓRIO MORAIS DE LUCENA  
CNPJ 12.465.829/0001-49

A presente cópia confere com a Original.

Dou fé Abaiara 09 DEZ 2014

- ( ) Maria Helena Moraes de Lucena
- ( ) João Venssimo de Moraes Neto
- ( ) Luis César Moraes de Lucena

Cicero JANILSON Pereira de Sousa  
Escrevente Substituto



CARTÓRIO MORAIS DE LUCENA  
CNPJ 12.465.829/0001-49  
A presente cópia confere com a Original.  
Dou fé Abaiara. 09/DEZ 2014

( ) Maria Helena Morais de Lucena  
( ) João Varisco de Moraes Neto  
( ) Lúcia Costa  
Cícero JANILSON Pereira de Sousa  
Escrevente Substituto  
SELO DE AUTENTICIDADE  
Nº GF518.925

## AAMCA

**ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA**  
**CNPJ- 02.002.580/0001-81 - RUA JOSÉ LEITE MARTINS Nº 668 -CENTRO**  
**Cep - 63 240 - 000 - FONE: 88-3558-1287 - ABAIARA-CEARÁ-BRASIL**

LIVRO Nº 001  
FOLHAS: 019

Ata da Assembléia Geral Extraordinária de constituição do Conselho Comunitário da ASSOCIAÇÃO AO MENOR CARENTE DE ABAIARA-CE.

Aos 02 (dois) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze (2014) reuniram-se, na sede da Associação na rua José Leite Martins nº 668, Centro, nesta cidade de Abaiara-CE, em Assembléia Geral Extraordinária, moradores dessa comunidade e de outras circunvizinhas com a finalidade de criar o Conselho Comunitário da referida Associação e de dar posse aos membros do referido Conselho. A assembléia foi aberta pela Presidente da Associação MARIA CICERA NUNES DOS SANTOS e secretariou a Sr(a) CICERO HELIO DE SOUSA, a presente, foi indicado pela Diretoria Executiva o seguinte conselho: Pe. ELIAS RIBEIRO NETO, brasileiro, solteiro, sacerdote, pároco da Igreja Católica de Abaiara, portador da cédula de identidade nº 1466587-88-SSP-CE e inscrito no CPF sob nº 702.423.643-49, residente e domiciliado na rua José Leite Martins nº 431, nesta cidade de Abaiara-Ce; CARLOS JEAN CAVALCANTE SOBRINHO, brasileiro, solteiro, membro do Conselho Tutelar de Abaiara-Ce, portador da cédula de identidade nº 2004099062740-SSP-CE e inscrito no CPF sob nº 047.027.523-59, residente na rua Cel. Humberto Bezerra nº 573, nesta cidade de Abaiara-Ce; FRANCISCO OLIVEIRA DE SOUSA, brasileiro, solteiro, agricultor, presidente da Sociedade de Assistência as Famílias Abaraienses – SOAFAB, portador da cédula de identidade nº 2008367706-7-SSP-CE e inscrito no CPF sob nº 038.544.563-60, residente e domiciliado na Avenida Padre Ibiapina s/nº, nesta cidade de Abaiara-Ce; JOSÉ WENISTAY ALVES DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, vice-presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável - CMDS da cidade de Abaiara-CE, portador da cédula de identidade nº 2004099061655-SSP-CE e inscrito no CPF sob nº 037.268.213-84, residente no Sítio Camará, neste município de Abaiara-CE; MARIA DE JESUS DA SILVA, brasileira, tesoureira da igreja Adventista do sétimo dia em Abaiara, portadora da cédula de identidade nº 95029158482-SSP-CE e inscrita no CPF sob nº 543.161.113-53, residente domiciliada no Sítio São Pedro,

Cícero JANILSON Pereira de Sousa  
Escrevente Substituto

neste município de Abaiara-CE; tendo sido homologado pela Assembléia Geral, por unanimidade, para mandato de um ano com inicio em 02 de dezembro de 2014 e termino em 02 de dezembro de 2015. A presidente, agradeceu a presença de todos, deu posse ao referido conselho, onde os membros do conselho agradeceram a confiança e que iram trabalhar pelo desenvolvimento da Associação e Rádio Comunitária. Nada mais havendo lavramos a presente ata que depois de lida, discutida e aprovada foi assinada por mim (CICERO HELIO DE SOUSA,) e pelos demais presentes à reunião. (aa) MARIA CICERA NUNES DOS SANTOS, ANA PAULA DE MORAIS AZEVÊDO, CICERO HELIO DE SOUSA, KELVIA ANDRADE DE SOUSA, MARIA REGILÂNIA ALVES DOS SANTOS, MARIA DE FÁTIMA MOURA, ELIAS RIBEIRO NETO, CARLOS JEAN CAVALCANTE SOBRINHO, FRANCISCO OLIVEIRA DE SOUSA, JOSÉ WENISTAY ALVES DOS SANTOS, MARIA DE JESUS DA SILVA, MARIA GISELE DA CONCEIÇÃO LIMA, CIBELE DA CONCEIÇÃO LIMA, MARIA DIONELMA NASCIMENTO MONTEIRO, FABIANO BENTO DE LIMA, CICERA CAETANO DO NASCIMENTO, MARIA AUXILIADORA LUDUGÉRIO DOS SANTOS. Eu, Cícero Helio de Sousa, (CICERO HELIO DE SOUSA) a digitei e subscrevi.

**Apostado hoje no Protocolo sob n.º 3629**  
**fls. 174 Registrado sob n.º 100**  
**fls. 093 do Livro n.º A-1 de Registro**  
**de PESSOAS JURÍDICAS - I -**  
**Abaiara, 09 de dezembro de 2014**

**OFICIAL DO REGISTRO**

Cícero JANILSON Pereira de Sousa  
 Escrevente Substituto

CARTÓRIO MORAIS DE LUCENA  
 CNPJ 12.465.829/0001-49

A presente cópia confere com a Original.  
 Dou fé Abaiara, 09 DEZ 2014

- ( ) Maria Helena Moraes de Lucena
- ( ) João Venceslavo de Moraes Neto
- ( ) Luis Carlos Moraes de Lucena

Cícero JANILSON Pereira de Sousa  
 Escrevente Substituto



**12465829 / 0001-49**

**CARTÓRIO DE NOTAS E REGISTRO**  
**CIVIL DE ABAIARA**  
**MARIA HELENA MORAIS DE LUCENA**



**AAMCA**

**ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA**  
**CNPJ- 02.002.580/0001-81 - RUA JOSÉ LEITE MARTINS Nº 668 - CENTRO**  
**Cep - 63 240 - 000 - FONE: 88-3558-1287 - ABAIARA-CEARÁ-BRASIL**

CARTÓRIO MORAIS DE LUCENA  
CNPJ 12.465.829/0001-49  
A presente copia confere com a Original.  
Dou fe Abaiara, 08 DEZ 2014

( ) Maria Helena Morais de Lucena  
( ) João Veríssimo de Morais Neto  
( ) João César M. de Sousa  
Cícero JANILSON Pereira  
Escritor Substituto



LIVRO Nº 001  
FOLHAS: 017/018

**CÓPIA AUTÊNTICA:** Ata da Assembléia Geral Extraordinária para deliberação e aprovação da proposta de reforma do Estatuto da ASSOCIAÇÃO AO MENOR CARENTE DE ABAIARA-CE, Aos primeiro (1º) dias do mês de dezembro de dois mil e quatorze (2014), localizada na rua José Leite Martins, nº 668, Centro, na cidade de Abaiara - CE, com a presença dos associados, convocados de acordo com o Edital de Convocação, realizou-se a Assembléia Geral Extraordinária, para deliberação da proposta de reforma do Estatuto da Associação, para adequação a Norma nº: 001/2011 do Ministério das Comunicações, disposto no subitem 8.2, alíneas "g" e "k" e 8.3, alíneas "b", "d", "g" e "h" da norma nº 01/2011. Dando início aos trabalhos, o (a) Presidente explicou aos presentes, o objetivo da alteração estatutária, para atender as orientações da Ministério das comunicações. Em seguida, procedeu-se à leitura das alterações e inclusões ao Estatuto da referida Associação e esclarecimentos sobre as principais alterações propostas, tendo sido Homologado, por unanimidade pela Assembléia Geral, ficando assim as seguintes alterações e inclusões: **Alteração no artigo 2 - A ENTIDADE TEM POR FINALIDADES, sendo alterado o inciso IV**, que terá a seguinte redação: " IV- Tem por finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme a legislação vigente, bem como beneficiar a comunidade com vistas a: a) Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade; b) oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social; c) prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário; d) contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente; e) permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível. **Inclusão no Artigo 6 dos incisos: IV - Assegurar o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço; V- Assegurar o ingresso gratuito, como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes. VI- Não haverá a**

Cícero JANILSON Pereira de Sousa  
Escritor Substituto

Dr. Francisco Araújo da Silva  
Advogado - OAB-CE 27.120  
CPF 719.987.652-04

distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados. **Inclusão no Artigo 10 do inciso III** – Conselho Comunitário. **Inclusão no Artigo 12 do inciso IX** - As competências da Assembléia Geral, observadas as disposições constantes dos art. 59 e 60 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. **Inclusão no Artigo 12, do paragrafo único** – Será constituído um Conselho Comunitário nos termos da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, caso a entidade venha a ser contemplada com uma outorga para a execução do serviço de radiodifusão comunitária. I - O conselho terá, no mínimo, cinco representantes da comunidade, indicados pela Diretoria Executiva e homologados pela AG, para mandato de um ano. II- O conselho comunitário reunir-se-á a cada dois meses para: a) análise da dinâmica e perfil das atividades implementadas pela Diretoria, verificando a sua adequação às metas estabelecidas; b)aprovação da programação da Emissora. **Alteração do inciso III do artigo 15**, por requerimento de 1/5 (um quinto) e não 1/3 de acordo com o artigo 60 do Código Civil. Passará a adotar a nova redação, cuja cópia digitada será levada a registro Pessoas Juridicas e fará parte integrante do Estatuto Social da referida ASSOCIAÇÃO, como se aqui estivesse transcrita. Nada mais havendo a ser deliberado, deu-se por encerrada a Assembléia Geral Extraordinária. A presente Ata vai assinada por todos os presentes. (aa) MARIA CICERA NUNES DOS SANTOS, ANA PAULA DE MORAIS AZEVÊDO, CICERO HELIO DE SOUSA; KELVIA ANDRADE DE SOUSA, MARIA REGILÂNIA ALVES DOS SANTOS, MARIA DE FÁTIMA MOURA, ELIAS RIBEIRO NETO, CARLOS JEAN CAVALCANTE SOBRINHO, FRANCISCO OLIVEIRA DE SOUSA, JOSÉ WENISTAY ALVES DOS SANTOS, MARIA DE JESUS DA SILVA, MARIA GISELE DA CONCEIÇÃO LIMA, CIBELE DA CONCEIÇÃO LIMA, MARIA DIONELMA NASCIMENTO MONTEIRO, FABIANO BENTO DE LIMA, CICERA CAETANO DO NASCIMENTO, MARIA AUXILIADORA LUDUGÉRIO DOS SANTOS, Eu, Cícero Helio de Sousa, 1º Secretário a digitei e subscrevi.

PRESIDENTE: Maria Helena Moraes de Lucena

CARTÓRIO MORAIS DE LUCENA  
CNPJ 12.465.829/0001-49

A presente cópia confere com a Original.

Dou fé Abaiara, 09 DEZ 2014

Dr. Francisco Anastácio de Sousa  
Advogado - OAB-CE 27.120  
CPF 719.997.603-87

( ) Maria Helena Moraes de Lucena



ESTADO DO CEARÁ  
COMARCA E CIDADE DE ABAIARA  
CARTÓRIO MORAIS DE LUCENA

MARIA HELENA MORAIS DE LUCENA OFICIAL TITULAR  
CICERO JANILSON PEREIRA DE SOUSA – ESCRIVENTE SUBSTITUTO  
RUA JOSÉ LEITE MARTINS, 596 – CENTRO – ABAIARA-CE 88-3558-1520  
cartoriolucena@hotmail.com

**PROTOCOLO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURIDICAS**

Apontado hoje no Protocolo sob nº 3.628 folhas: 174 livro 2-A, a ATA DE ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DE ASSISTENCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA, para averbação à margem do Registro sob nº 19 livro A, feito sob nº AV-3-19 às folhas: 092 do livro A-1 do REGISTRO DE PESSOAS JURIDICAS, deste cartório. O referido é verdade e dou fé. Abaiara - Ce, aos nove (09) dias do mês de dezembro de dois mil e quatorze (2014).

Cícero JANILSON Pereira de Sousa  
Escrivente Substituto



[Menu Principal](#) ▼BOM DIA  
MARIA HELENA MORAIS DE LUCENASistemas  
InterativosBOLETO » » Nada Consta | [menu](#) [ajuda](#)

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome:** ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA - AAMCA  
**CNPJ:** 02.002.580/0001-81

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:49:34 do dia 02/12/2014 (hora e data de Brasília).

Válida até 01/01/2015.

Certidão expedida gratuitamente.



## **AAMCA**

**ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA**  
**CNPJ- 02.002.580/0001-81 - RUA JOSÉ LEITE MARTINS Nº 668 -CENTRO**  
**Cep - 63 240 - 000 - FONE: 88-3558-1287 - ABAIARA-CEARÁ-BRASIL**

### **AVALIAÇÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO**

A rádio comunitária Abafara FM é amplamente reconhecida pelo trabalho que desenvolve, transmitindo em sua programação diária programas de interesse social vinculada a realidade local que visa contribuir com ampliação da cidadania, democratizando a informação, melhorando o nível cultural dos ouvintes sobre temas relacionados às suas vidas; bem como no que diz respeito a saúde e educação, a emissora fez a veiculação de todos os programas e spots vindos dos Ministérios da Saúde e Educação do Governo Federal. A emissora permite ainda a participação ativa e autônoma das pessoas residentes na localidade e de representantes de movimentos sociais, Entende-se também que é de grande valia a contribuição da emissora na parte de evangelização da cidade e das comunidades vizinhas contribuindo assim para o engrandecimento do Reino de Deus.

**ABAIARA-CE, AOS 05 DE DEZEMBRO DE 2014.**

#### **MEMBROS DOS CONSELHO COMUNITÁRIO**

**Pe. ELIAS RIBEIRO NETO**

**cédula de identidade nº 1466587-88-SSP-CE**

**CPF sob nº 702.423.643-49**

**CARLOS JEAN CAVALCANTE SOBRINHO**

**cédula de identidade nº 2004099062740-SSP-CE**

**CPF sob nº 047.027.523-59**

**FRANCISCO OLIVEIRA DE SOUSA,**

**cédula de identidade nº 2008367706-7-SSP-CE**

**CPF sob nº 038.544.563-60**

**JOSÉ WENISTAY ALVES DOS SANTOS**

**cédula de identidade nº 2004099061655-SSP-CE**

**CPF sob nº 037.268.213-84**

**MARIA DE JESUS DA SILVA**

**cédula de identidade nº 95029158482-SSP-CE**

**CPF sob nº 543.161.113-53.**

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

**ELIAS RIBEIRO NETO**

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR: 146658788 SSP CE

CPF: 702.423.643-49 DATA NASCIMENTO: 31/03/1968

RELAÇÃO:  
JOSE RIBEIRO DA SILVA  
MARIA MACEDO RIBEIRO

PERÍODO: ACC: CATIA:

Nº REGISTRO: 08290291009 VALIDADE: 15/06/2016 1ª HABILITAÇÃO: 01/09/2011

SEM OBSERVAÇÃO:

*Elías Ribeiro Neto*

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL: JUAZEIRO DO NORTE, CE DATA EMISSÃO: 21/09/2012

08553544489  
CE132224968

FRANCISCO JANI DAS NEVES  
ASSINATURA DO EMISOR

DETRAN-CE (CEARA)

PROIBIDO PLASTIFICAR  
630736866

VÁLIDA EM TODOS  
O TERRITÓRIO NACIONAL  
630736866

ARTÓRIO MORAIS DE LUZENA  
CNPJ 12.465.829/0001-49  
A presente cópia confere com a Original.  
Doule Artoria 09/DEZ/2014

Maria Helena Moraes de Lucena  
João Vitorino de Moraes Neto

SECRETARIA DE ESTADO DO CEARÁ  
AUTENTICAÇÃO  
PRINCIPAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

LCY 03

AUTENTICAÇÃO  
Nº GF918.916

JANILSON Pereira de Sousa  
Prevente Substituto

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 MINISTÉRIO DAS CIDADES  
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

NOME: CARLOS JEAN CAVALCANTE SOBRINHO

DOC IDENTIDADE / ORG EMISSOR: 2004099062740 SSP CE

CPF: 047.027.523-59 DATA NASCIMENTO: 05/05/1989

FILIAÇÃO: ANTONIO CLAUDIO CAVALCANTE MARIA IRISMAR DA SILVA

Nº REGISTRO: 05833580192

PERMISSÃO: ACC CATAS: AB

VALIDADE: 29/04/2018 1ª HABILITACAO: 24/07/2013

OBSERVAÇÕES: SEM OBSERVAÇÃO

Assinatura do Titular: Carlos Jean Cavalcante Sobrinho

LOCAL: JUAZEIRO DO NORTE, CE

DATA EMISSAO: 14/08/2014

30016745210  
CE143251422

PROIBIDO PLASTIFICAR 951164812

CARTÓRIO MORAIS DE LUCENA  
 CNPJ 12.465.829/0001-49

A presente copia confere com a Original.  
 Dou fé Abaixo em 14 DEZ 2014

( ) Maria Helena Moraes de Lucena  
 ( ) Jose Vitorino de Moraes Neto  
 ( ) Jose Carlos Moraes de Lucena

✓ Cícero JANILSON Pereira de Sousa  
 Escrevente Substituto



REGISTRO GERAL 2008367706 - 7 DATA DE EXPEDIÇÃO 08/10/2012

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

FRANCISCO OLIVEIRA DE SOUZA

MARIA SOCORRO OLIVEIRA SANTOS

Missão Velha - CE

06/12/1988

CERT. NASCIMENTO - CARTÓRIO: SEDE TERMO: 4.867 FOLHA: 085V LIVRO: 06 ABAXARA - CE

1 VIA

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.118 DE 29/08/83

CARTÓRIO DE IDENTIDADE

Francisco Oliveira de Souza

Foto

Impressão digital

Cartório de Identidade

CARTÓRIO MORAIS DE LUCENA  
 CNPJ 12.465.829/0001-19  
 A presente cópia confere com a Original.  
 Dou fé Abaxara, 09 DEZ 2014  
 ( ) Maria Helena Morais de Lucena  
 ( ) João Veríssimo de Morais Neto  
 ( ) Luis César Morais de Lucena  
 Cícero JANILSON Pereira de Sousa  
 Escrevente Substituto



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
 Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição 038.544.563-60

Nome FRANCISCO OLIVEIRA DE SOUZA

Nascimento 06/12/1988

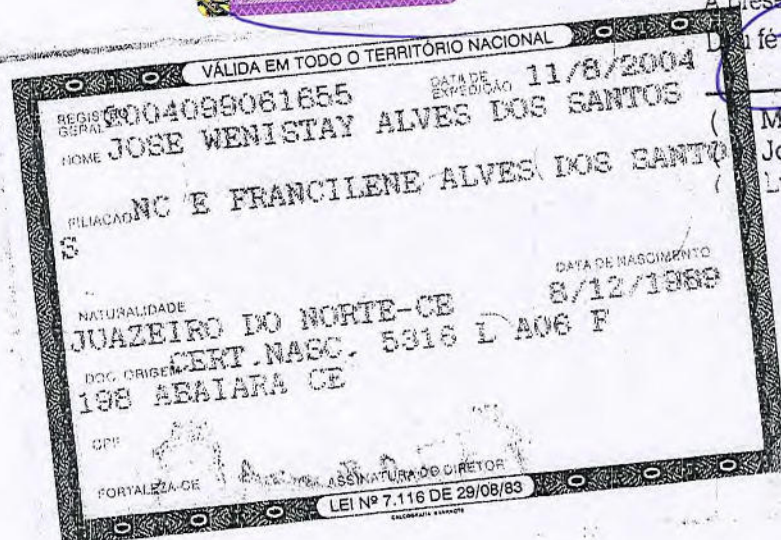


MENTE COM O SELO  
AUTENTICIDADE

CARTÓRIO MORAIS DE LUCENA  
CNPJ 12.465.829/0001-49

A presente copia confere com a Original

Deu fé Abaiara 09 DEZ 2014



Maria Helena Morais de Lucena  
João Veríssimo de Morais Neto  
Luiz César Morais de Lucena  
Cicero JANILSON Pereira de Sousa  
Escrevente Substituto



## Ministério da Fazenda

### Secretaria da Receita Federal do Brasil

#### Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 037.268.213-84

Nome da Pessoa Física: JOSE WENISTAY ALVES DOS SANTOS

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **09:10:22** do dia **09/12/2014** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **607E.A6C6.5188.55D9**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br).

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.



CARTORIO MORAIS DE LUCE  
CNPJ 12.465.829/0001-41

A presente cópia confere com a Original  
Dou fé Abaixo. **09 DEZ 2014**

- ( ) Maria Helena Moraes de Lucena
- ( ) João Veríssimo de Moraes Neto
- ( ) Luiz César Moraes de Lucena

Cícero JANILSON Pereira de Sousa  
Escrevente Substituto

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 95029158482 DATA DE EXPEDIÇÃO: 05/08/2013

NOME: MARIA DE JESUS DA SILVA

FILIAÇÃO: JOÃO SEBASTIÃO DA SILVA

TERESA DE JESUS DA SILVA

NATURALIDADE: BARBALHA - CE DATA DE NASCIMENTO: 28/08/1966

DOC. ORIGEM: CERT. CASAMENTO - CARTÓRIO: SEDE TERMO: 1020 FOLHA: 104 LIVRO: B-05 ABAIARA - CE

CPF: 543.161.113-53

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



CARTÓRIO MORAIS DE LUCENA  
CNPJ 12.465.829/0001-49  
A presente cópia confere com a Original.  
Dou fé Abaiara, 09 DEZ 2014

( ) Maria Helena Morais de Lucena  
( ) João Venceslavo de Morais Neto  
Cicero JANILSON Pereira de Sousa  
Escritor Substituto

CARTÓRIO MORAIS DE LUCENA  
CNPJ 12.465.829/0001-49  
A presente cópia confere com a Original.  
Dou fé Abaiara, 09 DEZ 2014



Maria Helena Morais de Lucena  
João Venceslavo de Morais Neto  
Cicero JANILSON Pereira de Sousa  
Escritor Substituto

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ

COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO HUMANA E PERÍCIAS BIOMÉTRICAS

Assinatura do Titular: Maria de Jesus da Silva

Polegar Direito

## CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA CONSUMIDORES TITULARES DE UNIDADES CONSUMIDORAS DO GRUPO B

A Companhia Energética do Ceará, CNPJ nº. 07.047.251/0001-70, com sede Av. Barão de Studart, 2917, doravante denominada CONCESSIONÁRIA, em conformidade com a Lei nº. 8.708 de 11 de setembro de 1990, e ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CAREN, doravante denominado CONSUMIDOR, responsável pela unidade consumidora situada na (o) RU JOSE LEITE MARTINS 00668, NORTE, no município de ABAIARA, aderem, de forma integral, a este Contrato de Prestação de Serviço Público de Energia Elétrica para Unidades Consumidoras atendidas em Baixa Tensão, na forma de Contrato de Adesão, com base nas Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica, e pelos demais regulamentos presentes e futuros que disciplinam a prestação do serviço público de energia elétrica.

### DAS DEFINIÇÕES:

Para os fins e efeitos deste Contrato são adotadas as seguintes definições:

1. CARGA INSTALADA: soma das potências nominais dos equipamentos elétricos instalados na unidade consumidora, em condições de entrar em funcionamento, expressa em quilowatts (kW);
2. CONSUMIDOR: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, legalmente representada, que solicite o fornecimento de energia ou o uso do sistema elétrico à DISTRIBUIDORA, assumindo as obrigações decorrentes deste atendimento à(s) sua(s) unidade(s) consumidora(s);
3. DISTRIBUIDORA: agente titular de concessão ou permissão federal para prestar o serviço público de distribuição de energia elétrica;
4. ENERGIA ELÉTRICA ATIVA: aquela que pode ser convertida em outra forma de energia, expressa em quilowatts-hora (kWh);
5. ENERGIA ELÉTRICA REATIVA: aquela que circula entre os diversos campos elétricos e magnéticos de um sistema de corrente alternada, sem produzir trabalho, expressa em quilovolt-ampère-reactivo-hora (kvarh);
6. GRUPO B: agrupamento composto de unidades consumidoras com fornecimento em tensão inferior a 2,3 quilovolts (kV);
7. INDICADOR DE CONTINUIDADE: valor que expressa a duração, em horas, e o número de interrupções ocorridas na unidade consumidora em um determinado período de tempo;
8. INTERRUPÇÃO DO FORNECIMENTO: desligamento temporário da energia elétrica para conservação e manutenção da rede elétrica e em situações de casos fortuitos ou de força maior;
9. PADRÃO DE TENSÃO: níveis máximos e mínimos de tensão, expressos em volts (V), em que a DISTRIBUIDORA deve entregar a energia elétrica na unidade consumidora, de acordo com os valores estabelecidos pela ANEEL;
10. PONTO DE ENTREGA: conexão do sistema elétrico da DISTRIBUIDORA com a unidade consumidora e situa-se no limite da via pública com a propriedade onde esteja localizada a unidade consumidora;
11. POTÊNCIA DISPONIBILIZADA: potência em quilovolt-ampère (kVA) de que o sistema elétrico da DISTRIBUIDORA deve dispor para atender aos equipamentos elétricos da unidade consumidora;
12. SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO: desligamento de energia elétrica da unidade consumidora, sempre que o consumidor não cumprir com as suas obrigações definidas na Cláusula Quarta;
13. TARIFA: valor monetário estabelecido pela ANEEL, fixado em Reais por unidade de energia elétrica ativa ou da demanda de potência ativa e
14. UNIDADE CONSUMIDORA: conjunto composto por instalações, equipamentos elétricos, condutores e acessórios, incluída a subestação quando do fornecimento em tensão primária, caracterizado pelo recebimento de energia elétrica em apenas um ponto de entrega, com medição individualizada, correspondente a um único consumidor e localizada sob uma mesma ou em propriedades contíguas.

10 DEZ 2014

( ) Maria Helena Moraes de

( ) João Veríssimo de Mo

( ) ...

Escritório



Este instrumento contém as principais condições da prestação e utilização do serviço público de energia elétrica entre a DISTRIBUIDORA e o CONSUMIDOR, de acordo com as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica, e sem prejuízo dos demais regulamentos expedidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

1. Receber energia elétrica em sua unidade consumidora nos padrões de tensão e de índices de continuidade estabelecidos;
2. ser orientado sobre o uso eficiente da energia elétrica, de modo a reduzir desperdícios e garantir a segurança na sua utilização;
3. escolher uma entre pelo menos 6 (seis) datas disponibilizadas pela DISTRIBUIDORA para o vencimento da fatura;
4. receber a fatura com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data do vencimento, exceto quando se tratar de unidades consumidoras classificadas como Poder Público, Iluminação Pública e Serviço Público, cujo prazo deve ser de 10 (dez) dias úteis;
5. responder apenas por débitos relativos à fatura de energia elétrica de sua responsabilidade;
6. ter o serviço de atendimento telefônico gratuito disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia e sete dias por semana para a solução de problemas emergenciais;
7. ser atendido em suas solicitações e reclamações feitas à DISTRIBUIDORA sem ter que se deslocar do Município onde se encontra a unidade consumidora;
8. ser informado de forma objetiva sobre as providências adotadas quanto às suas solicitações e reclamações, de acordo com as condições e prazos de execução de cada situação, sempre que previstos em normas e regulamentos;
9. ser informado, na fatura, sobre a existência de faturas não pagas;
10. ser informado, na fatura, do percentual de reajuste da tarifa de energia elétrica aplicável a sua unidade consumidora e data de início de sua vigência;
11. ser ressarcido por valores cobrados e pagos indevidamente, acrescidos de atualização monetária e juros;
12. ser informado, por escrito, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, sobre a possibilidade da suspensão de fornecimento por falta de pagamento;
13. ter a energia elétrica religada, no caso de suspensão indevida, sem quaisquer despesas, no prazo máximo de até 4 (quatro) horas, a partir da constatação da DISTRIBUIDORA ou da informação do CONSUMIDOR;
14. receber, em caso de suspensão indevida do fornecimento, o crédito estabelecido na regulamentação específica;
15. Ter a energia elétrica religada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para a área urbana, ou 48 (quarenta e oito) horas para a área rural, observadas as condições gerais de fornecimento;
16. ser ressarcido, quando couber, por meio de pagamento em moeda corrente no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir da respectiva data de solicitação ou, ainda, aceitar o conserto ou a substituição do equipamento danificado, em função da prestação do serviço inadequado do fornecimento de energia elétrica;
17. receber, por meio da fatura de energia elétrica, importância monetária se houver descumprimento, por parte da DISTRIBUIDORA, dos padrões de atendimento técnicos e comerciais estabelecidos pela ANEEL;
18. ser informado sobre a ocorrência de interrupções programadas, por meio de jornais, revistas, rádio, televisão ou outro meio de comunicação, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas;
19. ser informado, por documento escrito e individual, sobre as interrupções programadas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, quando a interrupção na unidade consumidora pessoa que dependa de equipamentos elétricos indispensáveis à vida;
20. ter, para fins de consulta, nos locais de atendimento, acesso às normas e padrões da DISTRIBUIDORA e às Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica;
21. Quando da suspensão do fornecimento, ser informado das condições de

- encerramento da relação contratual;
22. Cancelar, a qualquer tempo, a cobrança na fatura de contribuições e doações para entidades ou outros serviços executados por terceiros por ele autorizada; e
23. ser informado sobre o direito à Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE e sobre os critérios e procedimentos para a obtenção de tal benefício, se for o caso; e
24. receber, até o mês de maio do ano corrente, declaração de quitação anual de débitos do ano anterior, referentes ao consumo de energia elétrica.

### CLÁUSULA TERCEIRA: DOS PRINCIPAIS DEVERES DO CONSUMIDOR

Os principais deveres do CONSUMIDOR são:

1. manter a adequação técnica e a segurança das instalações elétricas da unidade consumidora, de acordo com as normas oficiais brasileiras;
2. responder pela guarda e integridade dos equipamentos de medição quando instalados no interior de sua propriedade;
3. Manter livre, aos empregados e representantes da distribuidora, para fins de inspeção e leitura, o acesso às instalações da unidade consumidora relacionadas com a medição e proteção;
4. pagar a fatura de energia elétrica até a data do vencimento, sujeitando-se às penalidades cabíveis em caso de descumprimento;
5. informar à DISTRIBUIDORA sobre a existência de pessoa residente que use equipamentos elétricos indispensáveis à vida na unidade consumidora;
6. manter os dados cadastrais da unidade consumidora atualizados junto à DISTRIBUIDORA, especialmente quando da mudança do titular, solicitando a alteração da titularidade ou o encerramento da relação contratual, se for o caso;
7. informar as alterações da atividade exercida (ex.: residencial; comercial; industrial; rural; etc.) na unidade consumidora;
8. consultar a DISTRIBUIDORA quando o aumento de carga instalada da unidade consumidora exigir a elevação da potência disponibilizada; e
9. ressarcir a DISTRIBUIDORA, no caso de investimentos realizados para o fornecimento da unidade consumidora e não amortizados, excetuando-se aqueles realizados em conformidade com os programas de universalização dos serviços.

### CLÁUSULA QUARTA: DA SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO

Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção imediata, pelas razões descritas nos itens 1 e 2 seguintes, ou após prévio aviso, pelas razões descritas nos itens 3 a 5:

1. deficiência técnica ou de segurança em instalações da unidade consumidora que ofereçam risco iminente de danos a pessoas, bens ou ao sistema elétrico;
2. fornecimento de energia elétrica a terceiros;
3. impedimento do acesso de empregados e representantes da DISTRIBUIDORA para leitura, substituição de medidor e inspeções necessárias;
4. razões de ordem técnica; e
5. falta de pagamento da fatura de energia elétrica.

### CLÁUSULA QUINTA: DA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E CONTRIBUIÇÕES DE CARÁTER SOCIAL

A DISTRIBUIDORA pode:

1. Executar serviços vinculados à prestação do serviço público ou à utilização da energia elétrica, observadas as restrições constantes do contrato de concessão e que o consumidor, por sua livre escolha, opte por contratar; e
2. incluir na fatura, de forma discriminada, contribuições de caráter social, desde que autorizadas antecipadamente e expressamente pelo consumidor.

10 DEZ 2014

( ) Maria Helena Moraes  
( ) João Venâncio de Mor  
( ) João César Moraes de L



## CLÁUSULA SEXTA: DO ENCERRAMENTO DA RELAÇÃO CONTRATUAL

Este Contrato poderá ser rescindido nas seguintes situações:

1. Pedido voluntário do titular da unidades consumidora para encerramento da relação contratual;
2. Decurso do prazo de 2 (dois) ciclos completos de faturamento após a suspensão regular e ininterrupta do fornecimento à unidade consumidora; e
3. pedido de fornecimento formulado por novo interessado referente à mesma unidade consumidora.

## CLÁUSULA SÉTIMA: DOS RECURSOS E DA COMPETÊNCIA

1. Vencido o prazo para o atendimento de uma solicitação ou reclamação feita para a DISTRIBUIDORA, ou se houver discordância em relação às providências adotadas, o consumidor pode contatar a ouvidoria da DISTRIBUIDORA;
2. a ouvidoria da DISTRIBUIDORA deve comunicar ao consumidor, em até 30 (trinta) dias, as providências adotadas quanto às suas solicitações e reclamações, cientificando-o sobre a possibilidade de reclamação direta à agência estadual conveniada ou, em sua ausência, à ANEEL, caso persista discordância;
3. sempre que não for oferecido o serviço de ouvidoria pela DISTRIBUIDORA, as solicitações e reclamações podem ser apresentadas pelo consumidor diretamente à agência estadual conveniada, ou, em sua ausência, diretamente à ANEEL.



Telefone: 0800 285 0196  
www.coelce.com.br



Telefone: 0800.275.38.38  
www.arce.ce.gov.br



Telefone: 0800.61.20.10  
www.aneel.gov.br

CARTÓRIO MORAIS DE LUCENA  
CNPJ 12.465.829/0001-49

A presente cópia confere com a Original.

Dou fé Abilene

10 DEZ 2014

- ( ) Maria Helena Morais
- ( ) João Veríssimo de Morais Neto
- ( ) Lucilene Morais de

Cícero JANILSON Pereira de  
Escrevente Subst.





ESTADO DO CEARÁ  
CIDADE DE ABAIARA

## **CARTÓRIO MORAIS DE LUCENA – OFÍCIO ÚNICO**

MARIA HELENA MORAIS DE LUCENA OFICIAL TABELIÃ  
CICERO JANILSON PEREIRA DE SOUSA – ESCRIVENTE SUBSTITUTO

**CNPJ Nº12.465.829/0001-49**

RUA JOSÉ LEITE MARTINS Nº 596 - ABAIARA - CE FONE: (0XX) 88-3558-1520  
[cartoriolucena@hotmail.com](mailto:cartoriolucena@hotmail.com)

### **C E R T I D ã O**

CERTIFICO a requerimento verbal da parte interessada, que revendo em o cartório a meu cargo, situado na rua José Leite Martins, 596, nesta cidade de Abaiara-Ce, verifiquei constar registrada no livro: **A** do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, sob nº: 19 folhas: 25v/27v registrado em 18 (dezoito) de julho de 1997, O REGISTRO DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA-CE – AAMCA. COM SUAS AS DEVIDAS ALTERAÇÕES;  
**CAPÍTULO I - Da Denominação, Sede e Finalidades:** Art. 1º- A Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaiara - AAMCA, Fundada em 17 de julho de 1997 é uma Entidade Civil, com personalidade jurídica de direito privado, que terá duração por tempo indeterminado, sede social na Rua José Leite Martins S/Nº, Centro, Abaiara, Estado do Ceará, foro jurídico em Abaiara - Ceará.

Art. 2º- A entidade tem por finalidades:

I - Assistir ao menor carente de Abaiara, com visitas a defesa de seus interesses através de programas e projetos com entidades públicas, Federais, Estaduais, Municipais e internacionais, no sentido de atender suas necessidades fundamentais de modo a garantir melhores condições de vida no meio social e comunitário.

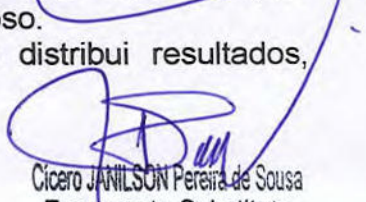
II - Promover atividades que visem divulgar informações úteis sobre saúde, educação, habitação, segurança pública, lazer e todos os outros aspectos da vida da população carente, através de cursos profissionalizantes, palestras, atividades agrícolas, atividades artísticas, culturais, esportivas e recreativas, com o fim de preparar os menores carentes para alcançar os seus objetivos comuns;

III - Promover a pesquisa dos reais problemas da comunidade e elaborar planos para criação de atividades que melhor convenham para o bem-estar do menor.

IV- Tem por finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme a legislação vigente, bem como beneficiar a comunidade com vistas a: a) Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade; b) oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social; c) prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário; d) contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente; e) permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

Art. 3º- No desenvolvimento de suas atividades a entidade não fará qualquer discriminação de cor, sexo, nacionalidade, credo político ou religioso.

Parágrafo Único- A Entidade é sem fins lucrativos e "não distribui resultados,

  
Cicero JANILSON Pereira de Sousa  
Escrivente Substituto

dividendo, bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto",

Art. 4º- A fim de cumprir suas finalidades, a instituição se organizará em tantas unidades de prestação de serviços, quantas se fizerem necessárias.

## CAPÍTULO II

### Dos Sócios

Art. 5º- A sociedade é constituída por um número ilimitado de sócios, distribuídos nas seguintes categorias:

I- FUNDADORES- São sócios fundadores, todos aqueles que comprovadamente participarem do ato da constituição da entidade, e assinarem a Ata de Fundação.

II- CONTRIBUINTES- São sócios contribuintes, todos aqueles, inclusive os fundadores, que contribuirão mensalmente com determinada importância fixada pela Diretoria e aprovada pela Assembléia Geral.

BENEMÉRITOS- São sócios beneméritos, as pessoas ou entidades, que prestarem relevantes serviços à entidade.

Parágrafo Único- São considerados sócios, todos os maiores de 16 (dezesesseis) anos que residem no bairro, devidamente inscritos na entidade. A admissão do sócio dar-se-á mediante cumprimento das exigências deste Estatuto.

Art. 6º- São direitos dos sócios quites com suas obrigações sociais:

I- Votar e ser votado para os cargos eletivos;

II- Tomar parte nas Assembléias Gerais;

III- Participar das Assembléias dos quadros de sócios, com direito a voz e voto; Opinar sobre os trabalhos desenvolvidos pela Entidade; Usufruir dos benefícios e serviços assistenciais prestados pela entidade; Apenas os maiores de 18 (dezoito) anos é assegurado o direito de ser votado, para cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal.

IV - Assegurar o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço; V- Assegurar o ingresso gratuito, como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes. VI- Não haverá a distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados

Parágrafo Único- A Entidade não se responsabilizará por quaisquer compromissos que os sócios venham a assumir.

Art. 7º- São deveres dos sócios:

I- Cumprir as disposições estatutárias, e demais resoluções aprovadas pela Assembléia Geral e pela Diretoria;

II- Acatar as determinações da Diretoria;

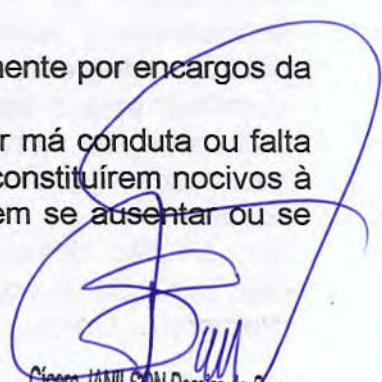
III- Zelar pelo nome, patrimônio moral, financeiro, e material da Entidade;

IV- Contribuir Financeiramente para a Entidade, conforme determinações da assembléia Geral;

V - Comparecer às Assembléias Gerais e acatar suas decisões.

Art. 8º- Os sócios não respondem, nem mesmo subsidiariamente por encargos da instituição.

Art. 9º- Serão afastados do quadro social da entidade os que por má conduta ou falta cometida contra o patrimônio material ou moral da entidade, se constituírem nocivos à Entidade, ou se os que por livre e espontânea vontade desejarem se ausentar ou se desligar da entidade.



Cicero JANILSON Pereira de Sousa  
Escrevente Substituto

### CAPÍTULO III - Da Administração

Art. 10- A entidade será administrada por - Assembléia Geral;

I- Diretoria;

II - Conselho Fiscal.

III – Conselho Comunitário

Art. 11- A Assembléia Geral, órgão soberano da instituição, constituir-se-á dos sócios em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 12 - Compete a Assembléia Geral:

I - Eleger os membros da Diretoria e Conselho Fiscal;

II - Decidir sobre reformas do estatuto;

III - Decidir sobre a extinção da entidade;

VI - Decidir no caso de dissolução da entidade o destino dos bens remanescentes,

V Cassar o mandato de qualquer membro da Diretoria ou Conselho Fiscal.

VI-Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;

VII - Aprovar Regimento interno;

VIII - Deliberar sobre qualquer assunto de interesse da entidade.

IX - As competências da Assembléia Geral, observadas as disposições constantes dos art. 59 e 60 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil

Paragrafo único – Será constituído um Conselho Comunitário nos termos da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, caso a entidade venha a ser contemplada com uma outorga para a execução do serviço de radiodifusão comunitária. I - O conselho terá, no mínimo, cinco representantes da comunidade, indicados pela Diretoria Executiva e homologados pela AG, para mandato de um ano. II- O conselho comunitário reunir-se-á a cada dois meses para: a) análise da dinâmica e perfil das atividades implementadas pela Diretoria, verificando a sua adequação às metas estabelecidas; b)aprovação da programação da Emissora

Art. 13 - Espécies de Assembléias:

I- Assembléia Geral Ordinária, e

II- Assembléia Geral Extraordinária.

PARÁGRAFO ÚNICO - A Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária poderão ser, cumulativamente, convocada e realizada no mesmo local, data e hora, instrumentada em ata única

Art. 14- A Assembléia Geral realizar-se-á ordinariamente uma vez por ano para.

I -Apreciar o relatório anual da Diretoria;

II -Discutir e homologar as contas e o balanço aprovados pelo Conselho Fiscal.

Art. 15- A Assembléia Geral realizar-se-á extraordinariamente, quando convocada:

I -Pela Diretoria;

II - Pelo Conselho Fiscal, e

III- Por requerimento de 1/5 (um quinto) dos sócios quites com as obrigações sociais.

Art. 16- A convocação da Assembléia Geral, será feita por meio de edital afixado na sede da instituição, por circulares ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de 08 (oito) dias.

Parágrafo Único- Qualquer Assembléia instalar-se-á em primeira convocação com a maioria dos sócios, e em segunda convocação com qualquer número.

Art. 17- A Diretoria será constituída por um Presidente, um Vice-presidente, um Primeiro Secretário, um Segundo Secretário, um Primeiro Tesoureiro e um Segundo Tesoureiro.

Parágrafo Único- Não poderá haver parentes entre os membros da Diretoria e o

Cícero JAMILSON Pereira de Sousa  
Escrevente Substituto

Conselho Fiscal, até o terceiro grau, e o cônjuge.

Art. 18- O mandato da Diretoria será de 4 (quatro) anos, sendo vedada mais de uma reeleição consecutivas, devendo a eleição e posse acontecer no dia do término do mandato da Diretoria anterior.

Art. 19- Os membros da Diretoria não são responsáveis pelas obrigações que contrariem em nome da Entidade e em virtude de ato regular de gesto, responde, porém, civilmente, pelos prejuízos que causar quando proceder:

I- Dentro de suas atribuições ou poderes, com culpa ou dolo;

II- Violação da Lei do Estatuto;

§ 1º- A Diretoria não é responsável por atos ilícitos de outra Diretoria, salvo se eles for conveniente, se negligenciar em descobri-los ou se, deles tendo conhecimento deixar de agir para impedir a sua prática. Exime-se de responsabilidade se der ciência em Ata em Assembléia Geral.

§ 2º- Os membros da Diretoria são solidários responsáveis pelos prejuízos causados em virtude do não cumprimento dos deveres impostos por lei para assegurar o funcionamento normal da Entidade, ainda que pelo Estatuto, tais deveres não caibam a todos eles.

§ 3º- Responderá solidariamente com a Diretoria quem, com o fim de obter vantagens para si ou para outrem, concorrer para a prática de ato com violação da Lei ou do Estatuto.

§ 4º- Cabe a Diretoria aplicar integralmente as rendas, recursos e eventuais resultados operacionais na manutenção e desenvolvimentos institucionais no Território Nacional.

Art. 20- Compete à Diretoria:

I- Executar os programas aprovados pela Assembléia Geral;

II- Elaborar e apresentar à Assembléia Geral, o relatório anual;

III- Entrosar-se com instituições Públicas ou Privadas para a mútua colaboração em atividades de interesse comum;

IV- Reunir-se extraordinariamente por convocação do Presidente, da maioria simples dos seus membros e dos membros do Conselho Fiscal.

Art. 21- A Diretoria reunir-se-á no mínimo uma vez por mês para prestar informações, avaliar e suplementar suas atividades.

Art. 22- Compete ao Presidente:

I - Representar a Entidade ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;

II-Cumprir e fazer cumprir este Estatuto;

III-Presidir à Assembléia Geral;

IV-Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

V-Assinar juntamente com o tesoureiro, cheques, notas fiscais, recibos, ordem de pagamentos, contratos de operação de crédito, e, outros títulos de créditos;

VI-Assinar com o secretário as atas das Assembléias Gerais e correspondências.

Art. 23- Compete ao Vice-presidente:

I - Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;

II-Assumir o mandato em caso de vacância, até o término;

III-Prestar de modo geral, a sua colaboração ao Presidente.

Art. 24- Compete ao Primeiro Secretário:

I- Responder pela administração da secretaria;

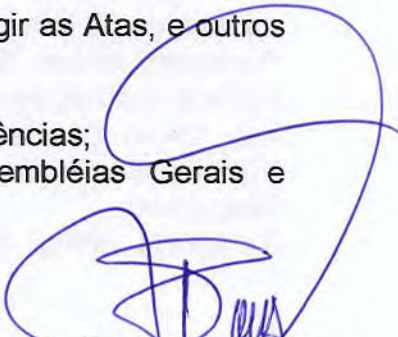
II-Secretariar as reuniões da Diretoria e Assembléias Gerais e redigir as Atas, e outros documentos;

III-Dar publicidade às notícias das atividades da entidade;

IV-Cuidar dos arquivos da entidade e manter em dia as correspondências;

V-Assinar com o Presidente as Atas das reuniões das Assembléias Gerais e correspondências.

Art. 25- Compete ao Segundo Secretário:

  
Cícero JAVILSON Pereira de Sousa  
Escrevente Substituto

- I - Substituir o Primeiro Secretário em suas faltas ou impedimentos;
- II- Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término; e
- III- Prestar de modo geral, a sua colaboração ao Primeiro Secretário.

Art. 26- Compete ao Primeiro Tesoureiro:

- I-Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, utensílios, donativos, mantendo em dia a escrituração;
- II- Pagar as contas autorizadas pelo Presidente;
- III-Apresentar relatórios de receita e despesa sempre em que forem solicitadas;
- IV-Assinar cheques e demais documentos de despesa juntamente com o presidente;
- V - Apresentar o relatório financeiro para ser submetido à Assembléia Geral;
- VI-Apresentar semestralmente o balancete ao Conselho Fiscal;
- VII- Manter todo o numerário em estabelecimento de crédito;
- VIII-Conservar sob sua guarda e responsabilidade os documentos relativos à Tesouraria.

Art. 27- Compete ao Segundo Tesoureiro:

- I - Substituir o Primeiro Tesoureiro em suas faltas ou impedimentos;
- II - Assumir o mandato, em caso de vacância até o seu término; e
- III -Prestar de modo geral, a sua colaboração ao Primeiro Tesoureiro.

Art. 28- O Conselho Fiscal, será constituído por 03 (três) membros, e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembléia Geral.

§ 1º- O Mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria.

§ 2º- Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo seu respectivo suplente, até o seu término.

§ 3º- A responsabilidade dos membros do Conselho Fiscal por omissão no cumprimento de seus deveres é solidária mas dela se exime o membro desistente que fizer consignar sua divergência em Ata perante a Assembléia Geral.

§ 4º- O membro do Conselho Fiscal não é responsável pelos atos ilícitos de outros membros, salvo se com eles for conivente, ou se concorrer para a prática do ato.

Art. 29- Compete ao Conselho Fiscal:

- I- Fiscalizar as despesas realizadas pela Diretoria; II- Examinar os livros de escrituração da entidade;
- III- Examinar o balancete semestral apresentado pelo Tesoureiro opinando a respeito; Appreciar os balanços e inventários que acompanham o relatório anual da Diretoria; Opinar sobre a aquisição e alienação de bens; e
- Convocar a Assembléia Geral, sempre que houver dúvida das despesas apresentadas pela Diretoria ou que a Diretoria se obstenha em prestar os esclarecimentos necessários.

Parágrafo Único- O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada 03 (três) meses, e, extraordinariamente, sempre que for necessário.

Art. 30- As atividades dos Diretores e conselheiros, bem como as dos sócios serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vetado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagens a dirigentes e associados.

Art. 31- Os membros da entidade estarão sujeitos às seguintes

- I-ADVERTÊNCIA- Quando, com palavras ou atitudes, desrespeitarem seus companheiros;
- II-SUSPENSÃO- Quando reincidirem nas faltas acima citadas, ou cometerem outras que comprometerem o bom funcionamento da Entidade;
- III- EXCLUSÃO- Em caso de reincidência nas faltas anteriormente citadas, em caso de agressões corporais ou quando fizerem do cargo que ocupam, para o seu próprio benefício.

Art. 32- Todo e qualquer membro da Diretoria Executiva e do conselho Fiscal que faltar a um número de 05 (cinco) reuniões consecutivas e sem justificativas será substituído assumindo o suplente respectivo.

Parágrafo Único- A entidade "não remunera" nem concede vantagens ou benefícios por qualquer forma ou título, a seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores.

benfeitores ou equivalentes.

#### CAPÍTULO IV

##### Do Processo Eleitoral

Art. 33- Concorreram as eleições para renovação da Diretoria e Conselho Fiscal da entidade, os membros associados que estejam em pleno gozo de seus direitos estatutários, que se inscrevam em chapas e cujo os nomes constam na lista de votação.

Art. 34- A eleição será pelo voto secreto ou por aclamação dos sócios registrados e devidamente em dia com suas obrigações sociais, 30 (trinta) dias antes do pleito eleitoral.

Art. 35- A Mesa Eleitoral é constituída por: 01 (hum) presidente e 01 (hum) Primeiro e 01 (hum) Mesário, 02 (dois) Secretários e 01 (hum) Suplente, escolhido em Assembléia Geral, pelo menos com 05 (cinco) dias de antecedência da eleição.

Parágrafo Único- Não podem ser nomeados Presidente e Mesário:

I- Os candidatos e seus parentes até o segundo grau, o cônjuge e ainda por afinidade.

II - Os membros da Diretoria em exercício.

Art. 36- Em caso de empate entre mais de um candidato, considerar-se-á efeito o que contar com mais tempo como membro da entidade. Persistindo o empate será eleito o de maior idade e por último será feito um sorteio.

Art. 37- Os membros eleitos tomarão posse de imediato para suas funções e atribuições

Art. 38- Não coincidindo o número de votantes com o de sobrecartas nas urnas, será anulada a eleição.

#### CAPÍTULO V

##### Do Patrimônio e Rendas

Art. 39- O patrimônio da entidade será constituído de:

I- Doações, legados, contribuições e auxílios de pessoas físicas e jurídicas, de direito privado ou público, nacionais ou estrangeiros;

II - Bens móveis e imóveis, adquiridos e ou recebidos em doações.

Art. 40- Constituem receitas da entidade:

I- Contribuições provenientes de Convênios, Acordos, Projetos, Contratos com entidades nacionais e internacionais;

II- Contribuição dos sócios.

Parágrafo Único- As rendas, recursos e eventual resultado operacional, serão aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no Território Nacional

Art. 41- No caso de dissolução da instituição, os bens remanescentes serão destinados a outra instituição congênere do município, com personalidade jurídica ou para uma instituição pública, devidamente registrada no CNAS.

#### CAPÍTULO VI

##### Das Disposições Gerais

Art. 42- A Entidade será dissolvida por decisão da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, em primeira convocação com 2/3 (dois terços) e em segunda com qualquer número de associados, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades, de acordo com o artigo 21 do Código Civil Brasileiro.

Art. 43- O presente Estatuto, poderá ser reformulado em qualquer tempo, por decisão da maioria absoluta dos associados, em Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, e em segunda convocação em qualquer número.

Art. 44 - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembléia Geral.

Art. 45. O presente Estatuto, entrará em vigor na data do seu registro em Cartório. Aprovado em assembléia Geral, em 17 de julho de 1997. AVERBAÇÕES: AV-1-19. Ata de Assembléia Geral Extraordinária para alteração do Estatuto da Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaiara- AAMCA, feita em 08 de dezembro de 1999.

AV-2-19. Ata da Assembléia Geral Extraordinária para deliberação da proposta de reforma do Estatuto da ASSOCIAÇÃO AO MENOR CARENTE DE ABAIARA-CE, Aos vinte e cinco (25) dias do mês de março de dois mil e quatorze (2014), averbada em 31 de março de 2014. AV-3-19. Ata da Assembléia Geral Extraordinária para deliberação e aprovação da proposta de reforma do Estatuto da ASSOCIAÇÃO AO MENOR CARENTE DE ABAIARA-CE, Aos primeiro (1º) dias do mês de dezembro de dois mil e quatorze (2014), averbada em 09 de dezembro de 2014. Averbações essas já incluídas na redação do estatuto acima descrito, fazendo parte integrante deste do Estatuto Social. O referido é verdade e dou fé. Abaiara-Ce, aos nove (09) dias do mês de dezembro de dois mil e quatorze (2014).

Maria Helena Morais de Lucena  
Oficiala do Registro de Pessoas Jurídicas

+ Cicero JANILSON Pereira de Sousa +  
Escrivente Substituto

12465829/0001-49  
CARTÓRIO DE NOTAS E REGISTRO  
CIVIL DE ABAIARA  
MARIA HELENA MORAIS DE LUCENA



ABAIARA, 04 de dezembro de 2014.

À

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em Santa Catarina.  
Praça XV de Novembro, 242 – 1º andar – Salas 107 a 110.  
CEP: 88.010-970 – Florianópolis/SC.

Referências: - **Ofício n° 17802/2014/SEI-MC.**  
- **Processo n° 53000.031927/2012-08.**  
- **Nota Técnica n° 15579/2014/SEI-MC.**

**A ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR  
CARENTE DE ABAIARA/CE - AAMCA**, executante do Serviço de  
Radiodifusão Comunitária, na cidade de **ABAIARA/CE**, vem á presença de  
V.S.a. apresentar projeto de mudança de local da sede, estúdio e estação  
transmissora. Salientamos que o local proposto é muito próximo do autorizado.

Cordialmente,

Maniçueira D. dos Santos  
Representante Legal.

## DECLARAÇÃO

DECLARO que, de acordo com o Relatório de Conformidade resultante, a avaliação feita em 04/12/2014, na estação transmissora da ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA/CE - AAMCA, executante do Serviço de Rádio Comunitária, localizada em ABAIARA/CE, na Rua José Leite Martins, 668 - Centro, atende ao Regulamento sobre de Radiofrequência entre 9 KHz e 300 GHz. Aprovado pela Resolução Anatel nr. 303, de 02/07/2002, publicada no DOU do dia 10 subsequente, não expondo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências de valores superiores aos estabelecidos.

DECLARO, ainda, que o Relatório de Conformidade será mantido na estação avaliada, para apresentação sempre que requisitado pela Anatel, conforme prevê o mencionado Regulamento.

ABAIARA, 04 de dezembro de 2014.

Maurício M. dos Santos  
Representante Legal.

## DECLARAÇÃO

Declaro para fins de comprovação perante a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, que a ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA/CE - AAMCA, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na cidade de ABAIARA/CE, que na ocorrência de interferências indesejáveis causadas pela estação requerente, a mesma interromperá imediatamente as suas transmissões caso não sejam sanadas no prazo estipulado pela ANATEL.

ABAIARA, 04 de dezembro de 2014.

Mauro César N. das Santos  
Representante Legal.

Rua José Leite Martins, 668 - Centro, na cidade de ABAIARA, Estado do Ceará, CEP 63.240-000, correio eletrônico (e-mail):

## DECLARAÇÃO

Declaro para fins de comprovação perante a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, que a ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA/CE - AAMCA, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na cidade de ABAIARA/CE, que na ocorrência de interferências prejudiciais causadas pela estação, serão interrompidas às transmissões imediatamente até que sejam sanadas, sem prejuízo do exercício das competências fiscalizatórias legalmente atribuídas à Anatel, conforme o disposto no subitem 12.1, alínea "b" da Norma Nr.01/2011.

ABAIARA, 04 de dezembro de 2014.

Maurício Nunes dos Santos.  
Representante Legal.

Rua José Leite Martins, 668 - Centro, na cidade de ABAIARA, Estado do Ceará, CEP 63.240-000, correio eletrônico (e-mail):

## DECLARAÇÃO

Declaro para fins de comprovação perante a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica que a instalação proposta pela ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA/CE - AAMCA, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na cidade de ABAIARA/CE, não fere os gabaritos de proteção aos aeródromos, baseado na Portaria Nr.1141/GM5, de 05 de dezembro de 1987, do Ministério da Aeronáutica e correspondentes alterações.

Três Corações, 04 de dezembro de 2014.



---

Eng. Cândido Henrique Pereira de Freitas.

## DECLARAÇÃO

Declaro para fins de comprovação perante a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, que a cota do terreno, no local de instalação do sistema irradiante da ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA/CE - AAMCA, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na cidade de ABAIARA/CE, atende às condições exigidas no item 19.2.5.1. da Norma nr.01/2011.

Três Corações, 04 de dezembro de 2014.



\_\_\_\_\_  
Eng. Cândido Henrique Pereira de Freitas.

## PARECER CONCLUSIVO

Declaro para fins de comprovação perante a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica que a instalação proposta pela ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA/CE - AAMCA, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na cidade de ABAIARA/CE, atende a todas as exigências das normas técnicas em vigor aplicáveis á mesma e que o contorno de 91dBu da emissora não fica situado a mais de 1 Km de distância da estação transmissora em nenhuma direção.

Três Corações, 04 de dezembro de 2014.



---

Eng. Cândido Henrique Pereira de Freitas.

## DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins que, de acordo com o projeto técnico por mim elaborado, as emissões provenientes da estação transmissora da ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA/CE - AAMCA, executante do Serviço de Rádio Comunitária, cuja instalação está proposta para a localidade de ABAIARA/CE, utilizando a frequência de 105,9 MHz, não submeterão a população da referida localidade a radiações eletromagnéticas de radiofrequência de valores superiores aos estabelecidos na publicação “**GUIDELINES FOR LIMITING EXPOSURE TO TIME-VARYING ELETRIC, MAGNETIC, AND ELETROMAGNETIC FIELDS (up to 300 GHz)**”, da Comissão Internacional para Proteção contra Radiações Não Ionizantes- (CNIRP )

Três Corações, 04 de dezembro de 2014.



---

Eng. Cândido Henrique Pereira de Freitas

Nome completo: Cândido Henrique Pereira de Freitas.  
CREA: 25.670/D

**FORMULÁRIO PARA ALTERAÇÃO DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS DA LICENÇA DE  
FUNCIONAMENTO DE ENTIDADES AUTORIZADAS**

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Radio Comunitária

**IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE**

**DENOMINAÇÃO SOCIAL**

A S S O C . D E A S S I S T . A O M E N O R C A R E N T E D

**DENOMINAÇÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)**

E A B A I A R A / C E - A A M C A

CGC

0 2 0 0 2 5 8 0 0 0 0 1 8 1

**DENOMINAÇÃO DE FANTASIA**

*Preencha apenas os campos que são objeto do requerimento.*

1. O requerimento é para mudança do local da sede da entidade?

NÃO ☐

SIM ☒ Especifique:

– NOVA LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

**LOGRADOURO**

R U A J O S É L E I T E M A R T I N S 6 6 8

**BAIRRO**

**CIDADE**

C E N T R O A B A I A R A

**CIDADE (CONTINUAÇÃO)**

**UF**

**COORDENADAS GEOGRÁFICAS**

C E 0 7 ° 2 1 ' 4 4 " S 3 9 ° 0 2 ' 5 9 " W

2. O requerimento é para mudança do local do sistema irradiante?

NÃO ☐

SIM ☒ Especifique:

– NOVA LOCALIZAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE

**LOGRADOURO**

R U A J O S É L E I T E M A R T I N S 6 6 8

**BAIRRO**

**CIDADE**

C E N T R O A B A I A R A

**CIDADE (CONTINUAÇÃO)**

**UF**

**COORDENADAS GEOGRÁFICAS**

C E 0 7 ° 2 1 ' 4 4 " S 3 9 ° 0 2 ' 5 9 " W

3. O requerimento é para mudança do local do estúdio da emissora?

NÃO ☐

SIM ☒ Especifique:

-

**NOVA LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO**

( Caso o estúdio não se encontre no local do sistema irradiante especifique como será feita a ligação entre o estúdio e o sistema irradiante no campo 8 .  
"Outras informações de interesse")

**LOGRADOURO**

R U A J O S É L E I T E M A R T I N S 6 6 8

**BAIRRO**

**CIDADE**

C E N T R O A B A I A R A

**CIDADE (CONTINUAÇÃO)**

**UF**

**COORDENADAS GEOGRÁFICAS**

C E 0 7 ° 2 1 ' 4 4 " S 3 9 ° 0 2 ' 5 9 " W

4. O requerimento é para mudança do transmissor PRINCIPAL?

NÃO ☐

SIM ☒ Especifique:

– NOVO TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE

J O S É W I L S O N R O C H A - M E

MODELO

S T R 2 5

POTÊNCIA

2 5 . 0

watts

Nº HOMOLOGAÇÃO

0 8 6 1 - 0 3 - 0 5 80

5. O requerimento é para autorização / mudança de um transmissor AUXILIAR?

NÃO ☒

SIM ☐ Especifique:

– NOVO TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE

MODELO

POTÊNCIA

watts

HOMOLOGAÇÃO

6. O requerimento é para alteração do sistema irradiante?

NÃO ☐

SIM ☒ Especifique:

– NOVA ANTENA/TORRE

FABRICANTE DA ANTENA

I D E A L I N D . C O M . A N T E N A S

MODELO

P . T . 5 / 8"

GANHO max (Gt)

0 . 0 dBd

ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO

3 0 . 0 m

ALTURA DA TORRE

3 0 . 0 m

ALTITUDE DO LOCAL

4 1 0 . 0 m

7 – Caso o requerimento inclua mudança nos itens 4, 5 e/ou 6, preencha os seguintes campos:

– LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE

K M P P I R E L L I

MODELO

R G 2 1 3 U

COMPRIMENTO (L)

3 2 . 0 m

ATENUAÇÃO EM 100 m (AL)

7 . 5 0 dB

PERDAS NA LINHA (PL)

2 . 4 0 dB

EFICIÊNCIA DA LINHA ( $\eta$ )

0 . 5 7

Perdas na linha (PL)= $L \cdot AL$

Eficiência da linha ( $\eta$ ) =  $10 \frac{-(PL)}{10}$

100

– POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA (ERP)

ERP (dBk)= $10 \log (P_t \cdot G_{ht} \cdot G_{vt} \cdot \eta) = 10 \log (0,025 \times 1 \times 1 \times 0,57) = - 18,42 \text{ dBk}$

Pt = Potência do transmissor, em kW.

Ght = Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes.

$\eta$  = Eficiência da linha de transmissão

Gvt = Ganho da antena, no plano vertical, em vezes

Obs.: A potência efetiva irradiada (ERP) por emissora do RadCom deverá ser igual ou inferior a 25 watts.

- INTENSIDADE DE CAMPO NO LIMITE DA ÁREA DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

$$E(dBu) = 107 + ERP(dBk) - 20 \log d \text{ (km)}$$

ERP(dBk) = potência efetiva irradiada.

d (km) = distância da antena transmissora ao limite da área de execução do serviço.

$$E(dBu) = 107 - 18,42 - 20 \log 1 = 88,58 \text{ (dBu)}$$

Obs.: O máximo valor de intensidade de campo no limite da área de serviço será de 91 dBu.

8 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

9 - DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

NOME COMPLETO

C Â N D I D O   H E N R I Q U E   P . D E   F R E I T A S

REG.CREA

2 5 6 7 0 / D

ENDEREÇO

R U A   S A G R A D A   F A M Í L I A   6 5 2

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

BAIRRO

S A N T A   T E R E S A

CIDADE

T R Ê S   C O R A Ç Õ E S

UF

M G

CEP

3 7 4 1 0 - 0 0 0

TELEFONE

0 3 5 - 3 2 3 1 1 3 1 3

FAX

0 3 5 - 3 2 3 1 1 3 1 3

E-MAIL

c h p f @ h o t m a i l . c o m

LOCAL

T R Ê S   C O R A Ç Õ E S

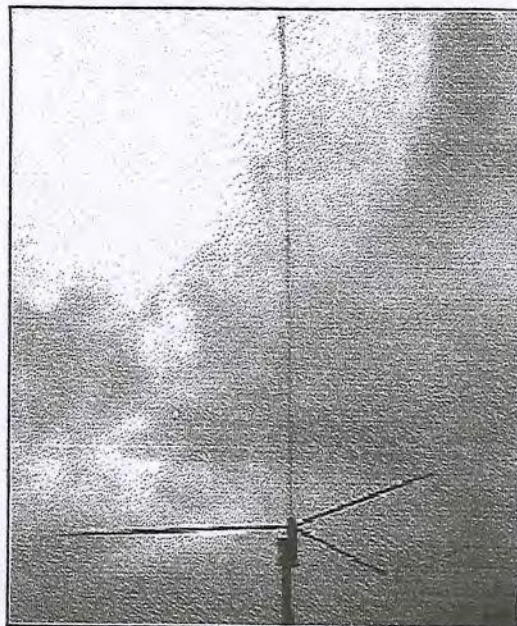
DATA

0 4 / 1 2 / 2 0 1 4

ASSINATURA



## Antena para FM Plano Terra – 5/8"



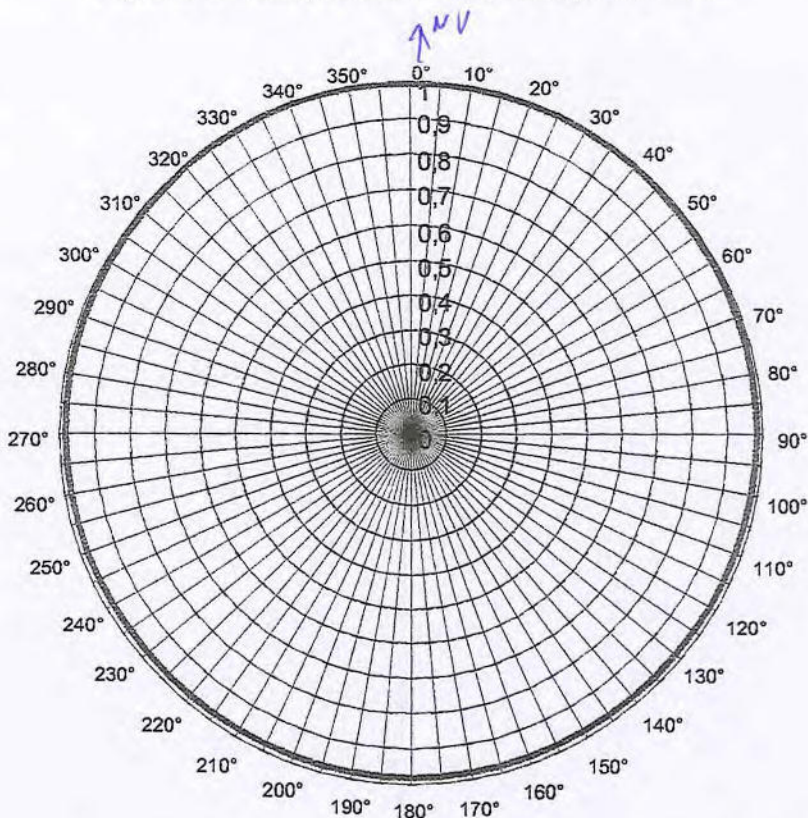
### Características Técnicas

Faixa de frequência	87,9 a 108 MHz
Polarização	Vertical
Ganho nominal PT 5/8"	0 dBd
C.O.E. nominal	< 1,1
Impedância de entrada	50 ohms
Potência	300 Watts
Isolação de Polarização	Melhor que 20
Conector de entrada	N ou UHF Fêmea

IDEAL IND. & COM. DE ANTENAS LTDA.  
R.: Fernando Ferreira da Silva, 100 - Sta. Cecília  
Pouso Alegre - MG 37550-000

[www.idealantenas.com.br](http://www.idealantenas.com.br)  
Tel: (35) 3423 8688 Fax : (35) 3421  
e-mail:ideal@idealantenas.com.br

Antena para FM Plano Terra  
Diagrama de irradiação horizontal na polarização horizontal



Graus	E/Emax	(dB)	(%)
0°	1	0	100,00%
5°	1	0	100,00%
10°	1	0	100,00%
15°	1	0	100,00%
20°	1	-0,01	99,77%
25°	1	-0,02	99,54%
30°	1	-0,04	99,08%
35°	0,99	-0,05	98,86%
40°	0,99	-0,06	98,63%
45°	0,99	-0,08	98,17%
50°	0,99	-0,09	97,95%
55°	0,99	-0,1	97,72%
60°	0,99	-0,1	97,72%
65°	0,99	-0,11	97,50%
70°	0,99	-0,12	97,27%
75°	0,99	-0,13	97,05%
80°	0,98	-0,14	96,83%
85°	0,98	-0,15	96,61%

Graus	E/Emax	(dB)	(%)
90°	0,98	-0,15	96,61%
95°	0,98	-0,16	96,38%
100°	0,98	-0,17	96,16%
105°	0,98	-0,17	96,16%
110°	0,98	-0,17	96,16%
115°	0,98	-0,18	95,94%
120°	0,98	-0,18	95,94%
125°	0,98	-0,18	95,94%
130°	0,98	-0,18	95,94%
135°	0,98	-0,18	95,94%
140°	0,98	-0,18	95,94%
145°	0,98	-0,18	95,94%
150°	0,98	-0,18	95,94%
155°	0,98	-0,18	95,94%
160°	0,98	-0,17	96,16%
165°	0,98	-0,17	96,16%
170°	0,98	-0,17	96,16%
175°	0,98	-0,16	96,38%

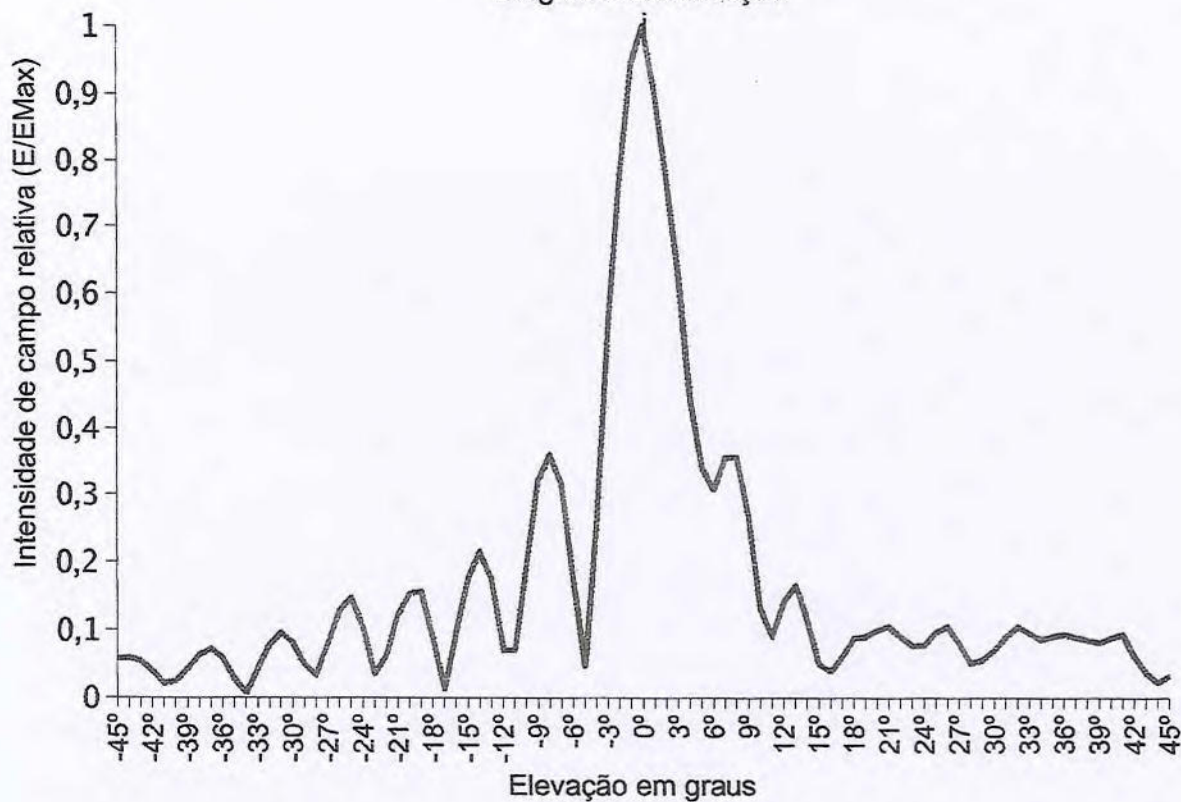
Graus	E/Emax	(dB)	(%)
180°	0,98	-0,15	96,61%
185°	0,98	-0,16	96,38%
190°	0,98	-0,17	96,16%
195°	0,98	-0,17	96,16%
200°	0,98	-0,17	96,16%
205°	0,98	-0,18	95,94%
210°	0,98	-0,18	95,94%
215°	0,98	-0,18	95,94%
220°	0,98	-0,18	95,94%
225°	0,98	-0,18	95,94%
230°	0,98	-0,18	95,94%
235°	0,98	-0,18	95,94%
240°	0,98	-0,18	95,94%
245°	0,98	-0,18	95,94%
250°	0,98	-0,17	96,16%
255°	0,98	-0,17	96,16%
260°	0,98	-0,17	96,16%
265°	0,98	-0,16	96,38%

Graus	E/Emax	(dB)	(%)
270°	0,98	-0,15	96,61%
275°	0,98	-0,15	96,61%
280°	0,98	-0,14	96,83%
285°	0,99	-0,13	97,05%
290°	0,99	-0,12	97,27%
295°	0,99	-0,11	97,50%
300°	0,99	-0,1	97,72%
305°	0,99	-0,1	97,72%
310°	0,99	-0,09	97,95%
315°	0,99	-0,08	98,17%
320°	0,99	-0,06	98,63%
325°	0,99	-0,05	98,86%
330°	1	-0,04	99,08%
335°	1	-0,02	99,54%
340°	1	-0,01	99,77%
345°	1	0	100,00%
350°	1	0	100,00%
355°	1	0	100,00%

IDEAL IND. & COM. DE ANTENAS LTDA.  
R.: Fernando Ferreira da Silva, 100 - Sta. Cecília  
Pouso Alegre - MG 37550-000

www.idealantenas.com.br  
Tel: (35) 3423 8688 Fax : (35) 3421 2043  
e-mail:ideal@idealantenas.com.br

Antena para FM Plano Terra  
Diagrama de elevação



IDEAL IND. & COM. DE ANTENAS LTDA.  
R.: Fernando Ferreira da Silva, 100 - Sta. Cecília  
Pouso Alegre - MG 37550-000

[www.idealantenas.com.br](http://www.idealantenas.com.br)  
Tel: (35) 3423 8688 Fax : (35) 3421 2043  
e-mail: [ideal@idealantenas.com.br](mailto:ideal@idealantenas.com.br)



ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA/CE - AAMCA - Rua José Leite Marins, 668 - Centro - ABAIARA/CE.



Estudo, sobre o sistema tradicional  
Escala: 1:10 000

Latitude:  $07^{\circ}21'44''S$

Longitude:  $39^{\circ}02'55''W$

- DIRETOR GERAL -

RAIMUNDO JOSÉ DA SILVA

RUA PE. JOSE LEITE SAMPAIO, 94  
ABAIARA - CE

- DIRETOR ADMINISTRATIVO -

JOÃO LOURENÇO PEREIRA SOBRINHO  
VILA S. JOSE, SN, ABAIARA - CE

**CREA-MG****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS**

Av. Álvares Cabral, 1600 - CEP: 30170.001 Fone: (31) 3299.8700 - FAX: (31) 3299.8720 - Belo Horizonte/MG

Recibo  
do  
Sacado

Cedente CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS - CNPJ 17.254.509/0001-63		Agência/Código cedente 3.394-4/00005780-0	Vencimento 31/12/2014
Sacado CANDIDO HENRIQUE PEREIRA DE FREITAS		Número do documento 2204538	Nosso número 00000000002204538
Moeda R\$ (Real)	Quantidade	(X) Valor 63,64	(=) Valor do documento 63,64
		(-) Dedução	
Demonstrativo		(+) Outros valores	(=) Valor cobrado
ART NACIONAL: PROFISSIONAL: MG-25670/D TIPO: OBRA/SERVICO - NOVA ART - NUMERO: 14201400000002184565 ATENCAO: NAO RECEBER APOS A DATA DE VENCIMENTO. 1A VIA 00194.58652 90000.000001 02204.538215 1 000000000006364			

CAIXA ECONOMICA FEDERAL  
CAIXA AQUI

COMPROVANTE DE BOLETO

03/12/2014 08:57:22  
 DATA DE EFETIVACAO: 03/12/2014  
 CONVENIO: 000443301  
 OPERADOR: 00044330

REPRESENTACAO NUMERICA  
 00194.58652 90000.000001  
 02204.538215 1 000000000006364

PAGTO.EFETUADO EM: 03/12/2014

VALOR: R\$ 63,64

COD.OPERACAO: 000246863

OPERACAO REALIZADA COM SUCESSO

CAIXA AQUI  
É A CAIXA EM TODO O BRASILSAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações,  
reclamações, sugestões e elogios)Para pessoas com deficiência auditiva ou  
de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br



**Anotação de Responsabilidade Técnica - ART**  
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977  
**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais**

**CREA-MG**

Via da Obra/Serviço  
Página 1/1

**ART de Obra ou Serviço**  
**14201400000002184565**

1. Responsável Técnico

**CANDIDO HENRIQUE PEREIRA DE FREITAS**

Título profissional:

**ENGENHEIRO ELETRICISTA - ELETRONICA;**

RNP: 1404867627

Registro: 04.0.0000025670

2. Dados do Contrato

Contratante: **ASSOC.DE ASSIT. AO MENOR CARENTE DE ABAIARA**

Logradouro: **RUA JOSÉ LEITE MARTINS**

CNPJ: 02.002.580/0001-81

Nº: 000668

Cidade: **ABAIARA**

Bairro: **CENTRO**

UF: **CE**

CEP: 63240000

Contrato:

Celebrado em:

Valor: **1.000,00**

Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO**

3. Dados da Obra/Serviço

Logradouro: **RUA JOSÉ LEITE MARTINS**

Nº: 000668

Cidade: **ABAIARA**

Bairro: **CENTRO**

UF: **CE**

CEP: 63240000

Data de início: **01/12/2014** Previsão de término: **03/12/2014**

Finalidade: **CULTURAL**

Proprietário: **ASSOC.DE ASSIT. AO MENOR CARENTE DE ABAIARA**

CNPJ: 02.002.580/0001-81

4. Atividade Técnica

**1 - ASSESSORIA**

Quantidade:

Unidade:

**PROJETO, COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO, RADIODIFUSÃO**

**25.00**

**W**

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

6. Declarações

7. Entidade de Classe

**ASSOC. DOS ENGENHEIROS E ARQUITETOS DA REGIÃO D**

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

*Candido Henrique Pereira de Freitas* de *Dezembro* de *2014*

**CANDIDO HENRIQUE PEREIRA DE FREITAS RNP: 1404867627**

*Associação dos Engenheiros e Arquitetos da Região D*  
**ASSOC.DE ASSIT. AO MENOR CARENTE CNPJ: 02.002.580/0001-81**

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site [www.crea-mg.org.br](http://www.crea-mg.org.br) ou [www.confes.org.br](http://www.confes.org.br)
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

VALOR DA OBRA: R\$ R\$1.000,00. ÁREA DE ATUAÇÃO: TELECOMUNICAÇÃO,

[www.crea-mg.org.br](http://www.crea-mg.org.br) | 0800.0312732



**CREA-MG**  
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Valor da ART: 63,64

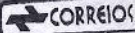
Registrada em: 03/12/2014

Valor Pago: 63,64

Nosso Número: 000000002204538



PARA: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.  
DELEGACIA REGIONAL DE SANTA CATARINA  
END: PRAÇA XV DE NOVEMBRO, Nº 242, 1º ANDAR, SALAS 107 A 110.  
TEL: ( 48 ) 3229 4373 / 3225 7430 – FAX: ( 48 ) 3225 6724  
E-MAIL: argelia.schramm@comunicacoes.gov.br  
CEP: ~~88.150-000~~ – FLORIANÓPOLIS – SC

 **CORREIOS** MD - Atualize seu endereço  
Seu CEP correto é 88 010-400



( ETIQUETA OU CARIMBO MP )

REM: ( AAMCA ) ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE  
DE ABAIARA

END: RUA JOSE LEITE MARTINS Nº 668, 1º ANDAR, ALTO DA ALEGRIA,

FONE: ( 88 ) 3558 1287 – E-MAIL: radioabaiara@gmail.com

CEP: 63.240-000 – ABAIARA, CEARÁ.

## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

Coordenação de Análise de Denúncias

### DESPACHO

Processo nº: **53000.031927/2012-08**

Interessado(a): **ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA CE (A A M C A)**

Em atenção ao Memorando nº 1694/2014/SEI-MC, de 4 de novembro de 2014, por intermédio do qual se comunica acerca de possível prática de ilícitos administrativos, informamos que foi instaurado o Processo de Apuração de Infração - PAI nº 53900.001839/2015-63 em desfavor da ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA CE (A A M C A), entidade executante do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Abaiara, Estado do Ceará.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Coordenador-geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 10/02/2015, às 10:34, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0320638** e o código CRC **70048DAC**.

### Minutas e Anexos

Não Possui.



## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA -  
AAMCA

**CNPJ:** 02.002.580/0001-81

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 12:01:05 do dia 13/03/2015 (hora e data de Brasília).

Válida até 12/04/2015.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar

**Ministério das Comunicações**  
**Secretaria de Serviço de Radiodifusão**  
**Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão**  
**ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM**

**Identificação do Processo**

Número: 53000.031927/2012 Localidade / UF: ABAIARA/CE  
Entidade: ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA CE  
Aviso: 0 Publicação: 01/01/2000 Prazo: 0 Canal: 0

**Processo**

1. A Entidade é uma: Associação

**2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação**

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
ANA PAULA DE MORAIS AZEVEDO	004.226.103-13	Vice-Presidente	17/07/2013 17/07/2017	
CÍCERO HELIO DE SOUSA	024.672.763-25	1º Secretário	01/12/2014 17/07/2017	
MARIA DE FÁTIMA MOURA	443.431.083-68	2º Tesoureiro	17/07/2013 17/07/2017	
MARIA CÍCERA NUNES DOS SANTOS	017.828.453-05	Presidente	17/07/2013 17/07/2017	
MARIA REGILÂNIA ALVES DOS SANTOS	978.908.123-53	1º Tesoureiro	17/07/2013 17/07/2017	
KELVIA ANDRADE DE SOUSA	606.235.573-80	2º Secretário	01/12/2014 17/07/2017	

**3. Conclusão Geral (Parecer Legal)**

**CONSTATAÇÕES:**

A) PROCESSO DIGITALIZADO E CADASTRADO NO SEI.

B) CONSTAM DO PROCESSO:

1. Requerimento de Renovação: Fls. 6 (doc. 0088546)

2. Declaração (instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização, constante da licença de funcionamento da estação): Fls. 20 (doc. 0088546)

3. Certidão Negativa de débitos de receitas da ANATEL atualizada: doc. 0415580.

4. CNPJ: Fls. 24 (doc. 0088546)

5. Estatuto Social na íntegra, registrado (Pessoas Jurídicas): Fls. 23 a 29 (doc. 0296594)

6. Ata da última eleição da diretoria: fls. 2 e 3 (doc. 0088845)

Ata da substituição de dois membros da diretoria: fls. 3 e 4 (doc. 0296594)

7. RG e CPF dos diretores: Fls. 5, 8, 9 e 16 (doc. 0088845); fls. 52 e 53 (doc. 0088879); fls. 5 e 6 (doc. 0296594).

8. Grade da Programação + último relatório do Conselho Comunitário: Fls. 54 a 57 (doc. 0088879)

Havia indícios de vínculo político-partidário da entidade uma vez que dois de seus diretores exerciam cargos em Diretório Municipal/Comissão Provisória de Partidos Políticos, tendo sido aberto o PAI n.º 53900.001839/2015-63, conforme Despacho Interno da SEDEG de 10/02/2015 (doc. 0320638). Entretanto o vício foi sanado com a substituição dos membros com vinculação política em 01/12/2014 (fls. 3 e 4 do doc. 0296594).

Foi verificada a alteração de endereço da emissora tendo sido solicitada a alteração técnica pela entidade ? processo n.º 53900.009126/2015-57, atualmente em análise.

**C) CONCLUSÃO:**

Processo instruído e vínculo político sanado, portanto sugiro o deferimento do pedido de renovação de outorga.

Analista: Argélia Diniz Schramm / DRMC-SC em 16/03/2015.

ARGELIA DINIZ SCHRAMM

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA / DRMC-SC  
Tel.: (61) 2027-5050

Memo. nº 700/2015/SEI-MC

Florianópolis, 16 de março de 2015

À Coordenadora de Análise de Denúncias - CODEN.

**Assunto: Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a renovação de outorga.**

Senhora Coordenadora,

Solicitamos informações acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em face da entidade **Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaiara - AAMCA**, autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de ABAIARA/CE, devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanções.

Atenciosamente,

ARGÉLIA DINIZ SCHRAMM  
Delegada Regional  
Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm**, **Delegado Substituto**, em 16/03/2015, às 11:08, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0416362** e o código CRC **0820D116**.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

Coordenação de Análise de Denúncias

**DESPACHO**Processo nº: **53000.031927/2012-08**Interessado(a): **ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA CE**

Em atenção ao Memorando nº 700/2015/SEI-MC, informamos que foram encontrados registros de processos atribuídos à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

Descrição	Nº Processo	Situação Atual
Registro de PAI ativo	53900.001839/2015	<ul style="list-style-type: none"><li>• Em trâmite;</li><li>• Processo aguardando defesa;</li><li>• Irregularidade apurada: Art. 11 c/c art. 21, inciso IV da Lei n. 9.612/98 - Vínculo Político.</li></ul>

\* SRD - Sistema de Controle de Radiodifusão

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira**, **Coordenador-geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 26/05/2015, às 10:08, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0488592** e o código CRC **84FCD890**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.



## **CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA -  
AAMCA

**CNPJ:** 02.002.580/0001-81

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:51:22 do dia 27/08/2015 (hora e data de Brasília).

Válida até 26/09/2015.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar



## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

### Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>02.002.580/0001-81</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>21/07/1997</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA CE</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>A A M C A</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA</b>			
LOGRADOURO <b>R JOSE LEITE MARTINS</b>	NÚMERO <b>S/N</b>	COMPLEMENTO	
CEP <b>63.240-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>ABAIARA</b>	UF <b>CE</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>28/07/1998</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

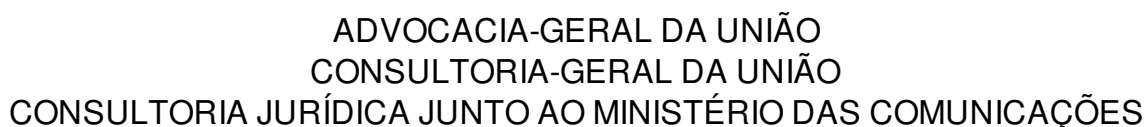
Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **28/08/2015** às **16:44:11** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar



**ASSUNTO:** Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

## I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

## II – FUNDAMENTAÇÃO

## II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.
9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

## **II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.**

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.
12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.
13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30

de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.
20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.
22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).
25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.
26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.
27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.
28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.
30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

### III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.
32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.
33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

### ANEXO

#### PARECER REFENCIAL Nº 475/2015

#### RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.			
1.1.	O requerimento é tempestivo?			

2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?			
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			

---

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.





**Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 3 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:15:56.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DESPACHO nº 1655 / 2015

PROCESSO: 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

1. Aprovo o Parecer N° 475/2015 como manifestação jurídica referencial, a ser adotada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica na análise de processos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária, ficando dispensada a análise jurídica individualizada, conforme autoriza a ON AGU nº 55/2014.
2. Os processos de renovação em trâmite nesta CONJUR devem ser analisados com base nos parâmetros definidos neste Parecer.
3. Encaminhe-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562688** e o código CRC **B52A7303**.

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 2 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:17:37.

**NOTA TÉCNICA Nº 19458/2015/SEI-MC**

Processo nº: **53000.031927/2012-08**

Assunto: **Renovação de outorga.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

---

1. Trata-se da **Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaiara CE (A A M C A)**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Abaiara**, por meio da Portaria nº **304**, publicada no DOU de 14/07/2000, e Decreto Legislativo nº **67**, publicado no DOU de 03/05/2002.

**ANÁLISE**

---

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou em 03/05/2012. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, apresentou seu pedido de renovação de outorga em 27/11/2012, às fls. nº 06 e 07, evento SEI 0088546, subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, Parágrafo Único da Lei nº 9.612/1998 e do subitem 20.2 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462/2011. O pleito da entidade é tempestivo, tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estendeu a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013.

REQUERENTE
Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaiara (AACA).

QUADRO DIRETIVO

Presidente: Maria Cícera Nunes dos Santos

Vice-Presidente: Ana Paula de Moraes Azevedo

1º Secretário: Cícero Hélio de Souza

2ª Secretária: Kelvia Andrade de Souza

1º Tesoureiro: Maria Regilânia Alves dos Santos

2ª Tesoureira: Maria de Fátima Moura

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612/1998 e a Norma nº 01/2011, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		ANÁLISE
1.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Norma nº 01/2011.	Ok, páginas 23 a 29 do evento SEI (0296594)

2.	Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.	Ok, páginas 02 e 03 do evento SEI ( 0088845)
3.	Comprovantes relativos à maioria e nacionalidade e CPF dos dirigentes.	Ok, páginas 05, 08, 09 e 16 do evento SEI ( 0088845); páginas 52 e 53 do evento SEI (0088879); páginas 05 e 06 do evento SEI (0296594)
4.	Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	Ok, página 20 do evento SEI ( 0088546)
5.	Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel.	Ok, página 01 a 02 do evento SEI (0688973)

6.	Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, válido e atual.	Ok, página 01 do evento SEI ( 0691921)
7.	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.	Ok, páginas 54 a 57 do evento SEI ( 0088879)

4. Existe apontamento quanto a processos de apuração de infração atribuídos para a entidade, conforme informação da Coordenação de Análise de Denúncias, evento SEI 0488592 processo anexado 53900.001839/2015-63 (em trâmite).

## CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica nos termos do Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, evento SEI 0691806.

À consideração superior.

MINUTA

**EM Nº XX/20xx/SEI-MC**

**de XX de xxxxxxxx de 20XX**

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.031927/2012-08**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **03/05/2002**, a autorização outorgada à **Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaiara CE (A A M C A)**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **Abaiara/ CE**.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº XXXX/20XX/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.031927/2012-08 e nº 53650.002145/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 03/05/2012, a autorização outorgada à Associação de Assistência Ao Menor Carente de Abaiara CE (A A M C A), para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Abaiara/ CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm, Analista Tec Administrativo**, em 28/08/2015, às 16:49, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Vinicius Lannes Duering, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Santa Catarina**, em 01/09/2015, às 13:21, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 06/10/2015, às 17:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Adolpho Henrique Almeida Loyola, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 08/10/2015, às 11:04, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Emiliano José da Silva Filho, Secretário Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 09/10/2015, às 15:01, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0688978** e o código CRC **132F80A4**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

**DESPACHO**

**Processo nº: 53000.031927/2012-08**

**Interessado: Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaiara (AAMCA)**

**Assunto: Minutas de Portaria de Autorização e Exposição de Motivos**

À Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Diante da instrução do processo nº 53000.031927/2012-08 (ver documento nº 0688978), no qual a **Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaiara (AAMCA)** solicita renovação de outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Abaiara / CE**, encaminho as minutas da Portaria de Autorização e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

Brasília, 19 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 10/11/2015, às 15:16, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0774792** e o código CRC **49E34248**.

**Minutas e Anexos**

MINUTA

**EM Nº XX/20xx/SEI-MC**

**de XX de xxxxxxxx de 20XX**

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.031927/2012-08**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **03 de maio de 2012**, a autorização outorgada à **Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaiara CE (A A M C A)**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de

**Abaiara/ CE.**

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº XXXX/20XX/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.031927/2012-08 e nº 53650.002145/1998 , resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 03 de maio de 2012, a autorização outorgada à Associação de Assistência Ao Menor Carente de Abaiara CE (A A M C A), para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Abaiara/ CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



## PORTARIA Nº 6149/2015/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.031927/2012-08 e nº 53650.002145/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 03 de maio de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA CE (A A M C A), para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Abaiara/ CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANDRÉ FIGUEIREDO**

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 01/12/2015, às 09:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0815033** e o código CRC **8DC56F20**.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.031927/2012-08**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **03 de maio de 2012**, a autorização outorgada à **Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaiara CE (A A M C A)**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **Abaiara/ CE**.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**ANDRÉ FIGUEIREDO**

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 01/12/2015, às 09:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0815042** e o código CRC **EEE22205**.

**Ministério das Comunicações****GABINETE DO MINISTRO****PORTARIA Nº 4.628, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.057221/2011-87 e nº 53710.000840/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 12/12/2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRISTALENSE DE RADIODIFUSÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Cristais/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

**PORTARIA Nº 4.683, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53700.001298/1998 e nº 53000.038596/2012, resolve:

Art. 1º Renovar, por dez anos, a partir de 06 de novembro de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CATIVA, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no município de Rio Brilhante, estado do Mato Grosso do Sul.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga está sendo renovada por esta Portaria, reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

**PORTARIA Nº 4.684, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.058133/2011-01 e nº 53710.001515/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 10/08/2011, a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária e Educativa de Cabeceira Grande, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Cabeceira Grande/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

**PORTARIA Nº 4.685, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.057904/2011-34 e nº 53710.000918/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17/09/2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Ipanemense, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Ipanema/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

**PORTARIA Nº 6.146, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.051583/2012-45 e nº 53710.000609/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24/12/2012 a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura - Rádio Comunitária Interlagos, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Campo do Meio / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

**PORTARIA Nº 6.147, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.058139/2011-70 e nº 53710.001029/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de agosto de 2011, a autorização outorgada à ARCA - Associação de Rádio Comunitária Alternativa, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Bicas/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

**PORTARIA Nº 6.148, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.074982/2013-65 e nº 53670.000471/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de janeiro de 2014, a autorização outorgada à SOCIEDADE AÇÃO COMUNITÁRIA E CIDADANIA DA CIDADE DE GOIÁS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Goiás/ GO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

**PORTARIA Nº 6.149, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.031927/2012-08 e nº 53650.002145/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 03 de maio de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA CE (A A M C A), para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Abaiara/ CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

**PORTARIA Nº 6.151, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.029405/2012-38 e nº 53800.000409/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 09 de agosto de 2012, a autorização outorgada à Associação Comunitária Regional da Mata Para Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Rolim de Moura/RO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

**PORTARIA Nº 6.154, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.058119/2011-07 e nº 53740.001650/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de setembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Uraí, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Uraí/PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

**PORTARIA Nº 6.155, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53900.006400/2014-55 e nº 53730.000611/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 13 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação Movimento Comunitário Com Rádio Local Prata FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Prata/PB.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

**PORTARIA Nº 6.156, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53640.001208/1998 e nº 53000.057442/2011-55, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 09 de agosto de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária Artística e Ecológica de Planalto, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Planalto/BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

**DESPACHO**

**Processo nº: 53000.031927/2012-08**

**Referência: Portaria nº 6.149, de 1º de dezembro de 2015.**

**Assunto: Restituição de processo.**

**Destinatário: SCE**

Tendo em vista a publicação, na Seção 1 do Diário Oficial da União de 09/12/2015, da Portaria nº 6.149, de 01/12/2015, do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério.

Brasília, 9 de dezembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Moraes Checchio**, **Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 10/12/2015, às 11:50, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0872734** e o código CRC **A6AFCED7**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.031927/2012-08**

Entidade: **Associação de Assistência Ao Menor Carente de Abaiara Ce (a A M C A)**

Assunto: Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 6.149, de 01/12/2015, no Diário Oficial da União de 09/12/2015, que renova a outorga da entidade para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de **Abaiara / CE**, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o processo n.º **53000.031927/2012-08**, em cópia autenticada, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 16/12/2015, às 13:31, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0881089** e o código CRC **79C1BE6F**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

Brasília, 1 de Fevereiro de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.031927/2012-08, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 03 de maio de 2012, a autorização outorgada à Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaiara CE (A A M C A), para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Abaiara/ CE.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

***Assinado eletronicamente por: Andre Peixoto Figueiredo Lima***

**PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC**

**PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53**

**INTERESSADO:** Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

**ASSUNTO:** Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

## **I – RELATÓRIO**

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

### **II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.**

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.**

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

## **II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.**

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência

da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de

Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.

20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.

21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).

25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.

27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

### **III - CONCLUSÃO**

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.

33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

**ANEXO**  
**PARECER REFERENCIAL Nº 475/2015**  
**RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

<b>DOCUMENTOS</b>		<b>SI</b>	<b>NÃ</b>	<b>Fls. /</b>
		<b>M</b>	<b>O</b>	<b>nº do</b>
				<b>doc.</b>
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.			
1.1.	O requerimento é tempestivo?			
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			

9.1 Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?

9.2 Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Brasília, 19 de junho de 2015.

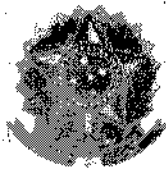
**Lucas Borges de Carvalho**

Assessor do Consultor Jurídico

**Alan Emanuel Cavalcante Trajano**

Consultor Jurídico

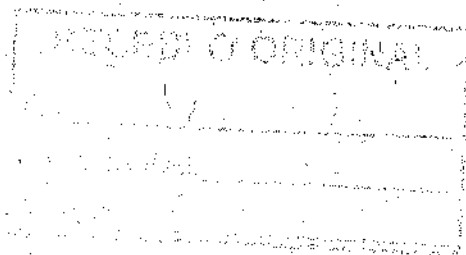
*Assinado eletronicamente por: Cacilda Lanuza da Rocha Duque*



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**GABINETE DO MINISTRO**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 721 – 70044-900 Brasília-DF - Tel.: (61) 2027-6242 / 6225

Ofício nº 4416/2016/SEI-MC



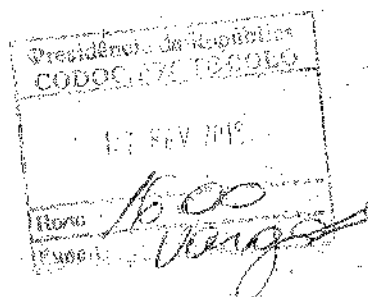
Ao Senhor

**ADAUTO MODESTO JÚNIOR**

Subchefe-Adjunto da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República

Palácio do Planalto – 4º andar  
70150-900 Brasília-DF

Assunto: **Processos (encaminha)**



Senhor Subchefe-Adjunto,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos impressos a partir de arquivos digitais com valor de original:

EM nº 01/2016 MC ✓

- 53000.020436/2013

EM nº 02/2016 MC ✓

- 53000.029406/2013

EM nº 03/2016 MC ✓

- 53000.055380/2013

EM nº 04/2016 MC ✓

- 53000.004800/2014

EM nº 05/2016 MC ✓

- 53000.059200/2013

EM nº 06/2016 MC ✓

- 53000.060033/2013

EM nº 07/2016 MC ✓

- 53000.026610/2013

EM nº 08/2016 MC ✓

- 53000.006807/2013

EM nº 09/2016 MC ✓

- 53000.069868/2013

EM nº 10/2016 MC ✓

- 53000.071599/2013

EM nº 11/2016 MC ✓

- 53000.005567/2013

EM nº 12/2016 MC ✓

- 53000.069421/2013

EM nº 13/2016 MC ✓

- 53000.057576/2013

EM nº 14/2016 MC ✓

- 53000.062556/2013

EM nº 15/2016 MC ✓

- 53000.029836/2013

EM nº 16/2016 MC ✓

- 53000.024521/2009

EM nº 17/2016 MC ✓

- 53000.046500/2013

EM nº 18/2016 MC ✓

- 53000.041415/2008

EM nº 19/2016 MC ✓

- 53000.067628/2013

EM nº 20/2016 MC ✓

- 53000.069249/2013

EM nº 22/2016 MC ✓

- 53000.059223/2013

EM nº 23/2016 MC ✓

- 53830.000833/2001

EM nº 24/2016 MC ✓

- 53000.058385/2013

EM nº 25/2016 MC ✓

- 53000.067636/2013

EM nº 26/2016 MC ✓

- 53000.070749/2013

EM nº 27/2016 MC ✓

- 53000.008262/2014

EM nº 28/2016 MC ✓

- 53000.071627/2013

EM nº 29/2016 MC ✓

- 53000.071201/2013

EM nº 30/2016 MC ✓

- 53000.027270/2013

EM nº 31/2016 MC ✓

- 53000.052005/2013

EM nº 32/2016 MC ✓

- 53000.001775/2003

EM nº 33/2016 MC ✓

- 53000.028782/2013

EM nº 34/2016 MC ✓

- 53000.053176/2013

EM nº 35/2016 MC ✓

- 53000.057226/2011

EM nº 36/2016 MC ✓

- 53000.057353/2011

EM nº 37/2016 MC ✓

- 53000.065557/2013

EM nº 38/2016 MC ✓

- 53000.017967/2013

EM nº 39/2016 MC ✓

- 53000.016224/2012

EM nº 41/2016 MC ✓

- 53000.069957/2013

EM nº 42/2016 MC ✓

- 53000.092143/2006

EM nº 43/2016 MC ✓

- 53000.008629/2012

EM nº 45/2016 MC ✓

- 53000.059736/2013

EM nº 46/2016 MC ✓

- 53000.064843/2007

EM nº 48/2016 MC ✓

- 53000.030808/2008

EM nº 49/2016 MC ✓

- 53000.023452/2013

EM nº 50/2016 MC ✓

- 53000.025519/2007

EM nº 51/2016 MC ✓

- 53000.050216/2012

EM nº 52/2016 MC ✓

- 53000.056637/2011

EM nº 53/2016 MC ✓

- 53000.071343/2013

EM nº 54/2016 MC ✓

- 53000.061913/2013

EM nº 55/2016 MC ✓

- 53000.056642/2011

EM nº 56/2016 MC ✓

- 53000.058098/2011

EM nº 57/2016 MC ✓

- 53000.020796/2013

EM nº 58/2016 MC ✓

- 53000.046522/2013

EM nº 59/2016 MC ✓

- 53000.069974/2013

EM nº 60/2016 MC ✓

- 53000.015829/2013

EM nº 61/2016 MC ✓

- 53000.039068/2013

EM nº 62/2016 MC ✓

- 53000.058131/2011

EM nº 63/2016 MC ✓

- 53000.065780/2013

EM nº 64/2016 MC ✓

- 53000.062558/2013

EM nº 65/2016 MC ✓

- 53000.057914/2011

EM nº 66/2016 MC ✓

- 53000.051987/2012

EM nº 67/2016 MC ✓

- 53000.020798/2013

EM nº 68/2016 MC ✓

- 53000.031942/2012

EM nº 69/2016 MC ✓

- 53000.056238/2011

EM nº 70/2016 MC ✓

- 53000.058125/2011

EM nº 71/2016 MC

- 53000.052021/2011

EM nº 72/2016 MC ✓

- 53000.059226/2012

EM nº 73/2016 MC ✓

- 53000.057295/2012

EM nº 74/2016 MC ✓

- 53000.006880/2013

EM nº 75/2016 MC ✓

- 53000.062335/2013

EM nº 76/2016 MC ✓

- 53000.031927/2012

EM nº 77/2016 MC ✓

- 53000.070233/2013

EM nº 78/2016 MC ✓

- 53000.045558/2013

EM nº 79/2016 MC ✓

- 53000.046522/2011

EM nº 80/2016 MC ✓

- 53000.040134/2011

EM nº 81/2016 MC ✓

- 53000.016939/2012

EM nº 82/2016 MC ✓

- 53000.055763/2011

EM nº 83/2016 MC ✓

- 53000.020068/2012

EM nº 84/2016 MC ✓

- 53000.048414/2012

EM nº 85/2016 MC ✓

- 53000.071796/2013

EM nº 86/2016 MC ✓

- 53000.056634/2011

EM nº 105/2016 MC (antiga EM 394/2015 MC) ✓

- 53000.062227/2013

EM nº 106/2016 MC (antiga EM nº 368/2015 MC) ✓

- 53000.004549/2005

EM nº 108/2016 MC (antiga EM 120/2012 MC) ✓

- 53000.037683/2007

EM nº 109/2016 MC (antiga EM 672/2011 MC) ✓

- 53670.002069/2002

Atenciosamente,

**RENATA MORAES CHECCHIO**  
Coordenadora-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Renata Moraes Checchio, Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 17/02/2016, às 10:49, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0969905** e o código CRC **A9732DA7**.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

**DESPACHO**

**Processo nº: 53000.031927/2012-08**

**Referência:Ofício nº 4416/2016/SEI-MC, de 17 de fevereiro de 2016.**

**Interessado: Associação de Assistência Ao Menor Carente de Abaiara Ce (a A M C A)**

**Assunto:Restituição de processo.**

**Destinatário: SCE**

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 4416/2016/SEI-MC, de 17 de fevereiro de 2016, à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério.

Brasília, 19 de fevereiro de 2016.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Moraes Checchio**, **Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 19/02/2016, às 14:30, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0976576** e o código CRC **0A7EBAC7**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 17595/2016/SEI-MCTIC

À Senhora

MARIA CÍCERA NUNES DOS SANTOS

Representante Legal da Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaiara - CE (AAMCA)

Rua José Leite Martins n.º 596, Centro

63.240-000 / Abaiara - CE

CNPJ nº 02.002.580/0001-81

Assunto: **Renovação da Outorga / Processo nº 53000.031927/2012-08.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informamos que a outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária concedida à Associação de Assistência Ao Menor Carente de Abaiara - CE, sediada em **Abaiara - CE**, foi renovada pelo prazo de dez anos, a partir de **03 de maio de 2012**, conforme Portaria nº 6.149, de 01/12/2015, publicada no DOU de 09/12/2015.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 18/05/2016, às 14:28, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1137139** e o código CRC **4A8A77B8**.

Ofício nº 17595/2016/SEI-MC - Processo nº 53000.031927/2012-08

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL

SCE/CGRC

OFÍCIO nº 17595/ 2016/SEI-MCTIC, de 18/05/2016

ENDEREÇO / ADRESSE

Nº DO PROCESSO: 53000.031927/2012-08

MARIA CÍCERA NUNES DOS SANTOS

Ass. de Assistência ao Menor Carente de Abaiara - CE (AAMCA)

CEP / CODE POSTAL

Rua José Leite Martins n.º 596, Centro

63.240-000

Abaiara - CE

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATIONCARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /  
SIGNATURE DE L'AGENT

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO



AVISO DE  
RECEBIMENTO  
AVIS CN07

AR

JO 39168228.7 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

31/05/16

17:22 h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal  
Ministério das Comunicações

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-O  
70044-900 - Brasília - DF

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL  
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53000.031927/2012-08**

Entidade: **Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaiara**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos**

À Secretaria Radiodifusão,

Tendo em vista a mudança de pasta ministerial, objeto da MEDIDA PROVISÓRIA Nº 726, de 12 de maio de 2016, publicada na Edição Extra da Seção 1 do Diário Oficial da União de mesma data, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 09/11/2017, às 16:38, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2374800** e o código CRC **2A3189DD**.

## Minutas e Anexos

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.031927/2012-08**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **03 de maio de 2012**, a autorização outorgada à **Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaiara CE (A A M C A)**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **Abaiara/ CE**.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

---

**Referência:** Processo nº 53000.031927/2012-08

SEI nº 2374800

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.031927/2012-08**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **03 de maio de 2012**, a autorização outorgada à **Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaiara CE (A A M C A)**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **Abaiara/ CE**.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 20/12/2017, às 18:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2382617** e o código CRC **6ACAD6E1**.



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO**

**UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):**

**CGGM\_RÁDIO**

**DEMANDA:**

Encaminhar a Presidência da República

**OBSERVAÇÃO:**

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Gloria Lorena Machado, Assistente Técnico do Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 21/12/2017, às 09:54, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2516681** e o código CRC **F0BE2445**.

**Referência:** Processo nº 53000.031927/2012-08

SEI nº 2516681

Brasília, 20 de fevereiro de 2018.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.031927/2012-08, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 03 de maio de 2012, a autorização outorgada à Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaiara CE (A A M C A), para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Abaiara/CE.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab*


**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**
**GABINETE DO MINISTRO**

Esplanada dos Ministérios, Bloco E

CEP: 70067-900 Brasília-DF

Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 6869/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor  
**MARCELO PACHECO DOS GUARANY**  
 Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
 Casa Civil da Presidência da República  
 Brasília/DF


 Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe os seguintes processos a partir de arquivo digital com valor de original, que tratam de concessão de outorga.

Nº EM	Nº PROCESSO	ENTIDADE INTERESSADA
064/2018	53000.018934/2013-97	Associação Comunitária Inocenciente de Comunicação e Marketing
065/2018	53000.050829/2011-81	RC FM – Rádio Comunitária de Itambé
066/2018	53000.062558/2013-78	Associação Rádio Comunitária Estância Velha - AERCOM FM
067/2018	53000.052005/2013-15	Associação Cultural Amigos de Dolores de Campos - ASCAD
068/2018	53000.069421/2013-44	Associação Rádio Comunitária de Campo Redondo
069/2018	53000.045645/2013-61	Associação Comunitária Rádio Tropical FM
070/2018	53000.006951/2013-81	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Santa Maria / RN
071/2018	53000.027270/2013-57	Associação Comunitária Pró Cidadania e Cultura de Paracuru
072/2018	53000.062556/2013-89	Associação Lar Comunitário
073/2018	53000.067636/2013-21	Associação Local de Obras Assistenciais
074/2018	53000.021295/2013-47	Associação e Movimento Comunitário Rádio Alternativa FM
075/2018	53000.071343/2013-48	Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça
076/2018	53000.057704/2012-62	Associação Comunitária, Cultural e Ecológica Rio dos Bois
077/2018	53000.065557/2013-85	Centro Social Educacional e Cultural de Rio Preto - MG
078/2018	53000.056215/2011-11	Associação Comunitária Farroupilha
079/2018	53000.058135/2011-91	Associação Comunitária Bonjardinense de Radiodifusão
080/2018	53000.058120/2011-23	Sociedade Rádio Comunitária Camará FM
081/2018	53000.045554/2013-25	Associação Cultural Comunitária Joanopolense
082/2018	53000.031927/2012-08	Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaiara CE (AAMCA)
083/2018	53000.059288/2011-56	Associação Comunitária de São Francisco de Paula - ASCOFRAN
084/2018	53000.016594/2013-60	Associação de Radiodifusão Comunitária de Buriti Bravo
085/2018	53000.070749/2013-11	Fundação Deputado Walfrido Monteiro
086/2018	53000.056641/2011-46	Associação Comunitária e Cultural Teresense
087/2018	53000.068677/2013-34	Fundação Beneficente Rosal da Liberdade
088/2018	53000.050217/2012-79	Associação Comunitária, Beneficente, Artística e Cultural Guaraniense de Rádio e TV
089/2018	53900.017160/2015-03	Associação Anunciação
090/2018	53900.049331/2015-55	Associação Ecológica e Cultural de Godoy Moreira
091/2018	53000.006952/2013-26	Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes do Rego (ABACANR)
092/2018	53900.048224/2015-18	Associação Comunitária de Barros Cassal - ASCOBAC
093/2018	53900.049658/2015-27	Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural
094/2018	53000.015797/2013-39	Associação Comunitária e Cultural de Ouro Verde
095/2018	53000.049958/2012-15	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico
096/2018	53000.039184/2013-97	Associação de Amigos Moradores do Bairro Centro - AMICENTRO
097/2018	53900.000757/2014-21	Associação Cultural Ideal

098/2018	53000.056216/2011-57	Associação Comunitária Cultural
099/2018	53900.024778/2014-31	Associação Comunitária de Educação e Saúde do Mondubim
100/2018	53900.049346/2015-13	Associação Rádio Comunitária Serra da Tiririca FM
101/2018	53900.029912/2015-71	Associação Comunitária Cultural Capimense
102/2018	53900.016430/2015-51	Associação Comunitária dos Moradores de Juruiaia
103/2018	53000.056241/2011-31	Race FM – Rádio Comunitária Educadora FM
113/2018	01250.006631/2017-18	TV Taubaté Ltda.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana**, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro e Delegação de Competência Portaria Nº 1.317/2017, em 27/02/2018, às 15:29, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2681350** e o código CRC **5193A0E8**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 6869/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.000256/2016-11 - Nº SEI: 2681350

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Assessoria da Secretaria de Radiodifusão

## DESPACHO INTERNO

**Processo nº: 53000.031927/2012-08**

**Referência: Ofício nº 6869/2018 SEI-MCTIC.**

**Assunto: Restituição de processo.**

**Destinatário: CGRC**

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 6869/2018 SEI-MCTIC, de 27 de fevereiro de 2018, à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restituo o presente processo.



Documento assinado eletronicamente por **Andrea de Miranda Ramos Kern, Chefe de Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 28/02/2018, às 16:21, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2689503** e o código CRC **7A61557B**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53000.031927/2012-08

SEI nº 2689503

## Pedro Paulo Verano de Souza

---

**De:** Luciana Silveira Teixeira  
**Enviado em:** sexta-feira, 4 de janeiro de 2019 18:43  
**Para:** Andre Jose de Oliveira; Carlos Henrique Teixeira Botelho; Glauce Pereira da Silva  
**Cc:** Luciana Cortez Roriz Pontes; Luciana Silveira Teixeira; Daniela de Oliveira Rodrigues; Daniela de Souto Inocencio; Jose Cruz Filho; Daniel Christianini Nery; Daniel Goncalves Viana; Miquierlam Chaves Cavalcante; Eugenio Cesar Almeida Felippetto; Ana Carolina Tannuri Laferte Marinho  
**Assunto:** Devolução 2 - EMs radiodifusão

Prezado André,

De ordem da Subchefe Adjunta de Infraestrutura, considerando a posse do Presidente da República e do novo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, solicito a devolução das Exposições de Motivos relacionadas abaixo à Pasta competente (MCTIC), no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, para que seja realizada a reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequação às novas diretrizes governamentais.

53000.012166/2010-15 – EM nº 81/2017-MCTIC  
53000.040830/2013-69 – EM nº 00330/2017-MCTIC  
53000.055760/2011-81 – EM nº 00333/2017-MCTIC  
53000.074982/2013-65 – EM nº 00261/2017-MCTIC  
53000.032006/2011-73 – EM nº 00321/2017-MCTIC  
53000.047616/2011-71 - EM nº 00281/2017 MCTIC  
53000.007973/2012-88 – EM nº 00232/2016-MCTIC  
53000.026910/2010-69 – EM 00230/2016 - MCTIC  
53900.006400/2014-55 – EM 00289/2017 - MCTIC  
53000.044719/2011-80 - EM 00307/2017 - MCTIC  
53000.057576/2013-38 - EM 00307/2017 - MCTIC  
53000.050136/2011-98 - EM 00187/2017 - MCTIC  
53000.049242/2012-18 - EM 00323/2017 - MCTIC  
53000.064008/2012-11 - EM 00328/2017 - MCTIC  
53000.005325/2012-97 - EM 01061/2017 - MCTIC  
53900.001093/2016-88 - EM 00042/2018 - MCTIC  
53000.020768/2004-06 - EM 00271/2016 - MCTIC  
53000.027954/2010-14 - EM 00237/2016 - MCTIC  
53000.060071/2011-99 - EM 01080/2017 - MCTIC  
53000.059254/2013-23 - EM 00156/2017 - MCTIC  
53830.000784/2000-78 - EM 00154/2017 - MCTIC  
53000.074700/2013-20 Exposição de Motivos 161 2017 MCTIC (0214387)  
53000.051583/2012-45 Exposição de Motivos 282 2017 MCTIC (0247186)  
53000.027859/2012-74 Exposição de Motivos 1035 2017 MCTIC (0359944)  
53790.000368/2000-93 Exposição de Motivos 441 2018 MCTIC (0794170)  
53000.031941/2012-01 Exposição de Motivos 94 2017 MCTIC (0179902)  
53000.059476/2011-84 Exposição de Motivos 179 2017 MCTIC (0219948)  
53900.063451/2015-65 Exposição de Motivos 1094 2017 MCTIC (0383657)  
53000.000369/2006-82 Exposição de Motivos EXM MCTIC 193 2016 (0058228)  
53000.064006/2007-56 Exposição de Motivos 150 2017 MCTIC (0213972)  
53000.058471/2011-34 - EM nº 417/2017 MCTIC

53900.010501/2014-21 - EM nº 378/2018 MCTIC

53000.057831/2011-81 - Exposição de Motivos 1052 2017 MCTIC (0382094)

53000.009001/2012-28 – Exposição de Motivos 1067 2017 MCTIC (0382266)

53000.067611/2011-65 - Exposição de Motivos 971 2017 MCTIC (0357555)

53900.021361/2014-16 - Exposição de Motivos 650 2017 MCTIC (0308588)

01250.072621/2017-62 - Exposição de Motivos 425 2018 MCTIC (0808682)

53000.047461/2011-73 - Exposição de Motivos 594 2017 MCTIC (0302018)

53000.058151/2011-84 - Exposição de Motivos 597 2017 MCTIC (0302009)

53900.029941/2015-32 - Exposição de Motivos 665 2017 MCTIC (0309687)

53000.070171/2013-95 - Exposição de Motivos 696 2017 MCTIC (0311929)

53900.003001/2014-32 - Exposição de Motivos 727 2017 MCTIC (0320630)

53900.047381/2015-06 - Exposição de Motivos 718 2017 MCTIC (0319399)

53900.018561/2014-91 - Exposição de Motivos 385 2018 MCTIC (0785184)

53000.010271/2012-81 - Exposição de Motivos 420 2018 MCTIC (0796194)

53900.025631/2014-68 - Exposição de Motivos 422 2018 MCTIC (0808446)

53900.026731/2014-10 - Exposição de Motivos 348 2018 MCTIC (0733503)

53900.031471/2014-96 - Exposição de Motivos 290 2018 MCTIC (0701495)

53000.007901/2014-01 - Exposição de Motivos 313 2018 MCTIC (0702758)

53900.048911/2015-25 - Exposição de Motivos 328 2018 MCTIC (0732602)

53900.016981/2014-33 - Exposição de Motivos 277 2018 MCTIC (0703036)

53900.047341/2015-56 - Exposição de Motivos 311 2018 MCTIC (0703008)

53900.050321/2015-62 - Exposição de Motivos 291 2018 MCTIC (0702244)

53000.066111/2013-78 - Exposição de Motivos 253 2018 MCTIC (0676949)

53000.007961/2012-53 - Exposição de Motivos 165 2018 MCTIC (0587696)

53900.018141/2014-13 - Exposição de Motivos 167 2018 MCTIC (0586159)

53000.054981/2012-13 - Exposição de Motivos 163 2018 MCTIC (0583602)

53000.006951/2013-81 - Exposição de Motivos 70 2018 MCTIC (0521365)

53900.017301/2015-80 - Exposição de Motivos 153 2018 MCTIC (0583770)

53900.050611/2015-14 - Exposição de Motivos 122 2018 MCTIC (0554598)

53900.007781/2015-71 - Exposição de Motivos 136 2018 MCTIC (0569460)

53000.056641/2011-46 - Exposição de Motivos 86 2018 MCTIC (0527776)

53000.056241/2011-31 - Exposição de Motivos 103 2018 MCTIC (0527496)

53900.049331/2015-55 - Exposição de Motivos 90 2018 MCTIC (0523348)

53000.069421/2013-44 - Exposição de Motivos 68 2018 MCTIC (0521538)

53000.056221/2011-60 - Exposição de Motivos 275 2017 MCTIC (0261599)

53000.059721/2011-53 - Exposição de Motivos MCTIC 255 2016 (0122403)

53650.000551/2001-74 - Exposição de Motivos 165 - MCTIC - 2016 (0061447)

53000.051661/2012-10 - Exposição de Motivos 429 2017 MCTIC (0262554)

53000.059431/2011-18 - Exposição de Motivos 1053 2017 MCTIC (0382119)

53900.017561/2015-55 - Exposição de Motivos 961 2017 MCTIC (0373870)

53000.057231/2011-12 - Exposição de Motivos 923 2017 MCTIC (0372276)

53000.007691/2012-81 - Exposição de Motivos 1039 2017 MCTIC (0360413)

53000.055761/2011-26 - Exposição de Motivos 895 2017 MCTIC (0332569)

53900.005861/2014-19 - Exposição de Motivos 906 2017 MCTIC (0332040)

53900.046841/2015-71 - Exposição de Motivos 854 2017 MCTIC (0330995)

53000.007031/2013-81 - Exposição de Motivos 823 2017 MCTIC (0328646)

53900.034331/2015-51 - Exposição de Motivos 787 2017 MCTIC (0327209)

53500.002411/2000-73 - Exposição de Motivos 284 2016 MCTIC (0141979)

53000.068251/2013-81 - Exposição de Motivos 715 2017 MCTIC (0323332)

53000.057301/2012-13 - Exposição de Motivos 610 2017 MCTIC (0323438)

53000.050951/2012-38 - Exposição de Motivos 587 2017 MCTIC (0322786)

53900.003161/2014-81 - Exposição de Motivos 745 2017 MCTIC (0322442)  
53000.051671/2011-66 - Exposição de Motivos 207 2017 MCTIC (0228528)  
53000.038631/2013-91 - Exposição de Motivos 199 2017 MCTIC (0228389)  
53900.017191/2015-56 - Exposição de Motivos 115 2017 MCTIC (0231021)  
53000.061151/2013-23 - Exposição de Motivos 113 2017 MCTIC (0230960)  
53000.033271/2013-31 - Exposição de Motivos 386 2017 MCTIC (0278204)  
53000.056621/2011-75 - Exposição de Motivos 506 2017 MCTIC (0278737)  
53000.057441/2011-19 - Exposição de Motivos 504 2017 MCTIC (0278772)  
53000.058111/2011-32 - Exposição de Motivos 554 2017 MCTIC (0279751)  
53000.058131/2011-11 - Exposição de Motivos 352 2017 MCTIC (0280527)  
53900.021931/2015-59 - Exposição de Motivos 409 2017 MCTIC (0268108)  
53000.056441/2013-55 - Exposição de Motivos 313 2017 MCTIC (0266582)  
53000.040721/2013-41 - Exposição de Motivos 537 2017 MCTIC (0272680)  
53900.017291/2015-82 - Exposição de Motivos 517 2017 MCTIC (0272745)  
53900.016191/2015-39 - Exposição de Motivos 503 2017 MCTIC (0274259)  
53000.023661/2010-50 - Exposição de Motivos 479 2017 MCTIC (0276002)  
53000.041601/2013-61 - Exposição de Motivos 496 2017 MCTIC (0276184)  
53000.015611/2013-41 - Exposição de Motivos 470 2017 MCTIC (0276540)  
53000.055771/2011-61 - Exposição de Motivos 540 2017 MCTIC (0277291)  
53900.017321/2015-51 - Exposição de Motivos 387 2017 MCTIC (0278024)  
53000.029031/2013-31 - Exposição de Motivos 565 2017 MCTIC (0288150)  
53000.044171/2012-59 - Exposição de Motivos 384 2017 MCTIC (0282163)  
53000.056211/2011-24 - Exposição de Motivos 618 2017 MCTIC (0303087)  
53000.040711/2013-14 - Exposição de Motivos 583 2017 MCTIC (0301742)  
53900.049701/2015-54 - Exposição de Motivos 656 2017 MCTIC (0308870)  
53900.041581/2015-47 - Exposição de Motivos 655 2017 MCTIC (0308861)  
53900.041521/2015-24 - Exposição de Motivos 677 2017 MCTIC (0311053)  
53000.050661/2013-75 - Exposição de Motivos 217 2018 MCTIC (0677133)  
53900.018431/2015-30 - Exposição de Motivos 251 2018 MCTIC (0672650)  
53000.006761/2012-83 - Exposição de Motivos 1038 2017 MCTIC (0360154)  
53900.034771/2015-16 - Exposição de Motivos 949 2017 MCTIC (0357237)  
53000.098411/2006-97 - Exposição de Motivos 968 2017 MCTIC (0357699)  
53000.048971/2012-49 - Exposição de Motivos 954 2017 MCTIC (0357860)  
53900.015291/2015-48 - Exposição de Motivos 849 2017 MCTIC (0346610)  
53000.052601/2012-14 - Exposição de Motivos 762 2017 MCTIC (0343918)  
53000.040771/2013-29 - Exposição de Motivos 756 2017 MCTIC (0343776)  
53900.018901/2014-84 - Exposição de Motivos 913 2017 MCTIC (0332467)  
01250.021028/2018-39 - Exposição de Motivos 508 2018 MCTIC (0922759)  
53900.014648/2014-90 - Exposição de Motivos 519 2018 MCTIC (0920809)  
53000.042808/2012-72 - Exposição de Motivos 464 2018 MCTIC (0845154)  
01250.034988/2018-69 - Exposição de Motivos 533 2018 MCTIC (0924025)  
53000.057858/2013-35 - Exposição de Motivos 480 2018 MCTIC (0845387)  
53900.011448/2014-85 - Exposição de Motivos 531 2018 MCTIC (0924141)  
53000.020988/2012-31 - Exposição de Motivos 503 2018 MCTIC (0929282)  
53900.016488/2015-02 - Exposição de Motivos 506 2018 MCTIC (0929478)  
53000.039908/2003-21 - Exposição de Motivos 507 2018 MCTIC (0929514)  
53000.071588/2013-75 - Exposição de Motivos 537 2018 MCTIC (0918433)  
53900.016778/2016-29 - Exposição de Motivos 29 2018 MCTIC (0943062)  
53000.058098/2011-11 - Exposição de Motivos 411 2017 MCTIC (0270006)  
53000.061548/2013-15 - Exposição de Motivos 405 2017 MCTIC (0267989)  
53000.059608/2012-59 - Exposição de Motivos 255 2017 MCTIC (0245792)

53000.012258/2003-76 - Exposição de Motivos 496 2018 MCTIC (0876649)  
53900.038308/2016-16 - Exposição de Motivos 495 2018 MCTIC (0876407)  
53000.042278/2013-43 - Exposição de Motivos 627 2017 MCTIC (0302610)  
53900.006048/2014-58 - Exposição de Motivos 631 2017 MCTIC (0302587)  
53900.049248/2015-86 - Exposição de Motivos 459 2018 MCTIC (0837157)  
53900.037808/2016-31 - Exposição de Motivos 454 2018 MCTIC (0836972)  
53900.023938/2016-96 - Exposição de Motivos 387 2018 MCTIC (0836653)  
53000.057408/2011-81 - Exposição de Motivos 1075 2017 MCTIC (0382252)  
53900.017138/2015-55 - Exposição de Motivos 408 2018 MCTIC (0795415)  
53900.016138/2015-38 - Exposição de Motivos 397 2018 MCTIC (0785262)  
53900.050638/2016-80 - Exposição de Motivos 362 2018 MCTIC (0764802)  
53900.010498/2016-15 - Exposição de Motivos 204 2018 MCTIC (0673853)  
53000.069398/2013-98 - Exposição de Motivos 325 2018 MCTIC (0734230)  
53900.043838/2015-03 - Exposição de Motivos 288 2018 MCTIC (0732741)  
53900.046898/2015-70 - Exposição de Motivos 200 2018 MCTIC (0677019)  
53900.029908/2015-11 - Exposição de Motivos 225 2018 MCTIC (0676282)  
53900.043928/2015-96 - Exposição de Motivos 213 2018 MCTIC (0676623)  
53900.008608/2014-17 - Exposição de Motivos 233 2018 MCTIC (0676089)  
53000.007048/2013-38 - Exposição de Motivos 270 2018 MCTIC (0673320)  
53900.029648/2014-94 Exposição de Motivos 224 2018 MCTIC (0672724)  
53900.006988/2015-28 Exposição de Motivos 197 2018 MCTIC (0653074)  
53000.056628/2011-97 Exposição de Motivos 186 2018 MCTIC (0652808)  
53900.048808/2016-66 Exposição de Motivos 192 2018 MCTIC (0653446)  
53710.000978/2000-30 Exposição de Motivos 52 2018 MCTIC (0481082)  
53900.047678/2015-63 Exposição de Motivos 174 2018 MCTIC (0587591)  
53000.007678/2014-93 Exposição de Motivos 179 2018 MCTIC (0587220)  
53900.001298/2016-63 Exposição de Motivos 150 2018 MCTIC (0585225)  
53900.062018/2015-11 Exposição de Motivos 134 2018 MCTIC (0567520)  
53000.058118/2011-54 Exposição de Motivos 118 2018 MCTIC (0556231)  
53000.017948/2012-11 Exposição de Motivos 140 2018 MCTIC (0569600)  
53900.025768/2014-12 Exposição de Motivos 121 2018 MCTIC (0554488)  
53000.059288/2011-56 Exposição de Motivos 83 2018 MCTIC (0527803)  
53900.024778/2014-31 Exposição de Motivos 99 2018 MCTIC (0523321)  
53000.049958/2012-15 Exposição de Motivos 95 2018 MCTIC (0523211)  
53900.049658/2015-27 Exposição de Motivos 93 2018 MCTIC (0523509)  
53000.062558/2013-78 Exposição de Motivos 66 2018 MCTIC (0521690)  
53900.000808/2016-85 Exposição de Motivos 24 2018 MCTIC (0484197)  
53900.046788/2015-16 Exposição de Motivos 15 2018 MCTIC (0482045)  
53000.058078/2011-41 Exposição de Motivos 16 2018 MCTIC (0482075)  
53900.041788/2015-11 Exposição de Motivos 14 2018 MCTIC (0481587)  
53000.034808/2013-80 Exposição de Motivos 426 2017 MCTIC (0262636)  
53900.019318/2016-52 Exposição de Motivos 1079 2017 MCTIC (0382966)  
53000.051378/2012-80 Exposição de Motivos 963 2017 MCTIC (0373940)  
53000.048668/2012-46 Exposição de Motivos 168 2017 MCTIC (0359104)  
53000.008188/2012-42 Exposição de Motivos 990 2017 MCTIC (0358445)  
53000.047008/2013-29 Exposição de Motivos 884 2017 MCTIC (0346667)  
53000.020688/2013-33 Exposição de Motivos 944 2017 MCTIC (0356934)  
53900.000468/2014-21 Exposição de Motivos 852 2017 MCTIC (0346293)  
53000.057298/2012-38 Exposição de Motivos 844 2017 MCTIC (0345855)  
53000.057228/2011-07 Exposição de Motivos 876 2017 MCTIC (0345511)

53000.008588/2013-39 Exposição de Motivos 761 2017 MCTIC (0343847)  
53000.007328/2014-27 Exposição de Motivos 907 2017 MCTIC (0332227)  
53900.012938/2015-80 Exposição de Motivos 798 2017 MCTIC (0344437)  
53900.041868/2015-77 Exposição de Motivos 865 2017 MCTIC (0332122)  
53900.016418/2015-46 Exposição de Motivos 910 2017 MCTIC (0332162)  
53000.069388/2013-52 Exposição de Motivos 888 2017 MCTIC (0331611)  
53900.039548/2015-57 Exposição de Motivos 866 2017 MCTIC (0332306)  
53900.029948/2015-54 Exposição de Motivos 843 2017 MCTIC (0329916)  
53900.041608/2015-00 Exposição de Motivos 805 2017 MCTIC (0327282)  
53900.041528/2015-46 Exposição de Motivos 786 2017 MCTIC (0327123)  
53000.069238/2013-49 Exposição de Motivos 816 2017 MCTIC (0327393)  
53900.002998/2014-11 Exposição de Motivos 811 2017 MCTIC (0327474)  
53000.015608/2013-28 Exposição de Motivos 612 2017 MCTIC (0323581)  
53900.008048/2014-92 Exposição de Motivos 744 2017 MCTIC (0322423)  
53000.020718/2012-21 Exposição de Motivos 634 2017 MCTIC (0323320)  
53000.057028/2013-16 Exposição de Motivos 380 2017 MCTIC (0278174)  
53900.014048/2014-21 Exposição de Motivos 200 2017 MCTIC (0228459)  
53000.031928/2012-44 Exposição de Motivos 763 2017 MCTIC (0323498)  
53000.003928/2014-16 Exposição de Motivos 357 2017 mctic (0280401)  
53000.057218/2011-63 Exposição de Motivos MCTIC EXM 415 2017 (0270183)  
53000.057908/2011-12 Exposição de Motivos 401 2017 MCTIC (0267731)  
53000.057358/2011-31 Exposição de Motivos 272 2017 MCTIC (0239681)  
53000.068928/2007-32 Exposição de Motivos 73 2017 MCTIC (0230851)  
53000.056648/2012-49 Exposição de Motivos 205 2017 MCTIC (0271055)  
53000.060438/2013-36 Exposição de Motivos 436 2017 MCTIC (0272373)  
53000.056618/2011-51 Exposição de Motivos 453 2017 MCTIC (0272476)  
53000.067258/2013-85 Exposição de Motivos 434 2017 MCTIC (0272819)  
53000.036058/2011-19 Exposição de Motivos 465 2017 MCTIC (0274083)  
53000.071598/2013-19 Exposição de Motivos 472 2017 MCTIC (0274284)  
53000.067718/2013-75 Exposição de Motivos 467 2017 MCTIC (0274414)  
53900.039538/2015-11 Exposição de Motivos 523 2017 MCTIC (0274942)  
53000.075808/2013-30 Exposição de Motivos 525 2017 MCTIC (0274983)  
53000.026978/2013-91 Exposição de Motivos 499 2017 MCTIC (0276744)  
53000.065118/2013-72 Exposição de Motivos 497 2017 MCTIC (0276285)  
53900.008958/2014-75 Exposição de Motivos 487 2017 MCTIC (0277632)  
53000.003848/2010-37 Exposição de Motivos MCTIC - 210 2016 (0085938)  
53000.056208/2011-19 Exposição de Motivos 821 2017 MCTIC (0293427)  
53000.053961/2012-25 EM nº 0780/2017

53000.053969/2012-91 EM nº 1009/2017

53000.026230/2012-15 EM nº 0132/2018

00001.004845/2018-00 Ofício 047/2018-MS-CD

53000.030007/2005-35 EM nº 0456/2018

53000.054050/2012-15 EM nº 0549/2018

53000.027244/2009-42 EM nº 0557/2018

53000.030397/2012-72	EM nº 0553/2018
53000.009024/2012-32	EM nº 0555/2018
53900.009151/2015-31	EM nº 0550/2018
53000.064009/2013-38	EM nº 0551/2018
53900.000271/2014-91	EM nº 0038/2018
53900.016778/2016-29	EM nº 0029/2018
53000.049242/2012-18	EM nº 0323/2017
53000.052684/2013-14	EM nº 0568/2017
53000.054982/2012-68	EM nº 0445/2017
53000.057297/2012-93	EM nº 0420/2017
53000.030840/2012-13	EM nº 0446/2017
53000.015829/2013-04	EM nº 0443/2017
53000.053176/2013-53	EM nº 0314/2017
53000.065155/2013-81	EM nº 0441/2017
53000.007050/2013-15	EM nº 0195/2017
53000.056214/2011-68	EM nº 0285/2017
53000.007687/2014-84	EM nº 0194/2017
53900.017162/2015-94	EM nº 0338/2017
53000.006481/2010-11	EM nº 0545/2018
53000.055599/2007-60	EM nº 0484/2017
53000.052021/2011-38	EM nº 0360/2017
53000.056217/2011-00	EM nº 0274/2017
00001.004765/2018-46	Ofício 0327/2018-GCH-CD
53000.039908/2003-21	EM nº 0507/2018
53900.047853/2016-01	EM nº 0504/2018

53900.016488/2015-02	EM nº 0506/2018
53000.022925/2012-10	EM nº 0501/2018
53000.042414/2013-03	EM nº 0546/2018
53000.020988/2012-31	EM nº 0503/2018
53000.043010/2012-48	EM nº 0502/2018
53670.001341/2001-65	EM nº 0505/2018
53900.011448/2014-85	EM nº 0531/2018
01250.034988/2018-69	EM nº 0533/2018
01250.048763/2017-17	EM nº 0542/2018
53900.024997/2014-10	EM nº 0517/2018
53900.034082/2015-01	EM nº 0516/2018
53900.037331/2014-21	EM nº 0515/2018
53900.034520/2015-23	EM nº 0525/2018
53900.044560/2015-83	EM nº 0526/2018
53900.041939/2015-31	EM nº 0514/2018
53900.024692/2014-16	EM nº 0530/2018
53900.001273/2016-60	EM nº 0541/2018
53900.017145/2015-57	EM nº 0521/2018
53900.013241/2015-26	EM nº 0532/2018
53900.009333/2014-21	EM nº 0512/2018
53000.016596/2013-59	EM nº 0518/2018
53900.014648/2014-90	EM nº 0519/2018
53900.017091/2015-20	EM nº 0520/2018
53900.043270/2015-12	EM nº 0513/2018
53900.050381/2015-85	EM nº 0528/2018

53900.027712/2014-01	EM nº 0524/2018
53900.048226/2015-07	EM nº 0527/2018
53000.007913/2014-27	EM nº 0529/2018
53900.022443/2014-88	EM nº 0485/2018
53000.009433/2013-10	EM nº 0499/2018
53900.038863/2014-86	EM nº 0722/2017
53900.042143/2015-04	EM nº 0724/2017
53000.007973/20012-88	EM nº 1054/2017
53900.007823/2014-92	EM nº 0413/2018
53900.073493/2015-12	EM nº 0389/2018
53900.011113/2014-67	Exposição de Motivos 0399/2018 MCTIC
01250.059013/2017-62	Exposição de Motivos 0396/2018 MCTIC
53000.001683/2014-92	Exposição de Motivos 0388/2018 MCTIC
53900.017343/2015-11	Exposição de Motivos 0260/2018 MCTIC
53000.013433/2010-71	Exposição de Motivos 0361/2018 MCTIC
53900.013163/2015-60	Exposição de Motivos 0421/2018 MCTIC
53900.017133/2015-22	Exposição de Motivos 0331/2018 MCTIC
53000.065773/2013-21	Exposição de Motivos 0322/2018 MCTIC
53900.008953/2015-23	Exposição de Motivos 0332/2018 MCTIC
53000.015613/2013-31	Exposição de Motivos 0327/2018 MCTIC
53900.047623/2015-53	Exposição de Motivos 0345/2018 MCTIC
53900.016403/2015-88	Exposição de Motivos 0286/2018 MCTIC
53900.026403/2015-96	Exposição de Motivos 0280/2018 MCTIC
53900.042013/2015-63	Exposição de Motivos 0309/2018 MCTIC
53900.029943/2015-21	Exposição de Motivos 0304/2018 MCTIC

53900.046473/2015-61	Exposição de Motivos 0276/2018 MCTIC
53000.061863/2006-13	Exposição de Motivos 0201/2018 MCTIC
53900.016433/2015-94	Exposição de Motivos 0226/2018 MCTIC
53000.007663/2014-25	Exposição de Motivos 0254/2018 MCTIC
53000.043803/2012-67	Exposição de Motivos 1011/2017 MCTIC
53000.006763/2012-72	Exposição de Motivos 0974/2017 MCTIC
53900.028013/2014-70	Exposição de Motivos 0176/2018 MCTIC
53000.007683/2014-04	Exposição de Motivos 0175/2018 MCTIC
53900.014053/2014-34	Exposição de Motivos 0173/2018 MCTIC
53900.016483/2016-52	Exposição de Motivos 0180/2018 MCTIC
53000.007963/2012-42	Exposição de Motivos 0172/2018 MCTIC
53900.050703/2015-96	Exposição de Motivos 0154/2018 MCTIC
53000.066813/2013-51	Exposição de Motivos 0138/2018 MCTIC
53900.046743/2015-33	Exposição de Motivos 0115/2018 MCTIC
00001.001003/2018-98	Exposição de Motivos 0106/2018 MCTIC
53000.001033/2012-85	Exposição de Motivos 0112/2018 MCTIC
53000.071343/2013-48	Exposição de Motivos 0075/2018 MCTIC
53000.043713/2013-57	Exposição de Motivos 0040/2018 MCTIC
53000.055773/2011-51	Exposição de Motivos 0044/2018 MCTIC
53900.009743/2014-71	Exposição de Motivos 0009/2018 MCTIC
53000.055803/2012-18	Exposição de Motivos 0430/2017 MCTIC
53000.061913/2013-91	Exposição de Motivos 0423/2017 MCTIC
53000.007503/2006-76	Exposição de Motivos 0424/2017 MCTIC
53000.043193/2011-11	Exposição de Motivos 1005/2017 MCTIC
53900.020193/2016-11	Exposição de Motivos 1084/2017 MCTIC

53000.006483/2012-64	Exposição de Motivos 1041/2017 MCTIC
53000.055153/2010-31	Exposição de Motivos 0995/2017 MCTIC
53900.017153/2015-01	Exposição de Motivos 0980/2017 MCTIC
53000.056613/2011-29	Exposição de Motivos 0936/2017 MCTIC
53000.004483/2010-68	Exposição de Motivos 1024/2017 MCTIC
53000.056113/2011-97	Exposição de Motivos 1032/2017 MCTIC
53000.054723/2012-37	Exposição de Motivos 1036 2017 MCTIC (0360002)
53900.002813/2016-22	Exposição de Motivos 930 2017 MCTIC (0356756)
53000.059283/2011-23	Exposição de Motivos 951 2017 MCTIC (0357346)
53900.061443/2015-84	Exposição de Motivos 929 2017 MCTIC (0356600)
53000.060033/2013-06	Exposição de Motivos 928 2017 MCTIC (0356495)
53900.042113/2015-90	Exposição de Motivos 842 2017 MCTIC (0345640)
53000.055723/2011-73	Exposição de Motivos 759 2017 MCTIC (0343798)
53000.059473/2011-41	Exposição de Motivos 869 2017 MCTIC (0332543)
53900.038993/2015-08	Exposição de Motivos 903 2017 MCTIC (0332220)
53000.056613/2013-91	Exposição de Motivos 922 2017 MCTIC (0331715)
53900.041793/2015-24	Exposição de Motivos 839 2017 MCTIC (0329895)
53000.058113/2011-21	Exposição de Motivos 826 2017 MCTIC (0328704)
53900.046763/2015-12	Exposição de Motivos 804 2017 MCTIC (0327211)
53900.005543/2014-40	Exposição de Motivos 792 2017 MCTIC (0327459)
53000.036553/2012-17	Exposição de Motivos 813 2017 MCTIC (0327472)
53000.003653/2013-30	Exposição de Motivos 660 2017 MCTIC (0323876)
53000.058083/2011-53	Exposição de Motivos 611 2017 MCTIC (0323512)
53000.056213/2011-13	Exposição de Motivos 579 2017 MCTIC (0322699)

53000.065763/2013-95	Exposição de Motivos 573 2017 MCTIC (0322566)
53900.006983/2014-14	Exposição de Motivos 734 2017 MCTIC (0321816)
53569.000463/2014-16	Exposição de Motivos 527 2017 MCTIC (0286647)
53000.051423/2012-04	Exposição de Motivos 535 2017 MCTIC (0279692)
53000.010093/2013-70	Exposição de Motivos 542 2017 MCTIC (0279756)
53000.058133/2011-01	Exposição de Motivos 367 2017 MCTIC (0280573)
53000.028473/2013-61	Exposição de Motivos 507 2017 MCTIC (0281135)
53000.049063/2007-13	Exposição de Motivos 234 2016 MCTIC (0257579)
53000.015823/2013-29	Exposição de Motivos 449 2017 MCTIC (0263620)
53000.070013/2013-35	Exposição de Motivos 508 2017 MCTIC (0274059)
53000.070233/2013-69	Exposição de Motivos 469 2017 MCTIC (0274412)
3900.005813/2014-12	Exposição de Motivos 498 2017 MCTIC (0276506)
53000.054603/2012-30	Exposição de Motivos 477 2017 MCTIC (0276396)
53000.055673/2012-13	Exposição de Motivos 397 2017 MCTIC (0282643)
53000.047873/2012-94	Exposição de Motivos 637 2017 MCTIC (0303419)
53000.021323/2012-45	Exposição de Motivos 622 2017 MCTIC (0303270)
53000.055763/2011-15	Exposição de Motivos 581 2017 MCTIC (0301991)
53000.058143/2011-38	Exposição de Motivos 639 2017 MCTIC (0303455)
53900.020573/2014-86	Exposição de Motivos 651 2017 MCTIC (0308618)
53000.056993/2012-82	Exposição de Motivos 688 2017 MCTIC (0311657)
53900.029293/2014-33	Exposição de Motivos 712 2017 MCTIC (0312222)
53000.065857/2011-01	Exposição de Motivos 486 2018 MCTIC (0875820)
53900.024997/2014-10	Exposição de Motivos 517 2018 MCTIC (0923704)

53000.030007/2005-35	Exposição de Motivos 456 2018 MCTIC (0838610)
53000.056217/2011-00	Exposição de Motivos 274 2017 MCTIC (0239697)
53000.007687/2014-84	Exposição de Motivos 194 2017 MCTIC (0263330)
53000.057297/2012-93	Exposição de Motivos 420 2017 MCTIC (0270041)
53000.030397/2012-72	Exposição de Motivos 553 2018 MCTIC (0944218)
53900.022527/2014-11	Exposição de Motivos 522 2018 MCTIC (0920398)
53000.059717/2011-95	Exposição de Motivos 342 2018 MCTIC (0732840)
53900.023727/2014-91	Exposição de Motivos 536 2018 MCTIC (0918334)
53900.034197/2015-98	Exposição de Motivos 401 2018 MCTIC (0795077)
53000.040197/2013-13	Exposição de Motivos 390 2018 MCTIC (0808583)
53000.062227/2013-38	Exposição de Motivos 490 2018 MCTIC (0875688)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53900.029947/2015-18	Exposição de Motivos 457 2017 MCTIC (0274169)
53000.058097/2011-77	Exposição de Motivos 638 2017 MCTIC (0303498)
53900.006047/2014-11	Exposição de Motivos 719 2017 MCTIC (0319454)
53000.039597/2011-18	Exposição de Motivos 404 2018 MCTIC (0795120)
53790.000407/2000-52	Exposição de Motivos 452 2018 MCTIC (0838598)
53000.058347/2013-31	Exposição de Motivos 450 2018 MCTIC (0838276)
53000.011767/2014-34	Exposição de Motivos 429 2018 MCTIC (0808649)
53900.015077/2015-91	Exposição de Motivos 427 2018 MCTIC (0808466)
53900.050577/2016-51	Exposição de Motivos 439 2018 MCTIC (0808419)
53000.007037/2013-58	Exposição de Motivos 393 2018 MCTIC (0765824)
53000.004357/2012-75	Exposição de Motivos 941 2017 MCTIC (0356473)
53900.045907/2016-96	Exposição de Motivos 407 2018 MCTIC (0794915)

53000.071797/2013-19	Exposição de Motivos 406 2018 MCTIC (0795022)
53900.045557/2016-68	Exposição de Motivos 363 2018 MCTIC (0764991)
53900.017337/2015-63	Exposição de Motivos 330 2018 MCTIC (0733897)
53900.017347/2015-07	Exposição de Motivos 337 2018 MCTIC (0733857)
53900.034487/2015-31	Exposição de Motivos 347 2018 MCTIC (0734130)
53000.057937/2012-65	Exposição de Motivos 323 2018 MCTIC (0733458)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53000.041397/2012-06	Exposição de Motivos 249 2018 MCTIC (0677069)
53000.058147/2011-16	Exposição de Motivos 214 2018 MCTIC (0677135)
53900.035797/2015-73	Exposição de Motivos 259 2018 MCTIC (0677214)
53900.050617/2015-83	Exposição de Motivos 212 2018 MCTIC (0676844)
53900.045447/2015-15	Exposição de Motivos 199 2018 MCTIC (0676838)
53900.050637/2015-54	Exposição de Motivos 269 2018 MCTIC (0676695)
53900.008677/2015-01	Exposição de Motivos 222 2018 MCTIC (0676649)
53000.003257/2014-93	Exposição de Motivos 143 2018 MCTIC (0676161)
53900.026027/2014-59	Exposição de Motivos 256 2018 MCTIC (0676143)
53900.017937/2015-21	Exposição de Motivos 230 2018 MCTIC (0675867)
53000.069977/2013-31	Exposição de Motivos 209 2018 MCTIC (0674122)
53000.007107/2013-78	Exposição de Motivos 264 2018 MCTIC (0673390)
53900.039587/2015-54	Exposição de Motivos 211 2018 MCTIC (0672293)
53900.004157/2014-31	Exposição de Motivos 187 2018 MCTIC (0653050)
53000.018567/2013-21	Exposição de Motivos 235 2017 MCTIC (0246289)
53000.045037/2013-56	Exposição de Motivos 217 2017 MCTIC (0245352)
53900.007957/2014-11	Exposição de Motivos 55 2018 MCTIC (0481563)

53900.047997/2015-79	Exposição de Motivos 158 2018 MCTIC (0583656)
53900.008967/2014-66	Exposição de Motivos 156 2018 MCTIC (0583858)
53900.048797/2015-33	Exposição de Motivos 155 2018 MCTIC (0583982)
53900.049257/2015-77	Exposição de Motivos 135 2018 MCTIC (0569323)
53900.009307/2014-01	Exposição de Motivos 108 2017 MCTIC (0556471)
53900.055547/2015-50	Exposição de Motivos 109 2018 MCTIC (0555947)
53000.050217/2012-79	Exposição de Motivos 88 2018 MCTIC (0527854)
53000.065557/2013-85	Exposição de Motivos 77 2018 MCTIC (0522537)
53000.068677/2013-34	Exposição de Motivos 87 2017 MCTIC (0523265)
53900.000757/2014-21	Exposição de Motivos 97 2018 MCTIC (0523287)
53000.015797/2013-39	Exposição de Motivos 94 2018 MCTIC (0523244)
<b>53000.031927/2012-08</b>	<b>Exposição de Motivos 82 2018 MCTIC (0523176)</b>
53000.034057/2003-20	Exposição de Motivos 32 2018 MCTIC (0483430)
53000.056247/2011-16	Exposição de Motivos 20 2018 MCTIC (0482565)
53000.005567/2013-61	Exposição de Motivos 18 2018 MCTIC (0482269)
53000.021797/2014-59	Exposição de Motivos 7 2018 MCTIC (0481398)
53000.015837/2013-42	Exposição de Motivos 10 2018 MCTIC (0481335)
53000.003387/2012-64	Exposição de Motivos 291 2017 MCTIC (0252697)
53000.043077/2012-82	Exposição de Motivos 428 2017 MCTIC (0262429)
53000.041617/2013-74	Exposição de Motivos 211 2017 MCTIC (0262479)
53000.058587/2011-73	Exposição de Motivos 1077 2017 MCTIC (0383253)
53000.006767/2012-51	Exposição de Motivos 1059 2017 MCTIC (0382276)
53000.057527/2011-33	Exposição de Motivos 1006 2017 MCTIC (0374429)

53000.039997/2012-04	Exposição de Motivos 943 2017 MCTIC (0373787)
53900.003577/2014-16	Exposição de Motivos 919 2017 MCTIC (0372278)
53900.001487/2014-74	Exposição de Motivos 925 2017 MCTIC (0372243)
53000.014127/2010-52	Exposição de Motivos 916 2017 MCTIC (0372106)
53000.071367/2013-05	Exposição de Motivos 188 2017 MCTIC (0358936)
53000.055757/2011-68	Exposição de Motivos 133 2017 MCTIC (0201350)
53000.052857/2011-32	Exposição de Motivos 1008 2017 MCTIC (0358660)
53900.040337/2016-48	Exposição de Motivos 945 2017 MCTIC (0356860)
53000.013347/2011-40	Exposição de Motivos 964 2017 MCTIC (0357829)
53900.002457/2015-66	Exposição de Motivos 797 2017 MCTIC (0344460)
53900.017327/2015-28	Exposição de Motivos 801 2017 MCTIC (0344417)
53000.055767/2011-01	Exposição de Motivos 908 2017 MCTIC (0332366)
53000.071647/2013-13	Exposição de Motivos 911 2017 MCTIC (0332505)
53000.020077/2012-12	Exposição de Motivos 893 2017 MCTIC (0332089)
53900.046737/2015-86	Exposição de Motivos 864 2017 MCTIC (0332091)
53000.058117/2011-18	Exposição de Motivos 902 2017 MCTIC (0332010)
53900.041797/2015-11	Exposição de Motivos 880 2017 MCTIC (0332240)
53900.047727/2015-68	Exposição de Motivos 838 2017 MCTIC (0329880)
53900.049087/2015-21	Exposição de Motivos 829 2017 MCTIC (0328769)
53900.047617/2015-04	Exposição de Motivos 831 2017 MCTIC (0328853)
53900.050647/2015-90	Exposição de Motivos 822 2017 MCTIC (0328628)
53000.061897/2013-37	Exposição de Motivos 791 2017 MCTIC (0327494)
53000.052747/2012-51	Exposição de Motivos 799 2017 MCTIC (0327504)
53000.056227/2011-37	Exposição de Motivos 800 2017 MCTIC (0327615)

53900.017267/2015-43	Exposição de Motivos 775 2017 MCTIC (0324162)
53000.020797/2013-51	Exposição de Motivos 777 2017 MCTIC (0324186)
53900.017067/2015-91	Exposição de Motivos 774 2017 MCTIC (0324130)
53000.007057/2013-29	Exposição de Motivos 755 2017 MCTIC (0323794)
53900.042147/2015-84	Exposição de Motivos 758 2017 MCTIC (0323380)
53000.058137/2011-81	Exposição de Motivos 760 2017 MCTIC (0323420)
53000.049727/2012-01	Exposição de Motivos 742 2017 MCTIC (0322403)
53900.021997/2014-68	Exposição de Motivos 733 2017 MCTIC (0321722)
53900.008337/2014-91	Exposição de Motivos 546 2017 MCTIC (0278146)
53000.017857/2013-58	Exposição de Motivos 224 2017 MCTIC (0267126)
53000.049117/2012-08	Exposição de Motivos 312 2017 MCTIC (0266425)
53000.006807/2013-45	Exposição de Motivos 448 2017 MCTIC (0263586)
53000.017967/2013-10	Exposição de Motivos 301 2017 MCTIC (0271086)
53900.009247/2014-18	Exposição de Motivos 528 2017 MCTIC (0273202)
53000.070507/2013-10	Exposição de Motivos 435 2017 MCTIC (0272809)
53000.029227/2012-45	Exposição de Motivos 463 2017 MCTIC (0274003)
53000.041817/2011-65	Exposição de Motivos 532 2017 MCTIC (0275286)
53000.000127/2013-18	Exposição de Motivos 485 2017 MCTIC (0276693)
53000.019647/2013-02	Exposição de Motivos 563 2017 MCTIC (0288048)
53900.017747/2014-23	Exposição de Motivos 383 2017 MCTIC (0282371)
53000.068877/2013-97	Exposição de Motivos 615 2017 MCTIC (0302563)
53000.000307/2014-81	Exposição de Motivos 604 2017 MCTIC (0302080)
53000.061497/2013-21	Exposição de Motivos 593 2017 MCTIC (0302315)
53000.062557/2013-23	Exposição de Motivos 605 2017 MCTIC (0302364)

53000.005447/2010-11	Exposição de Motivos 223 2016 MCTIC (0083781)
53900.003257/2014-41	Exposição de Motivos 653 2017 MCTIC (0308852)
53900.042127/2015-11	Exposição de Motivos 694 2017 MCTIC (0311518)
53900.041857/2015-97	Exposição de Motivos 691 2017 MCTIC (0311463)
53000.051427/2012-84	Exposição de Motivos 720 2017 MCTIC (0319461)
53900.049367/2015-39	Exposição de Motivos 668 2017 MCTIC (0309842)
53000.047027/2012-74	Exposição de Motivos 657 2017 MCTIC (0309680)
53000.055907/2013-03	Exposição de Motivos 661 2017 MCTIC (0309633)
53900.039719/2015-48	Exposição de Motivos 524 2017 MCTIC (0275247)
53000.028019/2012-29	Exposição de Motivos 466 2017 MCTIC (0276041)
53000.048669/2012-91	Exposição de Motivos 483 2017 MCTIC (0276629)
53900.006389/2014-23	Exposição de Motivos 534 2017 MCTIC (0287128)
53000.036049/2012-17	Exposição de Motivos 608 2017 MCTIC (0302499)
53000.007039/2013-47	Exposição de Motivos 586 2017 MCTIC (0302279)
53000.014269/2012-81	Exposição de Motivos 595 2017 MCTIC (0301695)
53000.009819/2014-11	Exposição de Motivos 585 2017 MCTIC (0301909)
53900.041679/2015-02	Exposição de Motivos 643 2017 MCTIC (0304114)
53000.056639/2012-58	Exposição de Motivos 644 2017 MCTIC (0304144)
53900.039649/2015-28	Exposição de Motivos 646 2017 MCTIC (0308464)
53000.015779/2013-57	Exposição de Motivos 654 2017 MCTIC (0308944)
53900.048239/2015-78	Exposição de Motivos 667 2017 MCTIC (0309927)
53000.070169/2013-16	Exposição de Motivos 663 2017 MCTIC (0309655)
53900.017339/2015-52	Exposição de Motivos 697 2017 MCTIC (0311949)
53000.059219/2013-12	- Exposição de Motivos 467 2018 MCTIC (0875494)
53000.057439/2011-31	- Exposição de Motivos 867 2017 MCTIC (0346288)

53900.041939/2015-31 - Exposição de Motivos 514 2018 MCTIC (0923928)  
53000.015829/2013-04 - Exposição de Motivos 443 2017 MCTIC (0272211)  
53000.064009/2013-38 - Exposição de Motivos 551 2018 MCTIC (0943983)  
53000.053969/2012-91 - Exposição de Motivos 1009 2017 MCTIC (0374481)  
53900.027759/2016-28 - Exposição de Motivos 540 2018 MCTIC (0918404)  
53000.059289/2011-09 - Exposição de Motivos 248 2017 MCTIC (0246474)  
53000.041679/2013-86 - Exposição de Motivos 474 2018 MCTIC (0845648)  
53000.046089/2012-69 - Exposição de Motivos 419 2018 MCTIC (0796181)  
53710.000749/2000-15 - Exposição de Motivos 453 2018 MCTIC (0845059)  
53000.028449/2009-45 - Exposição de Motivos 468 2018 MCTIC (0837880)  
53900.045489/2015-56 - Exposição de Motivos 442 2018 MCTIC (0837144)  
53900.003029/2016-31 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836698)  
53900.020099/2014-92 - Exposição de Motivos 424 2018 MCTIC (0808381)  
53900.062019/2015-57 - Exposição de Motivos 430 2018 MCTIC (0808327)  
53000.023809/2013-07 - Exposição de Motivos 432 2018 MCTIC (0808302)  
53900.046879/2015-43 - Exposição de Motivos 386 2018 MCTIC (0785111)  
53900.049709/2015-11 - Exposição de Motivos 394 2018 MCTIC (0785064)  
53900.011959/2016-69 - Exposição de Motivos 375 2018 MCTIC (0765035)  
53900.019629/2014-50 - Exposição de Motivos 370 2018 MCTIC (0764590)  
53000.070099/2013-04 - Exposição de Motivos 369 2018 MCTIC (0764449)  
53900.016399/2015-58 - Exposição de Motivos 324 2018 MCTIC (0733553)  
53900.012339/2016-47 - Exposição de Motivos 346 2018 MCTIC (0732695)  
53000.015799/2013-28 - Exposição de Motivos 281 2018 MCTIC (0703199)  
53900.049739/2015-27 - Exposição de Motivos 296 2018 MCTIC (0702519)  
53000.075619/2013-67 - Exposição de Motivos 306 2018 MCTIC (0702569)  
53900.005039/2014-41 - Exposição de Motivos 273 2018 MCTIC (0703141)  
53900.041859/2015-86 - Exposição de Motivos 308 2018 MCTIC (0702917)  
53000.060089/2011-91 - Exposição de Motivos 307 2018 MCTIC (0702680)  
53900.029509/2014-61 - Exposição de Motivos 262 2018 MCTIC (0682072)  
53000.057909/2011-67 - Exposição de Motivos 206 2018 MCTIC (0677211)  
53900.031989/2014-20 - Exposição de Motivos 207 2018 MCTIC (0676319)  
53900.016239/2014-28 - Exposição de Motivos 223 2018 MCTIC (0674392)  
53900.011529/2016-47 - Exposição de Motivos 164 2018 MCTIC (0583699)  
53000.050129/2012-77 - Exposição de Motivos 198 2018 MCTIC (0652447)  
53900.018279/2014-12 - Exposição de Motivos 216 2018 MCTIC (0672536)  
53900.017279/2015-78 - Exposição de Motivos 120 2018 MCTIC (0556709)  
53000.041399/2012-97 - Exposição de Motivos 1019 2017 MCTIC (0361470)  
53680.000099/1998-36 - Exposição de Motivos 50 2018 MCTIC (0481209)  
53900.017059/2015-44 - Exposição de Motivos 114 2018 MCTIC (0556651)  
53000.050829/2011-81 - Exposição de Motivos 65 2018 MCTIC (0527570)  
53900.050709/2015-63 - Exposição de Motivos 13 2018 MCTIC (0481473)  
53000.071349/2013-15 - Exposição de Motivos 23 2018 MCTIC (0483124)  
53000.070749/2013-11 - Exposição de Motivos 85 2018 MCTIC (0523217)  
53000.063589/2012-65 - Exposição de Motivos 3 2018 MCTIC (0481509)  
53000.065289/2012-11 - Exposição de Motivos 425 2017 MCTIC (0262571)  
53000.059079/2011-11 - Exposição de Motivos 1042 2017 MCTIC (0382071)  
53000.006409/2009-42 - Exposição de Motivos 243 2017 MCTIC (0261344)  
53000.050949/2012-69 - Exposição de Motivos 986 2017 MCTIC (0374381)  
53000.067009/2011-28 - Exposição de Motivos 1078 2017 MCTIC (0383287)  
53900.038549/2014-01 - Exposição de Motivos 1025 2017 MCTIC (0361193)  
53000.001359/2014-74 - Exposição de Motivos 292 2018 MCTIC (0701572)  
53900.011859/2016-32 - Exposição de Motivos 1068 2017 MCTIC (0382395)

53900.046499/2015-17 - Exposição de Motivos 983 2017 MCTIC (0374418)  
53900.009349/2014-33 - Exposição de Motivos 921 2017 MCTIC (0372284)  
53900.007769/2015-66 - Exposição de Motivos 975 2017 MCTIC (0374053)  
53000.059679/2011-71 - Exposição de Motivos 1065 2017 MCTIC (0382287)  
53000.003089/2010-11 - Exposição de Motivos 240 2016 EXM MCTIC (0131371)  
53000.044199/2011-13 - Exposição de Motivos 891 2017 MCTIC (0347578)  
53000.066549/2011-94 - Exposição de Motivos 997 2017 MCTIC (0358493)  
53000.001639/2012-11 - Exposição de Motivos 1013 2017 MCTIC (0358719)  
53000.032529/2011-10 - Exposição de Motivos 966 2017 MCTIC (0357821)  
53000.055769/2011-92 - Exposição de Motivos 952 2017 MCTIC (0357553)  
53000.043819/2013-51 - Exposição de Motivos 773 2017 MCTIC (0344082)  
53000.056619/2011-04 - Exposição de Motivos 795 2017 MCTIC (0345308)  
53900.048779/2015-51 - Exposição de Motivos 862 2017 MCTIC (0332033)  
53900.017409/2014-91 - Exposição de Motivos 781 2017 MCTIC (0344557)  
53900.039579/2015-16 - Exposição de Motivos 806 2017 MCTIC (0327249)  
53900.020989/2014-02 - Exposição de Motivos 959 2017 MCTIC (0334513)  
53900.009909/2015-31 - Exposição de Motivos 885 2017 MCTIC (0332256)  
53900.050619/2015-72 - Exposição de Motivos 861 2017 MCTIC (0332323)  
53000.051419/2012-38 - Exposição de Motivos 924 2017 MCTIC (0332301)  
53900.048009/2015-17 - Exposição de Motivos 837 2017 MCTIC (0329854)  
53000.007329/2014-71 - Exposição de Motivos 789 2017 MCTIC (0327355)  
53000.006879/2013-92 - Exposição de Motivos 782 2017 MCTIC (0326984)  
53000.058099/2011-66 - Exposição de Motivos 707 2017 MCTIC (0324561)  
53000.058119/2011-07 - Exposição de Motivos 708 2017 MCTIC (0324468)  
53000.009899/2013-15 - Exposição de Motivos 686 2017 MCTIC (0323969)  
53000.071599/2013-55 - Exposição de Motivos 598 2017 MCTIC (0323094)  
53900.016739/2015-41 - Exposição de Motivos 730 2017 MCTIC (0321686)  
53900.046389/2015-47 - Exposição de Motivos 732 2017 MCTIC (0321643)  
53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)  
53900.041776/2015-97 - Exposição de Motivos 738 2017 MCTIC (0321984)  
53000.034243/2010-98 - Exposição de Motivos 374 2018 MCTIC (0959907)  
53000.019200/2010-82 - Exposição de Motivos 65 2017 MCTIC (0140598)  
53900.023990/2016-42 - Exposição de Motivos 1064 2017 MCTIC (0382367)  
53000.073920/2013-36 - Exposição de Motivos 992 2017 MCTIC (0375706)  
53900.012810/2014-35 - Exposição de Motivos 970 2017 MCTIC (0373991)  
53900.008480/2014-83 - Exposição de Motivos 938 2017 MCTIC (0373602)  
53000.028900/2013-19 - Exposição de Motivos 933 2017 MCTIC (0373148)  
53900.050050/2016-26 - Exposição de Motivos 946 2017 MCTIC (0356836)  
53000.036560/2012-19 - Exposição de Motivos 947 2017 MCTIC (0357082)  
53000.057910/2011-91 - Exposição de Motivos 955 2017 MCTIC (0357847)  
53000.033060/2013-06 - Exposição de Motivos 950 2017 MCTIC (0357843)  
53900.041780/2015-55 - Exposição de Motivos 899 2017 MCTIC (0332372)  
53900.041490/2015-10 - Exposição de Motivos 793 2017 MCTIC (0344522)  
53000.059620/2012-63 - Exposição de Motivos 796 2017 MCTIC (0344568)  
53000.058130/2011-69 - Exposição de Motivos 772 2017 MCTIC (0344120)  
53000.070500/2013-06 - Exposição de Motivos 766 2017 MCTIC (0343966)  
53900.047620/2015-10 - Exposição de Motivos 879 2017 MCTIC (0332013)  
53900.009190/2014-57 - Exposição de Motivos 905 2017 MCTIC (0332156)  
53900.008250/2015-03 - Exposição de Motivos 850 2017 MCTIC (0329788)  
53000.059330/2011-39 - Exposição de Motivos 828 2017 MCTIC (0328856)  
53900.047630/2015-55 - Exposição de Motivos 802 2017 MCTIC (0327331)  
53000.065280/2012-18 - Exposição de Motivos 812 2017 MCTIC (0327513)

53000.006880/2013-17 - Exposição de Motivos 682 2017 MCTIC (0323626)  
53000.019020/2014-24 - Exposição de Motivos 664 2017 MCTIC (0323238)  
53000.012480/2013-41 - Exposição de Motivos 767 2017 MCTIC (0323552)  
53000.059290/2011-25 - Exposição de Motivos 590 2017 MCTIC (0322937)  
53000.058080/2011-10 - Exposição de Motivos 591 2017 MCTIC (0322862)  
53900.011550/2014-81 - Exposição de Motivos 746 2017 MCTIC (0322446)  
53000.012760/2013-59 - Exposição de Motivos 120 2017 MCTIC (0231085)  
53000.043110/2011-93 - Exposição de Motivos 510 2017 MCTIC (0278667)  
53000.031930/2012-13 - Exposição de Motivos 389 2017 MCTIC (0280870)  
53000.056150/2012-86 - Exposição de Motivos 412 2017 MCTIC (0270064)  
53000.002360/2012-54 - Exposição de Motivos 407 2017 MCTIC (0268087)  
53000.021870/2013-10 - Exposição de Motivos 447 2017 MCTIC (0272000)  
53900.036160/2014-13 - Exposição de Motivos 433 2017 MCTIC (0272868)  
53000.071350/2013-40 - Exposição de Motivos 431 2017 MCTIC (0272899)  
53000.045180/2012-67 - Exposição de Motivos 459 2017 MCTIC (0274263)  
53000.041590/2013-10 - Exposição de Motivos 475 2017 MCTIC (0274379)  
53000.059200/2013-68 - Exposição de Motivos 526 2017 MCTIC (0275265)  
53000.056640/2013-63 - Exposição de Motivos 474 2017 MCTIC (0276132)  
53000.008640/2012-76 - Exposição de Motivos 562 2017 MCTIC (0288057)  
53900.037910/2015-55 - Exposição de Motivos 620 2017 MCTIC (0302533)  
53900.007240/2014-61 - Exposição de Motivos 617 2017 MCTIC (0302554)  
53000.049480/2012-15 - Exposição de Motivos 616 2017 MCTIC (0302681)  
53000.040750/2013-11 - Exposição de Motivos 640 2017 MCTIC (0303524)  
53000.056380/2012-45 - Exposição de Motivos 695 2017 MCTIC (0311678)  
53900.034780/2015-07 - Exposição de Motivos 673 2017 MCTIC (0310160)  
53000.031940/2012-59 - Exposição de Motivos 699 2017 MCTIC (0312090)  
53900.042150/2015-06 - Exposição de Motivos 725 2017 MCTIC (0319898)  
53000.055770/2011-17 - Exposição de Motivos 721 2017 MCTIC (0319434)  
53000.036340/2012-87 - Exposição de Motivos 395 2018 MCTIC (0784729)  
53900.017950/2015-81 - Exposição de Motivos 359 2018 MCTIC (0764728)  
53900.005510/2016-61 - Exposição de Motivos 368 2018 MCTIC (0744467)  
53000.027470/2009-23 - Exposição de Motivos 341 2018 MCTIC (0732925)  
53000.041580/2010-31 - Exposição de Motivos 354 2018 MCTIC (0732169)  
53900.007550/2014-86 - Exposição de Motivos 289 2018 MCTIC (0732215)  
53900.016180/2015-59 - Exposição de Motivos 274 2018 MCTIC (0703266)  
53900.048000/2015-06 - Exposição de Motivos 299 2018 MCTIC (0702472)  
53000.043380/2012-85 - Exposição de Motivos 257 2018 MCTIC (0676938)  
53900.038370/2016-16 - Exposição de Motivos 243 2018 MCTIC (0676745)  
53000.067110/2011-89 - Exposição de Motivos 244 2018 MCTIC (0676275)  
53900.023980/2014-45 - Exposição de Motivos 268 2018 MCTIC (0676085)  
53900.017320/2015-14 - Exposição de Motivos 227 2018 MCTIC (0675707)  
53900.009880/2014-14 - Exposição de Motivos 272 2018 MCTIC (0673749)  
53900.005950/2016-19 - Exposição de Motivos 266 2018 MCTIC (0673809)  
53900.013950/2014-21 - Exposição de Motivos 195 2018 MCTIC (0653239)  
53900.049220/2015-49 - Exposição de Motivos 185 2018 MCTIC (0653293)  
53900.041650/2015-12 - Exposição de Motivos 181 2018 MCTIC (0587806)  
53900.020670/2014-79 - Exposição de Motivos 161 2018 MCTIC (0585794)  
53900.006330/2014-35 - Exposição de Motivos 157 2018 MCTIC (0583737)  
53000.014020/2013-57 - Exposição de Motivos 149 2018 MCTIC (0583950)  
53900.009140/2014-70 - Exposição de Motivos 137 2018 MCTIC (0569540)  
53000.058120/2011-23 - Exposição de Motivos 80 2018 MCTIC (0527614)  
53900.016430/2015-51 - Exposição de Motivos 102 2018 MCTIC (0523399)

53900.017160/2015-03 - Exposição de Motivos 89 2018 MCTIC (0523391)  
53000.027270/2013-57 - Exposição de Motivos 71 2018 MCTIC (0521468)  
53000.071620/2013-12 - Exposição de Motivos 22 2018 MCTIC (0483046)  
53900.000200/2016-51 - Exposição de Motivos 30 2018 MCTIC (0483417)  
53000.005800/2014-97 - Exposição de Motivos 17 2018 MCTIC (0482103)  
53000.070120/2013-63 - Exposição de Motivos 8 2018 MCTIC (0481245)  
53900.048226/2015-07 - Exposição de Motivos 527 2018 MCTIC (0920430)  
53000.016596/2013-59 - Exposição de Motivos 518 2018 MCTIC (0922120)  
53000.026836/2011-61 - Exposição de Motivos 477 2018 MCTIC (0845202)  
53000.053176/2013-53 - Exposição de Motivos 314 2017 MCTIC (0271104)  
53900.007246/2014-39 - Exposição de Motivos 410 2017 MCTIC (0268151)  
53900.003786/2014-43 - Exposição de Motivos 494 2018 MCTIC (0876622)  
53000.037836/2011-97 - Exposição de Motivos 493 2018 MCTIC (0876581)  
53900.017326/2015-83 - Exposição de Motivos 726 2017 MCTIC (0319958)  
53000.065326/2013-71 - Exposição de Motivos 482 2018 MCTIC (0845690)  
53900.024846/2015-42 - Exposição de Motivos 415 2018 MCTIC (0795336)  
53000.063406/2011-21 - Exposição de Motivos 998 2017 MCTIC (0358757)  
53000.004676/2014-42 - Exposição de Motivos 463 2018 MCTIC (0837220)  
53000.000416/2009-31 - Exposição de Motivos 466 2918 MCTIC (0837237)  
53000.049916/2013-57 - Exposição de Motivos 448 2018 MCTIC (0836774)  
53000.070826/2013-25 - Exposição de Motivos 443 2018 MCTIC (0836864)  
53000.042696/2011-79 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836908)  
53900.055346/2015-52 - Exposição de Motivos 458 2018 MCTIC (0837006)  
53000.011766/2014-90 - Exposição de Motivos 428 2018 MCTIC (0808654)  
53000.007916/2014-61 - Exposição de Motivos 417 2018 MCTIC (0796217)  
53000.006816/2013-36 - Exposição de Motivos 416 2018 MCTIC (0795674)  
53900.002856/2015-27 - Exposição de Motivos 409 2018 MCTIC (0794322)  
53900.017286/2015-70 - Exposição de Motivos 384 2018 MCTIC (0785304)  
53000.070736/2013-34 - Exposição de Motivos 380 2018 MCTIC (0784961)  
53900.048776/2015-18 - Exposição de Motivos 367 2018 MCTIC (0765409)  
53900.045626/2016-33 - Exposição de Motivos 366 2018 MCTIC (0765005)  
53900.020036/2015-17 - Exposição de Motivos 334 2018 MCTIC (0733960)  
53900.022496/2015-80 - Exposição de Motivos 333 2018 MCTIC (0734102)  
53900.011676/2014-55 - Exposição de Motivos 278 2018 MCTIC (0703082)  
53900.042136/2015-02 - Exposição de Motivos 297 2018 MCTIC (0702417)  
53000.047896/2013-80 - Exposição de Motivos 305 2018 MCTIC (0702638)  
53900.048786/2015-53 - Exposição de Motivos 228 2018 MCTIC (0676467)  
53900.017866/2015-67 - Exposição de Motivos 221 2018 MCTIC (0675815)  
53000.003536/2013-76 - Exposição de Motivos 202 2018 MCTIC (0672189)  
53900.053766/2016-85 - Exposição de Motivos 194/2018 MCTIC (0652416)  
53000.068096/2013-01 - Exposição de Motivos 223 2017 MCTIC (0246081)  
53900.000576/2014-11 - Exposição de Motivos 270 2017 MCTIC (0246007)  
53900.050256/2015-75 - Exposição de Motivos 178 2018 MCTIC (0587455)  
53000.066606/2013-05 - Exposição de Motivos 177 2018 MCTIC (0588040)  
53900.017136/2015-66 - Exposição de Motivos 133 2018 MCTIC (0569180)  
53000.058466/2011-21 - Exposição de Motivos 131 2018 MCTIC (0569167)  
53900.034256/2015-28 - Exposição de Motivos 105 2018 MCTIC (0555741)  
53900.017156/2015-37 - Exposição de Motivos 123 2018 MCTIC (0556620)  
53000.058106/2011-20 - Exposição de Motivos 110 2018 MCTIC (0556566)  
53900.007846/2015-88 - Exposição de Motivos 60 2018 MCTIC (0556136)  
53900.049346/2015-13 - Exposição de Motivos 100 2018 MCTIC (0523525)  
53000.056216/2011-57 - Exposição de Motivos 98 2018 MCTIC (0523585)

53000.067636/2013-21 - Exposição de Motivos 73 2018 MCTIC (0521350)  
53000.062556/2013-89 - Exposição de Motivos 72 2018 MCTIC (0521613)  
53000.059736/2013-83 - Exposição de Motivos 45 2018 MCTIC (0484303)  
53000.050216/2012-24 - Exposição de Motivos 46 2018 MCTIC (0484161)  
53000.050186/2011-75 - Exposição de Motivos 39 2018 MCTIC (0483089)  
53000.029836/2013-85 - Exposição de Motivos 35 2018 MCTIC (0483254)  
53900.078146/2015-78 - Exposição de Motivos 28 2018 MCTIC (0483329)  
53000.057226/2011-18 - Exposição de Motivos 21 2018 MCTIC (0482777)  
53000.052326/2012-21 - Exposição de Motivos 4 2018 MCTIC (0481625)  
53900.049266/2015-68 - Exposição de Motivos 12 2018 MCTIC (0481490)  
53000.004356/2012-21 - Exposição de Motivos 1082 2017 MCTIC (0383414)  
53900.000766/2016-82 - Exposição de Motivos 1086 2017 MCTIC (0383045)  
53900.042116/2015-23 - Exposição de Motivos 976 2017 MCTIC (0374072)  
53900.046836/2015-68 - Exposição de Motivos 981 2017 MCTIC (0374366)  
53000.070526/2013-46 - Exposição de Motivos 962 2017 MCTIC (0373906)  
53000.055766/2011-59 - Exposição de Motivos 934 2017 MCTIC (0373371)  
53000.005496/2008-30 - Exposição de Motivos 1027 2017 MCTIC (0361295)  
53000.025416/2013-20 - Exposição de Motivos 1026 2017 MCTIC (0361697)  
53000.065796/2013-35 - Exposição de Motivos 070 2017 MCTIC (0358870)  
53000.001866/2009-41 - Exposição de Motivos 892 2017 MCTIC (0347634)  
53000.039926/2013-84 - Exposição de Motivos 870 2017 MCTIC (0346418)  
53000.058116/2011-65 - Exposição de Motivos 846 2017 MCTIC (0346053)  
53900.005056/2014-87 - Exposição de Motivos 840 2017 MCTIC (0345633)  
53000.055726/2012-98 - Exposição de Motivos 785 2017 MCTIC (0344751)  
53000.020796/2013-14 - Exposição de Motivos 765 2017 MCTIC (0343702)  
53000.054986/2012-46 - Exposição de Motivos 901 2017 MCTIC (0332492)  
53000.057916/2011-69 - Exposição de Motivos 909 2017 MCTIC (0332549)  
53900.046846/2015-01 - Exposição de Motivos 855 2017 MCTIC (0332233)  
53900.034546/2015-71 - Exposição de Motivos 841 2017 MCTIC (0329901)  
53900.046496/2015-75 - Exposição de Motivos 833 2017 MCTIC (0328812)  
53900.017336/2015-19 - Exposição de Motivos 808 2017 MCTIC (0327021)  
53900.020946/2014-19 - Exposição de Motivos 809 2017 MCTIC (0327443)  
53900.029926/2015-94 - Exposição de Motivos 807 2017 MCTIC (0326946)  
53000.061976/2013-48 - Exposição de Motivos 713 2017 MCTIC (0324391)  
53900.015016/2015-24 - Exposição de Motivos 599 2017 MCTIC (0322985)  
53000.070516/2013-19 - Exposição de Motivos 716 2017 MCTIC (0322954)  
53000.031936/2012-91 - Exposição de Motivos 749 2017 MCTIC (0322465)  
53000.006656/2013-25 - Exposição de Motivos 681 2017 MCTIC (0321697)  
53900.061306/2015-40 - Exposição de Motivos 121 2017 MCTIC (0231043)  
53900.017866/2014-86 - Exposição de Motivos 509 2017 MCTIC (0278359)  
53000.058076/2011-51 - Exposição de Motivos 382 2017 MCTIC (0280136)  
53000.054476/2012-79 - Exposição de Motivos 398 2017 MCTIC (0280326)  
53000.011716/2013-21 - Exposição de Motivos 549 2017 MCTIC (0281105)  
53000.068456/2013-66 - Exposição de Motivos 202 2017 MCTIC (0270312)  
53000.024276/2012-91 - Exposição de Motivos 252 2017 MCTIC (0266637)  
53900.034526/2015-09 - Exposição de Motivos 337 2017 MCTIC (0263378)  
53000.052576/2012-61 - Exposição de Motivos 455 2017 MCTIC (0272317)  
53000.057706/2012-51 - Exposição de Motivos 451 2017 MCTIC (0274001)  
53900.001546/2014-12 - Exposição de Motivos 550 2017 MCTIC (0275059)  
53000.046516/2011-28 - Exposição de Motivos 471 2017 MCTIC (0276250)  
53000.047886/2011-82 - Exposição de Motivos 489 2017 MCTIC (0276467)  
53000.065566/2013-76 - Exposição de Motivos 494 2017 MCTIC (0276464)

53900.006386/2014-90 - Exposição de Motivos 490 2017 MCTIC (0277800)  
53000.007056/2013-84 - Exposição de Motivos 561 2017 MCTIC (0288082)  
53000.015816/2013-27 - Exposição de Motivos 687 2017 MCTIC (0311291)  
53000.063176/2012-81 - Exposição de Motivos 674 2017 MCTIC (0310173)  
53000.075026/2013-09 - Exposição de Motivos 658 2017 MCTIC (0309598)  
53000.043084/2012-84 - Exposição de Motivos 529 2017 MCTIC (0287146)  
53000.026544/2011-29 - Exposição de Motivos 332 2017 MCTIC (0285817)  
53000.064284/2010-17 - Exposição de Motivos 369 2017 MCTIC (0281344)  
53000.024854/2013-71 - Exposição de Motivos 633 2017 MCTIC (0303388)  
53000.058104/2011-31 - Exposição de Motivos 628 2017 MCTIC (0303107)  
53000.041034/2013-43 - Exposição de Motivos 629 2017 MCTIC (0303205)  
53000.029374/2013-04 - Exposição de Motivos 621 2017 MCTIC (0303217)  
53900.001804/2014-52 - Exposição de Motivos 601 2017 MCTIC (0302096)  
53000.057044/2013-09 - Exposição de Motivos 600 2017 MCTIC (0302345)  
53000.017204/2013-79 - Exposição de Motivos 606 2017 MCTIC (0302407)  
53000.003434/2014-31 - Exposição de Motivos 582 2017 MCTIC (0301851)  
53900.036274/2015-44 - Exposição de Motivos 647 2017 MCTIC (0308500)  
53900.003524/2015-60 - Exposição de Motivos 648 2017 MCTIC (0308543)  
53900.006344/2014-59 - Exposição de Motivos 652 2017 MCTIC (0308650)  
53900.039554/2015-12 - Exposição de Motivos 679 2017 MCTIC (0311456)  
53000.056624/2011-17 - Exposição de Motivos 659 2017 MCTIC (0309608)  
53000.000634/2013-51 - Exposição de Motivos 703 2017 MCTIC (0312137)  
53000.057704/2012-62 - Exposição de Motivos 76 2018 MCTIC (0527529)  
53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)  
53900.017294/2015-16 - Exposição de Motivos 464 2017 MCTIC (0274123)  
53000.056644/2011-80 - Exposição de Motivos 462 2017 MCTIC (0274523)  
53000.047754/2013-12 - Exposição de Motivos 473 2017 MCTIC (0274544)  
53900.007754/2014-17 - Exposição de Motivos 551 2017 MCTIC (0275107)  
53000.049664/2012-85 - Exposição de Motivos 530 2017 MCTIC (0275268)  
53000.065174/2012-26 - Exposição de Motivos 488 2017 MCTIC (0276350)  
53000.058124/2011-10 - Exposição de Motivos 495 2017 MCTIC (0276793)  
53000.031924/2012-66 - Exposição de Motivos 564 2017 MCTIC (0288218)  
53000.014914/2013-47 - Exposição de Motivos 559 2017 MCTIC (0287358)  
53000.021334/2013-14 - Exposição de Motivos 558 2017 MCTIC (0287196)  
53900.002094/2014-88 - Exposição de Motivos 739 2017 MCTIC (0322005)  
53900.003474/2014-31 - Exposição de Motivos 736 2017 MCTIC (0321857)  
53000.056194/2013-97 - Exposição de Motivos 203 2017 MCTIC (0228364)  
53000.058734/2012-96 - Exposição de Motivos 543 2017 MCTIC (0278264)  
53000.057904/2011-34 - Exposição de Motivos 553 2017 MCTIC (0279688)  
53000.070514/2013-11 - Exposição de Motivos 547 2017 MCTIC (0279720)  
53000.039604/2007-97 - Exposição de Motivos 368 2017 MCTIC (0280177)  
53000.057914/2011-70 - Exposição de Motivos 349 2017 MCTIC (0280450)  
53000.069974/2013-05 - Exposição de Motivos 548 2017 MCTIC (0281204)  
53000.003804/2013-50 - Exposição de Motivos 432 2017 MCTIC (0272628)  
53900.003004/2014-76 - Exposição de Motivos 836 2017 MCTIC (0328793)  
53900.048244/2015-81 - Exposição de Motivos 830 2017 MCTIC (0328813)  
53000.025604/2012-77 - Exposição de Motivos 783 2017 MCTIC (0327039)  
53000.062554/2013-90 - Exposição de Motivos 788 2017 MCTIC (0327259)  
53000.017094/2013-45 - Exposição de Motivos 769 2017 MCTIC (0324607)  
53000.007034/2013-14 - Exposição de Motivos 684 2017 MCTIC (0324031)  
53000.007674/2014-13 - Exposição de Motivos 676 2017 MCTIC (0323272)  
53000.007104/2013-34 - Exposição de Motivos 596 2017 MCTIC (0322906)

53000.059764/2010-58 - Exposição de Motivos 580 2017 MCTIC (0322770)  
 53000.056954/2012-85 - Exposição de Motivos 741 2017 MCTIC (0322174)  
 53900.039644/2015-03 - Exposição de Motivos 803 2017 MCTIC (0345516)  
 53000.031934/2012-00 - Exposição de Motivos 794 2017 MCTIC (0345294)  
 53000.046474/2012-14 - Exposição de Motivos 912 2017 MCTIC (0332009)  
 53900.014134/2015-15 - Exposição de Motivos 872 2017 MCTIC (0332146)  
 53900.034554/2015-18 - Exposição de Motivos 856 2017 MCTIC (0332205)  
 53000.057214/2011-85 - Exposição de Motivos 894 2017 MCTIC (0331931)  
 53000.067714/2013-97 - Exposição de Motivos 915 2017 MCTIC (0331705)  
 53000.062334/2013-66 - Exposição de Motivos 847 2017 MCTIC (0329940)  
 53900.025954/2015-32 - Exposição de Motivos 845 2017 MCTIC (0329839)  
 53000.059284/2011-78 - Exposição de Motivos 825 2017 MCTIC (0328678)  
 53000.073494/2013-31 - Exposição de Motivos 1062 2017 MCTIC (0382352)  
 53000.005244/2012-97 - Exposição de Motivos 1040 2017 MCTIC (0381897)  
 53000.042814/2013-19 - Exposição de Motivos 979 2017 MCTIC (0374191)  
 53000.056644/2012-61 - Exposição de Motivos 978 2017 MCTIC (0374168)  
 53000.069884/2013-14 - Exposição de Motivos 932 2017 MCTIC (0373154)  
 53000.027624/2012-82 - Exposição de Motivos 926 2017 MCTIC (0372163)  
 53000.008174/2012-29 - Exposição de Motivos 1023 2017 MCTIC (0360829)  
 53000.058924/2012-11 - Exposição de Motivos 886 2017 MCTIC (0346677)  
 53000.064084/2012-18 - Exposição de Motivos 871 2017 MCTIC (0346564)  
 53000.067904/2013-12 - Exposição de Motivos 881 2017 MCTIC (0346643)  
 53900.049094/2015-22 - Exposição de Motivos 117 2018 MCTIC (0554330)  
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)  
 53000.013444/2010-51 - Exposição de Motivos 918 2017 MCTIC (0372147)  
 53000.045554/2013-25 - Exposição de Motivos 81 2018 MCTIC (0523079)  
 53900.048224/2015-18 - Exposição de Motivos 92 2018 MCTIC (0523434)  
 53000.039184/2013-97 - Exposição de Motivos 96 2018 MCTIC (0523590)  
 53000.018934/2013-97 - Exposição de Motivos 64 2018 MCTIC (0521368)  
 53900.011474/2014-11 - Exposição de Motivos 56 2018 MCTIC (0481150)  
 53000.001524/2001-73 - Exposição de Motivos 153/2016 (0037790)  
 53000.008854/2012-42 - Exposição de Motivos 1095 2017 MCTIC (0383607)  
 53000.061475/2011-08 - Exposição de Motivos 483 2018 MCTIC (0845098)  
 53000.037545/2012-80 - Exposição de Motivos 451 2018 MCTIC (0837119)  
 53900.016795/2015-85 - Exposição de Motivos 339 2018 MCTIC (0733769)  
 53000.022735/2012-01 - Exposição de Motivos 344 2018 MCTIC (0732889)  
 53900.043275/2015-45 - Exposição de Motivos 336 2018 MCTIC (0732952)  
 53900.046475/2015-50 - Exposição de Motivos 350 2018 MCTIC (0732843)  
 53900.046725/2015-51 - Exposição de Motivos 351 2018 MCTIC (0732784)  
 53900.047355/2015-70 - Exposição de Motivos 275 2018 MCTIC (0703173)  
 53900.016805/2015-82 - Exposição de Motivos 294 2018 MCTIC (0702222)  
 53000.022715/2012-21 - Exposição de Motivos 242 2018 MCTIC (0677098)  
 53000.048845/2013-75 - Exposição de Motivos 265 2018 MCTIC (0677186)  
 53000.041395/2012-17 - Exposição de Motivos 252 2018 MCTIC (0677222)  
 53900.046555/2015-13 - Exposição de Motivos 210 2018 MCTIC (0676692)  
  
 53000.052465/2011-73 - Exposição de Motivos 250 2018 MCTIC (0676561)  
 53900.038365/2016-03 - Exposição de Motivos 239 2018 MCTIC (0676488)  
 53000.007685/2014-95 - Exposição de Motivos 208 2018 MCTIC (0673503)  
 53900.047995/2015-80 - Exposição de Motivos 219 2018 MCTIC (0672423)  
 53770.000815/2002-12 - Exposição de Motivos 129 2018 MCTIC (0569306)  
 53000.038735/2007-57 - Exposição de Motivos 897 2017 MCTIC (0347655)  
 53830.001345/1997-80 - Exposição de Motivos 49 2018 MCTIC (0481248)  
 53900.029945/2015-11 - Exposição de Motivos 152 2018 MCTIC (0585829)

53000.051425/2012-95 - Exposição de Motivos 162 2018 MCTIC (0583804)  
 53000.058135/2011-91 - Exposição de Motivos 79 2018 MCTIC (0527723)  
 53000.056215/2011-11 - Exposição de Motivos 78 2018 MCTIC (0527689)  
 53000.045645/2013-61 - Exposição de Motivos 69 2018 MCTIC (0521418)  
 53000.052005/2013-15 - Exposição de Motivos 67 2018 MCTIC (0521819)  
 53000.021295/2013-47 - Exposição de Motivos 74 2018 MCTIC (0521936)  
 53900.029902/2015-35 --- Exposição de Motivos 360 2018 MCTIC (0765180)  
 53900.016132/2016-41--- Exposição de Motivos 373 2018 MCTIC (0764577)  
 53900.038342/2016-91--- Exposição de Motivos 321 2018 MCTIC (0733707)  
 53900.046422/2015-39---Exposição de Motivos 335 2018 MCTIC (0732876)  
 53900.048812/2015-43---Exposição de Motivos 279 2018 MCTIC (0703215)  
 53000.020902/2012-71--- Exposição de Motivos 312 2018 MCTIC (0702864)  
 53900.049962/2015-74---Exposição de Motivos 293 2018 MCTIC (0702170)  
 53900.002972/2015-46---Exposição de Motivos 263 2018 MCTIC (0676991)  
 53000.067112/2011-78--- Exposição de Motivos 171 2018 MCTIC (0676181)  
 53900.016392/2015-36--- Exposição de Motivos 261 2018 MCTIC (0674459)  
 53000.005022/2011-93---Exposição de Motivos 267 2018 MCTIC (0673261)  
 53000.015432/2013-12-- Exposição de Motivos 159 2018 MCTIC (0584416)  
 53000.054912/2010-48--- Exposição de Motivos 128 2018 MCTIC (0568453)  
 53900.047532/2016-07--- Exposição de Motivos 104 2018 MCTIC (0553386)  
 53000.006952/2013-26 --- Exposição de Motivos 91 2018 MCTIC (0523452)  
 53900.029912/2015-71--- Exposição de Motivos 101 2018 MCTIC (0523442)  
 53000.044722/2011-01 --- Exposição de Motivos 34 2018 MCTIC (0483504)  
 53000.057872/2010-96 --- Exposição de Motivos 43 2018 MCTIC (0483044)  
 53000.014702/2012-89-- Exposição de Motivos 19 2018 MCTIC (0482374)  
 53000.008922/2012-73 --- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)  
 53900.000192/2016-42 --- Exposição de Motivos 1089 2017 MCTIC (0383189)  
 53900.023982/2016-04--- Exposição de Motivos 1083 2017 MCTIC (0382822)  
 53900.000562/2016-41--- Exposição de Motivos 1070 2017 MCTIC (0382537)  
 53900.041642/2015-76--- Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)  
 53000.015612/2013-96--Exposição de Motivos 942 2017 MCTIC (0373644)  
 53900.021042/2014-19-- Exposição de Motivos 927 2017 MCTIC (0372132)  
 53000.060442/2012-13-- Exposição de Motivos 751 2017 MCTIC (0322432)  
 53000.011502/2010-11---Exposição de Motivos 1033 2017 MCTIC (0360901)  
 53000.051422/2012-51--- Exposição de Motivos 940 2017 MCTIC (0357320)  
 53000.029232/2008-71--- Exposição de Motivos 953 2017 MCTIC (0357667)  
 53000.006812/2013-58--- Exposição de Motivos 868 2017 MCTIC (0346340)  
 53000.023322/2012-35 --- Exposição de Motivos 896 2017 MCTIC (0332521)  
 53000.056642/2012-71 --- Exposição de Motivos 889 2017 MCTIC (0332520)  
 53000.056242/2011-85 --- Exposição de Motivos 920 2017 MCTIC (0332584)  
 53900.048912/2015-70--- Exposição de Motivos 863 2017 MCTIC (0332177)  
 53900.017272/2015-56--- Exposição de Motivos 857 2017 MCTIC (0332254)  
 53000.060392/2012-74--- Exposição de Motivos 917 2017 MCTIC (0332282)  
 53900.016742/2015-64 ---Exposição de Motivos 900 2017 MCTIC (0332352)  
 53000.056222/2011-12 --- Exposição de Motivos 827 2017 MCTIC (0328735)  
 53900.021662/2014-40 --- Exposição de Motivos 814 2017 MCTIC (0328021)  
 53000.017052/2013-12 --- Exposição de Motivos 790 2017 MCTIC (0327424)  
 53000.048422/2012-74 --- Exposição de Motivos 748 2017 MCTIC (0322342)  
 53900.011242/2014-55--- Exposição de Motivos 776 2017 MCTIC (0324174)  
 53000.070982/2013-96--- Exposição de Motivos 764 2017 MCTIC (0323771)  
 53000.040872/2012-19 --- Exposição de Motivos 603 2017 MCTIC (0323236)  
 53000.031922/2012-77 --- Exposição de Motivos 588 2017 MCTIC (0322848)  
 53000.051842/2012-38 --- Exposição de Motivos 752 2017 MCTIC (0322408)  
 53000.022892/2010-46 --- Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)  
 53000.018882/2009-72--- Exposição de Motivos 118 2017 MCTIC (0231073)  
 53900.006082/2014-22 --- Exposição de Motivos 536 2017 MCTIC (0278162)  
 53900.041862/2015-08 --- Exposição de Motivos 544 2017 MCTIC (0278209)  
 53000.036682/2009-00 --- Exposição de Motivos 402 2017 MCTIC (0267749)

53900.014792/2015-15 --- Exposição de Motivos 335 2017 MCTIC (0263492)  
 53000.037302/2011-61 --- Exposição de Motivos 162 2017 MCTIC (0271003)  
 53900.053112/2015-71 --- Exposição de Motivos 545 2017 MCTIC (0272216)  
 53000.045952/2013-41--- Exposição de Motivos 522 2017 MCTIC (0272270)  
 53000.066832/2013-88--- Exposição de Motivos 442 2017 MCTIC (0272322)  
 53000.063555/2012-71 - Exposição de Motivos 54 2018 MCTIC (0481638)  
 53000.046795/2012-19 - Exposição de Motivos 190 2017 MCTIC (0261645)  
 53000.058765/2011-66 - Exposição de Motivos 1057 2017 MCTIC (0382267)  
 53900.008065/2014-20 - Exposição de Motivos 937 2017 (0375377)  
 53900.039625/2015-79 - Exposição de Motivos 985 2017 MCTIC (0374398)  
 53900.020155/2014-99 - Exposição de Motivos 948 2017 MCTIC (0357187)  
 53000.012365/2011-12 - Exposição de Motivos 967 2017 MCTIC (0357812)  
 53000.007145/2014-10 - Exposição de Motivos 956 2017 MCTIC (0357836)  
 53900.010415/2014-18 - Exposição de Motivos 851 2017 MCTIC (0346015)  
 53900.039805/2015-51 - Exposição de Motivos 848 2017 MCTIC (0345696)  
 53000.045475/2012-33 - Exposição de Motivos 779 2017 MCTIC (0344590)  
 53000.039925/2013-30 - Exposição de Motivos 778 2017 MCTIC (0344502)  
 53000.051845/2012-71 - Exposição de Motivos 771 2017 MCTIC (0344002)  
 53000.057995/2011-16 - Exposição de Motivos 757 2017 MCTIC (0343747)  
 53900.022295/2014-00 - Exposição de Motivos 874 2017 MCTIC (0332417)  
 53900.020495/2014-10 - Exposição de Motivos 875 2017 MCTIC (0332519)  
 53900.047605/2015-71 - Exposição de Motivos 878 2017 MCTIC (0332063)  
 53900.039875/2015-17 - Exposição de Motivos 883 2017 MCTIC (0332121)  
 53900.015655/2015-90 - Exposição de Motivos 858 2017 MCTIC (0332268)  
 53000.055775/2011-40 - Exposição de Motivos 935 2017 MCTIC (0373424)  
 53000.055825/2012-70 - Exposição de Motivos 860 2017 MCTIC (0332278)  
 53900.022015/2014-55 - Exposição de Motivos 835 2017 MCTIC (0328817)  
 53000.064515/2012-46 - Exposição de Motivos 834 2017 MCTIC (0328847)  
 53000.070695/2013-86 - Exposição de Motivos 815 2017 MCTIC (0327243)  
 53000.055765/2011-12 - Exposição de Motivos 702 2017 MCTIC (0324652)  
 53000.057355/2011-06 - Exposição de Motivos 705 2017 MCTIC (0324368)  
 53000.048725/2012-97 - Exposição de Motivos 753 2017 MCTIC (0323955)  
 53000.015825/2013-18 - Exposição de Motivos 589 2017 MCTIC (0322898)  
 53000.059475/2011-30 - Exposição de Motivos 731 2017 MCTIC (0321623)  
 53000.064145/2012-47 - Exposição de Motivos 740 2017 MCTIC (0322061)  
 53900.009135/2014-67 - Exposição de Motivos 112 2017 MCTIC (0230996)  
 53900.015755/2015-16 - Exposição de Motivos 400 2017 MCTIC (0280641)  
 53000.050945/2013-61 - Exposição de Motivos 419 2017 MCTIC (0270317)  
 53000.053915/2012-26 - Exposição de Motivos 501 2017 MCTIC (0272379)  
 53900.003595/2014-81 - Exposição de Motivos 519 2017 MCTIC (0272693)  
 53900.017335/2015-74 - Exposição de Motivos 516 2017 MCTIC (0273391)  
 53900.000545/2014-42 - Exposição de Motivos 552 2017 MCTIC (0275044)  
 53000.070495/2013-23 - Exposição de Motivos 632 2017 MCTIC (0303371)  
 53000.054475/2012-24 - Exposição de Motivos 619 2017 MCTIC (0303142)  
 53000.058115/2011-11 - Exposição de Motivos 602 2017 MCTIC (0302035)  
  
 53000.051605/2012-77 - Exposição de Motivos 574 2017 MCTIC (0301664)  
 53900.004565/2015-73 - Exposição de Motivos 672 2017 MCTIC (0310140)  
 53900.009305/2015-94 - Exposição de Motivos 709 2017 MCTIC (0312245)  
 53900.041855/2015-06 - Exposição de Motivos 698 2017 MCTIC (0312028)  
 53900.017158/2015-26 - Exposição de Motivos 728 2017 MCTIC (0320616)  
 53000.052558/2013-60 - Exposição de Motivos 700 2017 MCTIC (0312114)  
 53900.022938/2014-15 - Exposição de Motivos 710 2017 MCTIC (0312092)  
 53000.051498/2012-87 - Exposição de Motivos 701 2017 MCTIC (0312010)  
 53900.046568/2015-84 - Exposição de Motivos 690 2017 MCTIC (0311614)  
 53900.017348/2015-43 - Exposição de Motivos 685 2017 MCTIC (0311402)  
 53900.034358/2015-43 - Exposição de Motivos 680 2017 MCTIC (0311569)  
 53900.021498/2014-71 - Exposição de Motivos 649 2017 MCTIC (0308562)



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Gabinete do Ministro  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 36234/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.031927/2012-08.**

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 01/10/2019, às 18:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4688077** e o código CRC **BD94B86E**.

53000.015818/2013-16 - Exposição de Motivos 635 2017 MCTIC (0303453)  
 53000.028888/2013-34 - Exposição de Motivos 626 2017 MCTIC (0302470)  
 53900.006868/2014-40 - Exposição de Motivos 531 2017 MCTIC (0287103)  
 53000.056228/2011-81 - Exposição de Motivos 351 2017 MCTIC (0282457)  
 53000.045558/2013-11 - Exposição de Motivos 344 2017 MCTIC (0281816)  
 53900.034498/2015-11 - Exposição de Motivos 614 2017 MCTIC (0302510)  
 53000.021788/2012-04 - Exposição de Motivos 625 2017 MCTIC (0303306)  
 53000.007888/2014-81 - Exposição de Motivos 607 2017 MCTIC (0302122)  
 53900.017538/2015-61 - Exposição de Motivos 613 2017 MCTIC (0302147)  
 53000.019859/2008-14 - Exposição de Motivos 693 2017 MCTIC (0323820)  
 53900.012819/2015-27 - Exposição de Motivos 768 2017 MCTIC (0323907)  
 53000.069249/2013-29 - Exposição de Motivos 575 2017 MCTIC (0322572)  
 53000.016939/2012-02 - Exposição de Motivos 692 2017 MCTIC (0323885)  
 53000.027549/2013-31 - Exposição de Motivos 743 2017 MCTIC (0322220)  
 53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)  
 53000.058095/2011-88 - Exposição de Motivos 931 2017 MCTIC (0372086)  
 53000.006805/2014-37 - Exposição de Motivos 914 2017 MCTIC (0372036)  
 53900.020685/2014-37 - Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)  
 53900.039515/2015-15 - Exposição de Motivos 784 2017 MCTIC (0327057)  
 53000.026025/2011-61 - Exposição de Motivos 636 2017 MCTIC (0324062)  
 53000.048665/2012-11 - Exposição de Motivos 399 2017 MCTIC (0281062)  
 53000.062335/2013-19 - Exposição de Motivos 578 2017 MCTIC (0322838)  
 53900.017345/2015-18 - Exposição de Motivos 747 2017 MCTIC (0322580)  
 53000.022892/2010-46--Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)  
 53900.041642/2015-76--Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)  
 53000.008922/2012-73-- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)  
 53900.018692/2014-79---Exposição de Motivos 439 2017 MCTIC (0272696)  
 53900.012702/2014-62---Exposição de Motivos 518 2017 MCTIC (0272813)  
 53000.055772/2011-14---Exposição de Motivos 456 2017 MCTIC (0274060)  
 53000.057442/2011-55---Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)  
 53000.057442/2011-55--- Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)  
 53000.050492/2011-10 --- Exposição de Motivos 354 2017 MCTIC (0286002)  
 53000.031942/2012-48--- Exposição de Motivos 505 2017 MCTIC (0281319)  
 53000.006882/2013-14--- Exposição de Motivos 359 2017 MCTIC (0281002)  
 53000.059292/2011-14--- Exposição de Motivos 641 2017 MCTIC (0303329)  
 53000.046522/2013-47--- Exposição de Motivos 584 2017 MCTIC (0302242)  
 53000.057352/2011-64---Exposição de Motivos 592 2017 MCTIC (0302001)  
 53900.017332/2015-31---Exposição de Motivos 683 2017 MCTIC (0311579)  
 53000.047332/2013-47---Exposição de Motivos 556 2017 MCTIC (0273358)  
 53000.025272/2013-10--- Exposição de Motivos 493 2017 MCTIC (0276074)  
 53900.016802/2015-49--- Exposição de Motivos 486 2017 MCTIC (0276232)  
 53000.045172/2012-11--- Exposição de Motivos 482 2017 MCTIC (0276766)  
 53000.056212/2011-79---Exposição de Motivos 645 2017 MCTIC (0304134)  
 53000.015822/2013-84---Exposição de Motivos 642 2017 MCTIC (0304152)  
 53900.050622/2015-96---Exposição de Motivos 669 2017 MCTIC (0309897)  
 53900.047842/2015-32---Exposição de Motivos 666 2017 MCTIC (0309708)  
 53900.022882/2014-91--- Exposição de Motivos 706 2017 MCTIC (0312058)  
 53000.053259/2013-42---Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)  
 53000.053259/2013-42--- Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)  
 53900.007299/2015-31--- Exposição de Motivos 511 2017 MCTIC (0273366)  
 53000.031939/2012-24--- Exposição de Motivos 520 2017 MCTIC (0273156)  
 53000.015189/2014-13--- Exposição de Motivos 452 2017 MCTIC (0272529)  
 53900.039779/2015-61--- Exposição de Motivos 298 2017 MCTIC (0263419)  
 53000.021819/2010-57--- Exposição de Motivos 343 2017 MCTIC (0280272)  
 53000.048009/2013-91---Exposição de Motivos 395 2017 MCTIC (0280047)  
 53900.006559/2014-70---Exposição de Motivos 117 2017 MCTIC (0231079)  
 53000.008099/2010-34--- Exposição de Motivos 119 2017 MCTIC (0231064)  
 53900.020685/2014-37--- Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)

Att,

**Luciana Silveira Teixeira**

Assessora

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Casa Civil – Presidência da República

(61) 3411-3426

[luciana.teixeira@presidencia.gov.br](mailto:luciana.teixeira@presidencia.gov.br)

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

## DESPACHO

Processo nº: **53000.031927/2012-08.**

Entidade: **Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaiara CE (AAMCA)**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos.**

1. Considerando a devolução do processo pela Casa Civil da Presidência da República, para reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, bem como a adequação às novas diretrizes governamentais, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 10/07/2019, às 16:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 12/07/2019, às 17:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 15/07/2019, às 17:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4351457** e o código CRC **4296833A**.

## Minutas e Anexos

### MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.031927/2012-08, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaiara CE (AAMCA), inscrita no CNPJ nº 02.002.580/0001-81, explore pelo prazo de dez anos a partir de 03 de maio de 2012, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Abaiara, estado do Ceará, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 19458/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 6149, de 01 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 09 de dezembro de 2015.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES  
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

---

**Referência:** Processo nº 53000.031927/2012-08

SEI nº 4351457

Brasília, 30 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.031927/2012-08, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaiara CE (AAMCA), inscrita no CNPJ nº 02.002.580/0001-81, explore pelo prazo de dez anos a partir de 03 de maio de 2012, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Abaiara, estado do Ceará, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 19458/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 6149, de 01 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 09 de dezembro de 2015.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes*



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Gabinete do Ministro  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 36234/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.031927/2012-08.**

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 01/10/2019, às 18:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4688077** e o código CRC **BD94B86E**.